



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

CLÁUDIO LÍSIAS MOREIRA XIMENES

UM HOMEM DE “SCIENCIAS” NO VALE DO AMAZONAS: etnografia no Rio
Tapajós e a busca por reconhecimento do naturalista João Barbosa Rodrigues (1872-1909)

BELÉM
2020

CLÁUDIO LÍSIAS MOREIRA XIMENES

UM HOMEM DE “SCIENCIAS” NO VALE DO AMAZONAS: etnografia no Rio Tapajós e a busca por reconhecimento do naturalista João Barbosa Rodrigues (1872-1909)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Pinto Monteiro

BELÉM
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ximenes, Cláudio Lísias Moreira.

Um homem de “sciencias” no vale do Amazonas: Etnografia no rio Tapajós e a busca por reconhecimento do naturalista João Barbosa Rodrigues (1872-1909) / Cláudio Lísias Moreira Ximenes. — 2020.

228 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Filipe Pinto Monteiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2020.

1. João Barbosa Rodrigues. 2. Etnografia. 3. Amazônia,
indígenas, rio Tapajós. 4. indígenas. 5. rio Tapajós. I. Título.

CDD 981.04

CLÁUDIO LÍSIAS MOREIRA XIMENES

UM HOMEM DE “SCIENCIAS” NO VALE DO AMAZONAS: etnografia no Rio Tapajós e a busca por reconhecimento do naturalista João Barbosa Rodrigues (1872-1909)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História.

Data de Aprovação: __/__/__

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Filipe Pinto Monteiro – Orientador

Doutor em História das Ciências e da Saúde
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz (UFPA) – Avaliador Interno

Doutor em História Moderna e Contemporânea
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad – Avaliador Interno

Doutor em História das Ciências e da Saúde
Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle (UFPA) - Avaliador Externo

Doutor em História Social
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AGRADECIMENTOS

Aquele que me fortalece a cada dia, e que faz com que eu possa alcançar novas conquistas, a Deus o autor da minha fé!

À **CAPES** que através da bolsa possibilitou o desenvolvimento da minha pesquisa e por conseguinte a elaboração dessa presente Dissertação.

Ao Prof. Msc. Alan Watrin Coelho, grande Mestre e Amigo (Orientador da minha Monografia) que me apresentou ao Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho, a quem sou grato por me ajudar na elaboração do meu projeto de pesquisa apresentado ao PPHIST.

Ao professor Filipe Pinto Monteiro, grande parceiro na construção dessa presente Dissertação, mais que um orientador, um grande amigo, muito obrigado pelas orientações, meu sucesso é seu sucesso!

Aos professores das disciplinas do PPHIST, suas aulas e orientações contribuíram para a construção desse trabalho, o meu muito obrigado ao, Prof. Dr. Karl Heinz Arenz, prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad, Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto e Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyrum.

Ao Prof. Dr. Jorge Coelho (*in Memoriam*), por permitir que eu fizesse o Estágio de Livre Docência durante a Disciplina “Brasil Colonial I” no primeiro semestre de 2019. E a todos os alunos daquela turma.

Aos amigos que fiz durante a realização das disciplinas, Profª. Regina, Prof. Rafael Nascimento, Marcelo, Rodrigo (Piauí), Vitor (Bragança), Lívia, Taíssa, Kelly, com seus diálogos comigo contribuíram e muito na elaboração desse trabalho e na minha formação.

Ao pessoal da secretaria do PPHIST, valeu pela paciência e pelo bom atendimento.

Ao Prof. Dr. Marcelo Dergan que conheci em um evento na UNAMA em 2017 e que me incentivou a não desistir do meu projeto de pesquisa e a me inscrever novamente na seleção do PPHIST.

Aos professores Nelson Sanjad e Karl Arenz, que aceitaram de bom grado a participar da banca de qualificação, e com suas falas e observações importantíssimas contribuíram em muito para o bom andamento desse trabalho, o meu muito obrigado!

À minha amada esposa, Franci Ximenes, que sempre me apoiou nessa jornada, desde os primeiros dias da escrita do projeto até na conclusão da dissertação, seu apoio foi fantástico. Amo você!

Aos meus pais, Edmilson e Lisânias Ximenes, e à minha irmã e à minha sobrinha, Lílian e Lívia Ximenes, muito obrigado pela torcida.

RESUMO

A dissertação analisa aspectos da trajetória intelectual e profissional do naturalista brasileiro João Barbosa Rodrigues (1842-1909). Iniciada em 1872, o cientista foi comissionado pelo Governo Imperial para chefia da “Comissão de Exploração do vale do Amazonas” a fim de proceder estudos a respeito da flora e da população indígena da região. Como resultado, produziu vasta documentação botânica iconográfica, recolheu inúmeros artefatos arqueológicos, registrou o contato com diversos povos indígenas e publicou variados trabalhos, entre estes, 5 relatórios relativos aos rios que visitou entre 1872 e 1875: o Tapajós, o Urubú e Jatapú, o Trombetas, o Yamundá e o Capim. Nesta dissertação, iremos analisar a sua primeira viagem de exploração, realizada no Baixo e Alto Tapajós, no Baixo-Amazonas. Nesse rio, o naturalista realizou investigações etnográficas, discorreu sobre assuntos os mais variados como a origem dos “antigos Tapajós” e registrou características particulares dos sobreviventes do processo de colonização, entre eles os Apiaká, os Parintintim, os Mawé e os Munduruku. A partir de seus relatórios, assim como inúmeras outras publicações e fontes impressas, como jornais, revistas científicas, documentos governamentais, entre outros, tentamos reconstruir suas primeiras incursões no meio científico e político da época, sua aproximação com personalidades que o apoiariam em suas empreitadas – caso de Guilherme Schüch de Capanema, barão de Capanema (1824-1908) e da própria Princesa Isabel (1846-1921) –, seu esforço para ser reconhecido como homem de “sciencias” tanto no Brasil como no exterior, além de sua associação, em 1876, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O discurso “civilizatório” dessa instituição moldou suas reflexões, levando-o a pintar (literalmente) o indígena brasileiro como um ser primitivo, mas inventivo, afetuoso, habilidoso, aberto ao progresso, enfim. À documentação primária e à narrativa historiográfica, somou-se um aporte teórico a partir da análise do discurso de Mikhail Bakhtin (2002), entre outros autores que se dedicaram ao testemunho datado sobre o “outro”, possibilitando um olhar mais acurado da escrita de Barbosa Rodrigues.

Palavras-chave: João Barbosa Rodrigues, Etnografia, Amazônia, indígenas, rio Tapajós.

ABSTRACT

The dissertation analyses aspects of the intellectual and professional trajectory of the Brazilian naturalist João Barbosa Rodrigues (1842-1909). Initiated in 1872, the scientist was commissioned by the Imperial Government to head the “Commission for the Exploration of the Amazon Valley” in order to carry out studies on the flora and the indigenous population of the region. As a result, he produced extensive iconographic botanical documentation, collected numerous archaeological artefacts, recorded contact with several indigenous peoples and published several works, including 5 reports related to the rivers he visited between 1872 and 1875, the Tapajós, the Urubú and Jatapú, the Trumpets, Yamundá and Capim. In this dissertation, we will analyse his first exploration trip, carried out in Baixo and Alto Tapajós, in Baixo-Amazonas. In that river, he carried out extensive ethnographic investigations, discussed various issues such as the origin of the “old Tapajós” and recorded particular characteristics of the survivors of the colonization process, among them the Apiaká, the Parintintim, the Mawé and Munduruku. From his reports, as well as countless other publications and printed sources, such as newspapers, scientific magazines, government documents, among others, we tried to reconstruct his first incursion into the scientific environment of the time, his approach to personalities who would support him in his endeavours – case of Guilherme Schüch de Capanema, baron of Capanema (1824-1908) and Princess Isabel (1846-1921) –, his effort to be recognized as a man of “sciences” both in Brazil and abroad, in addition to his association, in 1876, to the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB). This institution's “civilizing” discourse shaped his reflections, leading him to paint (literally) the Brazilian indigenous as a primitive, but inventive, affectionate, skilled being, open to progress, in short. In addition to the primary documentation and historiographical narrative, a theoretical contribution has been added based on the analysis of Mikhail Bakhtin's (2002) discourse, among other authors who dedicated themselves to the dated testimony about the “other”, allowing a more accurate look at Barbosa Rodrigues' writing.

Keywords: João Barbosa Rodrigues, Ethnography, Amazon, indigenous people, Tapajós river.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A FORMAÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DE BARBOSA RODRIGUES	17
2.1 O contexto do nascimento e as aspirações do futuro naturalista	17
2.1.1 Os primeiros incentivos para iniciar os “estudos botânicos”	20
2.1.2 A presença feminina ao lado do naturalista.....	23
2.2 A primeira monografia: “Iconographie des Orchidées du Brésil”	25
2.3 A Comissão de Exploração do vale do Amazonas (1872-1875)	31
2.3.1 Os “Relatórios” de exploração do vale do Amazonas.....	38
2.4 O contexto da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	42
2.4.1 Varnhagen e os estudos da língua e da cultura indígena.....	48
2.4.2 A criação da Seção Arqueológica e Etnográfica do IHGB	52
2.4.3 A criação da “Seção Etnographica e narrativa da viagem”	56
3 AS INVESTIGAÇÕES ETNOGRÁFICAS DE BARBOSA RODRIGUES NO VALE AMAZÔNICO	61
3.1 A viagem pelo rio Tapajós	62
3.2 A busca pela origem dos Tapajós: estudos arqueológicos e etnográficos.....	74
3.3 Os indígenas contactados por Barbosa Rodrigues	93
3.3.1 Os Parintintim e os Apiaká: entre o atraso e o progresso.....	101
3.3.2 Os Mawé: cultivadores do guaraná	104
3.3.3 Os Munduruku: misto de guerreiros e trabalhadores	107
4 O RECONHECIMENTO DE BARBOSA RODRIGUES COMO HOMEM DE “SCIENCIA”.....	122
4.1 A divulgação das atividades da Comissão de Exploração do vale do Amazonas	122
4.2 Sócio correspondente do IHGB e editor da “Ensaio de Sciencia”	128
4.3 As explorações científicas nas Minas Gerais e sua repercussão.....	133
4.4 A obra “Genera et species orchidearum novarum”	140
4.5 Participação na “Exposição Anthropologica Brasileira” de 1882	147
4.6 Barbosa Rodrigues na província do Amazonas (1883-1890).....	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS	177

ANEXOS	196
ANEXO A – INSTRUÇÕES AOS MEMBROS DA SEÇÃO ETNOGRÁFICA E NARRATIVA DA VIAGEM	197
ANEXO B – A FABRICAÇÃO DE UMA MONTARIA (CANOA) PELOS INDÍGENAS	198
ANEXO C – MAPA DA VIAGEM DE BARBOSA RODRIGUES PELO TAPAJÓS (JULHO E AGOSTO DE 1872)	199
ANEXO D – UM INDÍGENA CIVILIZADO COAGULANDO O LÁTEX.....	200
ANEXO E – REPRESENTAÇÕES DO “SERNAMBY DA TAPERINHA”, SANTARÉM-PARÁ.....	201
ANEXO F – LISTA DE ARTEFATOS ENVIADOS AO MUSEU NACIONAL.....	202
ANEXO G – MACHADOS DE DIORITO DESENTERRADOS POR BARBOSA RODRIGUES.....	203
ANEXO H – AS ALDEIAS MUNDURUCÚ E MAUHÉ DO RIO TAPAJÓS.....	208
ANEXO I – ILUSTRAÇÃO DO “TORÉ” DOS PARINTINTINS.....	209
ANEXO J – UM MUNDURUCÚ OU “CARA-PRETA”.....	210
ANEXO K – UMA ILUSTRAÇÃO DO “UFUÁ” DOS MUNDURUCÚS.....	211
ANEXO L – A MUMIFICAÇÃO DA CABEÇA FEITA PELOS MUNDURUCÚ.....	212
ANEXO M – O “PARIUÁ-Á” E O “PARIUÁ-Á-RENAPE” DOS MUNDURUCÚ.....	213
ANEXO N – A “FESTA DO PARIUÁTE-RAN” E O “PARIUÁTE-RAN”	214
ANEXO O – O “TRAJE DA FESTA DA PARIUÁTE-RAN” DOS MUNDURUCÚ.....	215
ANEXO P – RELAÇÃO DOS ENSAIOS PUBLICADOS “REVISTA ENSAIOS DE SCIENCIA”	216
ANEXO Q – ILUSTRAÇÕES DAS INSCRIÇÕES RUPESTRES FEITAS POR BARBOSA RODRIGUES.....	217
ANEXO R – ARMAS DE GUERRA DESENHADAS POR BARBOSA RODRIGUES	218
ANEXO S – RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE BARBOSA RODRIGUES.....	219
ANEXO T – LISTA DE ARTEFATOS INDÍGENAS DO VALE DO AMAZONAS....	220
ANEXO U – ESPÉCIES DO HERBÁRIO FREIRE ALLEMÃO NO MUSEU NACIONAL	221
ANEXO V – ILUSTRAÇÃO DO COMPASSO IDEALIZADO POR BARBOSA RODRIGUES.....	222
ANEXO W - MEDIDAS MÉDIAS (CENTÍMETROS E METROS) CORPORAIS DOS MAUHÉ E MUNDURUCÚ	223
ANEXO X – YAUAPERY OU UASSAHY COM SEUS ENFEITES TRADICIONAIS	224
ANEXO Y – FOTOGRAFIAS DE ERMANO STRADELLI FOTÓGRAFO DA EXPEDIÇÃO AO JAUAPERY.....	225
ANEXO Z – LOCAL DO PRIMEIRO CONTATO ENTRE BARBOSA RODRIGUES E OS CRICHANÁS.....	226
ANEXO AA – O INDÍGENA PEDRO, INTÉRPRETE DE BARBOSA RODRIGUES.....	227
ANEXO BB – DISTRIBUIÇÃO DE “BRINDES” AOS CRICHANÁS.....	228

1 INTRODUÇÃO

O naturalista brasileiro João Barbosa Rodrigues (1842-1909) deixou uma obra desafiadora para qualquer estudioso que se aventure a recuperá-la, não apenas pelo volume de textos que produziu, como também pela quantidade e pela qualidade de seu conteúdo. Comissionado pelo Governo Imperial em 1872 para explorar o vale do Amazonas, tentou desde o início se firmar como um homem de “sciencias” no Brasil. De acordo com Miriam Leite, o naturalista viajante¹, assim como tantos de sua época, deixou pesquisas cheias de “depoimentos a respeito de situações testemunhadas” e em certos casos foram apresentadas e descritas detalhadamente, podendo ser consideradas como fontes primárias² – tal é o caso dos extensos “Relatorios”³ de autoria do explorador.

Seu empenho e dedicação – ainda que marcados ora por visões distorcidas, ora por sentimentos de compaixão e piedade para com os povos nativos – se encaixam no contexto histórico do que Maria Helena Matos classifica como “viagens exploratórias”. Estas foram amparadas por “agentes financiadores” (IHGB, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Governo Imperial, entre outros) que acreditavam no trabalho científico para identificar os potenciais econômicos e civilizatórios de regiões pouco ou nada exploradas. Esses personagens tinham a obrigação de fornecer estudos empíricos apoiados nas “teorias e ideologias” que orientavam o trabalho intelectual, apresentando descrições, classificações, ordenações dos animais, dos vegetais e das etnias indígenas observadas durante suas explorações⁴.

Barbosa Rodrigues permaneceu na região amazônica por cerca de três anos (março de 1872 até março de 1875), período no qual realizou diversos estudos⁵. Sua missão era catalogar

¹ Para Miriam Leite, o naturalista viajante trazia a “postura do civilizado diante do povo atrasado, reforçada por uma série de obstáculos linguísticos, culturais e econômicos”. Esse viajante por não pertencer ao lugar visitado, ou seja, por ser estrangeiro (no caso de Barbosa Rodrigues ele é brasileiro, mas não pertence aos locais visitados, não se identifica com a população) e estar ali só de passagem tem a possibilidade de “torna-se um observador alerta e privilegiado do grupo visitado” por ele. Por isso conseguia observar, descrever e classificar o “mundo social” através de comparações com o seu próprio local de origem. (LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagens (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p. 10.)

² *Ibidem.*, p. 15.

³ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Tapajós**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, 151p.; RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Urubú e Jatapú**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875b, 129p.; RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Trombetas**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875c, 39p.; RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Yamundá**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875d, 99p.

⁴ MATOS, Maria Helena Ortolan. “Barbosa Rodrigues e o Indigenismo brasileiro: quando o naturalista viajante faz mais que olhar e anotar, ele incomoda”. In: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz; NORONHA, Nelson Matos de. **A Amazônia dos Viajantes: História e Ciência**. Manaus: EDUA, p. 168.

⁵ Maria Helena Matos salientou que escrever sobre Barbosa Rodrigues era uma tarefa “árdua” visto a grande quantidade de “obras [...] diversas, extensas e detalhadas” que ele deixou, entre elas “estudos” sobre a região

as espécies da flora amazônica – em especial as palmeiras, cujos estudos seriam inseridos na famosa *Flora Brasiliensis*, obra do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) – que poderiam ser utilizadas no desenvolvimento e no progresso do Brasil. No entanto, ao longo de sua viagem, o naturalista decidiu ampliar a abrangência da pesquisa e passou a observar a fauna e os indígenas, pois, acreditava, completavam o seu trabalho⁶.

O recorte cronológico da dissertação aqui apresentada irá abarcar o período entre o momento em que o naturalista chegou ao vale do Amazonas e percorreu o Rio Tapajós – o que gerou seu primeiro relatório de grande porte –, até sua morte no Rio de Janeiro, em março de 1909. Cabe salientar, entretanto, que por ora, nosso foco será apenas em seus estudos sobre o referido rio, sendo a extensão da pesquisa até sua morte, aos 67 anos de idade, justificada em função dos desdobramentos de seu trabalho de campo. Dito de outra forma, ao longo de sua trajetória científica, muitos dados contidos nos referidos “Relatórios”, como o do Tapajós, foram por ele utilizados na elaboração de vários artigos e obras que versavam não só sobre botânica, mas também sobre a origem, os usos e os costumes dos povos indígenas contatados⁷.

Objetiva-se, assim, nesta dissertação, mostrar que Barbosa Rodrigues construiu um conhecimento a respeito dos indígenas do vale do Amazonas a partir da perspectiva histórica e etnográfica estabelecida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – criado em 1838 e que desde então se tornou o “catalisador” das discussões a respeito da “temática indianista” no século XIX. Também analisaremos como esse conjunto de informações possibilitou ao naturalista elaborar diversas interpretações sobre as “nações” (antigas e de sua época), o que lhe abriu as portas para o Instituto, assim como para organizações de natureza semelhante na Europa e, ao fim, a consagração com o cargo de direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1890-1909).

A princípio, foram analisados dois relatórios, referentes ao rio Tapajós e aos rios Urubú e Jatapú. Entretanto, durante o desenrolar das pesquisas e das reuniões de orientação, chegamos à conclusão de que o “Relatório Exploração e estudo do vale do Amazonas: Rio Tapajós” já era por demais volumoso. Somado a isso, o fato de que não havia tempo hábil para compor um estudo minucioso dos dois relatórios (muito menos dos cinco volumes) e

amazônica os quais contêm “dados históricos, geológicos, geográficos, botânicos, zoológicos, econômicos, sociológicos e etnográficos”. (*Ibidem.*, p. 167.).

⁶ RODRIGUES, João Barbosa. Extracto de um livro inédito. *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*, Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1882, p. 150.

⁷ XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COSTA, Álvaro Augusto Queiroz. “**por insignificante que fosse o achado, sempre dava lugar á um estudo, á uma comparação e uma analyse**”: as explorações científicas de João Barbosa Rodrigues no rio Capim (1874-1875). 117 p., Monografia (Licenciatura em História), Faculdade de Castanhal-FCAT, Castanhal, 2015.

seguindo a sugestão da Banca de Qualificação relacionada à economia da dissertação, decidimos nos restringir neste momento à primeira obra voltada para o Tapajós.

Tanto nesta, quanto nas posteriores, Barbosa Rodrigues salientou que os índios “fora das doutrinas e dos meios que [empregavam] os civilizados [eram] ageis, trabalhadores e inteligentes”. Curiosamente, relatou que ao entrarem em contato com “a fatal civilização”, essa matava suas formas de vivência e sociabilidade, atrofiava famílias inteiras, os inutilizava de forma ampla e definitiva. Para ele, a solução não era a imposição da civilização à força, mas acompanhada da catequização com o “Evangelho” que possibilitaria a transformação desses sujeitos em “homens aptos como o da raça Européia”⁸.

Foram essa “inteligência”, essa “agilidade”, essa disposição para o “trabalho” que levaram o naturalista a valorizar o indígena nas suas explorações pelos sertões amazônicos. Tudo porque o conhecimento que o nativo possuía da floresta era imprescindível para que ele obtivesse as informações a respeito da flora, da fauna e da população local. Nosso trabalho irá explorar a ambiguidade encontrada na narrativa do naturalista que em certos trechos valorizava a habilidade e o conhecimento de seus “objetos” de observação, ao mesmo tempo em que pensava formas de trazê-los ao “grêmio da civilização”

Se ao longo do processo de colonização, como afirma Ronald Raminelli, havia representações variadas dos índios conforme o interesse do colonizador, no século XIX o panorama não será o mesmo – pelo menos em teoria⁹. Desde a criação do IHGB, a questão dos naturais da terra, sua história, catequese e civilização tornaram-se pautas indispensáveis nas sessões da agremiação. Desse modo, aos sócios – fossem honorários, efetivos ou correspondentes – foi dada a missão de enviar dados (das mais diversas províncias do Brasil) a respeito dos “costumes” indígenas, a densidade demográfica, sua “indústria” e ainda saber quais as “vantagens” que pudessem ser tiradas dos indígenas¹⁰. Nota-se que, por detrás das falas e sugestões havia interesses político-econômicos em jogo, e certa intenção de escrever uma “história dos indígenas” para compor a História do Brasil, como salientou em 1839 um

⁸ RODRIGUES, João Barbosa. Extracto de um livro inédito. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**, Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1882, p. 150.

⁹ Raminelli percebeu no decurso do tempo que outras imagens foram sendo vinculadas ao indígena e contribuíram para que este fosse representado como inferior – “selvagem” que vivia isolado, solitário, nas matas, sem nenhuma Lei; “o bom selvagem” do humanista francês Michel de Montaigne (1533-1592), para quem o indígena vivia em “uma estado de pureza endêmica”, ou seja, o índio não havia pecado; e o pensamento de que os indígenas viviam em um estado de decadência e degeneração, como defendiam o naturalista francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788) e pelo filósofo holandês Cornelius Franciscus de Pauw (1739-1799). (RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 15-16.).

¹⁰ BARBOZA, Januário da Cunha. **4ª Sessão em 4 de Fevereiro de 1839 presidida pelo Exmo. Sr. Visconde de S. Leopoldo. Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo I, 1º Trimestre de 1839, n. 1, terceira edição 1908, p. 109.

dos fundadores do Instituto, o cônego Januário da Cunha Barboza (1780-1847)¹¹. Para Cunha Barboza, na escrita dessa história, os conflitos, as diferentes línguas e costumes deveriam ser abordados, contudo havia a necessidade de se desvendar o que lhes era comum, para o intelectual esse fato estaria nas origens das “tribus”. Sendo assim, para o cônego na realização desse estudo perguntas deveriam ser feitas a respeito dos antepassados dos indígenas, tais como: 1. foram “famílias” nômades ou “segregadas das “grandes nações” da América Ocidental?; 2. Essa emigração poderia ter ocorrido por causa de calamidades?. Para obter tais repostas, era preciso investigar entre os indígenas brasileiros sinais que ligassem eles a essas “grandes nações”.

Seguindo esse pensamento, em 1840, o IHGB lançou o concurso entre seus consócios para a escrita de uma “Memória” a respeito da “Historia do Brasil”. Em 1843, von Martius, sócio honorário, escreveu a dissertação “Como se deve escrever a Historia do Brazil”. Seu texto foi o vencedor, e em 1845 foi publicado na Revista Trimensal do IHGB¹². Grosso modo, von Martius sustentou a tese de que a população brasileira era uma “mescla” de três raças, “a de côr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, enfim a preta ou ethiopica”. Para o naturalista, a raça caucasiana era o “poderoso rio” que absorveu “os pequenos confluents das raças India e Ethiopica”, ou seja, o “sangue” do português era superior aos do indígena e do africano¹³. Von Martius, portanto, incentivou os historiadores brasileiros a levarem em consideração as raças inferiores na construção de uma historiografia brasileira, ainda que interpretadas como inferiores¹⁴. No decorrer dos anos, sócios como o general mineiro José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898)¹⁵ seguiram essa premissa.

Crenivaldo Veloso Júnior, autor que estudou as diretrizes¹⁶ etnográficas realizadas pela Comissão Exploradora do Império (1859-1861)¹⁷ evidenciou que as instruções estavam

¹¹ *Ibidem.*, p. 47.

¹² VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a Historia do Brazil. **Revista de Historia e Geographia do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. Costa, Tomo VII, n. 25 abril de 1845, p. 381.

¹³ *Ibidem.*, p. 382.

¹⁴ *Ibidem.*, p. 382-383.

¹⁵ Para Couto de Magalhães “(...) por muitos annos os indios hão de ser os precursores da raça branca em nossos sertões, e nem Deus promoveria a grande fusão de sangue, que se está operando lentamente n’esse cadinho immenso do Brazil, si com isso não tivesse em vista a realisação d’um d’esses grandes designios que marcam as epochas notveis da historia”. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil**. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, Tomo XXXVI, parte segunda, 1873, p. 508.

¹⁶ Tal instrução foi pensada pelo sócio Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1876), o qual frisou no início de seu texto que não existiam no Brasil estudos etnológicos sobre os indígenas brasileiros, ou seja, estudos que fizessem distinção entre as raças humanas como a organização física, o caráter intelectual e moral, as línguas e as tradições históricas. Cf. VELOSO JÚNIOR, Crenivaldo Régis. **Os “curiosos da natureza”: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX**. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 110.

centradas no estudo físico das raças, ou seja, no que era então uma das frentes de investigação da história natural do homem. Tal estudo deveria priorizar o estabelecimento da distinção das raças com ênfase no estudo dos vestígios arqueológicos, usos e costumes dos indígenas contatados¹⁸. Sendo assim, o pesquisador deveria: desenhar as faces, tirar as medidas do corpo, registrar o dialeto e os conhecimentos sobre medicina, cirurgia, observar o comércio e a agricultura, os aspectos a respeito das crenças e superstições, coletar artefatos como enfeites, utensílios, instrumentos de música, armas, múmias, etc¹⁹.

Com a centralidade da questão indígena nas discussões da Corte e no núcleo de sua camada letrada, evidencia-se a consolidação da visão “mítica da nacionalidade [brasileira]”, ou seja, na visão de alguns intelectuais o indígena passou a expressar peculiaridades do povo brasileiro, principalmente no que diz respeito a sua origem²⁰. Tal mudança foi efetivada nos trabalhos etnográficos realizados por diversos naturalistas estrangeiros que percorreram as vastas regiões do território brasileiro, os quais através de suas observações contribuíram para que os indígenas fossem inseridos na narrativa acerca da História do Brasil²¹. Tal fato pode ser evidenciado na referida dissertação de von Martius, na qual definiu o indígena como sendo um dos “elementos de natureza” cujas “particularidades físicas e moraes” contribuíram para a formação da população brasileira²². Sendo assim, essas observações contribuíram para a constituição de uma referência não apenas da natureza, como também da própria população brasileira, com a inclusão, ainda que idílica, “homogeneizada” – para não dizer “pasteurizada” – do “bom selvagem”, aquele índio manso, recluso, não contaminado pela civilização, mas dela predecessor primitivo²³.

¹⁷ A Comissão Científica do Império também ficou conhecida como “Comissão das Borboletas” – apelido veiculado na imprensa do Ceará pela oposição que acreditava que a iniciativa era apenas desperdício de dinheiro público; e “Comissão Defloradora” – apelido dado devido às constantes brigas e desentendimentos entre seus membros que incluíram problemas com farras, bebedeiras, assédios a mulheres e até mesmo a prisão de um dos guias da Comissão em Icó, no Ceará. (WELHING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB**. Rio de Janeiro: IHGB, 2010.)

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ VELOSO JÚNIOR, Crenivaldo Régis. *Op. Cit.*, p. 111-112.

²⁰ KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 23.

²¹ *Ibidem.*, p. 71.

²² Importante salientar que para von Martius, o indígena (“cór de cobre ou americana”) ao lado do negro (“preta ou ethiopica”) eram raças inferiores quando comparadas ao português (“branca ou Caucassiana”). Na visão do bávaro, o português seria um “poderoso rio” e as outras duas raças seriam seus “confluentes”, no final do processo de mesclagem, o sangue português absorveria tanto o sangue do indígena e do negro. (VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1845, n. 24, p. 382-383.)

²³ SAMPAIO, Teodoro; TESCHAUER, Carlos. **Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao discutir a respeito da criação do IHGB, salientou que o mesmo foi idealizado para ser o *locus* da construção da História Nacional²⁴, o que incluía, naturalmente, um papel privilegiado ao indígena e seus conhecimentos sobre a terra, a fauna e a flora.²⁵ No mesmo sentido, Kaori Kodama, ao abordar a questão, salientou que para o IHGB conhecer as línguas, os usos e os costumes, as migrações dos povos até o momento de contato com o europeu e o início da colonização portuguesa, legitimava a escrita de uma “História particular” brasileira.

Para tanto, os intelectuais do IHGB se apropriaram do estabelecimento da Etnografia e da Etnologia²⁶ como áreas do conhecimento e as relacionaram com a Arqueologia²⁷ para elaborarem estudos concernentes aos indígenas do Brasil, na tentativa da construção não apenas de uma História, mas também de uma Identidade nacional²⁸. Sendo assim, a nossa dissertação possibilitará um aprofundamento sobre a questão etnográfica apresentada nas linhas anteriores, através do olhar particular de Barbosa Rodrigues que se tornaria oficialmente sócio do referido instituto em 1876²⁹.

A base teórica-metodológica da presente dissertação se fundamentou nos pensamentos de Mikhail Bakhtin (1895-1975) e Tzvetan Todorov (1939-2017), entre outros autores que trabalharam o olhar etnocêntrico sobre o “outro” e suas repercussões para a sociedade. Para Bakhtin, a título de exemplo, o “discurso do outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática...”³⁰. Sendo assim, para ele era necessário analisar não apenas o discurso citado (tal análise responderia questões “Como”, “de que falava fulano?”), como também a “transmissão das suas palavras, mesmo que só sob a forma de discurso indireto” (para descobrir “o que dizia ele?”)³¹.

Todorov, recentemente falecido, se propôs a discutir as imagens do “outro” construídas pelos europeus que aportaram na América entre os séculos XV-XVI. Esse autor

²⁴ COELHO, Geraldo Martires. **História e Ideologia: o IHGB e a república (1889-1891)**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1981.

²⁵ A questão indígena foi amplamente discutida dentro do Instituto, prova disso é que assuntos concernentes aos indígenas, somados a História regional e relatórios de pesquisas e viagens, juntos representaram 73% do conteúdo da **Revista Trimestral do Instituto**. (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 143.).

²⁶ Para mais informações Cf. BALDUS, Herbet. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. São Paulo: Kraus Reprint, 1954.

²⁷ Em 1847, foi criada a Comissão de Arqueologia e Etnografia no IHGB, no entanto só passou a realizar trabalhos após o estabelecimento dos Novos Estatutos do Instituto (1851). Cf. KODAMA, Kaori. Op. Cit., 2005.

²⁸ *Ibidem*. p. 71.

²⁹ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. **Barbosa Rodrigues: Uma glória do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945.

³⁰ BAKHTIN, MIKHAIL. **Marxismo e Filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. São Paulo: Editora HICITEC, 2002, p. 144.

³¹ *Idem*.

salientou que tais construções são contraditórias, como no caso exemplar de Cristóvão Colombo. Para esse explorador marítimo, os mesmos ameríndios que eram indivíduos “generosos”, também eram “ladrões”³². Para Todorov, a linguagem só existia por causa do “outro”, não apenas porque se fala a alguém, como sempre se evoca o terceiro, ausente. Segundo ele, “a própria existência desse outro pode ser medida pelo lugar que lhe reserva o sistema simbólico: não é o mesmo, para evocar apenas um exemplo sólido, e agora familiar...”³³

Tendo em perspectiva tais apontamentos, pretendemos interpretar os escritos de Barbosa Rodrigues, o diálogo estabelecido com outros personagens em suas obras e fora delas, assim como as relações estabelecidas com sujeitos e grupos distintos, numa tentativa de iluminar suas estratégias de pesquisa, sua interpretação da realidade brasileira e os encaminhamentos formulados no tratamento de construções, imagens e representações desse “estrangeiro” na sua própria terra, o índio. Para isso, a dissertação foi dividida em três capítulos.

No primeiro (segunda seção), intitulado “A formação intelectual e profissional de Barbosa Rodrigues” analisamos as primeiras décadas de instrução e erudição desse naturalista, desde o contexto de criação e primeiros estudos, passando pela tentativa frustrada de publicar a primeira obra de sua autoria, a *Iconographie des orchidees du Bresil*, até a sua nomeação pelo governo imperial como naturalista-chefe da “Comissão de Exploração do vale do Amazonas” e a elaboração dos “Relatórios” citados anteriormente. Apresentamos também a conjuntura de criação do IHGB, instituição a qual se vinculou, seguindo algumas de suas linhas mestras, além da organização da Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem para compor a Comissão Científica do Império (1859-1861). Ao que parece, algumas orientações dessa Seção específica foram posteriormente usadas por Barbosa Rodrigues em sua viagem pelo vale amazônico.

No segundo capítulo (terceira seção), intitulado “As investigações etnográficas de Barbosa Rodrigues no vale amazônico” concentramos esforços nos estudos etnográficos realizados por Barbosa Rodrigues no rio Tapajós, em 1872. Estes versam a respeito da provável origem peruana dos “antigos Tapajós”, além de seus usos e costumes. O naturalista ainda apresentou diversos povos indígenas que desapareceram ao longo do processo de colonização (fosse nas mãos do colonizador, fosse nas guerras intertribais), e aqueles que

³² TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Editora WHF Martins Fontes, 2010, p. 55.

³³ *Ibidem.*, p. 229.

ainda viviam nesse curso d'água, como os Apiaká, os Parintintim, os Mawé e os Munduruku, povos que formavam a “base” populacional da região tapajônica.

No terceiro e último (quarta seção), intitulado “O reconhecimento de Barbosa Rodrigues como botânico e etnógrafo” tentamos reconstruir, com os indícios disponibilizados nas fontes, como os esforços feitos no vale amazônico e as relações político-sociais de Barbosa Rodrigues, o credenciaram como homem das “ciencias” tanto no Brasil, como no exterior. Ao retornar da Norte do Brasil, o naturalista divulgou seus trabalhos em eventos, assim como em revistas e livros. Em 1876, com sua memória sobre a etnografia do vale, conquistou os votos necessários de seus consócios do IHGB e, no mesmo ano, em parceria com o Barão de Capanema e Baptista Caetano, criou a efêmera revista “Ensaio de Sciencia”.

Em 1882, participou da “Exposição Anthropologica Brasileira” com sua coleção arqueológica e etnográfica, assim como publicou vários artigos na revista do evento. Em 1883, retornou para o Amazonas, dessa vez para criar e dirigir o Museu Botânico do Amazonas (com apoio da Princesa Isabel), seguido de sua revista oficial a “Velloso”. Não menos importante, ajudou o governo provincial na “pacificação” dos Crichanás, oportunidade em que analisamos a legislação indigenista da época. Em 1890, foi nomeado diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro por indicação de Capanema, sendo considerado até hoje responsável por revigorar cientificamente a Instituição.

Duas questões principais perpassam todo o texto aqui apresentado. Primeiro, o trabalho historiográfico de recuperação, interpretação e cruzamento das fontes relacionadas a Barbosa Rodrigues e os de sua própria autoria. Devido à vasta documentação, fomos forçados a fazer certos recortes temáticos e cronológicos, tentando na medida do possível não comprometer a riqueza do material que tínhamos em mão. Se por um lado o acesso a 5 relatórios de sua autoria era tentador, precisávamos estruturar de forma adequada uma dissertação de mestrado dentro dos padrões exigidos pela academia.

Segundo, o esforço para reconstruir toda a rede de apoio sem a qual não teria sido possível o trabalho de campo do naturalista e muito menos a publicação de suas análises. Cabe lembrar aqui que em muitos trechos de vários de seus relatórios os próprios índios se sobressaem como personagens de importância crucial para a obtenção de informações por parte do etnógrafo. A agência indígena, entretanto, é periférica neste trabalho, mas já deixamos aqui o compromisso de explorá-la de forma sistemática em um possível doutorado. Como homem de “ciencias”, membro reconhecido dos círculos letrados do país, mesmo frente a dificuldades, inimizades e críticas (pertinentes, como veremos), angariou apoio de nomes do porte do Barão de Capanema, de D. Pedro II e da princesa Isabel.

Por fim, cabe registrar que parte do corpo documental da pesquisa pode ser acessado na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, localizada no Museu Paraense Emílio Goeldi, onde nos focamos em ler e fichar os primeiros números do Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, como também livros, estampas litográficas e outros documentos relevantes para o êxito da pesquisa, assim como alguns mapas. No Arquivo Guilherme de La Penha, consultamos algumas obras raras. Já nas bibliotecas digitais, como o Center for Research Libraries, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, o catálogo da WorldCat Library e a Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, a pesquisa concentrou-se em diversas fontes bibliográficas e documentais, como relatórios e falas dos presidentes de províncias, periódicos, revistas científicas, livros, entre outros.

2 A FORMAÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DE BARBOSA RODRIGUES

Este capítulo tem por objetivo analisar as primeiras décadas da trajetória intelectual e profissional do naturalista brasileiro João Barbosa Rodrigues. Apresentamos o contexto de seu nascimento, criação, estudos e formações; a tentativa frustrada de publicar a primeira obra de sua autoria, a “*Iconographie des orchidees du Bresil*”; a nomeação pelo governo imperial como naturalista-chefe da “Comissão de Exploração do vale do Amazonas” e a elaboração dos “Relatórios” dessa comissão. Discorremos também a respeito da criação do IHGB em 1838, instituição a qual se vinculou, seguindo algumas de suas linhas mestras; a organização em 1851 da seção Arqueológica e Etnográfica, posteriormente, apenas Etnográfica; e, por fim, a narrativa da viagem de 1856 pelo IHGB que serviu de base para compor a Comissão Científica do Império (1859-1861).

2.1 O contexto do nascimento e as aspirações do futuro naturalista

Os governantes brasileiros ao longo do período regencial (1831-1840) foram responsáveis por um “período de agitação política” e “instabilidade”, o que ocasionou “revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões” em diversas províncias brasileiras. Esse cenário, resultado das políticas dos gabinetes conservadores, levou os liberais a temerem que a Monarquia se enfraquecesse e, por conseguinte, ocorresse o fim do Império. Passaram então a defender que a solução estava na pessoa do herdeiro do trono brasileiro, o Príncipe Imperial Pedro de Alcântara (1825-1891), porém o Príncipe não possuía a maioria (18 anos) o que lhe impossibilitava de assumir o trono³⁴. Em 1840, por persistir o cenário político, os liberais arquitetaram um golpe para antecipar a maioria do príncipe e para que este, enfim, assumisse a Coroa. À época, Pedro de Alcântara tinha 14 anos. Após longo período de debates e discussões na Assembleia Geral Legislativa, os liberais conseguiram que em 23 de julho, fosse proclamada a maioria.³⁵ Esse episódio, segundo José Murilo de Carvalho foi um ato promovido ao “arrepio da Constituição, pelo Partido Liberal e com apoio da população da capital”, e representou o sinal “da força do unitarismo”.³⁶

³⁴ Após várias tentativas frustradas de permanecer no Brasil, em 7 de abril de 1831 o Imperador Pedro I (1798-1834) decidiu abdicar o trono em favor de seu filho. No entanto, o menino não pôde assumir o trono por ter na época 5 anos. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **As marcas do Período**. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). A construção nacional. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, v. 2, 2012, p. 20-22.

³⁵ *Idem.*

³⁶ *Idem.*

No poder, Pedro II indicou seus aliados liberais para comporem o Gabinete Ministerial, mas em 1842 os trocou pelos conservadores³⁷. A reviravolta gerou um movimento revolucionário que questionava a decisão do governo, a Revolução Liberal de 1842.³⁸ Uma vez eclodida, o sentimento antilusitano aumentou, o que gerou temor em alguns cidadãos portugueses que residiam nessas províncias, levando muitos a fugirem com suas famílias para o Rio de Janeiro. Na cidade, podiam contar com a ajuda do Imperador, pois mesmo que nascido no Brasil, sua origem paterna era da Casa Real de Bragança, dinastia que governava Portugal desde o século XVII³⁹.

O pai de Barbosa Rodrigues estava entre os muitos portugueses que procuraram refúgio na capital imperial. O Sr. João Barbosa Rodrigues era um influente comerciante português⁴⁰ do ramo de fazendas secas. Sua esposa, Maria Carlota da Silva Santos, natural da freguesia de São Gonçalo de Campanha do Rio Verde (atual São Gonçalo de Sapucaí), região Sul da província mineira, possuía ascendência indígena⁴¹. Residiam nessa freguesia, e ao eclodir a revolta, o comerciante, passou a temer por sua vida e de sua esposa (grávida de seu filho primogênito). Por isso, retiraram-se para o Rio de Janeiro⁴². Na Corte, nasceram João Barbosa Rodrigues Júnior⁴³ e a irmã, Alexandrina Barbosa Rodrigues⁴⁴. Ali, a família permaneceu poucos anos. Ainda na década de 1840, a esposa de Barbosa Rodrigues pai faleceu, o que determinou o retorno do comerciante com os filhos para São Gonçalo de Sapucaí⁴⁵. Na cidade, casou-se de novo. Sua nova esposa, Maria Horta Barbosa Rodrigues teve três filhos: Arthur Barbosa Rodrigues, João Baptista Barbosa Rodrigues e Julia Barbosa Rodrigues⁴⁶.

³⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 97.

³⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 47.

⁴⁰ Natural da província de Viana do Castelo (hoje cidade e capital do Distrito de Viana do Castelo), situada na região do Alto-Minho no Norte de Portugal. Filho de um ex-Governador-Geral da província de São Paulo da Assunção de Luanda, capital de Angola. (SALGADO, Dilke de Barbosa. *Op. Cit.*, p. 17.).

⁴¹ SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a Ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. III (suplemento), 2001, p. 903.

⁴² *Ibidem.*, p. 18.

⁴³ Em 1858, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro fez anúncios do Curso de Comércio o qual foi publicado no “Correio Mercantil”. Nele, figurava a lista dos alunos aprovados no referido curso, entre estes estava o nome de João Barbosa Rodrigues Júnior, com o acréscimo do termo Júnior. No entanto, o naturalista ao longo de sua vida optou por assinar apenas João Barbosa Rodrigues. Cf. **CORREIO MERCANTIL**, Rio de Janeiro, 8 dez 1858, ano XV, n. 331, notícias diversas, p. 1.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ Segundo Dilke Salgado, após a morte de Maria Carlota a família retornou para São Gonçalo de Sapucaí. Contudo, não mencionou os anos da morte e do retorno. (SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 19.).

⁴⁶ *Ibidem.*, p. 21.

De acordo com Dilke Salgado, foi na infância que Barbosa Rodrigues passou a se interessar pela História Natural, ao ponto de colecionar flores, ossos de animais, borboletas (*Lepidoptera* L.), besouros (*Coleoptera* L.), pedras e outras coisas, todos coletados nas matas e arredores de sua residência, guardados em “caixinhas” e desenhados em seus cadernos⁴⁷. Ali continuou as Primeiras Letras que haviam sido iniciadas no Colégio Fluminense. Aspirava ser médico, por isso, decidiu morar no Rio de Janeiro⁴⁸. Em 1856, se matriculou no Instituto Comercial, onde concluiu o Curso de Comércio dois anos depois. Na instituição, trabalhou como secretário entre 1862-1863⁴⁹. Além de buscar uma melhor formação⁵⁰, arriscou-se no mundo dos literatos⁵¹. Entre 1855-1864, escreveu diversos poemas, poesias e romances⁵². Na década de 1860, ao dar continuidade a essa inserção, se tornou membro da Sociedade Ensaio Literários, instituição que agregava jovens dedicados à atividade mercantil⁵³. Em 1864, publicou o manuscrito **Contos Nocturnos**, oferecendo um exemplar ao IHGB⁵⁴. Tal atitude revela uma primeira tentativa de se tornar conhecido pelos sócios, uma estratégia para que no futuro pudesse fazer parte do rol dos “ilustrados” do instituto. Nesse ínterim, ainda participou das homenagens do 40º aniversário da Independência do Brasil, com a composição de uma poesia, em 1862, que homenageava o Imperador Pedro I, “Ao fundador da monarquia brasileira”⁵⁵.

De acordo com Magali Sá, foi no período em que estudava no Instituto Comercial que conheceu o engenheiro Guilherme Schüch de Capanema, o barão de Capanema (1824-

⁴⁷ *Ibidem.*, p. 21.

⁴⁸ *Ibidem.*, p. 22.

⁴⁹ *Ibidem.*, p. 60.

⁵⁰ Flora Castaño afirmou em seu artigo que seu bisavô se formou em Engenharia na Escola Central (hoje Escola Politécnica da UFRJ) em 1869. (MORI, Scott A.; FERREIRA, Flora Castaño. A distinguished Brazilian botanist, João Barbosa Rodrigues (1842–1909). *Brittonia*, v. 39, 1987, p. 75.). Essa informação também é encontrada no trabalho de Pedro Tórtima (sócio do IHGB, Instituição da qual o naturalista fez parte, entre os anos de 1876 a 1909). Esse autor acrescentou que Barbosa Rodrigues bacharelou-se em Ciências e Letras no Imperial Colégio de Pedro II (não fez referências aos anos de matrícula e de conclusão). Durante nossas pesquisas não encontramos documentação que pudesse comprovar se, de fato, o botânico concluiu esses cursos. (TÓRTIMA, Pedro; Tapajós, Vicente C. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros: sócios falecidos entre 1881-1920**. Rio de Janeiro: IHGB, v. 4, 1993, p. 25.).

⁵¹ Em 1855, aos 13 anos já se arriscava escrever pequenos versos, foi aluno do poeta Casimiro J. C. d’Almeida Portugal na disciplina “Língua e Literatura”. (*Idem.*).

⁵² “Threnos D’Amor”, “A tupi”, “O parricida”, “Geraldina” e “Páginas de um louco”, “Livro de Orlinda”, “Memórias de uma costureira”. (SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. cit.*, p. 22, 24, 42-43.).

⁵³ **CORREIO MERCANTIL**, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1861, n. 201, notícias diversas, p. 1.

⁵⁴ Doação comunicada em 05 de agosto de 1864 pelo secretário do IHGB. (FIGUEIREDO, Carlos Honório de. **Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, v. 26, parte II, 1864, p. 371.)

⁵⁵ RODRIGUES, João Barbosa. “Ao fundador da monarquia brasileira”. In: RODRIGUES, João Barbosa **Estatua equestre do Senhor Dom Pedro Primeiro**. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1862, p. 37.

1908)⁵⁶. Este percebeu o potencial do funcionário para a História Natural, principalmente para a Botânica. Entre os dois, se desenvolveu uma forte amizade. Capanema, além de ser companheiro nas primeiras incursões botânicas, foi também um grande apoiador de suas atividades profissionais durante toda a vida⁵⁷. Para Dilke Salgado, a afinidade entre ambos era “tão forte, tão decisiva” que o imperador Pedro II afirmou que talvez “falasse mais em nome da amizade do que no da ciência”⁵⁸.

2.1.1 Os primeiros incentivos para iniciar os “estudos botânicos”

A historiadora Magali Sá conceituou o barão como “mecenas” de Barbosa Rodrigues, e este o seu *protégé*⁵⁹. Porém, ao analisar-se as fontes, as publicações do naturalista entre 1875-1903, não há menções por parte dele de que Guilherme de Capanema teve tal papel tão preponderante. A única pessoa denominada assim foi D. Pedro II, em 1895, ao se referir ao financiamento de suas primeiras investigações botânicas realizadas no vale do Amazonas (1872-1875) e em Minas Gerais (1876)⁶⁰. Vale destacar que, 18 anos antes, demonstrou consideração ao Imperador, dedicando ao “protector das sciencias” no Brasil, em 1877, o primeiro volume de “*Genera et species orchidearum novarum*”⁶¹. Na obra, descreveu a diagnose de um novo gênero de orquídea amazônica, a *Petronia* Barb. Rodr.⁶², em alusão ao nome de Pedro. Foi a única espécie do gênero que recebeu o epíteto “*regia*” (real) – *Petronia regia* Barb. Rodr.⁶³, como maneira de agradecer aquele que possibilitou “*exécuter mes travaux botaniques*”⁶⁴.

⁵⁶ Filho de Rochus Schüch (1788-1844), bibliotecário austríaco, era professor de alemão e de italiano de Pedro de Alcântara (futuro Pedro II). Guilherme Schüch, nasceu na vila Capanema, pequeno vilarejo de Ouro Preto. Se formou em Matemática e em Ciências Físicas (Escola Militar e Engenharia pela Escola Politécnica de Viena-Áustria). Trabalhou como docente na Escola Politécnica, ensinou Física e Mineralogia na Escola Central e foi professor honorário da Academia de Belas Artes. Tornou-se sócio efetivo do IHGB, do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e da Sociedade de Estatística do Brasil. Entre 1859-1861, chefiou a sessão geológica da Comissão Científica do Império realizada em alguns lugares no Ceará. Cf. Cartas de Dom Pedro II ao Barão de Capanema. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, 1944, pp. 191-192; TAPAJÓS, Vicente C.; TÓRTIMA, Pedro. *Op. Cit.*, p. 37.

⁵⁷ SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.*, p. 903.

⁵⁸ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 253.

⁵⁹ SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.* p. 903.

⁶⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895, p. 28.

⁶¹ RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum*. Sebastianópolis: Imprimerie de C. ET. H. Fleiuss, v. 1, 1877, p. 5.

⁶² Sinônimo de *Batemannia* Lindl. *Petronia in Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB68646>. Acesso em: 07 nov. 2019.

⁶³ Sinônimo de *B. colleyi* Lindl. *Idem*.

⁶⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 107.

Em suas obras, entretanto, o naturalista fez referências contínuas à amizade com Guilherme de Capanema. No primeiro volume de “*Genera...*”, apresentou a diagnose do gênero *Capanemia* Barb. Rodr.⁶⁵, inseriu nele a espécie *C. micromera* Barb. Rodr.⁶⁶. O nome é uma alusão ao seu “*à mon cher ami M. le Conseiller Docteur Guilherme Schuch de Capanema, savant naturaliste brésilien*”⁶⁷. Nessa dedicatória, o chama de querido amigo (vale ressaltar que, nas dezenas de homenagens que fez, apenas o barão é referido dessa maneira). O segundo volume dessa obra, de 1882, foi dedicado ao seu “*cher ami*”, por causa do “*caractère chevaleresque*”, da “*amitié*” e das atividades botânicas⁶⁸.

A respeito das homenagens, Barbosa Rodrigues escreveu na Revista **Vellozia**⁶⁹ que era seu “dever de gratidão perpetuar os nomes daquelles que são uteis á patria e á sciencia”⁷⁰. As referências, portanto, ajudam a comprovar a importância de Guilherme de Capanema em sua vida, ainda que o naturalista nunca tenha se referido ao “mecenato” do amigo. Pensamos, assim, de modo igual a Magali Sá, que, sem o apoio do barão, o botânico não teria conseguido a ascensão em sua trajetória científica. Vale frisar que tal discussão será de suma importância para o desenvolvimento da presente dissertação. Como referido, no início de sua trajetória científica, Barbosa Rodrigues recebeu apoio de pessoas importantes que estavam inseridas na sociedade imperial brasileira. E como se verifica, ao longo de sua vida, não deixou de encontrar nelas o apoio necessário para ascender no cenário científico nacional e internacional.

Robert Elias, ao discutir a sociedade que compunha o reino de Luís XIV (1638-1715), a definiu como uma “sociedade de corte”. Em sua análise, o autor estabeleceu três conceitos: “figuração”, “interdependência” e “equilíbrio de tensões”⁷¹. Com cuidado de não cairmos em um anacronismo, posto que Elias trata de um contexto inteiramente diferente, tais conceitos podem ser utilizados na reflexão que propomos, seja para entender a sociedade brasileira (governada por uma monarquia de origem portuguesa, herdeira de uma tradição absolutista e

⁶⁵ *Capanemia* até hoje é um nome aceito, nome correto. Santos, T. F.; Smidt, E. C. *Capanemia In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB11299>. Acesso em: 09 nov. 2019.

⁶⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 137.

⁶⁷ “(...) ao meu querido amigo, o Conselheiro Sr. Guilherme Schuch de Capanema, cientista naturalista brasileiro” (Tradução Livre). (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 138.)

⁶⁸ RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum quas collegit, descripsit et iconibus illustravit*. Rio de Janeiro: Sebastianopolis, v. 2, 1882, p. 5.

⁶⁹ A Revista **Vellozia – contribuições do Museu Botânico do Amazonas** foi o periódico oficial do Museu Botânico do Amazonas. Cf. RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas**. Manaus: Typographia do Jornal do Amazonas, v. 1, 1888.

⁷⁰ RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, 1891, p. 38.

⁷¹ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 13.

que possuía reminiscências dessa “sociedade de corte”), na qual nosso autor-chave, Barbosa Rodrigues, estava inserido, seja para analisar as atitudes do futuro naturalista e de seus apoiadores que o transformariam numa espécie de “profissional do mecenato”.

A “figuração”, segundo Elias, era “uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis, em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões”⁷². É o que se percebe ao analisar a vida do futuro naturalista que buscará se inserir em uma “rede de homens de ciência e de letras”, uma experiência que não se dará sem conflitos, disputas e concessões⁷³. No primeiro momento, Barbosa Rodrigues contou com apoio de Guilherme de Capanema, com grande prestígio social na Corte, tendo em vista não apenas a amizade com o Imperador, mas também os serviços prestados ao governo, como chefe da seção de Mineralogia da primeira expedição científica do Império⁷⁴. As ações do barão, com sua rede de “dependências recíprocas” possibilitou que a sua “ação individual” (apoiar Barbosa Rodrigues), a qual dependia de outras ações individuais (“rede”), alterassem “a imagem do jogo social”. Esse raciocínio é evidenciado nas indicações feitas por Capanema, pois este o recomendou para exercer a função de secretário do internato do Imperial Colégio de Pedro II e professor adjunto de Desenho no mesmo (ações individuais e a alteração da imagem do jogo social)⁷⁵.

A atitude de Capanema corrobora o pensamento de Silvia Figueirôa de que foram os docentes “das escolas profissionais [que] desempenharam papéis plurais dada sua inserção particular”⁷⁶. Nesse contexto, o barão “transitou em espaços científicos e técnicos, por isso, é considerado por muitos como um “expoente da elite imperial” [...] mediando demandas de mercado e de formação específica, políticas públicas educacionais, industriais, de apropriação do espaço e dos recursos naturais”⁷⁷.

⁷² *Idem.*

⁷³ VELLOSO JÚNIOR, Crenivaldo Regis. “Os curiosos da natureza”: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 9.

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ *Ibidem.*, p. 60.

⁷⁶ FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, jul. 2005, p. 439.

⁷⁷ *Idem.*

2.1.2 A presença feminina ao lado do naturalista

Ao longo da vida, Barbosa Rodrigues casou-se três vezes, sendo seus dois primeiros matrimônios efêmeros. O seu terceiro com Constança Eufrosinada Borba Pacca (1844-1920) durou 42 anos e lhe rendeu 14 filhos⁷⁸. A respeito destes, sabemos que Raul e Barbosa Rodrigues Júnior seguiram os passos do pai⁷⁹, ambos durante a administração dele ocuparam o cargo de naturalista viajante no Jardim Botânico (JBRJ). Porém, quem se destacou foi Barbosa Rodrigues Júnior que após a morte de seu genitor assumiu interinamente o JBRJ em duas oportunidades e criou a “Sociedade Brasileira de Botânica”, em 1924⁸⁰.

Constança, sempre ao seu lado incentivando trabalhos e estudos, teve seu nome vinculado a algumas espécies descobertas. Um gênero de orquídea, a *Constantia* Barb. Rodr., nele inseriu a *Constantia rupestris* Barb. Rodr.⁸¹ e o epíteto de uma palmeira, a *Bactris constanciae* Barb. Rodr.⁸². Essa atitude em associar o nome Constança ao gênero (*Constantia*) e ao epíteto (*constanciae*) não era algo inédito, pois, os botânicos designavam epítetos (comemorativos e descritivos) em alusão a pessoa (*martiana*, etc.), cor (*albus*, etc.), orientação (*orientalis*, etc.), geografia (*africanus*, etc.), hábito (*arborescens*, etc.), habitat (*campestris*, etc.), estações (*vernalis*, etc.), tamanho (*major*, etc.). De acordo com Lorelai Kury essas “práticas científicas [...] cumpriam, muitas vezes, funções locais de manutenção de laços sociais e reconhecimento de relações de proteção, subordinação e homenagem”⁸³. Em outras palavras, era a maneira que encontravam para agradecer ao apoio financeiro ou moral que recebiam, e o que lhes permitiam continuar a contar com eles.

Vale destacar que, pelo seu engajamento durante as viagens de exploração de seu esposo, Constança pode ser inserida em um seleto grupo, composto de esposas que acompanharam seus maridos em expedições científicas no Brasil. Cabe aqui citar a esposas de dois naturalistas estrangeiros, a escritora norte-americana Elizabeth Cary Agassiz (1822-

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ *Ibidem.*, p. 250

⁸⁰ *Ibidem.*, p. 248; **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, 22 de março de 1924, ano XLIX, n. 71, p. 2; **DIÁRIO DA MANHÃ**, Victoria, 5 de abril de 1924, ano XVIII, n. 194, p. 3.

⁸¹ Essa espécie pode ser encontrada no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Seu domínio fitogeográfico é a Mata Atlântica. A orquídea vive em floresta ombrófila (floresta pluvial). (VAN DEN BERG, C. *Constantia In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB11384>. Acesso em: 10 nov. 2019.).

⁸² Segundo o site “Flora do Brasil”, essa espécie é encontrada no Amazonas, Amapá e Pará. Seu domínio fitogeográfico é a Amazônia, a palmeira vive em floresta de Terra Firme. Seu nome vulgar é mumbaca. (*Bactris In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB34005>. Acesso em: 10 nov. 2019.).

⁸³ KURY, Lorelai B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11 (suplemento 1), 2004, p. 116.

1907) e a escritora francesa Marie Octavie Coudreau (1867-1938). Elizabeth Agassiz, era esposa do geólogo suíço Jean Luis Rodolphe Agassiz (1807-1873). O casal permaneceu no Brasil entre 1865-1866, explorou várias regiões do Brasil, inclusive a Amazônia. De acordo com Lorelai Kury, a escritora foi responsável em “redigir a narrativa dos acontecimentos e peripécias” e reforçar “a credibilidade e o papel de pretensa utilidade social dos trabalhos científicos” de seu esposo⁸⁴.

Marie Coudreau, acompanhou seu esposo, o geógrafo francês Henry Anatole Coudreau (1859-1899), em viagem pela região amazônica a mando do governo provincial do Pará, entre 1895-1899. Também ficou responsável em escrever os relatos de viagens. Ao contrário de Constança ou Elizabeth, entretanto, Marie tomou a frente das explorações após o falecimento de seu esposo, em 1899, (agora a mando da província do Amazonas), encerrando os trabalhos em 1906⁸⁵. A respeito do rumo que tomou sua vida, Marie Coudreau afirmou que deixou a sua “família” e sua “pátria” para seguir o geógrafo por onde fosse, para habituar-se “da sua vida de seu trabalho” e compartilhar “dos seus perigos”⁸⁶.

Importante destacar que não existem muitas referências da participação de esposas de naturalistas brasileiros em suas expedições. Sabemos que Viviane Luiza da Silva destacou o “interesse humanitário” que Maria do Carmo de Mello Rego (1840-?), primeira-dama de Mato Grosso⁸⁷, possuía pelos indígenas daquela região. Maria Rego chegou a escrever a respeito deles e formou uma coleção doada ao Museu Nacional. Mas, seu esposo não era um naturalista e sim um político que ela acompanhava em suas viagens oficiais ao Mato Grosso⁸⁸. Contudo, Maria Rego ajudou nas expedições antropológicas realizadas pelo naturalista alemão Karl von den Steinen (1855-1929) na província mato-grossense entre os anos de 1884-1885. Por isso, essa viajante pode ser inserida “no campo das mulheres viajantes como

⁸⁴ KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001, p. 158-160.

⁸⁵ SOUZA FILHO, Durval de. **Os retratos de Coudreau**: índios, civilização e miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreram a Amazônia em busca do “Bom Selvagem” (1884-1899). 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 26.

⁸⁶ *Ibidem.*, p. 39.

⁸⁷ Francisco Raphael de Mello Rego (?-1904). Cf. SARTORI, Maria Ester de Siqueira Rosin. **Maria do Carmo de Mello Rego**: diário de uma mulher viajante do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita. 188 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p. 36.

⁸⁸ SILVA, Viviane Luiza da. **Herança de um Brasil Central**: aspectos do patrimônio indígena brasileiro na ótica dos viajantes e pesquisadores não brasileiros de Alexandre Rodrigues Ferreira a Claude Lévi-Strauss. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013, p. 143.

antropólogas iniciantes do século XIX, que buscavam nas viagens, não só o turismo, mas formação cultural mais ampla”⁸⁹.

Sendo assim, Constança pode ser considerada uma precursora da participação feminina nas explorações científicas de naturalistas no Brasil, diminuindo a invisibilidade da mulher. Viajou e morou com Barbosa Rodrigues em dois momentos no vale amazônico: na exploração dos rios (Tapajós, Urubú, Jatapú, Trombetas, Jamundá e Capim) e quando a família se mudou para Manaus, onde Barbosa Rodrigues fundou e assumiu a direção do Museu Botânico do Amazonas. Nas viagens, foi auxiliar na elaboração das ilustrações botânicas (1872-1875)⁹⁰ e, em Manaus, foi uma das responsáveis pela organização das coleções etnográficas (1883-1890)⁹¹. No intervalo dessas duas passagens pela região amazônica, participou com toda família em uma expedição que o marido fez na região de Minas Gerais a mando do governo imperial (1876-1877).

Embora não haja uma literatura consolidada no Brasil sobre o papel dessas mulheres ao acompanhar seus maridos nas pesquisas científicas, tal aspecto histórico vem sendo explorado já há algum tempo em outros países, sobretudo nos Estados Unidos. Por lá, a tradição dos chamados “casais criativos” não apenas revela a dinâmica única entre os personagens que possibilitou uma série de descobertas científicas, como colaborou muito para tirar a presença feminina da obscuridade que insistia em permanecer quando se tratava de tais empreendimentos. Acreditamos que o caso de Barbosa Rodrigues e Constança possa ser inserido nessa tradição de estudos.⁹²

2.2 A primeira monografia: *Iconographie des Orchidées du Brésil*

Segundo W. Duarte de Barros, entre 1868-1869, com o objetivo de coletar espécimes de orquídeas para compor seu herbário, Barbosa Rodrigues realizou várias incursões na província do Rio de Janeiro e de Minas Gerais: montanhas próximas à Petrópolis, à Serra do Mar, à Serra do Tinguá, à Barra Mansa, à Resende, à Itatiaia e ao rio Paraíba do Sul⁹³. Tais incursões, foram realizadas às vezes só, outras na companhia de amigos e conhecidos – o

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.* p. 903.

⁹¹ LEONG, Leyla. **João Barbosa Rodrigues e o Museu de Botânica do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2010, p. 56.

⁹² PYCIOR, Helena Mary; SLACK, Nancy G.; ABIR-AM, Pnina G. **Creative couples in the sciences**. Rutgers University Press, 1996; ABIR-AM, Pnina & OUTRAM, Dorinda. **Uneasy careers and intimate lives: women in science, 1789-1979**. Rutgers University Press, 1987.

⁹³ BARROS, W. de Duarte. Barbosa Rodrigues – naturalista brasileiro. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 15, jun 1942, p. 10.

próprio Freyre Allemão, o frei Custódio Alves Serrão (1799-1873)⁹⁴, o barão de Capanema (em sua fazenda), o médico neurologista Salomon Eberhard Henschen (1847-1930)⁹⁵ e o botânico Anders Frederick Regnell (1807-1884) – os dois últimos suecos que exploravam as serras mineiras em busca de novas espécies com objetivo de aumentar as suas coleções⁹⁶.

De acordo com Magali Sá, foi nesse momento que Barbosa Rodrigues aperfeiçoou sua “habilidade de distinguir espécies na natureza”⁹⁷. As outras incursões se deram entre 1869-70, nas províncias do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo⁹⁸. Após retornar de cada viagem exploratória, Barbosa Rodrigues organizava as suas herborizações⁹⁹. Aproveitava também para passar a limpo todos os rascunhos de suas anotações e ilustrações que havia feito em seus cadernos de campo. Nesse trabalho minucioso contava, naturalmente, com o auxílio de Constança. Todo esse esforço era motivado pela sua pretensão de ser o primeiro brasileiro a publicar uma Monografia ilustrada das orquídeas brasileiras.

Em meados de 1870, concluiu um trabalho a respeito das orquídeas, intitulado *Iconographie des Orchidées du Brésil*. Por não possuir recursos necessários para publicá-lo, procurou o botânico Ladislau de Souza Mello Neto (1838-1894), então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Porém, deste recebeu desprezo, reprovação, acusação de amadorismo (posto que não era botânico de formação) e nenhum suporte financeiro necessário¹⁰⁰. Entre os anos de 1870-1871, foi reiteradamente acusado por Ladislau Neto e seus auxiliares de ser um botânico amador, fato que segundo eles o desqualificava para elaborar como também para publicar uma obra de tal monta¹⁰¹.

⁹⁴ Em 1877, Barbosa Rodrigues se referiu a Custódio Serrão como “cher mon maître” em tradução livre, “meu querido mestre”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 50.)

⁹⁵ Em 1877, Barbosa Rodrigues fez referência às herborizações realizadas em 1868 em companhia de Henschen. A maioria das orquídeas descritas no primeiro volume eram resultados dessas herborizações. Nesse ano, ele encontrou na serra de Caldas uma espécie, a qual ele descreveu e desenhou no local, e que lhe deu o nome específico de *Cattleya princeps* Barb. Rodr. (Sinônimo de *C. walkeriana* Gardner). Ao retornar para o Rio de Janeiro, doou alguns “exemplaires vivants”, os quais foram cultivados. Em 1871, foram apresentados juntos com uma tela com suas análises e descrições na “Exposição de Floricultura”, onde foram premiados. (*Ibidem*, 1877, p. 7; *Cattleya In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB65241>. Acesso em: 23 nov. 2019.)

⁹⁶ SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.*, p. 900.

⁹⁷ *Ibidem.*, p. 907.

⁹⁸ BARROS, W. de Duarte. *Op. Cit.*, p. 11.

⁹⁹ Processo de preparação das plantas coletadas pelo botânico com objetivo de preservá-las em um herbário (coleção de plantas, nas quais são colocadas as *exsicatas*, do latim *exsicco* = secar, ou seja, as plantas que foram herborizadas e arquivadas em uma pasta ou folha de papel). A Herborização começa na ocasião da coleta das plantas, estas precisam conter estruturas reprodutivas, como: flores, frutos e sementes, desse modo são mais fáceis de serem identificadas. Disponível em: <https://webdrm.cpqba.unicamp.br/cpma/herbario.php>. Acesso em: 09 dez. 2018.

¹⁰⁰ BARROS, W. de Duarte. *Op. Cit.*, p. 64.

¹⁰¹ Ainda assim, a monografia teve boa aceitação entre uma pequena parcela da sociedade leiga e científica, tendo sido, inclusive, no início de 1871, proposto um requerimento para criação de uma coadjuvação no valor de 50:000\$ (cinquenta mil réis) na Câmara dos Deputados para que a obra fosse impressa, proposta que foi aceita.

Segundo Magali Sá, tal acusação estaria mais relacionada à inimizade que Ladislau Neto nutria contra Guilherme de Capanema (que acabou, como vimos, por se tornar amigo e “mecenas” de Barbosa Rodrigues) do que o seu amadorismo¹⁰². Mesmo que não tenha conseguido apoio para publicar seu trabalho, o botânico continuou a estudar as orquídeas, fato comprovado pelos seus “Relatórios” de atividade no vale do Amazonas (assunto que será abordado mais adiante). Neles, é possível ver como conciliou os estudos das palmeiras (objetivo principal de sua viagem) com os das orquídeas¹⁰³.

Em 1876, Guilherme de Capanema escreveu e publicou um pequeno texto no jornal “O Globo”¹⁰⁴. Nele, rememorou a polêmica em torno da tentativa de publicação da Monografia. Em seu texto, afirmou que tomou ciência da questão “pela primeira vez” em 1871, ao olhar uma petição à Câmara dos Deputados e dos Senadores, a qual solicitava “auxílio para a publicação de uma obra sobre *Orchideas*”¹⁰⁵.

Para Guilherme de Capanema, a polêmica só ocorreu porque Barbosa Rodrigues era um desconhecido tanto no meio científico, quanto no leigo. Por isso, ora recebia elogios dos admiradores, ora censuras dos que o detratavam. E estas últimas, ocorriam por causa da competência ou “emoção” de cada avaliador, pois “segundo as habilitações de cada censor, ou mesmo segundo as paixões que o dominam, e entre ellas a mal disfarçada inveja por não poder fazer outro tanto”¹⁰⁶. Ainda em seu texto, o barão informou que o veredito de que o naturalista era um mero “amador” e a sua obra um “plágio” fora feito por “pessoas competentes” encarregadas “de examinar o trabalho”. Para chegarem a essa conclusão essas “pessoas” comparam a “pesquisa” com trabalhos publicados em renomadas “revistas científicas da época” entre elas a “*Pescatoria*”¹⁰⁷ e a “*The Botanical Magazine*”¹⁰⁸.

Todavia, ao chegar ao Senado foi rejeitada pela maioria no final do ano. (CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 5 ago. 1871, n. 215, expediente do Governo, p. 1.)

¹⁰² SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.*, p. 903.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 910.

¹⁰⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. João Barboza Rodrigues. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 25 de mar 1876, anno III, n. 85, p. 2-3.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 2.

¹⁰⁶ *Idem.*, p. 2.

¹⁰⁷ O Barão se referiu à obra *Pescatorea – Iconographie des Orchidées* do botânico belga e especialista em orquídeas Jean Jules Linden (1817-1898), a qual contou com a colaboração do botânico francês Jules Émile Planchon (1823-1888), do botânico alemão e especialista em orquídeas Heirich Gustav Reichenbach (1823-1889) e do horticultor francês G. Lüddemann. Essa obra foi publicada em 1860 na cidade de Bruxelas pela “M. Hayezimprimeur de L’Académie Royale de Belgique”. **Missouri Botanical Garden Library**. Disponível em: <http://www.botanicus.org/page/2020395>. Acesso em: 12 dez. 2018.

¹⁰⁸ *Curtis's Botanical Magazine* é periódico botânico inglês publicado desde 1787 pelo “Royal Botanic Gardens Kew”. Considerado o mais antigo periódico botânico do mundo em circulação. (**Royal Botanic Gardens, Kew**). Disponível em: <https://www.kew.org/science/who-we-are-and-what-we-do/publications/curtiss-botanical-magazine>. Acesso em: 12 dez. 2018.).

O barão então, confessou que por causa desse veredito julgou erroneamente o autor e a obra. Passou a acreditar que Barbosa Rodrigues era um “amador com velleidades de autoridade científica”¹⁰⁹. Contudo, esse posicionamento se alterou após analisar a “Monografia” a pedido do conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva (1832-1910), Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1871-1872). O Ministro desejava saber se Barbosa Rodrigues era apto para desenvolver trabalhos científicos no vale do Amazonas¹¹⁰.

Importante sublinhar que o barão admitiu que por causa do que havia lido, iniciou a análise com “má vontade” ao acreditar que se tratava de um “trabalho de pouco ou nenhum merecimento científico”¹¹¹. Para um juízo mais acurado, se dirigiu ao Museu Nacional, onde se encontravam os cinco volumes que o autor deixou para a apreciação de Ladislau Neto. Neles havia vários “desenhos e descrições de orquídeas”¹¹². Ao começar a folhear as primeiras páginas do primeiro volume, constatou que Barbosa Rodrigues havia sido vítima de calúnias¹¹³, ao ponto de ficar “pasma de que houvesse quem se arrojasse a propalar tantas calumnias, pois taes reputava agora as informações que eu ouvira; não era ignorancia que as pudera dictar, outros sentimentos deviam ter predominado”¹¹⁴.

Para o barão, as ilustrações¹¹⁵ continham “erros de perspectiva e de luz”, mas não tiravam os méritos dele, pois em tais ilustrações verificava-se “o homem da sciencia procurando fazer apparecer os caracteres distinctivos das espécies”¹¹⁶. Percebe-se nas palavras de Capanema certa limitação nas ilustrações botânicas de Barbosa Rodrigues. Fato curioso, pois nessa época já era professor de desenho no Colégio Pedro II. Talvez, a resposta para tais erros fosse seu autodidatismo ou o fato de não ter feito curso voltado para técnicas de ilustração botânica. Barbosa Rodrigues aprendeu a ilustrar as plantas ao assistir outros botânicos (Freire Allemão, Heschen, Regnell, Custódio Serrão, entre outros), porém, não há

¹⁰⁹ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Op. Cit.*, p. 2.

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² *Idem.*

¹¹³ *Idem.*

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ De acordo com Ricardo de Oliveira, geralmente uma “ilustração” é uma “imagem acompanhada de texto” a chamada “iconografia” (“documentação visual”). Essas “imagens” são feitas “através de métodos manuais de representação como desenho, pintura e gravura”. No caso de Barbosa Rodrigues, as suas ilustrações são de caráter científico esta “é um tipo de representação figurativa cujas finalidades são registrar, traduzir e complementar, por meio da imagem, observações e experimentos científicos da descrição de espécies microscópicas [ou não] de vegetais”. (OLIVEIRA, Ricardo Lourenço de; CONDURU, Roberto. Nas frestas entre a ciência e a arte: uma série de ilustrações de barbeiros do Instituto Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11 (2), mai./ago. de 2004, p. 336.).

¹¹⁶ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Op. Cit.*, p. 2.

registros de maiores informações¹¹⁷. Mas de qualquer forma, suscita certa estranheza como alguém que cometeu erros básicos, desenhar raízes fora das “regras da arte” e galhos das plantas sem levar em consideração as técnicas de perspectiva, tenha sido indicado para ser professor de Desenho do Colégio Pedro II, o que pode demonstrar que tal indicação foi mais baseada na amizade que o Barão nutria com Barbosa Rodrigues do que na qualificação que este possuía para assumir o cargo, algo que o referido não detinha.

Todavia, a respeito dos erros de “perspectiva e de luz”, o barão destacou que as “estampas das obras sobre orchideas são desenhadas na maior parte por artistas distintos que procuram fascinar a vista dos amadores; o homem de sciencia vela para que a favor do efeito não se sacrifiquem as fórmãs”¹¹⁸. Vale frisar que Barbosa Rodrigues nos anos posteriores procurou apreender melhor as técnicas de desenho para corrigir suas falhas. Seu êxito é notado, em 1875, quando o médico escocês James William Helenus Trail (1851-1919), em carta aos botânicos do Jardim Botânico de Kew-Londres-Inglaterra, elogiou as ilustrações das palmeiras amazônicas feitas pelo brasileiro. O escocês chegou a dizer que ansiava que Barbosa Rodrigues publicasse as pinturas, pois eram realmente excelentes¹¹⁹.

O barão também comparou algumas ilustrações das orquídeas com os desenhos encontrados na “*The Botanical Magazine*” e na “*The Botanical Register*” (1815-1847). Após a comparação, percebeu que de “longe estava a idéia de plágio!”¹²⁰ Contudo, para não ser acusado de proteger Barbosa Rodrigues, procurou verificar a obra¹²¹ mais recente do botânico alemão Heirinch G. Reichenbach¹²², já citado, considerado à época o “mestre em orchideas”¹²³. Na obra, encontrou “descrições que quadram melhor nos desenhos do brasileiro, que nos desmontrativos do mestre”¹²⁴. Ainda em seu parecer, o barão destacou que

¹¹⁷ O que se sabe é que se formou em Desenho com “louvor”, contudo não há referência onde estudou. (SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.* P. 60.).

¹¹⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Op. Cit.*, p. 2.

¹¹⁹ SÁ, Magali Romero. **James William Helenus Trail: a British naturalist in nineteenth-century Amazonia.** 243 f. Tese (Doutorado em Filosofia), University of Durham, Department of Philosophy, Durham - United Kingdom, 1996., p. 240.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 3

¹²¹ Supomos que a obra a que o barão se refere é “*Beiträge zu einer Orchideenkunde Central-Amerika's*” (Aportes a uma orquideologia da América central) escrita por Reichenbach em 1866. SAUTER, Carlos Ossenbach. **Breve historia de la orquideología en Costa Rica.** San Pedro: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2002, p. 8.

¹²² Antes de morrer doou todo o seu herbário (muitos itens catalogados ali eram provenientes de doações de outros botânicos) ao Museu de História Natural de Viena-Áustria. Nele havia 700.000 espécimens de plantas. Dessas, 52.000 eram de orquídeas (7,43% do total do herbário), geralmente acompanhadas com ilustrações. *Idem*.

¹²³ Heirinch Reichenbach disputou com o botânico inglês John Lindley (nos últimos anos de vida deste último) a proeminência em orquídeas. Após a morte do inglês, o alemão se tornou “en la máxima autoridad de la orquideología europea”. *Idem*.

¹²⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Op. Cit.*, p. 2.

nas ilustrações das orquídeas havia uma “lacuna”. Elas não estavam acompanhadas das “analyses botanicas”¹²⁵. Verifica-se, assim, uma limitação técnica no trabalho de Barbosa Rodrigues, que não deve ser ignorada. Guilherme de Capanema, entretanto, parecia apreciar seu trabalho e compreender a disposição dele em aprender tudo a respeito das plantas, nesse caso das orquídeas.

Decidiu então, expôr suas considerações ao autor do trabalho e descobrir se a “lacuna” era falha da tipografia, descuido ou ausência do domínio da fisiologia das plantas do autor¹²⁶. Sendo assim, o convidou para um chá em sua residência. Guilherme de Capanema, amante da Botânica¹²⁷ como era, cultivava uma coleção de orquídeas em seu jardim. Após a conversa lhe deu uma espécie de orquídea em floração (não estava ilustrada na “Monografia”). Sua tarefa era entregar em outra ocasião o desenho e uma análise completa da planta¹²⁸. Para a sua surpresa, em menos de 24 horas a tarefa foi executada. De acordo com o barão, Barbosa Rodrigues deixou sua residência “á noite depois do chá” e “no dia seguinte á hora do almoço” o botânico lhe entregou a ilustração colorida de sua orquídea além da “completa” diagnose da espécie¹²⁹. Tendo essas evidências, Guilherme de Capanema não emitiu um parecer negativo a respeito de Barbosa Rodrigues. É evidente que o barão era amigo muito próximo do naturalista e que por isso seu parecer precisa ser interpretado com a devida cautela. Porém, também é plausível imaginar que um cientista de seu prestígio não colocaria em risco sua reputação, sua carreira, em defesa de um amigo, caso este apresentasse graves falhas em sua atividade científica.

Não menos importante, Barbosa Rodrigues é atualmente reputado tanto como criador do estudo das orquídeas (Orquidologia) ao lado de John Lindley e Reichenbach, e lembrado como um dos “mantenedores” desses estudos até 1909 (ano de seu falecimento)¹³⁰. Para Regina Lembgruber Julianele, que discutiu a ilustração botânica no Brasil no século XIX, o brasileiro foi o “pioneiro” na “prática de representar plantas”, pois considerou o “perfil intelectual e polivalente” dele, o qual possuía tanto o conhecimento da ciência (naturalista) como da arte (professor adjunto de desenho). Segundo a autora, o botânico desempenhou “um papel romântico, idealista, próprio dos intelectuais e artistas da segunda metade do século

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ *Idem.*

¹²⁷ A Botânica era um dos “*hobbies científicos*” do barão. Cf. SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.* p. 901 e 905.

¹²⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Op. Cit.*, p. 3.

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ JULIANELE, Regina Lemgruber. **João Barbosa Rodrigues: o caráter de visualidade na ilustração botânica do Brasil.** 123 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Centro de Letras e Artes, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, , p. 5-6.

XIX, empenhado em inaugurar um novo espírito científico na botânica brasileira”¹³¹. Sendo assim, a autora concluiu que Barbosa Rodrigues era o exemplo “típico” do “intelectual do período pós-iluminista no Brasil, capaz de ceder a sensibilidade à colaboração com a razão”, ou seja, “um representante brasileiro do homem total, com a unidade característica do perfil enciclopédico, que empresta a sua sabedoria tanto à elaboração sistemática de documentos iconográficos como à iluminação dos mesmos”¹³².

2.3 A Comissão de Exploração do vale do Amazonas (1872-1875)

Ao conselheiro Theodoro Machado, o barão informou que os comentários “caluniosos” a respeito do autor e de sua monografia deveriam ser desconsiderados. Estava convicto das competências e da desenvoltura das atividades desenvolvidas por Barbosa Rodrigues e por isso, “francamente” o Ministro poderia valer-se das “disposições” do naturalista e de suas “habilitações” ao estudo das palmeiras¹³³ amazônicas, o que no final produziria “boa colheita” de novas espécies para a Ciência¹³⁴. Vale destacar que a viagem de Barbosa Rodrigues se inseriu no contexto da realização de expedições de explorações para inventariar as riquezas naturais do Brasil que poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento do país. Sendo assim, estudar as palmeiras significava muito mais do que apenas encontrar novas espécies para compor uma obra. Era apreender (na maioria das vezes através do conhecimento dos indígenas) e reportar ao governo as utilidades dessas espécies para as áreas de construção, ornamentação, alimentação, fabricação, entre outras¹³⁵.

O vale do Amazonas não era uma região desconhecida por Guilherme de Capanema, pois nela possuía vários negócios, entre mineração, botânica e comércio. Em 1862, o periódico “Estrella do Amazonas” trazia em duas de suas edições diárias (em meses diferentes), notícias da autorização pelo governo provincial de embarques de diversos produtos aos cuidados do engenheiro. Em outubro, foi embarcado um “caixão” de duas

¹³¹ *Ibidem.*, p. 9.

¹³² *Idem.*

¹³³ O termo “palmeira” é derivado do latim, seu significado é “palma”. As palmeiras são plantas monocotiledôneas que pertencem à família *Arecaceae* Bercht. & J.Presl. (Antiga família *Palmae* Juss.). Cf. AGUIAR, Francimar Francisco Alves. **Caracterização morfológica das principais espécies de palmeiras exóticas na cidade de São Paulo**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1988, p. 4.

¹³⁴ *Ibidem.*, p. 2.

¹³⁵ As palmeiras possuem grande valor econômico para o homem. Tudo por causa da versatilidade de sua utilização: atividades paisagísticas (jardins); fornecimento de alimentos (*Euterpe edulis* ou palmito-jussara, *E. oleracea* ou açaí, entre outros); produtos à indústria (fibras, óleos, bebidas e ceras); construção e artesanato (chapéus, cestos, vassouras, tapetes, utensílios domésticos e arranjos florais). (*Idem.*).

toneladas de diferentes tipos de “argilas”. Em dezembro outro “caixão” foi embarcado com produtos botânicos. Ambos despachados no vapor “*Manaus*” da Companhia de Navegação do Amazonas, embarcação que fazia a “Linha Norte”, a rota que ligava os portos do Norte/Nordeste ao do Rio de Janeiro¹³⁶.

Em 1886, João Antônio de Araújo Freitas Henriques (1822-1903), presidente da província do Pará (1880-1886), comunicava à câmara municipal de Viseu, que Guilherme de Capanema havia pedido autorização ao governo imperial para explorar minerais “no território compreendido entre as cabeceiras dos afluentes da margem direita do rio Piriá”, empreitada que ficaria sob a administração de seu filho Guilherme de Capanema Júnior¹³⁷. No mesmo ano, recebeu a autorização pleiteada. A região compreendia os “terrenos devolutos” localizados na região banhada pelos rios “Caramugy ou Tamarary” e Gurupi-Mirim (afluentes do rio Gurupi), situados no município de Viseu¹³⁸.

Podemos aventar a hipótese de que a decisão do barão em indicar seu *protegé* para explorar o vale do Amazonas baseava-se em questões para além de interesses meramente científicos. Tendo em vista as atividades às quais Guilherme de Capanema se dedicava, a descoberta de novas riquezas botânicas e minerais que pudessem vir a ser exploradas e comercializadas economicamente, deveriam parecer atraentes. O próprio Barbosa Rodrigues, em 1874, foi acusado anonimamente no “Jornal do Commercio do Amazonas” de viver como “Herodes para Pilatos, a pintar monos (e até a manta), sem que nada faça de util ao paiz” por causa dos 800.000 mil réis que recebia dos cofres gerais da província amazonense. Para o seu crítico, o naturalista estava a mando “de uma empresa que procurava sócios” para explorar minerais. A crítica foi feita após a publicação de uma nota no jornal “Diario do Grão-Pará” onde informou a respeito de seus trabalhos botânicos e suprimiu a descoberta de uma mina de cal no rio Jatapú. Por fim, o crítico anônimo denunciou um “plano” “gigantesco de requerer ao Governo Imperial as terras em que [estava] collocada a tal mina de cal de pedra”¹³⁹.

Ao receber o parecer positivo de Guilherme de Capanema a respeito da aptidão e disposição de Barbosa Rodrigues em estudar as palmeiras amazônicas, o Ministro acatou a sugestão. Sendo assim, por aviso em 28 de dezembro de 1871¹⁴⁰ comunicou oficialmente ao naturalista a respeito do projeto da “Comissão de Exploração do vale do Amazonas”. A chefia

¹³⁶ **ESTRELLA DO AMAZONAS**, Manáos, 22 out. 1862, n. 683, p. 2; **ESTRELLA DO AMAZONAS**, Manáos, 17 dez. 1862, n. 698, p. 2-3.

¹³⁷ **DIARIO DE BELÉM**, Belém, 6 nov. 1886, anno XIX, n. 256, officios, p. 2.

¹³⁸ **FOLHA DO NORTE**, Belém, 26 jul. 1886, anno I, n. 208, echos e noticias, p. 2.

¹³⁹ **COMMERCIO DO AMAZONAS**, Manaos, 11 jan. 1874, ano V, n. 121, noticiario, p. 2.

¹⁴⁰ PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na segunda sessão da 11.ª Legislatura em 25 de março de 1873 pelo Presidente da Provincia Bacharel Domingos Monteiro Peixoto**. Manáos: Typographia do “Commercio do Amazonas”, 1873, p. 47.

da Comissão ficaria sob sua responsabilidade, pela qual realizaria “explorações botânicas” e teria uma ajuda mensal de 300.000 réis¹⁴¹. Contudo, reitera-se aqui a importância da rede de apoiadores que o naturalista criou, entre eles o Conde d’Eu e a Princesa Izabel (nessa época Regente, pois Pedro II, seu pai estava em viagem ao exterior) para que o empreendimento ocorresse. Podemos concluir que o parecer, de certa maneira, foi a chave para inseri-lo no cenário científico brasileiro. Segundo Magali Sá, Barbosa Rodrigues foi o primeiro “naturalista brasileiro” financiado pelo governo imperial cuja missão era inventariar uma família botânica, isto é, as palmeiras. Ainda para a autora, a “indicação” para explorar cientificamente o vale do Amazonas era a “oportunidade” de ele “firmar sua reputação como naturalista”¹⁴².

Os recursos financeiros do Império, direcionados pelo Ministério da Agricultura, foram essenciais para que ele pudesse permanecer naquela região. Loreraí Kury que analisou as explorações do botânico francês Auguste François Cesar Provençal de Saint-Hilaire (1776-1853) no Brasil, Argentina e Paraguai (1816-1822)¹⁴³, afirma que esse naturalista conseguiu realizar suas viagens pelos territórios por causa das “vias clientelares” e da “comprovação de sua competência científica”, ou seja, por um “recrutamento híbrido”¹⁴⁴. Seguindo esse raciocínio a respeito das viagens de Saint-Hilaire, podemos concluir que Barbosa Rodrigues conseguiu viajar para o vale do Amazonas por dois motivos – sua rede de apoiadores e a comprovação de suas habilitações científicas, ainda que questionadas por seus desafetos políticos.

Após aceitar o convite, Barbosa Rodrigues e sua esposa passaram a fazer os preparativos necessários para a viagem no final de 1871 e início de 1872. Nesse ínterim os periódicos no Rio de Janeiro passaram a veicular a notícia da realização da Comissão no Amazonas, o que passou a ocorrer também em outras províncias. O “Diário de Pernambuco” e o “Jornal do Recife”, entre 24 e 29 de janeiro, replicaram a notícia publicada no “Jornal do Commercio” no Rio de Janeiro a respeito da referida Comissão. Segundo eles, o “encargo que o governo” conferiu ao naturalista era “estudar e descrever as plantas medicinaes, toxicas,

¹⁴¹ **COMMERCIO DO AMAZONAS**, *Op. Cit.*, p. 2.

¹⁴² SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.*, p. 906.

¹⁴³ Saint-Hilaire explorou as províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do “Rio da la Plata”, os arredores da “Província de Missiones” no território argentino e o leste do território paraguaio entre 1816 a 1822. Escreveu a *Flora brasiliae meridionalis*, impressa em três volumes (1825), (1829) e (1832-1833). Cf. PIGNAL, M., *et al.* Saint-Hilaire virtual herbarium, a new upgradeable tool to study Brazilian botany. *Adansonia*, sér. 3, 35 (1), 2013, p. 7-18.

¹⁴⁴ KURY, Loreraí B. “Saint-Hilaire. Viagem e botânica filosófica”. In: GESTEIRA, Heloisa; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. (Org.). **Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI**. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 306.

balsumicas e tanníferas” do vale amazônico. A este “encargo” o botânico prometia corresponder e aproveitar para “completar a sua obra *Orchideas do Brasil*.”¹⁴⁵.

As notas dos periódicos informam que o naturalista continuaria a estudar as orquídeas, nesse caso as espécies amazônicas. Aos 30 anos de idade¹⁴⁶, Barbosa Rodrigues em companhia de sua esposa e de suas quatro filhas¹⁴⁷ (entre elas Celina, filha de seu segundo casamento) partiu do Rio de Janeiro, no dia 16 de janeiro de 1872, a bordo do vapor *Pará*¹⁴⁸, cujo destino era as províncias do Norte. Em Belém, capital da província do Grão-Pará, chegou em meados de fevereiro. Uma vez instalados, fez da cidade sua base de operações (vale ressaltar que no decorrer de suas explorações trocou de base algumas vezes)¹⁴⁹. Sendo assim, iniciou suas explorações científicas pelos arredores da capital paraense¹⁵⁰.

No vale amazônico, o naturalista permaneceu por mais de 3 anos (fevereiro de 1872 a março de 1875). Visitou as cidades de Belém, Santarém, Manaus, Silves e Óbidos, entre outras, enquanto explorava os rios Tapajós, Urubú, Jatapú, Jamundá, Trombetas e Capim (o capítulo 2 será dedicado ao primeiro “Relatório” de Barbosa Rodrigues, referente ao rio Tapajós). De acordo com o naturalista, alguns desses rios eram inexplorados¹⁵¹ e é importante destacar que esse foi o critério escolhido por ele para definir quais rios percorrer. Pela leitura das fontes, defendemos que o botânico em seus estudos de gabinete procurava identificar quais seriam os rios inexplorados (cientificamente) ou quais aqueles que havia poucas referências na literatura.

De acordo com Barbosa Rodrigues, o objetivo principal da Comissão era coligir e estudar a flora brasileira em geral. Contudo, sua meta era se concentrar em especial à família

¹⁴⁵ **DIARIO DE PERNAMBUCO**, Recife, 24 jan. 1872, anno XLVIII, n. 19, revista diaria, p. 3; **JORNAL DO RECIFE**, Recife, 29 jan. 1872, anno XIV, n. 28, gazetilha, p. 2.

¹⁴⁶ De acordo com Miriam Lifchitz Moreira Leite, autora que analisou alguns livros de viagem de naturalistas estrangeiros que se arriscaram em percorrer o território brasileiro no século XIX, certa faixa de idade foi bem “expressiva” entre eles – dos vinte aos quarenta anos. Barbosa (LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 166.)

¹⁴⁷ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues, *Op. Cit.*, p. 246.

¹⁴⁸ **DIARIO DE PERNAMBUCO**. *Op. Cit.*, p. 2.

¹⁴⁹ Belém serviu de base de operação no início (abril de 1872) e no final (exploração do rio Capim em dezembro de 1874 e janeiro de 1875) de sua passagem pela região Amazônica. A segunda base foi estabelecida em Santarém durante a exploração do rio Tapajós (maio de 1872). Na província do Amazonas, a base foi estabelecida em Manaus que serviu apenas na exploração dos rios Urubú e Jatapú (agosto de 1873). Ao retornar dessa exploração, o naturalista foi obrigado a se deslocar para Óbidos, cidade do baixo Amazonas, devido a uma epidemia de varíola e ali estabeleceu sua base que serviu nas explorações dos rios Trombetas (fevereiro de 1874) e Jamundá (julho de 1874).

¹⁵⁰ Em 1872, o jornal **Pedro II** anunciava em seu número do dia 14 de março que o **Diario do Gram-Pará** comunicava que Barbosa Rodrigues havia iniciado “os trabalhos que lhe foram commettidos pelo governo nacional”. O naturalista fez incursões nas florestas de Carnapijó onde realizou muitas experiências “sobre diversas plantas, entre outros sobre algumas que dão tanino, e analysou algumas palmeiras, animaes, etc.”. Cf: **PEDRO II**, Fortaleza, 14 de mar de 1872, anno 32, n. 54, factos diversos, p. 2.

¹⁵¹ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues, *Op. Cit.*

das palmeiras, para que pudesse encontrar novos gêneros e novas espécies para serem inseridas na parte destinada as palmeiras da “Flora *Brasiliensis*”¹⁵² elaborada pelo botânico bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)¹⁵³. Sobre tal trabalho, anos mais tarde, em 1903, comentou que se sentiu honrado em “pour continuer le grand ouvrage du savant [...] von Martius”¹⁵⁴.

Uma particularidade da Comissão liderada por Barbosa Rodrigues era o fato de não ser dividida em seções. Geralmente, para facilitar a execução das Comissões, estas eram divididas ao levar em consideração a especificidade de cada área a ser estudada *in loco*, lideradas por cientistas ou profissionais ligados aos seus respectivos campos de estudo, por exemplo, a Comissão Científica de Exploração do Império (1859-1861), idealizada pelo IHGB e patrocinada pelo governo imperial que explorou diversos locais na província do Ceará¹⁵⁵. Tal Comissão teve cinco seções – a Seção Astronômica e Geográfica chefiada pelo militar uruguaio Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872); a Seção Botânica liderada por Freire Allemão (líder da Comissão); a Seção Etnográfica chefiada pelo poeta Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), que também foi o relator da viagem; a Seção Geológica e Mineralógica chefiada por Guilherme de Capanema; e a Seção Zoológica comandada pelo médico Manoel Ferreira Lagos (1817-1871)¹⁵⁶.

Por sua vez, na Comissão do Amazonas liderada por Barbosa Rodrigues, deu-se o inverso. Entretanto, pela leitura dos “Relatórios” de suas explorações, percebemos que ao adotar as orientações do IHGB (assunto abordado mais à frente) o botânico acabou por realizar com a sua catalogação própria similitudes das referidas seções, tais como: inventariar as informações a respeito das regiões exploradas, sua geografia (apresentou erros geográficos e os corrigiu); seu clima; seus rios as riquezas naturais às suas margens (minerais, árvores, breus, etc); sua geologia; sua flora; sua fauna; sua população nas cidades, nos quilombos, nas malocas; o estado e o grau de “progresso” das vilas e das províncias, etc.

¹⁵² O projeto “Flora Brasiliensis” (1840-1906) recebeu apoio financeiro do imperador Ferdinando I da Áustria, do rei Ludovico I da Baviera e do imperador Dom Pedro II do Brasil. Foi produzida na Alemanha entre 1840 e 1906 pelos editores Karl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países. (SHEPHERD, G. J. **Uma breve Historia da obra. 2010.** Disponível em: <http://www.florabrasiliensis.cria.org/info?history?>. Acesso em: 1 maio 2015.).

¹⁵³ O próprio Barbosa Rodrigues acreditava que sua tarefa de corrigir ou completar o trabalho iniciado por von Martius, a quem o brasileiro considerava como um “*grand maître, spécialiste passionné*”, não era nada fácil, tendo em vista a fama adquirida pelo seu pioneirismo no estudo das palmeiras brasileiras. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 10.).

¹⁵⁴ *Idem.*

¹⁵⁵ XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COSTA, Álvaro Augusto Queiroz. *Op. Cit.*, p. 45.

¹⁵⁶ *Idem.*

Por ser o responsável, Barbosa Rodrigues possuía a incumbência de enviar ao Ministério da Agricultura tanto os “Relatórios” (anuais) quanto os materiais que coletasse em suas explorações. No entanto, não possuía obrigação de enviar estes últimos a instituições científicas, o que não o impediu de fazê-lo¹⁵⁷ (fato que também será elucidado mais adiante). Formou coleções botânicas (herbário), arqueológicas e etnográficas (sabe-se pouco de seus paradeiros). Durante o período em que permaneceu no vale do Amazonas, o naturalista enviou os cinco “Relatórios” (após a conclusão da Comissão, foram publicados e distribuídos pelo governo¹⁵⁸), produtos naturais (botânicos e minerais), materiais geológicos, artefatos arqueológicos e etnográficos.

Tais remessas seguem a logística marítima da época, sempre despachadas para Belém (no caso de Barbosa Rodrigues da agência da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas¹⁵⁹ em Óbidos ou em Manaus). Ao chegarem na cidade, eram guardadas nos armazéns da Companhia e só eram liberadas após a confirmação do pagamento. Eram entregues ao funcionário da Secretaria de Governo ou aos agentes da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor¹⁶⁰, empresa que operava a Linha Norte, já citada,¹⁶¹ ou da “United States and Brazil Mail Steam Ship”, empresa que operava a rota Brasil-Estados Unidos, partindo do porto nova-iorquino com quatro escalas nos portos de Belém (Pará), Recife (Pernambuco), Salvador (Bahia) e Rio de Janeiro¹⁶². Por motivos diversos, falta de pagamento ou espaço nos vapores, as remessas podiam ficar retidas nos galpões das companhias por meses¹⁶³.

Há poucas informações a respeito das remessas feitas pelo naturalista do vale amazônico ao Rio de Janeiro. Durante nossas pesquisas, encontramos apenas duas referências. Em outubro de 1872, de Óbidos, foram remetidos 10 caixões e 1 encapado com produtos naturais ao Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro para a Exposição Nacional. A remessa

¹⁵⁷ SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.*, p. 906.

¹⁵⁸ Antes mesmo de serem publicados pelo governo, pequenos trechos desses relatórios foram publicados em alguns periódicos, como **Jornal do Commercio**, **Diario do Gram-Pará**, entre outros. (RODRIGUES, João Barbosa. **O Muirakytã e os ídolos simbólicos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, 1899, p. 25.).

¹⁵⁹ A Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas (criada em 1852), de acordo com Goularti, é classificada como uma empresa “mediana” que atendia “à sua mesorregião de origem”, ou seja, responsável pelos transportes entre os portos regionais¹⁵⁹. A empresa possuía 4 vapores – Inca, Manaos, Obidos e Soure. *Cf.* GOULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, nov. 2011, p. 419; **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 16 out. 1873, anno XI, n. 32, parte oficial, p. 3.

¹⁶⁰ A Companhia Brasileira de Navegação a Vapor foi criada em 1871 (após a falência da Companhia Brasileira de Pacote a Vapor) e cujas atividades eram os transportes de passageiros e “os serviços dos Correios nos transportes oficiais” fornecidos até sua extinção em 1890. *Cf.* GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 419-420.

¹⁶¹ **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 14 nov. 1872, anno X, n. 258, parte oficial, p. 1-2; **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 15 nov. 1872, anno X, n. 259, parte oficial, p. 1.

¹⁶² Empresa criada 17 de fevereiro de 1866 pelo Decreto nº 3.614. *Cf.* GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 421.

¹⁶³ **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 28 dez. 1872, anno X, n. 294, parte oficial, p. 1-2.

foi transportada pelo vapor “Inca” da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas até Belém. Na cidade, a remessa foi recebida por um funcionário da Secretaria de Governo, cuja obrigação era comunicar o gerente da Companhia de Navegação Brasileira para despachar os produtos no próximo vapor com destino ao Rio de Janeiro. No entanto, pela falta de fontes não foi possível identificar o nome do vapor e nem o mês exato em que a remessa foi despachada, ou se realmente ela foi despachada¹⁶⁴.

Em fevereiro de 1873, Barbosa Rodrigues voltou a despachar produtos naturais para o Ministério da Agricultura, a fim de serem expostos na Exposição Nacional a ser organizada em 1875 (A temática das exposições será abordada no capítulo 3). De Óbidos, o naturalista enviou 2 caixões e 1 encapado pela Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas (não consta o nome do vapor). Em Belém, a remessa ficou armazenada. Deveriam ser despachados em um dos vapores da Companhia Estados-Unidos e Brasil. Contudo, pela falta de fontes, não conseguimos identificar o nome do vapor e nem o mês exato em que a remessa foi despachada, ou se chegou ao destino¹⁶⁵. Além das remessas de produtos naturais, Barbosa Rodrigues também remeteu diversos artefatos arqueológicos e etnográficos, fósseis animais e minerais. Em 1874, de Óbidos enviou pela Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas (não consta o nome do vapor) ao Museu Paraense (hoje Museu Paraense Emílio Goeldi) “um caixote contendo amostras geognósticas dos rios Urubú e Jatapú”, sob os cuidados do fiscal de serviço diário do referido Museu¹⁶⁶. Em 1876, em seu artigo “Antiguidades do Amazonas”, publicado na “Revista Ensaios de Sciencia”, Barbosa Rodrigues denunciou o extravio de uma coleção de 50 exemplares de “instrumentos de pedra polida”, o botânico chegou a essa conclusão, após procurá-los entre a coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro e ali não os encontrar¹⁶⁷.

Reiteramos que a Comissão de Exploração que Barbosa Rodrigues liderou ao lado de sua esposa Constança só foi possível porque o botânico possuía uma rede de apoiadores, citada anteriormente. Na região em que atuava, essa rede foi ampliada, ao obter apoio de autoridades locais e das diversas pessoas das localidades por onde percorreu, entre elas,

¹⁶⁴ **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 14 nov 1872, anno X, n. 258, parte official, p. 1-2; **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 15 nov 1872, anno X, n. 259, parte official, p. 1; **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 28 dez 1872, anno X, n. 294, parte official, p. 1-2.

¹⁶⁵ **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 7 de fev. de 1873, anno XI, n. 31, parte official, p. 1.

¹⁶⁶ **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 12 de mai. de 1874, anno XII, n. 105, parte official, p. 2.

¹⁶⁷ RODRIGUES, João Barbosa. “Antiguidades do Amazonas”. **Ensaios de Sciencia por diversos amadores**. Rio de Janeiro: Typographia Brown & Evaristo, f. 1, março 1876, p. 104.

vigários, comerciantes, juizes, delegados¹⁶⁸, fazendeiros, dos presidentes das províncias do Amazonas¹⁶⁹ e Pará. Durante o curso dessa Comissão, o casal teve momentos de contentamento, novas descobertas científicas e os nascimentos de seis filhos. Mas também passou por momentos de provação – ataques de animais e de indígenas, esses últimos pela mentalidade da época eram tidos como “selvagens e ferozes”¹⁷⁰. Márcio Couto Henrique, em seu mais recente trabalho, salienta o pensamento do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e do folclorista José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) – ambos sócios do IHGB – que acreditavam que tais características faziam dos indígenas uma “raça decadente, em franca e irreversível degeneração” o que levaria à sua “extinção física”. Para a posteridade, ficaria apenas a lembrança de sua “existência na “língua, na poesia nacional e no sangue dos brasileiros”¹⁷¹. Em março de 1875, Barbosa Rodrigues recebeu um ofício do Ministério da Agricultura determinando que deveria paralisar as explorações, pois não havia mais recursos financeiros e que seu pagamento havia sido suspenso¹⁷². Não possuindo meios de permanecer na região, obedeceu à ordem superior. Ainda em março, foi autorizado pelo Ministério a comprar os bilhetes de retorno. No dia 18, em companhia de sua esposa, de seus 7 filhos, de seus 2 servos e de seu escravo, embarcou no paquete “Paraná” com destino ao Rio de Janeiro, cidade que chegou em 4 de abril¹⁷³.

2.3.1 Os “Relatórios” de exploração do vale do Amazonas

Em junho de 1875, já estando no Rio de Janeiro, Barbosa Rodrigues com o apoio do advogado José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro da Agricultura, conseguiu que seus cinco “Relatórios” fossem impressos pela “Typographia Nacional” sob o título

¹⁶⁸ O subdelegado de polícia do distrito do Capim foi incumbido pelo presidente da província do Pará de dar todo o suporte necessário para que o naturalista desempenhasse bem suas explorações no rio Capim. (**JORNAL DO PARÁ**, Belém, 12 de dez de 1874, anno XIII, n. 280, parte official, p. 1.)

¹⁶⁹ Mesmo que tenha sido incumbido pelo Governo Imperial de explorar a região amazônica, Barbosa Rodrigues obteve autorização da presidência do Amazonas (depois de obter autorização da Assembleia Provincial) para “explorar cientificamente os rios urubú e jatapú”. **A REGENERAÇÃO**, Manaus, 5 jun. 1873, anno I, n. 11, notícias do Amazonas, p. 3; O “Anuário de Belém” publicado em 1915 assevera que o “governo provincial do Amazonas também não se descurava de auxiliar as explorações [de] Barbosa Rodrigues”. In: MOURA, Ignacio (org.). **Anuario de Belém em comemoração do seu Tricentenário (1616-1916)** – Historia, Literario e Commercial. Belém: Imprensa Official, 1915, p. 143.

¹⁷⁰ De acordo com o periódico **A Regeneração**, no período da exploração de Barbosa Rodrigues no rio Urubú existiam “tres tribus de índios feroses”. **A REGENERAÇÃO**, *Op. Cit.*, p. 3.

¹⁷¹ HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018, p. 13-14.

¹⁷² **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 18 mar. 1875, anno XIII, n. 62, parte official, p. 2.

¹⁷³ **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1875, anno II, n. 92, gazetilha, p. 1; **JORNAL DO COMMERCIO**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1875, anno 54, n. 94, gazetilha, p. 1.

“Exploração e Estudo do vale do Amazonas” divididos em cinco volumes “Rio Tapajós”, “Rio Urubú e Jatapú”, “Rio Yamundá”, “Rio Trombetas” e “Rio Capim”, desses o único “Relatório” que não possui uma “planta” (mapa) do rio elaborada pelo próprio naturalista é o do rio Tapajós. Vários exemplares foram distribuídos aos Governos provinciais e doados a diversas bibliotecas, instituições científicas e literárias do Brasil¹⁷⁴.

Importante informar que esta dissertação discutirá somente o “Relatório” alusivo ao rio Tapajós, na questão que diz respeito aos estudos etnográficos. Os demais estudos não serão analisados (botânicos, zoológicos, entre outros), visto que uma análise aprofundada de todos os “Relatórios” demandaria muito tempo e tornaria o texto demasiadamente extenso, quebrando assim normas vigentes para a escrita de uma dissertação. Vale ressaltar que o “Relatório” referente ao rio Capim, já foi analisado e discutido em um trabalho anterior¹⁷⁵, que resultou em duas publicações no Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi (2017-2018)¹⁷⁶, podendo vir a ser retomado no doutorado, assim como os outros três “Relatórios” que não foram contemplados, isto é, os dos rios Urubú e Jatapú, Jamundá e Trombetas. Podemos salientar que em todos esses trabalhos, o naturalista inseriu informações botânicas, zoológicas, históricas, geográficas, demográficas e culturais das cidades e localidades (festas religiosas); a composição da população: raças (brancos/negros/índios/tapuias); nacionalidades (brasileiros/estrangeiros); gêneros (masculinos/femininos); o grau de instrução e as escolas (particulares/públicas), comércios, igrejas, matadouros, câmaras, entre outros dados.

De cada rio apresentava o seu curso, baixo e alto, as corredeiras, os afluentes, os lagos, os paranás, os igarapés. Em cada planta do rio pode ser verificado todo local percorrido pelo naturalista como as freguesias, os mocambos, as antigas aldeias, os cemitérios, as ruínas de fortes, os antigos e novos aldeamentos, os engenhos, as fazendas, os locais históricos (tal qual os locais onde a Cabanagem havia alcançado). Nessa documentação, existem diversos “bosquejos botânicos e zoológicos” nos quais são descritas as diversas vegetações (palmeiras,

¹⁷⁴ Sobre as distribuições desses “Relatórios”, Francisco Benevides (1846-1896) presidente da província do Pará (1875-1876), através de Ofício de 4 fevereiro de 1876, comunicava a “directoria da secretaria d’estado dos negocios da agricultura – a recepção do officio circular de 7 do mez proximo findo [janeiro] com que v. s. remetteu á esta presidencia dois exemplares de cada um dos relatorios sobre os rios Urubú e Jatapú, Tapajós, Capim, Trombetas e Jamundá, por João Barbosa Rodrigues, em commissão scientifica do governo imperial no valle do Amazonas”. **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 3 mar. 1876, anno XIV, n. 50, parte official, p. 1.

¹⁷⁵ XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COSTA, Álvaro Augusto Queiroz. *Op. Cit.*

¹⁷⁶ XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências humanas** [online]. 2017, v. 12, n. 2, p. 535-554; XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COELHO, Alan Watrin. O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875). **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências humanas** [online]. 2018, v. 13, n. 3, p. 663-680.

orquídeas, entre outras) e os mais variados animais (papagaios, antas, gavião, carapanãs, jacarés, cobras, tartarugas entre outros) da região amazônica. Salientava as potencialidades dos produtos naturais: madeiras para construção, óleos, resinas, breu, minerais, navegação a vapor, cultura a ser cultivada, e assim por diante.

E por fim, algo que é de extrema importância para o presente estudo, suas análises etnográficas, dado que possuía certo conhecimento do *nheengatu* ou língua geral amazônica, o que possibilitou se comunicar com os indígenas e conseguir a atenção e o respeito de alguns deles. Referindo-se especificamente ao “Relatório” que será analisado, informamos que nele encontram-se informações a respeito de vários povos indígenas¹⁷⁷, exterminados e de seus descendentes, como os Tapajós¹⁷⁸, mas também de outros que habitavam ou se deslocaram para aquela região, como os Munduruku, os Mawé, os Parintintim, os Apiaká, etc.

Para Barbosa Rodrigues, parte desses povos indígenas estariam em “estado” de “selvageria”, “civilização” ou “semi-civilização”. Para escrever a respeito desses povos, o botânico utilizou tanto referências bibliográficas (autores da época), quanto dados obtidos nas aldeias nas quais permaneceu por alguns dias. Nesse ínterim, procurou saber a respeito dos costumes e saberes locais, suas festas, suas armas, sua alimentação, elaborando detalhadas descrições etnográficas. Como já referido, são essas descrições o objeto principal desta dissertação. É importante salientar que o botânico fazia parte de uma geração de intelectuais que acreditava na necessidade de conhecer não apenas a cultura indígena como também seus conhecimentos sobre os produtos das florestas, assim, era de suma importância a realização de estudos etnográficos. Por isso, Barbosa Rodrigues procurou estabelecer relações com os diversos povos, em algumas ocasiões com sucesso, recebendo autorização para passar dias nas aldeias, nos quais realizou as análises pretendidas.

Lembramos de que parte do material contido nos “Relatórios” já havia sido publicada pelo autor em pequenos artigos¹⁷⁹ nos diversos periódicos cariocas, paraenses e amazonenses ao longo de suas explorações. Por isso, havia certa expectativa nos círculos científicos e nos grupos leigos pela publicação das conclusões obtidas na Comissão Científica do vale do

¹⁷⁷ Para a presente dissertação, optamos por não alterar a grafia dos nomes dos povos indígenas usada por Barbosa Rodrigues, visto por se tratar de uma discussão historiográfica desses povos. Contudo, em cada nome tomou-se o cuidado de inserir uma nota explicativa sobre a grafia atual, como também a maneira pela qual esses povos (descendentes) hoje se autodenominam.

¹⁷⁸ Hoje se escreve “Tapajó”. Nos baseamos no trabalho “Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes” (1942-1944) do antropólogo alemão Curt Nimuendajú. Este estabeleceu como padrão que os nomes dos povos indígenas deveriam ser escritos na forma singular, regra válida até os dias de hoje. (IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf. Acesso em: 30 dez. 2019.).

¹⁷⁹ Em 1882, Barbosa Rodrigues participou da “Exposição Antropológica Brasileira”. No mesmo ano, foi publicado uma revista da referida exposição e nela foram inseridos diversos artigos do botânico referentes a assuntos etnográficos.

Amazonas. Tal expectativa pode ser verificada na nota “Um explorador no Amazonas”, publicada em 10 de abril de 1875 pelo “Jornal do Commercio”, que anunciava a chegada do naturalista ao Rio de Janeiro. A nota utilizava trechos de uma publicação do “Diario do Grao-Pará”, a qual dizia que o naturalista procurou explorar “as riquezas e a estudar a formação” do vale do Amazonas¹⁸⁰. Em seu trabalho, enfrentou “lutas, provações, desconforto [...] no seio do vastíssimo estuário do rio-mar [Amazonas], no recesso das florestas virgens que ornamente as margens, no convívio dos índios e negros quilombolas”¹⁸¹ que ali habitavam. A nota ressaltava não apenas as dificuldades enfrentadas por Barbosa Rodrigues como também o seu contato com os indígenas e quilombolas ocorrido na desembocadura do rio Amazonas. Essa brevíssima convivência dava “uma idéa mais completa da primitiva natureza da Creação”, em suas palavras¹⁸².

O redator em “largos traços” afirmou a relevância dos trabalhos botânicos e geológicos desenvolvidos por Barbosa Rodrigues nas *Serras do Ereré* e *Paytuna* (ambas localizadas na área do município de Monte Alegre, Pará). Esses trabalhos traziam esclarecimentos sobre a “paleontologia e paleobotânica” dos primeiros habitantes da Amazônia, trabalhados no primeiro momento pelas comissões Thayer (1865-1866)¹⁸³ e Morgan (1875-1877)¹⁸⁴. O naturalista vinculou “pela primeira vez o nome de um brasileiro a labores de sciencia que tinham até então um caracter exclusivo do estrangeiro”¹⁸⁵. Para o redator, os escritos do naturalista eram uma “serie de estudos, investigações, descobertas e aquisições de thesouros para a sciencia”. Salientou que o trabalho de campo na Amazônia lhe rendeu muitas novas espécies desconhecidas “á sciencia”¹⁸⁶. Por fim, acreditava que o botânico ao estudar a história, os indígenas, a botânica e a zoologia do vale amazônico conseguiu subsídios para elaborar uma “*Historia natural do Valle do Amazonas*” da qual já havia iniciado os primeiros capítulos¹⁸⁷.

Como veremos no próximo capítulo, os trabalhos de Barbosa Rodrigues a respeito do vale do Amazonas – sobretudo aqueles referentes às questões etnográficas e às riquezas da

¹⁸⁰ **JORNAL DO COMMERCIO**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1875, gazetilha, anno 54, n. 99, p. 4.

¹⁸¹ *Idem.*

¹⁸² *Idem.*

¹⁸³ A “Comissão Thayer” faz alusão ao nome do patrocinador da Comissão, o empresário e filantropo norte-americano Nathaniel Thayer Jr. Seu líder foi Louis Agassiz e teve participação do geólogo canadense Charles Frederick Hartt (1840-1878). **Brasiliiana Fotográfica**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=louis-agassiz>. Acesso em: 24 nov. 2019.

¹⁸⁴ A “Comissão Morgan” é como ficou conhecida a “Comissão Geológica do Império” (1875-1877), seu líder foi Charles Hartt.

¹⁸⁵ *Idem.*

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ *Idem.*

fauna, flora e recursos minerais –, foram submetidos como requisito em 1875 para ele pleitear uma vaga de sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico do Brasileiro (IHGB). Em 1876, após um longo processo de análise seus trabalhos por diversas comissões internas, eles foram aceitos e o pleito do naturalista, enfim, tornou-se realidade.

2.4 O contexto da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Desde a emancipação brasileira em 7 de setembro de 1822, o Império brasileiro enfrentou momentos turbulentos como as Guerras de independência (1822-23), a Confederação do Equador (1824) e a própria abdicação de Pedro I (1831). Estes fatos, segundo Lúcia Bastos Pereira das Neves, colocaram portugueses e brasileiros em lados opostos e fizeram acirrar “o sentimento antilusitano e autonomista”¹⁸⁸. A abdicação representou o fim da carreira política “intransigente, autoritária e absolutista” de Pedro I, ou seja, o fim do Primeiro Reinado (1822-1831) e o início do “tumultuado” Período Regencial (1831-1840), no qual os regentes do “novo país – constituído, mas longe de consolidado” – passaram a procurar uma “organização própria do poder”¹⁸⁹. E foi nesse “tumultuado” período que eclodiram em algumas províncias brasileiras “revoltas” direcionadas contra o modo de governar regencial.

Para Luiz Silva e Ariel Feldman essas “Revoltas contrárias às políticas regenciais, urdidas às tramas políticas regionais [...] explodiram sob a forma de movimentos políticos que, no limite, enveredavam pela secessão”¹⁹⁰. Por isso, era necessário acabar com o pensamento de “secessão” – federalista e/ou republicanista – e estabelecer a “defesa da unidade do Império, da monarquia constitucional e do Estado unitário”¹⁹¹. Para essa elite era imprescindível alcançar a “consolidação da unidade política e o fortalecimento do sentimento nacional “através de uma escrita da “história oficial do Brasil”. Foram estes “representantes do saber” os encarregados por essa construção feita a partir da fundação do IHGB¹⁹².

Por uma perspectiva semelhante, Lilia Moritz Schwarcz apontou que a criação do IHGB ocorreu dentro do “contexto” da “emancipação política” brasileira. Seus sócios (dependentes financeiramente da coroa brasileira) foram os responsáveis pelas criações da

¹⁸⁸ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “A vida política”. In: SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 1, 2011 p. 100; p. 105 e p. 111.

¹⁸⁹ *Ibidem.*, p. 111.

¹⁹⁰ SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, v. 11, n. 21, jul./dez. 2010, p. 149.

¹⁹¹ *Ibidem.*, p. 154.

¹⁹² WEHLING, Arno. *Op. Cit.*

História e da “memória” do jovem país, com o objetivo de “separar” o destino brasileiro do português¹⁹³. A idealização do IHGB, partiu do militar Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839), sócio e secretário da recém fundada SAIN, a Sociedade Auxiliadora da Indústria¹⁹⁴ Nacional (1831-1892)¹⁹⁵. Teve como “parceiro nessa empreitada” o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), responsável por compor o “memorial” para a fundação do Instituto¹⁹⁶. Após os trâmites legais, em 21 de outubro de 1838, no Rio de Janeiro fundou-se o IHGB.¹⁹⁷ Um ano depois, por vontade de seus sócios, ele foi estabelecido “debaixo da proteção direta” de Pedro II¹⁹⁸. Sua criação refletiu a preocupação de seus fundadores, integrantes de uma elite política vinculada à burocracia monárquica, em estabelecer no Império do Brasil um projeto de nação¹⁹⁹.

Para Manoel Luís Salgado Guimarães, referência quando se trata do assunto, o IHGB teve um papel fundamental no estabelecimento de um modelo específico e datado de narrativa historiográfica da nação brasileira. Tanto a SAIN quanto o IHGB sofreram forte influência pela narrativa do “progresso” veiculado no século XIX. Se o dever da SAIN era “promover o progresso compreendido como crescimento econômico”, ao IHGB, por sua vez, cabia “a tarefa de representar esse progresso linear e continuado em sua historiografia”. Dito de outra forma, sua obrigação “era apresentar o processo civilizador que o país atravessou e durante o qual se aproximou do padrão europeu”.²⁰⁰

De acordo com Arno Wehling – historiador que analisou o papel de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1816-1878), diplomata e sócio correspondente do IHGB, na

¹⁹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 32-34.

¹⁹⁴ De acordo com Manoel Guimarães, o termo “indústria” no século XIX, era utilizado para relacionar “o conjunto todo do setor produtivo da economia, inclusive a agricultura”. (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 71.)

¹⁹⁵ BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens”. In: Encontro de História da Anpuh-Rio – Identidades, 13, 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, 2008, p. 3-4.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 71.

¹⁹⁷ Ao longo de sua história, o Instituto sofreu algumas alterações em seu nome. Fundado como “Instituto Historico Geographico do Brazil”, em 1859 passou a ser chamado de “Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil”. A partir da década de 1880, foi denominado de “Instituto Historico Geographico Brasileiro”. No entanto, optamos por atualizar a grafia para “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, conhecido pelo acrônimo IHGB.

¹⁹⁸ Cf. **REVISTA Trimensal do Instituto Historico Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo I, 3º Ed., 1908.

¹⁹⁹ Até aquele momento, muitos ainda entendiam o Brasil apenas como “um vasto território carente de identidade política”. A nação propriamente dita, para muitos, era Portugal e sua pátria eram as províncias, lugares de origem ou nascimentos que traziam as “identidades coletivas a que se devotavam sentimentos profundos e lealdade política”. Era, então, necessário alterar esse enquadramento, as pessoas precisavam enxergar o Brasil como sendo sua nação, orientação que passou a ser adotada a partir da década de 1830. Cf. SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. *Op. Cit.*, p. 154.

²⁰⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.*, p. 73.

construção da identidade nacional²⁰¹ – a criação do IHGB no “plano cultural”, representou a concretização da defesa dos seguintes pontos primordiais

monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho do Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, “aceitando desigualdades funcionais”; as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para a assegurar as liberdades contra o mandonismo local²⁰².

Percebemos, com isso, que o historicismo foi a principal ferramenta utilizada pelos sócios do IHGB, para dar “coerência interna ao seu discurso e a articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes: afirmação conservadora e defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo”²⁰³. O IHGB, de acordo com o art. 1º de seus Estatutos, possuía o dever de “colligir, methodizar, publicar e archivar”, ou seja, reunir e preservar os manuscritos eclesiásticos e políticos, assim como mapas, pinturas, livros, jornais, revistas, artefatos arqueológicos, entre outros documentos referentes à História e à Geografia do Brasil²⁰⁴. O artigo ainda delimitava que a educação era a ferramenta para a divulgação dos conhecimentos sobre o Império do Brasil, por isso quando o “cofre” do IHGB permitisse, este deveria promover o ensino público²⁰⁵.

Para estabelecer essa missão, de acordo com o art. 2º, era necessário que o Instituto se correspondesse com “sociedades estrangeiras de igual natureza” e se ramificasse pelas diversas províncias do Império brasileiro²⁰⁶, como bem apontado por Manoel Guimarães²⁰⁷. Depois de coletados e arquivados de acordo com o art. 3º os documentos seriam selecionados

²⁰¹ Varnhagen morava em Lisboa, onde realizou diversas pesquisas em arquivos portugueses. Os resultados de suas pesquisas foram enviados ao IHGB que lhe enviou um convite para ser sócio correspondente (junto à carta fora enviado também um diploma de associado). Cf. **REVISTA Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, Tomo III (1841), reimpressa em 1860, p. 406-408.

²⁰² WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 34-35.

²⁰³ *Ibidem.*, p. 35.

²⁰⁴ BARBOZA, Januario da Cunha. Extractos dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Brazil. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo I (1839), 3ª ed. 1909, p. 18.

²⁰⁵ *Idem.*

²⁰⁶ *Idem.*

²⁰⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.*, p. 73.

para serem publicados na Revista do IHGB (RIHGB)²⁰⁸. Esta seria publicada de três em três meses, além das

actas e trabalhos do Instituto, as memorias de seus membros que forem interessantes á historia e geographia do Brazil; e assim tambem as noticias ou extractos de historia e geographia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas litteratas, estrangeiras ou nacionaes, precedendo a respeito dellas o relatorio de uma commissão de seu seio, para esse effeito nomeada²⁰⁹.

De acordo com Wehling, o modelo de historiografia utilizado pelo IHGB partia da premissa de que o país não possuía uma “consciência nacional” devido a fatores como a distância geográfica entre as diversas regiões, o período conturbado das regências (1831-1840), entre outros. Dessa forma, aos intelectuais do Instituto cabia promover os estudos históricos, cuja finalidade seria o desenvolvimento do nacionalismo em todo o território²¹⁰. Ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), o IHGB constituiu-se como *locus* da construção da História Oficial brasileira, bem como da identidade nacional²¹¹. Para tanto, apoiou, entre outras ações, a realização de viagens científicas que, segundo seus membros, contribuiriam para um melhor conhecimento geográfico do território brasileiro, bem como ajudaram o modelo historiográfico proposto²¹².

Pode-se perceber, ainda segundo Wehling, que com o estabelecimento do IHGB um “processo de ruptura e construção de um mundo novo, sob a égide e com os instrumentos racionalizadores das grandes polarizações ideológicas da época – o nacionalismo, o historicismo e o romantismo”²¹³. E ao levar em consideração esse “processo” ocorrido nas sessões e nas publicações do IHGB, Manoel Guimarães observou que nos textos publicados na Revista do IHGB três principais temáticas foram abordadas – a História regional, as

²⁰⁸ *Ibidem.*, p. 18. No início das atividades do IHGB, o periódico oficial (cuja publicação era definida pelos Estatutos do Instituto) era denominada **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Ao longo dos anos, sua denominação foi sendo alterada. Optamos por usar o nome atual – **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R. IHGB**. Cf. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>. Acesso em: 19 dez. 2019.

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ *Idem.*

²¹¹ Segundo Wehling, o IHGB não apenas influenciou o estabelecimento de Institutos nas províncias do Brasil. Sua influência superou as fronteiras entre os países latino-americanos, como por exemplo com as fundações do “*Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*” (25 de maio de 1843) e o “*Academia Nacional de la Historia de la Republica Argentina*” (criada inicialmente com a denominação “*Junta de Historia y Numismática Americana*” em 4 de julho de 1893. (WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, 1999, p. 25.).

²¹² COELHO, Geraldo Mártires. *Op. Cit.*

²¹³ *Ibidem.*, p. 25.

populações indígenas e as viagens de investigação científica (assunto que será tratado no segundo capítulo)²¹⁴.

É importante ressaltar que, a temática regional (“estudos monográficos regionais e História Geral do Brasil”²¹⁵) não é o foco de discussão desta dissertação, por isso não a abordaremos. Nossa intenção é discutir a “temática indígena” desenvolvida no seio do IHGB pelos seus sócios, em especial por nosso protagonista Barbosa Rodrigues. Segundo Wehling, esses intelectuais influenciados pelo romantismo e nacionalismo franceses, almejavam estabelecer “a História pátria para consolidar o ideal nacional”. O problema encontrado pelo grupo foi a falta de um período medieval brasileiro, por isso recorreram à “temática indígena”²¹⁶. Ainda nas palavras de Wehling, o “passado nacional” do Brasil se solidificou nos indígenas, estes na visão dos intelectuais do IHGB, eram mais do que simples homens primitivos, eram os últimos elos do desfecho “de um processo cultural, de um processo civilizatório” ocorrido ao longo dos séculos por meio das misturas das raças (branca, indígena e negra) que veio a formar o povo brasileiro²¹⁷.

Nesse momento, se destacou as pesquisas e os trabalhos do já mencionado Varnhagen, que chegou a dirigir e secretariar o Museu do Instituto. Este realizou diversas pesquisas em arquivos no Brasil e exterior (utilizou o cargo de diplomata para tal tarefa) a serviço do IHGB²¹⁸. Os resultados de suas pesquisas o levaram a ser considerado “o melhor e mais fecundo historiador” brasileiro de seu tempo, na opinião de Wehling, tendo entre suas obras, uma das mais citadas à época, “*Historia Geral do Brazil*” (1854-1857 e 1877)²¹⁹. O autor salientou que entre as diversas abordagens metodológicas adotadas por Varnhagen estão os “estudos e pesquisas de etnografia e lingüística indígena, compreendendo duas seções: a etnografia e edições críticas de textos de interesse lingüístico e etnográfico”²²⁰.

Cabe ressaltar, como o faz Wehling, que o interesse pela temática indígena demonstrado por Varnhagen não indicava que este valorizasse a “influência” da cultura e da língua dos povos nativos na construção de uma identidade para o Brasil, algo defendido pelo movimento romântico indianista ou, simplesmente, indianismo²²¹. Acreditava, isto sim, que

²¹⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

²¹⁵ WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, p. 38.

²¹⁶ *Ibidem.*, p. 36.

²¹⁷ WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, p. 38.

²¹⁸ *Ibidem.*, p. 65.

²¹⁹ *Ibidem.*, p. 48-49.

²²⁰ *Ibidem.*, p. 50-51.

²²¹ A literatura portuguesa, desde o início da colonização, caracterizou os indígenas brasileiros como “desumanos e bárbaros antropofágicos”. Contudo, a emancipação do Brasil trouxe “a necessidade de se criar uma literatura autóctone que exaltasse nossas riquezas naturais, nossa gente, nossos costumes, nossas tradições e nossos mitos”,

houvesse “povos selvagens, bárbaros e civilizados” que não faziam parte da corrente evolucionista antropológica da época²²².

Em seu texto, Wehling sintetizou quatro “ideias” defendidas por Varnhagen a respeito dessa temática: os indígenas não representavam a origem brasílica “pré-colonial”, pois foram os derradeiros “invasores” de um processo contínuo de dispersões de grupos asiáticos e europeus que alcançaram o território americano, por isso não podiam ser considerados “autóctones”, ou seja, nativos da terra; os “poetas” indianistas confundiam “inspiração nacionalista” com “exaltação do primitivismo”, um erro inadmissível, dado que não admitia correlacionar “patriotismo” a “canibais” que ao longo do período colonial massacraram colonos lusitanos; a defesa do “indianismo” além de “erro histórico” era “risco político” ao processo de fortalecimento do “Estado”; a cultura indígena era díspar (inferior) à “cultura européia”. Postas essas questões, os indígenas precisavam ter os “costumes e línguas” estudados pela etnografia, mesmo que com uma contribuição secundária para formação do povo brasileiro²²³.

Mas por que os indígenas deveriam ser estudados pela etnografia e não pela história, como sugeria Varnhagen? Suas razões são claras: os etnógrafos estudavam os “povos não históricos, selvagens ou bárbaros e agrafos” e os historiadores estudavam os “povos históricos, civilizados e com escritas” (método documental, ou seja, pesquisas em manuscritos conservados nos arquivos)²²⁴. É importante salientar que, para Wehling, o diplomata ao

o que fez surgir o indianismo (como referenciado sob influência do pensamento do “bom selvagem” rousseauiano). A visão distorcida a respeito de nossos indígenas passou a ser redefinida pelos escritores “indianistas” que buscaram “representar a pujança, a vitalidade e a esperança da nação recém-constituída na figura de um herói”. Escolheram então, o indígena como símbolo do “espírito indômito da nova pátria”. Tudo porque, para esses autores, o indígena era “de fato e de direito [o nativo] da Terra *Brasilis*”. Ao longo da colonização, lutou contra a sua escravidão, defendeu os seus territórios, suas culturas e suas histórias. Por essa “bravura e autenticidade”, foi visto como uma espécie de “representante” da pátria, mas dentro de um quadro homogêneo e mitológico, distante da realidade. O movimento indianista teve como representantes nomes do porte de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) e Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), sendo este último, para muitos, o “mais importante escritor e poeta” indianista brasileiro. (CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; CÂMARA, Yls Rabelo. O Nacionalismo brasileiro e o Indianismo em forma de poema: a exaltação do eu lírico feminino e do amor rechaçado em *Marabá*, de Gonçalves Dias. **Revista Entrelaces**, ano VI, n. 7, jan./jun. 2016, p. 90-91.).

²²² WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, p. 68.

²²³ Vê-se aqui uma aproximação de Varnhagen ao que escreveu von Martius em seu trabalho “Como se deve escrever a História do Brasil”, obra na qual o autor estabeleceu o processo pelo qual se deu a formação da sociedade brasileira – a “mescla” das três raças, a “americana” ou “cobre” (indígena), a “caucasiana” ou “branca” (português) e a “ethiopica” ou “preta” (africano). Sendo que, tanto os indígenas quanto os africanos, foram secundários na formação, por serem “selvagens ou bárbaros”, ou seja, pouco afeitos à civilização. Coube então, ao português a primazia, por ser o detentor da cultura civilizada. Entretanto, como vimos, o diplomata discordava de von Martius, na questão da origem, pois para o brasileiro o indígena não era o nativo e sim o “invasor”. (VON MARTIUS, Friedrich Philipp. Como se deve escrever a historia do Brazil. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. v. 24, jan. 1845, p. 382.).

²²⁴ WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, p. 149.

defender a necessidade do estudo da língua e cultura dos povos indígenas do Brasil estava defendendo uma análise “científica” destes enquanto uma raça em estado primitivo de evolução.

2.4.1 Varnhagen e os estudos da língua e da cultura indígena

A defesa enfática de Varnhagen, pelo estudo etnográfico estava de acordo com as diretrizes do IHGB, segundo Wehling, fato verificado nos diversos textos publicados na Revista do IHGB onde eram incentivadas a realização de “pesquisas” a respeito dos costumes e das línguas dos povos indígenas do Brasil. Um desses textos foi escrito em 1838 por Januário Barbosa. Neste, o cônego determinava aos sócios que na “parte histórica” do Brasil concernente aos indígenas, deveriam procurar e remeter ao Instituto todas as “noticias” que encontrassem a respeito dos “costumes dos Indios, sua catechese, civilização, augmento ou diminuição; seu numero presumivel, sua industria, e vantagens que d’elles se possam tirar”²²⁵.

Percebemos no referido artigo o estabelecimento de um modelo de catalogação sobre os indigenas. Os sócios deveriam coletar informações a respeito de seus rituais, casamentos, funerais, etc. (costumes), sua catequização (doutrinação católica), sua civilização (inseridos na cultura do branco), seu crescimento ou decréscimo, sua quantidade da população (censo demográfico), além de seus conhecimentos a respeito da utilização da flora, da fauna e dos recursos mineirais (utilizados na alimentação, vestuário, construção, etc.). Em resumo, podemos dizer que, a intenção da pesquisa era obter o máximo de informações a respeito de todo o conhecimento indígena que pudese ser aplicado para o desenvolvimento da nação.

Seguindo esse raciocínio²²⁶, Varnhagen apresentou uma “Memoria” intitulada “Necessidade do Estudo e Ensino das Linguas Indigenas do Brazil”²²⁷ aos seus consócios do IHGB²²⁸. O autor acreditava que a “classificação”²²⁹ dos diversos dialetos indígenas do Brasil

²²⁵ BARBOZA, Januario da Cunha. Lembrança do que devem prourar nas provincias os socios do Intituto Historico Brasileiro, para remetterem á sociedade central do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo I, 2º trimestre de 1839, n. 2, 3ª ed., 1908, p. 109.

²²⁶ Evidente que outros sócios também desenvolveram textos a respeito da temática indígena ao longo das atividades no IHGB, assunto que fazia parte de suas discussões. Contudo, daremos destaque ao trabalho de Varnhagen porque, como veremos, esse foi o autor da proposta de criação da seção etnográfica em 1840, a qual se concretizou em 1850.

²²⁷ Esta “Memoria” foi lida durante a realização da sessão de 1º de agosto de 1840 e publicada na RIHGB em 1841. (VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Necessidade do Estudo e Ensino das Linguas Indigenas do Brazil. **Revista de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, (Tomo terceiro, 1841), reimpressão 1860, p. 53.).

²²⁸ É importante frisar que ao longo de sua vida Varnhagen mudou de opinião como, por exemplo, em relação à catequese defendida por ele, que nesse primeiro momento seria realizada pelos religiosos. Em 1867, defendeu a

contribuiria para a construção da “historia das invasões e transmigrações dos povos aborígenes” ocorridas no território brasileiro²³⁰. Em sua defesa, citou que estudiosos europeus haviam classificado as “línguas nativas” daquele continente (três ou quatro) e determinaram assim “a historia das invasões dos povos antigos” que ali se instalaram²³¹. De acordo com o diplomata, era uma questão de urgência, posto que os índios e suas formas de comunicação estavam em processo de degeneração. Tal estudo deveria ser realizado antes que as palavras do jesuíta português João Daniel (1722-1776) se cumprissem cabalmente, segundo o qual chegaria um “tempo em que se não hade conhecer que côr tinham os índios”²³². Para Varnhagen, se esse “tempo” chegasse, impossibilitaria estudar a existência de povos do Norte e Sul do Brasil que falavam a mesma língua e entre estes, ou seja, no “espaço intermédio”, supostos “povos mui diferentes em tudo”²³³.

Contudo, para Varnhagen o ponto desabonador para a realização de tais estudos era a constatação de que poucos se interessavam pelas línguas indígenas, o que o levou a apoiar na corte uma “aula” de língua guaraníca que terminou por fracassar. Varnhagen, entretanto, insistiu afirmando que os estudos que propunha beneficiariam a Filologia, a História, a Geografia e a Literatura nacionais²³⁴. Na sua visão, tais práticas educacionais poderiam consolidar a “cathequese e civilização dos índios”²³⁵. Esse trabalho seria realizado por missionários “na propria lingua” dos indígenas²³⁶. Dessa maneira, os erros cometidos pelo Conselho Ultramarino²³⁷ e pelo “Diretorio dos Índios do Pará”²³⁸ de obrigar o ensino da língua portuguesa que levou os padres a pregarem apenas em português seriam corrigidos.

restauração das “bandeiras” que avançariam sobre os indígenas, os capturariam e os distribuiriam entre os próprios ou para quem “sub-rogasse os direitos assim adquiridos sobre estas populações”. (WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, p. 149-150 e p. 161-165.)

²²⁹ Varnhagen sugeriu que a classificação fosse realizada pelo “methodo” do barão de Merian. Contudo, em seu texto, o autor não especificou o referido método. O barão de Merian escreveu em 1828 o livro “*Vocabulario de la lengua Guaraní que domina ambos mares, el del Sur por todo el Brasil y ciñendo todo el Perú*”. Cf. AYROSA, Plinio. Apontamentos para a Bibliografia da Língua tupi-guarani. **Boletim de Etnografia e tupi-guarani**, São Paulo, n. 28, 1954, p. 247.

²³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, p. 56.

²³¹ *Idem.*

²³² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, p. 55.

²³³ *Ibidem.*, p. 55-56.

²³⁴ *Ibidem.*, p. 54.

²³⁵ Para Varnhagen, as línguas indígenas possuíam “sons nasas” (sons anasalados) e “gutturaes” (sons roucos ou graves) além de “expressões vagas nascidas da pobreza das idéas de povos ignorantes e que desconhecem o uso da escripta”. Esses eram “doces e sonoros” e por causa da sua “melodia” os “habitantes dos tropicos” eram propensos ao “canto”. A língua por ser abundante em “periphases coloridas e aviventadas” e “onomatoeias” era “propria para a poesia”. *Ibidem.*, p. 57.

²³⁶ *Ibidem.*, p. 53.

²³⁷ Órgão fundado em 1643 para administrar as possessões portuguesas na África, Ásia e América, teve suas atividades encerradas em 1833.

²³⁸ Segundo Mauro Cezar Coelho, o Diretório dos Índios pode ser compreendido “como parte de uma política indigenista” criada no século XVIII composta pela “Lei de Liberdades” que concedeu a liberdade e tornou

O diplomata defendeu que os religiosos fossem os responsáveis pela catequização e estes, agora, falariam aos catecúmenos “as palavras de doçura” do evangelho não em português e sim na sua própria língua, “palavras” que conseguiram atraí-los e domá-los²³⁹. Ou seja, as “vantagens materiaes” ofertadas pelos missionários aos “selvagens”, atrairiam a atenção deles e provariam a esses “homens tão rudes” que os religiosos desejavam o bem e não o mal (para o diplomata esse seria o “melhor modo de provar” tal propósito)²⁴⁰. Sendo assim, os resultados desse trabalho seriam: a) a gravação em seus corações das “maximas moraes do christianismo”; b) a inspiração por amar a “propriedade estavel”; b) o “espírito de sociedade” se apoderaria deles; c) perceberiam a necessária obrigação de “aprender o idioma vulgar”. O estudo também favoreceria o conhecimento e a explicação dos nomes indígenas para “sciencias naturaes”²⁴¹.

Para tanto, sugeriu a elaboração do “glossario especial dos vocabulos indigenas adoptados na lingua vulgar”. Esse dicionário, segundo ele, além de acabar com o “chaos” que existia, contribuiria para se obter informações tanto da quantidade das “nações e tribus” brasileiras que estavam extintas ou ainda existiam quanto dos seus respectivos nomes. Nesse último caso, diversas designações indígenas eram “alcnhas” e nem sempre expressavam o “carater” deles²⁴², pois eram dados de maneira pejorativa por inimigos (outros povos indígenas) ou pelos não índios²⁴³. Para defender a sua elaboração, salientou que as línguas “mortas” e “sabias” (egípcia, hebraica, latina, entre outras) há muito tempo eram objetos de estudos entre europeus e norte-americanos, e por estarem “escriptas” possuíam “alma eterna” em diversos dicionários²⁴⁴. Diferentemente dessas linguagens, as línguas indígenas eram

“ilegal” toda tentativa de escravizar os indígenas (6/06/1755). A “Lei de 7 de junho” acabou com a “autoridade temporal” dos religiosos “em relação às populações indígenas e que os fazia administradores das aldeias e beneficiários de seus dividendos”. Não acabou, contudo, com a “autoridade religiosa” deles sobre os indígenas. Estabeleu que os índios deveriam ser administrados “pelas próprias chefias – os Principais” (7/06/1755), sendo esta última bem distinta das duas primeiras leis no que diz respeito à “administração temporal e religiosa” (1757). Cf. COELHO, Mauro Cezar. A Construção de uma Lei: o Diretório dos Índios. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168 (437), out./dez. 2007, p. 30.

²³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, 1860, p. 53.

²⁴⁰ *Idem.*

²⁴¹ *Idem.*

²⁴² *Idem.*

²⁴³ De acordo com o site “Povos Indígenas do Brasil”, pouquíssimos nomes de povos indígenas são “autodenominações”. A grande maioria foram “atribuídos” por viajantes, colonos, naturalistas, ou por outros indígenas – estes últimos em muitas vezes eram “inimigos” por isso tais denominações eram “depreciativas”. Um exemplo ocorreu com um grupo de falantes da língua Jê – os *Kayapó*. Esse termo genérico, que significa “aqueles que se assemelham aos macacos”, foi dado por seus inimigos falantes da “língua Tupi”, no século XIX. Acredita-se que seja por causa do “ritual no qual, durante muitas semanas, os homens, paramentados com máscaras de macacos, executam danças curtas”. Os *Kayapó* se autodenominam *Mebêngôkre*, cujo significado é “os homens do buraco/lugar d’água”. (**Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em: 06 dez. 2019.).

²⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, 1860, p. 60.

“vivas”, e precisavam ser catalogadas. Por isso, Varnhagen incentivou o estudo delas (nem que fosse provisório), para que elas fossem “escriptas” e tivessem também “alma eterna”, o que contribuiria para “as sciencias e as letras” obterem “as ideás luminosas que o seu estudo fornecerá”²⁴⁵. Lembrou que ao longo das colonizações, as línguas indígenas cederem diversos termos às “línguas colonizadoras”, no caso brasileiro a língua portuguesa. Sendo assim, outro “resultado” de estudá-las seria a possibilidade de “trazer ao estado social milhares de infelizes que se matam e devoram nos matos virgens”²⁴⁶.

O diplomata, no entanto, deixou claro aos seus consócios que seu texto não era uma defesa da “exaltação” das referidas línguas e nem tão pouco uma proposta para o estabelecimento do seu estudo e ensino nos “cursos preparatórios obrigatórios”, onde já existiam várias disciplinas clássicas, entre elas o latim²⁴⁷. Em sua opinião, o estudo delas deveria ser opcional aos “educandos e educadores”, ou seja, o que melhor atendesse às necessidades do aluno. Esse raciocínio de Varnhagen levava em consideração a escolha das pessoas por certos idiomas para exercer sua atividade. A língua francesa era um idioma “útil” a todos, já a inglesa trazia “vantagens” para aqueles interessados nos trabalhos marítimos e comerciais, a alemã, por sua vez, através da sua filosofia esclarecia o “espírito”. No caso daqueles que escolhessem pela vida missionária entre os indígenas, estudar os seus dialetos lhes permitiriam que desempenhassem de forma mais satisfatória essa “missão”²⁴⁸. Ao concluir seu texto, o diplomata entregou três propostas ao IHGB: a) a criação de “escolas” para o ensino de todas as “línguagens” indígenas do Brasil em todas as “povoações” do império²⁴⁹; b) a impressão de dois manuscritos inéditos – a segunda parte do “Diccionario Portuguez e Brasileiro” sob o título “Brasiliano-Portuguez” e a “Grammatica de Figueira”²⁵⁰ da língua indígena²⁵¹; e c) criação de uma Seção Etnográfica Indígena no IHGB.

²⁴⁵ *Idem.*

²⁴⁶ *Ibidem.*, p. 57.

²⁴⁷ *Ibidem.*, p. 58-59.

²⁴⁸ *Ibidem.*, p. 59.

²⁴⁹ Para Varnhagen, o IHGB deveria recomendar ao governo imperial a criação dessas escolas. Contudo, o diplomata em sua proposta não especificou como elas funcionariam. Apenas que, para regulamentá-las, era necessário levar em consideração “os meios disponiveis em atenção aos conventos de religiosos e aulas de latim que já tenha as ditas povoações.” (*Ibidem.*, p. 61.).

²⁵⁰ Varnhagen não forneceu o título e nem de qual língua indígena o manuscrito se tratava. A pesquisa não forneceu referências a respeito desse manuscrito. (VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, p. 61.).

²⁵¹ De acordo com Varnhagen, os manuscritos deveriam ser impressos pela Tipografia Nacional de Lisboa-Portugal. Faziam parte do acervo da “Bibliotheca Publica da Côrte” (hoje Biblioteca Nacional). Deveriam ser impressas por causa da urgência do assunto e porque estavam sendo destruídas pelo “bicho”, ou seja, pela traça. Contudo, como apresentado nas notas anteriores, as impressões não foram realizadas pelo IHGB (não ficou evidenciado na pesquisa o porquê). (*Idem.*).

2.4.2 A criação da Seção Arqueológica e Etnográfica do IHGB

Como mencionamos, Varnhagen recomendou ao IHGB a criação de uma seção exclusiva para os estudos etnográficos. Conforme o art. 1, essa deveria além do que já foi dito anteriormente, estudar questões ligadas à Geognosia e às teorias geológicas²⁵² com o propósito de se compreender “a obscura historia” do Brasil anterior ao seu “descobrimento”²⁵³. Vale destacar que o diplomata ainda projetava a elaboração de um mapa etnográfico dos indígenas do Brasil, o que nunca ocorreu²⁵⁴. Apenas em 1944, o etnólogo Curt Nimuendajú²⁵⁵ elaborou o primeiro mapa etnográfico dos povos indígenas do Brasil, já mencionado.

Salientamos que, ao fim e ao cabo, a proposta de criação de uma Seção Etnográfica no IHGB não avançou, mas Varnhagen não deixou de ser atuante no Instituto. Pelo contrário, o diplomata continuou suas atividades de pesquisas e elaboração de textos a respeito da temática indígena ou História do Brasil, o que podemos observar por uma carta remetida de Madrid em 1 de abril de 1849 ao Instituto²⁵⁶ e o envio de farta documentação ao Museu do Instituto. Kaori Kodama, historiadora que discutiu a prática etnográfica no Instituto, creditou ao general Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) o papel de preconizador em referenciar a Etnografia como “campo de conhecimento” no órgão. Tudo porque, em 1863, a RTIHGB publicou um texto póstumo do general, intitulado “Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil”.

²⁵² Vale destacar que essa tarefa possuía dupla intenção, de um lado conhecer a Pré-História do Brasil, por outro descobrir as riquezas minerais para o progresso da nação. De acordo com José Manuel Brandão, no século XIX a compreensão “dos fósseis aplicado à história das camadas que os contêm” era defendido por todos os naturalistas. (BRANDÃO, José Manuel. Paul Deshayes (1796-1875) e a Comissão Geológica do Reino: uma colaboração com o Estado português. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, jul./set. 2013, p. 866.).

²⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, 1860, p. 62.

²⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, 1860, p. 63.

²⁵⁵ O etnólogo alemão Kurt Unckel (1883-1945), em 1906, recebeu dos *Apapokuva Guarani* do Araribá-SP (hoje autodenominados de Guarani Ñandeva (“nós” ou “todos nós”) pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani. Em 1906, Unckel encontrou um grupo de indígenas no interior do Estado de São Paulo, e “levantou” o nome *Apapokuva*. Acredita-se que esses indígenas eram provavelmente “um subgrupo ñandeva” (Hoje, não há notícias a respeito dos *Apapokuva*). A denominação “Nimuendajú” significa “aquele (resplandecente) que se fez o lugar”, ou “aquele (sublime) que fez o seu próprio lugar”. Em 1921, Unckel ao se naturalizar brasileiro, alterou a primeira letra de seu primeiro nome “para Curt” e aproveitou para substituir também seu sobrenome para “Nimuendajú”. (**Curt Nimuendaju**. Disponível em: <http://www.curtnimuendaju.com/node/62>. Acesso em: 8 dez 2019; ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. Guarani Ñandeva. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_%C3%91andeva. Acesso em: 8 dez 2019.).

²⁵⁶ O conteúdo dessa carta é exclusivamente a respeito da etnografia indígena (emigrações, línguas, arqueologia), lida no próprio IHGB e sendo a mesma bem recebida pelo Instituto. A motivação do diplomata em escrever foi por causa da proposta de Freyre Allemão ao IHGB (deferida pelo mesmo) de solicitar junto aos governos provinciais as notícias concernentes aos indígenas brasileiros. (VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ethnographia indígena linguas, emigrações e archeologia: padrões de marmore dos primeiros descobertos. Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tomo V, 1849, p. 366.).

Nele, de acordo com Kodama, o autor atrelou a pesquisa etnográfica à pesquisa arqueológica para poder estabelecer um estudo dos indígenas “primitivos habitantes” das terras que viriam a constituir o Império do Brasil²⁵⁷. Para a autora o texto póstumo serviu “como exemplo para olhar o modelo historiográfico próprio ao Brasil, onde cabia a discussão sobre o lugar do elemento indígena” e as concepções históricas que estavam em voga, ou seja, a discussão proposta por Cunha Matos estava dentro do projeto de nação estabelecido pelo IHGB²⁵⁸. Isso não significa que Kodama desmereceu o esforço de Varnhagen. Pelo contrário, para a historiadora ambos em seus trabalhos ao valorizarem os “estudos das línguas” indígenas refletiram o

impulso dado pela “nova” filologia de Schlegel, começada ainda no século XVIII [...] a descoberta do sânscrito e com a decodificação dos hieróglifos da pedra Rosetta, reafirmaram os estudos “etnológicos” nascentes na primeira metade do século XIX a crença de que a linguagem seria a chave para revelar a história da humanidade²⁵⁹.

Desse modo, se a “linguagem” como uma “chave” podia “revelar” a História da Humanidade, o estudo da língua indígena para Varnhagen seria capaz de explicar a História primitiva do Brasil e suas “raças” primitivas. Segundo a autora, ele foi um dos primeiros sócios do IHGB a creditar importância aos estudos linguísticos para os estudos etnográficos²⁶⁰. Para Kodama, a ciência etnográfica como um “campo de conhecimento” tanto na Europa, quanto no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, estava sendo gestada pelo “conjunto de textos de natureza diversa, como os relatos de viajantes, os relatórios de presidentes de província, as crônicas coloniais, os escritos dos jesuítas, e os vocabulários de línguas indígenas”²⁶¹. Em carta de 1849, Varnhagen sugeriu um pequeno questionário com quatro perguntas a respeito dos “usos” e costumes dos indígenas: a) os seus lábios, narizes ou orelhas eram ou haviam sido furados? b) qual era a “fórmula” e de que era feito o “botoque”²⁶²

²⁵⁷ KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 60.

²⁵⁸ *Ibidem.*, p. 71.

²⁵⁹ *Ibidem.*, p. 85.

²⁶⁰ Em sua carta, Francisco de Varnhagen lembrou que antes de Freyre Allemão suscitar o estudo das línguas indígenas o diplomata, em 1840, destacou a importância desse estudo e na ocasião ainda propôs a criação de uma Seção Etnográfica no IHGB. (VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.*, 1860, p. 366.).

²⁶¹ KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, p. 85.

²⁶² Francisco de Varnhagen se referiu ao costume que certos povos indígenas possuíam de usar botoques no corpo. Entre eles, estavam os Aimorés (denominação “dada pelos Tupi”) ou botocudos (algunha recebida dos portugueses por usarem botoques ou batoques “auriculares e labiais”). A palavra botoque significa “rolha de tonel”. Os botocudos usavam “discos de madeira nos lábios e nos lóbulos das orelhas”. (EHRENREICH, Paul. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo,

que utilizavam nos seus “furos”? c) de que maneira usam ou usavam os cabelos? d) de que maneira adormecem ou adormeciam se “em redes ou no chão”? Se “de lado” ou de costas?²⁶³.

Para Kodama, esse procedimento em “estabelecer uma sistematicidade da coleta das informações” no qual o pesquisador atentamente buscava identificar as “particularidades de cada grupo indígena” era o “objetivo” do estudo etnográfico defendido pelo diplomata²⁶⁴. Ainda segunda a autora, a ideia de Varnhagen era instituir uma metodologia de “comparação” e de “distinção” que pudesse determinar as características específicas que diferenciavam não apenas os povos indígenas brasileiros entre si, como também dos povos indígenas americanos e das nações dos outros continentes²⁶⁵. Esse procedimento de comparar e distinguir os povos indígenas, de acordo com Kodama, não havia sido muito “frisado” pelo IHGB. Tudo porque até aquele momento o que “norteava” o Instituto era a ideia de estabelecer a História “da formação da nação e da sua nacionalidade” o que vinha sendo realizado por uma etnografia que imprimia apenas “a especificidade de um povo”, sem um método de “comparação” ou “distinção” das características dos povos indígenas²⁶⁶. Além disso, a autora salientou que para Varnhagen esse método poderia acabar com as “discrepâncias” existentes em muitas obras renomadas, nas quais ligavam povos que não possuíam nenhuma afinidade entre si, ou seja, pertenciam a grupos diferentes²⁶⁷. Sendo assim, ele acreditava que a obtenção de informações corretas acabaria com essas “discrepâncias”²⁶⁸.

Uma questão que precisava ser observada e anotada era a “significação verdadeira” dos nomes dos povos indígenas²⁶⁹. A filologia, como já apontado, era “o caminho” dos estudos etnográficos capaz de revelar as ascendências e o nível de civilização dos povos estudados²⁷⁰. Sendo assim, Kodama afirma que o método sugerido pelo diplomata não extrapolou o trabalho etnológico daquele período – reunir uma “rede” de informantes confiáveis para coletar as “informações” referentes aos indígenas, assim como diferenciar e

2014, p. 19, 75.) Os últimos Aimorés ou botocudos do leste se autodenominam *kren*, mas são conhecidos também como *borun* ou *Krenák* (“nome do líder que comandou a cisão do grupo *Gutkrák* do rio Pancas, no Espírito Santo, no início do século XX, das demais grupos, *Pojixá*, *Nakre-ehé*, *Miñajirum*, *Jiporók*”), seu tronco “linguístico é o Macro-Jê” e são falantes da “língua *borun*”. (PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Krenák*. In: **Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>. Acesso em: 9 dez 2019.).

²⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.*, 1860, p. 370.

²⁶⁴ KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, 2005, p. 82.

²⁶⁵ *Idem.*

²⁶⁶ *Idem.*

²⁶⁷ *Idem.*

²⁶⁸ *Idem.*

²⁶⁹ No texto, o diplomata fez referências aos *Guató*, *Jiporoças*, *Patachó* e *Xavante*. *Idem.* Para informações sobre esses povos indígenas. Cf. **Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 9 dez. 2019.

²⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.*, 1860, p. 369.

hierarquizar “tanto ao nível da aquisição de conhecimentos como o da prática metodológica, do trabalho efetuado por tais informantes e daquela dos pesquisadores, fossem estes antropólogos ou naturalistas”²⁷¹. Essa divisão e categorização indicava o pensamento geral do estudo etnológico

a orientação por uma perspectiva de trabalho onde a participação do observador poderia ser controlada nos termos de uma pura objetividade descritiva, e cujas informações serviriam para um intuito classificador. Assim, as especificidades de cada povo estudado não deveriam indicar mais do que o seu lugar dentro de uma escala geral cuja direção e ponto mais alto eram dados pela civilização europeia²⁷².

Segundo Kodama, a prática etnográfica naquele período determinava ao “observador” utilizar sua “objetividade” para descrever e classificar as “especificidades” dos povos indígenas e os incluir dentro de um quadro “geral”. Contudo, essa prática conduzia a uma “generalização” e acabava por impossibilitar “a correta identificação das tribos indígenas”. Para Varnhagen, era necessário “acurar” o processo de “divisão das tribos” e seu “método” de “coleta de informações” poderia contribuir para acabar essa “generalização”. Esta insistência do diplomata por sua metodologia evidenciava “a necessidade de legitimar a etnografia por um procedimento científico colocado em proximidade ao conhecimento histórico”²⁷³. Contudo, para a autora, Varnhagen, ao defender a etnografia como “procedimento científico” próximo à história, não defendeu a união dos estudos etnográficos com os “estudos históricos” no IHGB. Pelo contrário, os temas relacionados à “etnografia”

embora precisassem de um método tanto mais próximo da filologia, deveriam ser separados dos estudos históricos, no que diz respeito ao seu estatuto, pois eles importavam para as matérias de natureza hierarquicamente distintas: os estudos de um passado indígena interessavam aos mitos e fábulas; pertencendo já a história ao discurso mais estritamente científico²⁷⁴.

Contudo, no decorrer dos anos outras propostas foram apresentadas (não há evidências que tais propostas foram influenciadas pela proposta do diplomata). Em 1847 (ou seja, mais de seis anos depois de Varnhagen apresentar a sua proposta), novos membros²⁷⁵ da Comissão

²⁷¹ KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, 2005, p. 85.

²⁷² *Ibidem.*, p. 85.

²⁷³ *Idem.*

²⁷⁴ *Ibidem.*, p. 86.

²⁷⁵ De acordo com a ata da sessão, a Comissão de Revista e Estatutos era formada pelo zoólogo Manoel Ferreira Lagos (1816-1871), pelo diplomata Manoel José de Araújo Porto-Alegre, barão de Santo Ângelo (1806-1879) e pelo escritor Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891). (LAGOS, Manoel Ferreira. 178ª sessão em 16 de Setembro de 1847. **Revista de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico**

de Redação e Estatutos sugeriram a criação de uma “Secção de Archeologia” e outra “Comissão de Archeologia e Ethnographia” (subordinada à Seção), com objetivo de desenvolver estudos etnográficos e arqueológicos do Brasil e das Américas²⁷⁶. A proposta foi deferida e eleitos os membros da Seção e da Comissão. Vale destacar que tanto a Seção quanto a Comissão nunca iniciaram suas atividades. Em 1850, baseado nesse pensamento do Instituto ser o “oraculo scientifico das duas Americas” a Comissão de Redação e Estatutos apresentou à Assembleia Geral uma emenda para se alterar os Estatutos do IHGB. Nela recomendava-se a criação de uma única “Secção de Archeologia e Ethnographia”, proposta aceita pelos sócios²⁷⁷. Em 1851, os primeiros membros foram eleitos²⁷⁸. Nos anos posteriores, a Seção estabeleceu estudos arqueológicos e etnográficos dos diversos povos indígenas brasileiros.

2.4.3 A criação da “Seção Ethnographica e narrativa da viagem”

Em 18 de maio de 1855²⁷⁹, o médico Manoel Ferreira Lagos (1816-1871), sócio efetivo do IHGB, iniciou a leitura de sua “analyse” de partes da “*Histoire du Voyage*”²⁸⁰ do conde de Castelnau, referentes às explorações desse naturalista no Brasil. Em seu texto, criticou os “erros” cometidos como as “burlescas e falsas noticias” publicadas pelo francês a respeito “dos costumes” e do Brasil²⁸¹. No decorrer do ano de 1855, Manoel Lagos continuou a apresentar as suas análises. Concluiu sua exposição, na quarta sessão de 30 de maio de 1856, sugerindo que fosse enviado um ofício ao governo imperial propondo a criação de uma Comissão Científica formada por “engenheiros e naturalistas nacionaes” para “explorar

Brazileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, Tomo IX (3º trimestre de 1847), segunda edição 1869, p. 443.)

²⁷⁶ *Idem.*

²⁷⁷ SILVA, Joaquim Noberto de Souza. 222ª sessão da Assembléa Geral no dia 22 de novembro de 1850. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil.** 1850, p. 523.

²⁷⁸ LAGOS, Manoel Ferreira. 227ª sessão da Assembléa geral no dia 22 de maio de 1851. **Revista de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.** Nendeln/liechtenstein: Kraus Reprint, Tomo XIV (1851), segunda edição 1973, p. 464-468.

²⁷⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. 2ª Sessão em 18 de maio de 1855. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XVIII (1855), reimpressão 1896, p. 439.

²⁸⁰ Obra publicada pelo naturalista François Louis Nompar de Caumont-La Force, conde de Castelnau (1810-1880), em seis volumes entre 1850-1851. De acordo com Porro, “o primeiro, o segundo e a primeira metade do terceiro tratam da viagem pelo Brasil central; o restante do terceiro volume, todo o quarto e o primeiro capítulo do quinto tratam das explorações na Bolívia e no Peru; o restante do quinto volume descreve, a descida do Amazonas brasileiro. O sexto volume é de autoria do Dr. Weddell, que descreve sua própria viagem e observações sobre a Bolívia”. (PORRO, Antonio. Índios e brancos do rio Amazonas em 1847: páginas de Castelnau inéditas em português, traduzidas e anotadas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 56, jun. 2013, p. 282-283.)

²⁸¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. Sessão Magna em 15 de Dezembro de 1856. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XIX (1856), suplemento, reimpressão 1898, p. 114.

algumas das províncias menos conhecidas do Brazil” e formar para o Museu Nacional “uma colleção de productos dos reinos organico e inorganico, e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilisação, industria, usos e costumes dos nossos indigenas”²⁸².

O Instituto aceitou a sugestão e com apoio de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886), Ministro do Império, a proposta seguiu adiante. O IHGB deveria indicar os indivíduos “que por suas habilitações lhe parecerem nas condições de bem desempenhar” os trabalhos²⁸³, elaborar e apresentar “as bases para as instrucções” aos membros da referida Comissão²⁸⁴. Sendo assim, o Instituto criou e escolheu os chefes das cinco Seções responsáveis por levantar as informações botânicas, zoológicas, geológicas, mineralógicas, astronômicas, geográficas e etnográficas e narrativa da viagem²⁸⁵. A criação das “instrucções” da Seção Etnográfica e Narrativa da viagem ficou sob responsabilidade da já mencionada Seção de Arqueologia e Etnografia, na época composta por Cláudio da Costa, Freire Allemão e Manoel Porto-Alegre.

É bom frisar que a criação específica de uma Seção Etnográfica e Narrativa da viagem para compor a Comissão Científica revelava o pensamento do IHGB a respeito da utilidade e da contribuição desses estudos para a nação. De acordo com Kodama, o Instituto entendia que “a etnografia deveria fornecer o conhecimento das nações indígenas utilmente para trazer “braços” ao Império e civilização para os sertões”²⁸⁶ – uma visão que, diga-se de passagem, será adotada por Barbosa Rodrigues em suas andanças pelo Norte do país.

Durante uma sessão, em 1856, Manoel Porto-Alegre informou a superficialidade dos estudos realizados até aquele presente momento a respeito dos indígenas brasileiros. Sua preocupação era a “provavel” extinção deles, chegou a afirmar que em “duzentos anos poucos selvagens [existiriam] no seu estado primitivo” o que tornava sua pesquisa e seus estudos necessários. Segundo esse intelectual, o estudo dos indígenas ajudaria no estabelecimento das “verdadeiras bases” da ciência etnológica no país. Chamou o indígena brasileiro de “homem

²⁸² MACEDO, Joaquim Manuel de. 4ª Sessão em 30 de Maio de 1856. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XIX (1856), suplemento, reimpressão 1898, p. 11-12.

²⁸³ MACEDO, Joaquim Manuel de. 7ª Sessão em 11 de julho de 1856. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XIX (1856), suplemento, reimpressão 1898, p. 18.

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ Seção Botânica, chefe Freire Allemão, Seção Zoológica, chefe Manoel Lagos, Seção Geológica e Mineralógica, chefe Guilherme de Capanema, Seção Astronômica e Geográfica, chefe o matemático uruguaio Giacomio Raja Gabaglia (1826-1872), e Seção Etnográfica e narrativa da viagem, chefe Gonçalves Dias. (MACEDO, Joaquim Manoel de. 8ª Sessão em 25 de julho de 1856. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XIX (1856), suplemento, reimpressão 1898, p. 21-22.)

²⁸⁶ KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, p. 251.

genuíno americano”. Para tanto, era preciso levar em consideração “os meios consentaneos com a sua índole e constituição fisiológica nos primeiros tempos”²⁸⁷. Essas palavras iniciais determinavam a agenda adotada no IHGB com o intuito de escrever uma História oficial do Brasil.

Devemos sublinhar, entretanto, o papel secundário do próprio ameríndio nessa História. Para Veloso Júnior, esse fato está relacionado com a questão da construção do Estado Nacional, nesse caso o brasileiro, onde apenas o detentor de “*status* do nacional”, de origem “caucasiana” recebia o título de cidadão. Por outro lado, os nativos apenas margeavam o referido “*status*”, sendo sua posição atribuída a “significativos carregados em termos vinculados o papel do *outro*, em relação aos construtores dos discursos e símbolos do nacional”²⁸⁸. Para que tal agenda se cumprisse a contento, o estudo das raças se tornou uma ferramenta importante. Nesse sentido, ainda de acordo com Veloso Júnior, a questão de definir o lugar de cada “raça” na construção do Estado brasileiro, passou a ser um tema “de extrema importância política” e a emergir como fundamental “nas discussões científicas” e que acabou contribuindo para o estabelecimento da Ciência Etnológica no Brasil, a qual por muitas vezes surgiu de forma confusa e conflitante “em diferentes abordagens políticas e teóricas”²⁸⁹. Portanto, para esse autor, “raça” pode ser entendida como uma “categoria” que representou um esquema

de classificação e hierarquização que marca diferenças entre indivíduos e entre grupos sociais. Utilizada inicialmente no domínio da biologia, raça foi sendo apropriada como chave de compreensão das diferenças entre os homens, tanto em seus aspectos físicos (*biológicos*) quanto filosóficos, espirituais, refletido em seus hábitos, usos e costumes²⁹⁰.

A Ciência Etnológica desse período possuía uma “abordagem humanista e filosófica” e pleiteava o seu espaço “nos estudos físicos”, segundo Veloso Junior. Essa “abordagem” e essa reivindicação estavam inseridas nas instruções de Manoel Porto-Alegre aos membros da Seção Etnográfica. Segundo ele, o assunto de suma importância para etnologia “no estudo do homem physico” era “o conhecimento” de seu “*typo*”. Por isso, instruiu a cada um deles a classificar e hierarquizar o indígena brasileiro (ANEXO A). Segundo Kodama, essa prática etnográfica incentivada no Instituto, buscou “mapear” todas as “tribos” ou “nações” indígenas que habitavam as províncias do império. O que ressaltou na elaboração de um novo “quadro-

²⁸⁷ *Ibidem.*, p. 68.

²⁸⁸ VELOSO JÚNIOR, Crenivaldo Regis. *Op. Cit.*, p. 11.

²⁸⁹ *Idem.*

²⁹⁰ *Ibidem.*, p. 10.

síntese” da multiplicidade existentes entre essas “nações”. Contudo, “as antigas categorias criadas sobre os índios, presentes por todo o processo de colonização” continuaram ainda a existir²⁹¹.

Nesse sentido, um dos pontos mais observados e discutidos no Instituto a respeito das nações indígenas estava relacionado à questão da capacidade dos indígenas se tornarem civilizados – uma questão de alta importância para Barbosa Rodrigues. Por isso, era mister a prática etnográfica revelar qual o “procedimento” mais coerente para que as nações indígenas se tornassem civilizadas como mão-de-obra útil ao governo imperial²⁹², o que, de acordo com Veloso Júnior, significou a necessidade de o etnógrafo permanecer em campo por certo “tempo minimamente razoável” na busca em “compreender a língua e adentrar naquele universo considerado exótico” e que deveria ser “familiarizado ao discurso de unidade nacional”²⁹³.

Para Kodama, mesmo que as instruções repassadas à Seção Etnográfica e Narrativa da viagem tenham recebido apoio do governo imperial ao final de suas atividades, o que se percebeu foi a apresentação de um trabalho “incompleto”, no qual constou algumas referências a documentos das vilas visitadas, dados históricos das aldeias, notas a respeito de documentos de indígenas aldeados, cartas régias (menção de localidade), esboços de pequenos “censos” sobre a população local, e algumas palavras em língua indígena na forma de verbetes para um dicionário²⁹⁴. Vale ressaltar que essas informações foram repassadas por membros das outras seções da Comissão Científica do Império e não pelo responsável pela Seção Etnográfica e Narrativa da viagem, Gonçalves Dias²⁹⁵.

Ainda que essa seção não tenha apresentado um trabalho completo como esperado, sua realização foi importante para a afirmação e o estabelecimento da Etnografia no Brasil naquele momento.²⁹⁶ Seus estudos “incompletos”, contribuíram para que outros intelectuais continuassem a discutir a catequese e civilização dos povos indígenas, pois de acordo com Veloso Júnior “as práticas etnográficas de uma forma geral atuavam a serviço de uma ciência colonial. O IHGB foi o lugar de colonização dos debates e das narrativas históricas”²⁹⁷.

²⁹¹ KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, p. 104.

²⁹² *Ibidem.*, p. 251.

²⁹³ VELOSO JÚNIOR, Crenivaldo Regis *Op. Cit.*, p. 158.

²⁹⁴ KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, p. 104.

²⁹⁵ Veloso Júnior. *Op. Cit.*, p. 158-159.

²⁹⁶ *Ibidem.*, p. 158.

²⁹⁷ *Ibidem.*, p. 161.

Foi esse o sentido em que o governo se apoiou para incentivar e transformar “as pesquisas científicas” em políticas imperiais²⁹⁸. Havia a urgência de se conhecer não apenas os “selvagens” ou “silvícolas” que habitavam as florestas, mas também as riquezas naturais dos “sertões” do Império do Brasil²⁹⁹, o que demonstrava a necessidade de organizar comissões de exploração. Barbosa Rodrigues e sua viagem científica ao Amazonas, podem ser inseridos nesse contexto de investigação e apropriação das potencialidades dos povos nativos e de seus territórios. Sua narrativa, como veremos, aproxima-se da defendida pelo IHGB e sua visão de mundo à de Varnhagen. No próximo capítulo, analisaremos os estudos etnográficos referentes a alguns povos indígenas realizados pelo naturalista quando este explorou o longo curso do Baixo e Alto Tapajós.

²⁹⁸ Veloso Júnior. *Op. Cit.*, p. 151.

²⁹⁹ *Idem.*

3 AS INVESTIGAÇÕES ETNOGRÁFICAS DE BARBOSA RODRIGUES NO VALE AMAZÔNICO

O objetivo deste capítulo é analisar as investigações etnográficas e arqueológicas realizadas por Barbosa Rodrigues no rio Tapajós, vale do Amazonas, de junho a agosto de 1872. É importante frisar que o naturalista explorou outros rios da região, contudo pelo volume e pela riqueza de detalhes referentes ao tapajós – além, naturalmente, dos limites obrigatórios para uma dissertação – optamos por discutir unicamente essa primeira viagem e o relatório resultante dela³⁰⁰. Através de suas explorações, o botânico estabeleceu estudos sobre a origem dos antigos Tapajó, indígenas que segundo ele teriam emigrado do Peru e se estabelecido no referido rio e, por certo tempo, dominaram esse território. Ainda descreveu vários povos indígenas que haviam sido exterminados pelo colonizador, e alguns que ainda viviam nesse curso d’água, os quais formavam naquela época a “base da população do Tapajós”³⁰¹, como os Apiaká³⁰², os Parintintim³⁰³, os Mawé³⁰⁴ e os Mundurukú³⁰⁵, sendo que

³⁰⁰ As outras explorações ocorreram em ordem temporal: rios Urubú e Jatapú, rio Yamundá, rio Trombetas e rio Capim. Todos os relatórios estão referidos na Bibliografia Final. Sobre a exploração do naturalista no rio Capim, existe uma monografia fruto do Projeto de Iniciação Científica sob orientação da Dra. Maria das Graças Ferraz Bezerra (Coordenadora da RedeNamor), um de seus capítulos foram transformados em dois artigos, os quais estão publicados no Boletim de Ciências do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cf. XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COELHO, Alan Watrin. *Op. Cit.*; XIMENES, Cláudio Lísias Moreira. *Op. Cit.*

³⁰¹ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**: Rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, p. 134.

³⁰² A grafia atual é Apiaká. De acordo com os tuxauas desse povo, esse nome faz referência a uma espécie de “marimbondo vermelho que, quando atacado, viaja longas distâncias para se vingar do agressor com uma ferroadada extremamente dolorosa”. Pertencem ao Tronco Tupi, família Tupi-Guarani e são falantes da língua Apiaká. (TEMPESTA, Giovana Acácia. “Apiaká”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apiaká>. Acesso em: 13 jan 2020.).

³⁰³ A grafia atual é “Parintintin”, cujo significado é “inimigo”. Na atualidade, eles se autodenominam “Kagwahiva ou Kagwahiva’nga” e seu significado é “nossa gente”. Pertencem ao Tronco Tupi, família Tupi-Guarani e são falantes do dialeto Parintintin que está incluído na língua Kawahib. (KRACKE, Waud. “Parintintin”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parintintin>. Acesso em: 13 jan 2020.).

³⁰⁴ A grafia atual é “Mawé” ou “Sateré-Mawé”, mas é com a última denominação que eles se autodenominam. Segundo eles “Seteré” significa “lagarta de fogo”, uma “designação clânica” pois se refere “ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade, aquele que indica tradicionalmente a linha sucessória dos chefes políticos”. Já “Mawé” significa “papagaio inteligente e curioso” não é um termo clânico. Pertencem ao Tronco Tupi, família Mawé e são falantes da língua Mawé (Sateré-Mawé). (LORENZ, Sônia da Silva. “Seteré-Mawé”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sateré_Mawé. Acesso em: 13 jan 2020.).

³⁰⁵ A grafia atual é “Mundurukú” cujo significado é “formigas vermelhas”. A tradição oral afirma que essa denominação foi dada pelos seus inimigos, os Parintintins. Contudo, os “Mundurukú” na atualidade se autodenominam “Wuy juyu”, pertencem ao Tronco Tupi, família Mundurukú e são falantes da língua Mundurukú. (RAMOS, André. “Munduruku”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>. Acesso em: 13 jan 2020.).

destes últimos fez uma longa descrição etnográfica, se comparado com as descrições dos outros três povos citados³⁰⁶.

3.1 A viagem pelo rio Tapajós

Depois de passar um curto período em Belém, Barbosa Rodrigues decidiu estudar o rio Tapajós³⁰⁷, afluente da margem direita do rio Amazonas. Definiu as cidades de Santarém e de Itaituba como centros de apoio para as suas “excursões”, ambas localizadas às margens do rio Tapajós, a primeira à margem direita próxima da foz com o rio Amazonas e a segunda à margem ocidental. Antes de desembarcar em Santarém, o naturalista teve “impressões vivas e alegres” ao observar o encontro das “aguas negras” do rio Tapajós com as “aguas barrentas” do rio Amazonas³⁰⁸. Segundo o botânico, os tapuyas³⁰⁹ chamavam este rio de “*Tapayú-paraná*”, isto é, “rio dos Tapajó”, por sua vez, os “naturaes”³¹⁰ o conheciam por causa de suas águas “pretas”³¹¹. Para o explorador, pela força de suas águas, o Amazonas avançava em direção ao rio Tapajós e nele formava várias “manchas claras” perceptíveis, cuja aparência era de “vários panos pretos manchados de pardo”³¹². De modo que, algumas horas depois, as “manchas” se misturavam entre si e acabavam por voltar ao rio Amazonas. Tanto o encontro das águas quanto a vasta natureza às margens tornavam a região “deslumbrante”, ao ponto de ele dizer que ao penetrá-la pelo rio Tapajós sentiu sua “alma alegrar-se”³¹³.

Essas descrições da natureza e das sensações observadas e sentidas pelo naturalista, demonstram a influência da “ciência romântica de matriz humboldtiana” que segundo Lorelai

³⁰⁶ Optamos por manter os nomes dos povos indígenas extintos da maneira escrita por Barbosa Rodrigues, identificados pelo uso das aspas. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 132.).

³⁰⁷ Segundo Barbosa Rodrigues, era “propriamente” correto chamar o rio de “Tapajós”. Ele nascia “da união de dois grandes rios, o Arinos e o Juruena. As fontes principais destes estão nos altos campos dos Parecys, vulgarmente chamados serra dos Parecys. In: *Ibidem.*, p. 114. Essa informação é corroborada por José Coelho da Gama Abreu, o Barão de Marajó, em sua obra o autor afirmou que as fontes do Tapajós se localizavam nas vertentes das serras dos Parecys, a Oeste das fontes do rio Guaporé. Era um rio “conhecido de longa data” por causa da “importância” de “sua extensão e volume de águas, pelas mudanças entre o Pará e o Matto-Grosso, e ainda pela riqueza e abundância de seus produtos naturais”. (ABREU, José Coelho da Gama. **As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. Belém: SECULT, 1992, p. 169.).

³⁰⁸ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 22.

³⁰⁹ O termo “Tapuya”, “tapuia”, “tapuio”, significa “indígena”. Barbosa Rodrigues utilizou esse termo para designar aqueles indivíduos que eram provenientes de cruzamentos entre os diversos povos indígenas (sem definição de linhagem) civilizados, ele mesmo diz que “o *tapuyo*, que é o índio puro, nascido na sociedade, de pais índios civilizados”. (RODRIGUES, João Barbosa. Extracto de um livro inedito. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 71.).

³¹⁰ Ao que tudo indica, Barbosa Rodrigues usava esse termo tanto para se referir aos índios (termo mais utilizado, principalmente para distinguir os tapuyas dos índios) quanto as pessoas de uma certa localidade.

³¹¹ *Ibidem.*, p. 5.

³¹² *Idem.*

³¹³ *Ibidem.*, p. 6.

Kury, entre outras coisas, permitia ao explorador utilizar a ciência, as “artes e a retórica” para retratar supostamente de forma fiel a “realidade” e os “fenômenos” da região observada e explorada³¹⁴. No início de sua viagem pelo Baixo Tapajós, o naturalista observou próximo à confluência do rio Maricá³¹⁵ “uma scena própria da natureza do equador” que lhe chamou a atenção. Dessa observação diz

Preso á um grande tronco, cahido nagua, uma pequena montaria (**ANEXO B**) balouçava-se á sombra de um frondoso ingazeiro e a poucos passos, na parte mais sombria da mata, atada a duas arvores uma alva rede encobria o corpo de uma tapuya, que ahí gozava a natureza, enquanto o seu pirarucu assava-se num braseiro que lhe ficava próximo. Poético era o lugar, serena a tarde, que gozava em plena liberdade a filha do filho das selvas. Vulgar é esta scena, para quem viaja o valle do Amazonas³¹⁶.

A 15 de maio de 1872, o botânico e sua família desembarcaram em Santarém, tida na época como “princesa do Tapajós”³¹⁷. Nela, obteve o apoio de algumas autoridades locais, como o deputado provincial Antônio Joaquim Gomes do Amaral³¹⁸, responsável tanto pela acomodação do botânico e de sua família na cidade, como pelos meios (*igarité*³¹⁹, provimentos, etc.) para a exploração do Baixo e Alto Tapajós (**ANEXO C**). Desse apoio, o naturalista destacou que “em um lugar onde tudo são dificuldades, muitas foram aplainadas pela influencia e relações de amizade” que o deputado possuía na região³²⁰.

A origem de Santarém remonta às atividades da Companhia de Jesus na Amazônia³²¹. Em 1661, o padre jesuíta luxemburguês Johannes Philippus Bettendorff (1625-1698) sob a ordem³²² de seu superior, o padre português Antônio Vieira (1608-1697), se deslocou à região

³¹⁴ KURY, Lorelai B. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentistas: experiência, relato e imagem. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), 2001, p. 876.

³¹⁵ Rio que fica na margem direita do Amazonas e forma o Lago do *Curuá*. (ABREU, José Coelho da Gama. *Op. Cit.*, p. 354.).

³¹⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 32.

³¹⁷ Provavelmente dezembro tenha sido o mês em que Barbosa Rodrigues concluiu seus trabalhos de gabinetes concernentes à exploração do Tapajós. Nesse mesmo período, o naturalista e sua família partiram em direção a Manaus capital da província do Amazonas, para ali explorarem novos pontos do vale amazônico. (PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Op. Cit.*, p. 47-48.)

³¹⁸ Médico, membro do Partido Conservador. Foi Deputado Provincial (1872-1877), Deputado Geral (1877) e Senador pelo Pará (1885-1889). (**Senado Federal**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1442>. Acesso em: 21 dez 2019.).

³¹⁹ Segundo Ermanno Stradelli, o termo *igarité* ou *yareté* significa “verdadeira dona das águas. Embarcação muito maior do que a *igara*, com proporções de receber duas toldas e de exigir vela e remos de voga”. (STRADELLI, Ermanno. **Vocabulário Português-Nheengatu, Nheengatu-Português** Cotia: Ateliê Editorial, 2014, p. 525.)

³²⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 31.

³²¹ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 22.

³²² Vale destacar que Vieira ao ordenar a Bettendorff que fundasse a aldeia dos Tapajó, obedecia à ordem do rei português Pedro II (1648-1706) de estabelecer aldeamentos na região amazônica. (MARTA, José Manuel Carvalho. **Rondônia: da colonização à integração Latino-Americana**. Cuiabá: EDUFMT, 2018, p. 184.).

do Baixo-Amazonas com a missão de catequizar os indígenas daquele perímetro. Para isso, em 22 de junho, fundou a “aldeia dos Tapajós” e nela foram misturadas³²³ etnias distintas – os Tapajós e os Urucucú, estes últimos estavam na outra margem do rio³²⁴. Ao passar dos anos, o aldeamento esteve sob novas direções. Em 1750, a aldeia possuía uma população de aproximadamente 400 indígenas³²⁵.

De acordo com Barbosa Rodrigues, a Lei de 6 de junho de 1754 elevou a “aldeia dos Tapajós” à categoria de vila e alterou o seu nome indígena (“Tapajós”) para o nome de uma cidade portuguesa – Santarém³²⁶. Vale destacar que o naturalista conseguiu ter a acesso a duas documentações oficiais (não informou como conseguiu ou quem lhe forneceu) que versavam a respeito da inauguração da vila e a nomeação do seu vigário interino, padre dominicano Francisco Xavier Eleutério. As referidas documentações eram: a “Provisão” de Dom Miguel de Bulhões e Souza (1706-1778)³²⁷ e o “Auto de posse” lavrado no mesmo dia, após a leitura da “Provisão”³²⁸. Segundo a “Provisão”:

Dom Frei Miguel de Bulhoens, da Ordem dos Pregadores, por mercê de Deus e de Santa Sé Apostolica, Bispo do Grao Pará, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima etc. Porquanto o Illm. e Exm. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado, nos participou que em observancia das Reaes leis de Sua Magestade erigia na Aldeia dos Tapajós em Villa de Santarém, e na conformidade das Reaes Ordens do dito Senhor e da declaração que os Prelados regulares deste Estado fizeram em junta de dez de Fevereiro, competente ao nosso Pastoral officio destinar algum Ecleziastico subdito nosso para Parocho da referida Villa, e na pessoa do Reverendo Padre Francisco Xavier Eleuterio concorrem todos os requzitos necessarios para desempenhar as obrigações deste emprego, o nomeamos Vigario interino da nova Villa de Satarem [Santarém], que servirá em quanto Sua Magestade como Governador e perpetuo Administrador do Mestrado, Cavallaria e Ordem do nosso Senhor JESUS Christo, não mandar o contrario e nós o havermos por bem, ao qual recommendamos administre a seus freguezes os Sacramentos, que lhe pertencem com aquella Vigilancia e zello que convem ao serviço de Deus e ao bem esperitual das nossas ovelhas que amamos nas entranhas de Jesus Christo podendo absolver de todos os peccados a nós reservados, observando na administração dos mesmos Sacramentos inviolavelmente a fórma que declara o Sagrado Concilio Tridentino e Constituiçoens porque se governa este Bispado e terá um especialismo cuidado em os instruir nos Mystérios da

³²³ De acordo com José Manuel Carvalho Marta, misturar as diversas etnias era uma “estratégia” utilizada pelos portugueses. Nesse caso, se movia os indígenas “nativos” ou então misturava-se os “mansos e bravos” com etnias “de fora, ou de outras origens”, dessa maneira os indígenas tinham dificuldades de apreenderem fugas e de se organizarem. (*Ibidem.*, p. 184-185.).

³²⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 22.

³²⁵ *Ibidem.*, p. 23.

³²⁶ *Ibidem.*, p. 26.

³²⁷ Pertenceu à Ordem dos Pregadores, conhecida também como dominicanos. Foi o 3º Bispo do Pará, dirigiu a Diocese entre os anos 1748-1759. (*Ibidem.*, p. 24.).

³²⁸ *Ibidem.*, p. 25.

nossa Fé e lhes propor a palavra de Deus aos Domingos e dias Santos especialmente nos dias de maiores solenidades na Igreja fazendo-lhes aquellas praticas esperituaes que julgar mais uteis e proporcionaldas á direcção de suas almas em lhe destinamos a congrua de oitenta mil reis por anno, que será paga pela Fazenda Real em virtude da Real Ordem do mesmo Senhor expedida por carta da Secretaria do Estado de 4 de Março de 1755 e haverá tambem todos os mais próes e precalços que por direito lhe competem. Pelo que manda a todos os nossos subditos especialmente aos moradores da sobre dita Villa de Santarem com pena de excomunhão maior ipso facto uqe reconheçam e venerem ao dito Reverendo Padre Francisco por se legitimo Parocho obedecendo-lhe em tudo o que pertencer ao seu sagrado ministerio. Dada nesta cidade de Belem do Grão Pará sob nosso signal e sello das nossas armas. Passada pela Chancellaria e registrada aonde pertencer. Aos 22 de Abril de 1757. Assignado. Frei Miguel, Bispo do Pará. Registrada. Ferreira Leonardo. Ach.^a e sello – 400 rs. Recebi Ferreira Leonardo³²⁹.

Já o “Auto de posse”

que tomou o Reverendo Padre Vigario Francisco Xavier Eleuterio da Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Santarém que até agora se chamava aldêa dos Tapajós, em nome do Exm.º e Revm.º Sr. Padre Frei Miguel de Bulhões, do Conselho de Sua Magestade Fidellissima, etc. Bispo à esta Diocese. Aos 3 dias do mez de Julho do anno de mil setecentos e cincoenta e sete na matriz da Villa de Santarém onde se acharão presentes o Director o Tenente Manoel Corrêa Moncada, o Capitão-mór Paulo o Capitão Jacob; o capitão Domingos, o Capitão Fellippe e o ajudante Damião e os moradores e sendo ahi junto o povo da dita Villa que até agora se chamava Aldeia dos Tapajós, na presença de todos mandou o Reverendo Vigario Francisco Xavier Eleuterio publicar uma provisão de Sua Ex.^a Revm.^a em que nomeava e constituia vigario da dita Freguezia em virtude da qual tomou posse da sobre dita Igreja, em nome de Sua Ex.^a Revm.^a Sr. Bispo, abrindo e feixando a porta do Sacrario, observando as mais cerimonias do Estillo, a qual o Reverendo Padre missionario Luiz alvares embargou dizendo que tinha embargos que por a dita posse, porque não tinha ordem do seu Prelado para dar posse, nem menos quiz assignar. e só disse que fazia entrega; o que tudo entenderam as pessoas que se achavam presentes que abaixo vão assignadas, e para que a todo tempo constasse da referida posse, mandou o Reverendo Vigario Francisco Xavier Eleuterio fazer este termo por mim Manoel Baptista de Araujo, Escrivão commissario nomeado pelo dito Vigario, que este fiz e assignei. Villa de Santarém 3 de Julho de 1857. – Manoel Baptista de Araujo. – O Vigario, Francisco Xavier Eleuterio. – João Baptista Mardel. – Manoel Corrêa Moncada. – José de Souza e Silva. Assignado pelo principal André, o qual por estar molestado me pediu que por elle assignasse. Manoel Baptista de Araujo. O Capitão-mór Paulo. Uma cruz do Capitão Domingos. Uma cruz do Capitão Jacob. Uma cruz do Capitão Felipe. Cruz do Ajudante Damião. – Ignacio de Souza e Silva. – Domingos Rabello. – Estevão Lopes. – Manoel João Baptista, Custodio de Souza Guedes. – André Rodrigues de Oliveira. – José Domingos de Paiva. – José Teixeira³³⁰.

³²⁹ *Ibidem.*, p. 24-25.

³³⁰ *Ibidem.*, p. 25.

Percebemos que, tanto a “Provisão” quanto o “Auto de posse” foram lidos na Igreja Matriz, o primeiro documento comunicava a alteração do nome da aldeia e a nomeação do referido clérigo, e o “Auto de posse” dava-lhe a autorização para assumir as obrigações como vigário. De acordo com o naturalista, entre as autoridades e indivíduos que prestigiaram a cerimônia e assinaram o “Auto de posse” estavam, o Tenente Manoel Corrêa Moncada, Diretor dos Índios, o Capitão-mór Paulo, o Principal André e outras personalidades. Contudo, o único que se recusou a assinar o documento foi o jesuíta Luiz Alvares, que já há treze anos servia naquela localidade (pela segunda vez), e desde que soube da elevação da referida aldeia em vila e da chegada de um novo religioso fez forte oposição, ao afirmar não possuir autorização de seu “prelado” para dar posse ao novo religioso³³¹.

No entanto, segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso, a Lei de 6 de junho de 1754³³² acabou com o controle “temporal” (que era exercido em conjunto com o controle religioso) dos jesuítas sob os indígenas e não o contrário, como afirmou o naturalista³³³. Vale destacar que a data em que teria ocorrido a referida elevação é confusa. Em todo caso, tomaremos como referência o trabalho da geógrafa Maria Goretti da Costa Tavares, que faz referência a 14 de março de 1758 como a data em que ocorreu a referida elevação³³⁴.

Em 1848, a resolução n. 145 de 24 de outubro, determinou que vila fosse elevada à cidade, permanecendo com a mesma denominação³³⁵. Esse panomara, junto a outros fatores, como a necessidade do tapuia de compreender a importância do trabalho para uma sociedade civilizada e moderna – ou seja, abandonar a vida ociosa, preso a uma “rêde” depois de sair das florestas de seringueiras – é típico do discurso do naturalista que Miriam Leite definiu como prática da maioria dos viajantes. Isto é, entender o outro pelo prisma da sua civilização, ou seja, do seu mundo (“civilizado” e “avançado”) para o mundo do outro (“primitivo”,

³³¹ *Ibidem.*, p. 24.

³³² A referida Lei, fazia parte do conjunto da chamada “Legislação Pombalina”. Nela ainda constavam: a Lei de 7 de junho de 1754, que proibiu escravizar os indígenas e garantir a eles a venda de suas forças de trabalho ao indivíduo que lhes pagassem “o melhor preço”; o Alvará de 7 de junho de 1755, que determinou a expulsão dos jesuítas das capitanias do Maranhão e Pará; a Lei de 8 de março de 1756, que estendeu a validade do Alvará que vigorava às outras capitanias do Brasil e determinou elevar os aldeamentos avançados em civilização em vilas e povoados, além de estabelecer o “governo civil” entre os indígenas; Diretório dos Índios, documento produzido em 1755, mas só publicado em 1757, pelo qual foram apresentados de maneira “sistemática, os princípios administrativos que passaram a reger a vida dos aldeamentos”. (PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia**. 305 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982, p. 124.).

³³³ *Idem.*

³³⁴ Nessa mesma data, outras aldeias foram elevadas a vilas, como: aldeia dos Borais (vila de Alter do Chão), aldeia dos Tupinambáranas (vila Boim) e aldeia dos Arapiuns (Vila Franca)”. (TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista Acta Geográfica**, ano 2, n. 3, jan./jun. 2008, p. 61, 76.).

³³⁵ IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/historico>>. Acesso em: 28 out 2018.

“atrasado”)³³⁶. Tzvetan Todorov percebeu que geralmente o “juízo de valor é inteiramente negativo” quando se trata do outro, nesse caso do europeu para o ameríndio. Segundo esse autor, até se demonstrava certo interesse por entender “o desconhecido” (cultura ameríndia), contudo, tal entendimento era apoiado no que era “conhecido” (cultura europeia)³³⁷.

Desse modo, para Barbosa Rodrigues, era inconcebível que, em pleno século XIX, existisse no país pessoas que viviam no ócio, por isso, criticou abertamente a mentalidade e a maneira do tapuia viver, deitado em sua rede após uma árdua atividade nos caminhos de seringais³³⁸. Foi tal interpretação que o levou a criticar “científica e comercialmente” a população que habitava às margens do Tapajós e seus afluentes, regiões que constituíam “uma riqueza” que aos seus olhos naquele momento era desprezada, mas que

poderá para o futuro constituir um ramo de industria muito lucrativa. Distrahidos hoje os naturaes, com a extracção da borracha, não dão fé do que perdem, será tarde, talvez, quando vier o arrependimento! O que hoje desprezas, amanhã o estrangeiro apresentará como titulo de riqueza³³⁹.

Para Barbosa Rodrigues, a insignificância das práticas agrícolas e industriais em Santarém, como em todo o Tapajós, era perceptível. Em Santarém, havia “pequenas porções de terreno” cultivadas por pecuaristas para a sua própria subsistência e na “colônia americana”³⁴⁰ instalada na Serra do Piquiatuba ou Taperinha onde residiam pequenos agricultores.³⁴¹ A indústria era representada por 4 fábricas: a primeira produzia “vinhos de

³³⁶ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Op. Cit.*, p. 10.

³³⁷ TODOROV, Tzvetan. *Op. Cit.*, p. 183, 185.

³³⁸ Em suas explorações pelo Alto Tapajós o naturalista observou vários barracões onde erram guardados o látex retirado das seringueiras (*Hevea brasiliensis* L.). Nesses locais estavam “homens que atrás de um lucro fallaz, sujeitam-se a passar lodo o verão na mata, sem um só companheiro, vivendo vida de condemnado, e de animal”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 93.).

³³⁹ *Ibidem.*, p. 65.

³⁴⁰ Não confundir essa “colônia” a que Barbosa Rodrigues se refere com a primeira colônia instalada entre 1866-1867 pelo major confederado Lansford Warren Hastings (1819) na cidade de Santarém. A “Colônia de Santarém” foi criada com a ajuda do governo imperial brasileiro e do governo norte-americano, mas acabou não prosperando. Na região se instalaram 109 famílias procedentes dos Estados do Alabama, Mississipi e do Tennessee. Diversos autores apontam alguns fatores para a desestruturação da “Colônia de Santarém”, como clima, falta de mão-de-obra escrava, “o isolamento, a árdua vida como pioneiros em um meio selvagem, a insuficiência de escolas e igrejas, a morte prematura de seu líder, além da ausência de comunicações a ausência de um circuito mercantil capaz de oferecer um mercado de mão-de-obra”. Por esses motivos, em 1868, a maioria desses colonos abandonaram o local e deslocaram-se para outras cidades brasileiras, entre elas Santa Bárbara na província de São Paulo. (SILVA, Celio Antônio Alcântara. **Quando mundos colidem**: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932). 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 46-47.).

³⁴¹ A colônia referida pelo naturalista era formada por famílias remanescentes que ficaram sob os cuidados pastorais do Rev. Richard Thomas Hennington (1830-1894), entre elas os Pitts, os Wanghon, os Jennings, os Emmett, os Steele, os Riker, os Rhome, os Hendenhall, os Wilkens, os Stroope, os Wallace e os Franklin. Além

frutas” nacionais como, cacau, laranja, caju, caldo de cana, entre outros, e que exportava perto de 2.000 garrafas por ano; a segunda produzia “rêdes e palha grosseira”; a terceira produzia cal e exportava sua produção à província amazonense; a quarta não especificou o que se produzia, apenas que ficava na referida colônia. Nessa, residiam 19 famílias, contabilizando 88 pessoas (sem dados específicos), apenas 77 indivíduos de origem norte-americana e 11 de origem inglesa³⁴². A maioria deles eram lavradores, contudo, a colônia contava com 2 doutores, 4 mecânicos e um reverendo da Igreja Metodista, Richard Hennington.

As considerações de Barbosa Rodrigues, a respeito da necessidade do tapuia perceber o valor do trabalho fazem sentido se levarmos em conta a maneira descrita das atividades realizadas pelos colonos e o trabalho “inteligente” do norte-americano Romulus John Rhome (1835-1892), gerente e sócio³⁴³ no Engenho do Barão de Santarém. Para o botânico, o reverendo Hennington³⁴⁴ era “tão industrioso que conseguiu fazer por suas próprias mãos 10 machinas, com os recursos do lugar. São movidas por agua e podem trabalhar todas a um tempo ou separamente”³⁴⁵. Segundo Silvia Maria Bahia Moraes, o reverendo Hennington foi o responsável por construir o “primeiro trapiche” de Santarém entre os anos de 1883-1884, assim como pela implantação da “indústria naval na região”. De acordo com o naturalista, o trabalho dos colonos na fábrica estava “prosperando muito” e eles eram “os unicos lavradores que mostram o que poderá ser o municipio de Santarém”. Contudo, isso só ocorreria se os moradores santarenos reconhecessem “a necessidade de trabalhar” e incentivar “a emigração para ahi affluir”. Por esses motivos, a colônia se encontrava “muito augmentada”³⁴⁶.

Esse posicionamento de Barbosa Rodrigues em observar, descrever e classificar a sociedade local era algo comum entre os naturalistas, estes que eram observadores privilegiados, por não pertencerem àquela nação/região/localidade não se preocupavam em

de algumas famílias inglesas e norte-americanas vindas num segundo momento de emigração. (MORAES, Silvia Maria Bahia. **Tradução e transculturação**: a Amazônia de Elizabeth Bishop. 253 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010., p. 70.)

³⁴² **JORNAL DO PARÁ**, Belém, 11 nov. 1875, anno XIV, n. 257, p. 1.

³⁴³ Emigrou dos Estados Unidos (onde em 1860, possuía 5 escravos e US\$ 1.000,00 em terras) para o Brasil, e depois de se instalar em Santarém, se tornou sócio do Barão de Santarém no Engenho da Taperinha (empresa “Pinto & Rhome”). Segundo Célio Silva, o norte-americano se aproximou “da concretização do ideal de posse do latifúndio monocultor mercantil-escravista” e como sócio ficou responsável pela gerência da empresa e divulgação do balancete anual em junho. (SILVA, Célio Antônio Alcântara. **Capitalismo e escravidão**: a imigração confederada no Brasil. 363 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, p. 283-284.)

³⁴⁴ MORAES, Silvia Maria Bahia. *Op. Cit.*, 2010, p. 70.

³⁴⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 20.

³⁴⁶ *Idem.*

ser aceitos pelas pessoas locais, pois suas intenções voltavam-se para a construção da narrativa/relato aos seus conterrâneos sobre o lugar³⁴⁷. Para Miriam Leite todos os naturalistas

observaram, descreveram e classificaram o mundo social, refletindo, por comparação, sobre a vida cotidiana do grupo visitado, tomando consciência das dificuldades para compreensão desse grupo. Procuraram superá-las detendo-se [...] no folclore, em crenças e tradições populares, quando não se dedicaram ao estudo da História da população visitada³⁴⁸.

O naturalista comparou a vida ociosa dos tapuias (e dos demais cidadãos santarenos) com a vida laboriosa dos norte-americanos. Os primeiros, representantes de uma cultura atrasada (que precisava ser superada) e os segundos, modelos de uma cultura avançada (que precisava ser alcançada), detentora do progresso, filhos de uma sociedade moderna. Para o botânico, o exemplo dos colonos era uma maneira pedagógica da população local enxergar o valor do Trabalho. E a chegada de mais emigrantes (norte-americanos e europeus) ajudaria no desenvolvimento de Santarém. Por fim, destacou que a população, o clima, a posição e a fertilidade do solo (importante fator para atrair a vinda de emigrantes, afim de se estabelecer novas colônias e “colher bons resultados”) podia transformar Santarém num “centro de grande valor comercial³⁴⁹”, o que segundo ele a tornaria a “princesa do Amazonas”³⁵⁰. Desse modo, o naturalista ao informar os dados etnográficos, geográficos e históricos, tanto da cidade como de seus arredores, demonstrou que ele estava por dentro da prática etnográfica e histórica requisitada pelos intelectuais do IHGB.

Como de praxe, no período em que antecedeu suas viagens exploratórias pelo Baixo e Alto Tapajós, Barbosa Rodrigues realizou algumas incursões pelos arredores de Santarém, “diariamente em todas as direções o campo que ocupa um espaço de mais de duas léguas em torno da cidade, coberto de ilhas ou capões de vegetação”³⁵¹. Nessas andanças, observou a flora e nela encontrou duas espécies de palmeira trepadeira do gênero *Desmoncus* Mart., vulgarmente conhecida como jacitara, uma denominou de *D. ataxacanthus* Barb. Rodr.³⁵² e

³⁴⁷ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Op. Cit.*, 1997, p. 10.

³⁴⁸ *Ibidem.*, p. 15.

³⁴⁹ Visão compartilhada pela população da cidade. Em julho de 1872, o editor do periódico **O Baixo-Amazonas**, informou que a região do “Baixo-Amazonas era a mais rica e mais populosa de todo o Vale do Amazonas, em condições mais vantajosas pela fertilidade de seu solo, pelo desenvolvimento industrial, agrícola e comercial”. (**BAIXO-AMAZONAS**, Santarém, 1 de julho de 1872, anno 1, n. 1, p. 1.).

³⁵⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 6.

³⁵¹ *Ibidem.*, p. 27.

³⁵² Conforme o site “WCSP” do Jardim Botânico de Kew-Inglaterra, o nome dado por Barbosa Rodrigues a essa espécie é considerado como sendo um sinônimo de *D. orthacanthos* Mart. (GOVAERTS, Rafaël. *Desmoncus ataxacanthus in World Checklist of Selected Plant Families*. Disponível em: https://wcsp.science.kew.org/namedetail.do?name_id=60352. Acesso em: 15 jan 2020.).

a outra *D. oligocanthus* Barb.Rodr.³⁵³. Deparou-se, ainda, com locais históricos como a “antiga aldeia dos Tapajós” (que como veremos ainda estava habitada) e as ruínas da “fortaleza dos Tapajós”³⁵⁴.

Importante explicar que o Baixo Tapajós a que o naturalista se referiu compreendia a percurso da foz (nos arredores de Santarém) até a freguesia de Itaituba. O Alto Tapajós, por sua vez, possuía cachoeiras e abrangia o percurso da referida freguesia até os rios Juruena e São Miguel (Arinos) na província de Mato-Grosso. Por conseguinte, Barbosa Rodrigues explorou o Baixo Tapajós em duas etapas: de 5 a 10 de junho percorreu a região da foz até a Serra da Taperinha e seus arredores³⁵⁵; de 29 de junho a 8 de agosto, em sentido contrário, da foz até a freguesia de Itaituba³⁵⁶. Em relação ao Alto Tapajós, investigou essa área de 10 a 27 de agosto, foi nessa exploração que conheceu algumas aldeias indígenas, entre elas a dos Mawé e a dos Munduruku³⁵⁷.

Vale destacar que Barbosa Rodrigues utilizou como fontes para compor o seu estudo etnográfico dos indígenas que haviam habitado e aqueles que ainda habitavam o rio Tapajós várias obras, entre elas: **Roteiro de viagem** (1768), de José Monteiro de Noronha (1723-1794), Vigário Geral da Diocese do Pará que percorreu essa região em 1768; “escripto” do padre jesuíta Manoel Ferreira; **Corografia paraense, ou descrição física, historica, e politica da Provincia do Gram-Pará** (1833), do português Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865); **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará** (1839), do historiador português Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850); **O tesouro descoberto no maximo Rio Amazonas** (1741-1757), do jesuíta João Daniel (1722-1776); **Brazil Historico** (1864), de Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882); **Falla dirigida pelo Exm.º Sñr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho presidente da provincia do Gram Pará a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda ordinaria da sexta Legislatura no dia 1.º de Outubro de 1849** (1849), de Jeronymo Francisco Coelho (1806-1860), presidente de província do Pará. Além das próprias informações orais dos Apiaká, Munduruku e Mawé³⁵⁸.

Do texto do Vigário Geral, Barbosa Rodrigues retirou as seguintes informações: quando o religioso percorreu a região algumas antigas “nações” já não existiam mais, entre

³⁵³ Conforme o site “WCSP” do Jardim Botânico de Kew-Inglaterra, o nome dado por Barbosa Rodrigues a esta espécie é considerado como sendo um sinônimo de *Desmoncus polyacanthos* Mart. (GOVAERTS, Rafaël. *Desmoncus polyacanthos in World Checklist of Selected Plant Families*. Disponível em: https://wcsp.science.kew.org/namedetail.do?name_id=60403. Acesso em: 15 jan 2020.).

³⁵⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 9-10, 28.

³⁵⁵ *Ibidem.*, p. 31, 43.

³⁵⁶ *Ibidem.*, p. 46, 79.

³⁵⁷ *Ibidem.* p. 81, 112.

³⁵⁸ *Ibidem.*, p. 22.

elas: Amanajá ou Amanajé, Apaunuariá, Anjuariá, Apecuria, Apicuricu ou Apicuricú, Cenecuriá ou Senecuriá, Jararéuara, Marixitá, Morivá, Moquiriá, Motuari e Necuriá³⁵⁹. No entanto, haviam “nações” que, segundo o missionário eram “infieis”: “Carari, Cuarirana, Jacarétapiyá, Piriquito e Sapopé [ambas emigradas do rio Matari], Tapacorá, Uarápiranga, Uarupá [emigrados dos rios Abacaxis, afluente da margem direita do rio Amazonas e Canumá, tributário da margem direita do rio Madeira, que desembocavam no furo Uarariá, cuja foz era no rio Tupinabarana] e Yauain³⁶⁰.

Foram com esses povos indígenas que os jesuítas iniciaram seus trabalhos de catequese, em meados do século XVII. Em vários pontos do rio Tapajós, os missionários fundaram “missões” ou “aldeias”. As principais foram: São José de Matapus, Cumarú ou Arapiuns, Curi, Santa Cruz, Santo Inácio ou Tupinambarana, Borari. Sendo que, aquelas que se desenvolveram, isto é, que não ficaram em “atrazo, pequena população e desenvolvimento intelectual”, foram elevadas a vilas ou freguezias por força de lei provincial: em 1758, a missão de São José de Matapus à vila de Pinhel (hoje distrito da cidade de Aveiro-Pará)³⁶¹; a missão de Arapiuns à vila Franca (hoje vila Franca dos Arapiuns, distrito de Santarém-Pará)³⁶²; a missão Santo Inácio à vila Boim; a missão Borari à vila de Alter do Chão. Já as missões de Curi e Santa Cruz, ao longo dos anos por não se desenvolverem, deixaram de existir. Segundo o botânico, esse fato estaria estritamente ligado “as especulações commerciaes [atividade dos regatões] e a descoberta dos seringaes” no rio Tapajós e nos seus tributários, o que levou os moradores dessas localidades a abandonarem suas casas por melhores condições de vida³⁶³.

Na época da viagem de Barbosa Rodrigues, alguns desses lugares ainda conservavam os “títulos” de vilas ou freguezias, como: Pinhel, Boim, Franca e Alter do Chão. A respeito dessas localidades, o naturalista fez pequenas considerações de suas condições: a vila Franca foi visitada por Barbosa Rodrigues em 29 de junho. Segundo o naturalista, na vila havia existido uma “indústria de tecidos de palha”. A padroeira da igreja era Nossa Senhora da Assunção³⁶⁴; a freguesia de Pinhel possuía uma matriz (padroeiro São José), 35 moradias de

³⁵⁹ *Ibidem.*, p. 22.

³⁶⁰ *Ibidem.*, p. 132.

³⁶¹ Essa vila foi rebaixada de categoria por causa do seu estado de “atrazo e decadência” através da Resolução n.º 233 de 21 de dezembro de 1853. (*Ibidem.*, p. 59.).

³⁶² Como quase todas as aldeias (missões) adiantadas em “civilização”, Arapiuns foi elevada à vila em 1858, no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769). Essa ação do governador respeitava a Lei de 6 de junho de 1755. (*Ibidem.*, p. 47.).

³⁶³ *Ibidem.*, p. 58.

³⁶⁴ A fonte faz referência à Nossa Senhora da Conceição como sendo o orago da Igreja. Contudo, essa informação está incorreta, visto que a padroeira é Nossa Senhora da Assunção, o que nos faz deduzir que houve um erro de impressão.

palhas (pertenciam em sua maioria aos tapuias). Contudo, segundo o explorador a localidade estava num estado de “decadencia” algo observado em “todas” as localidades do rio Tapajós, sendo que ele atribuiu essa situação vivida pelos tapuias por causa da extração do látex (ANEXO D), visto que “antes da população entregar-se a ella, todos esses lugares floresciam, eram mais populosos e havia mais industria e lavoura”³⁶⁵. O botânico explicou que essa situação não era apenas observada na região do rio Tapajós, mas em vários outros locais do vale amazônico, onde havia ocorrido estagnações ou abandonos de cidades³⁶⁶.

Como veremos a seguir, essa situação foi destacada por Barbosa Rodrigues ao visitar a povoação de Boim. Grande parte da população era formada por indígenas e tapuias, estes, segundo o naturalista, que, pela sua indolência natural, eram enganados pelos “fallazes lucros da extracção da borracha”, deixavam “suas terras em abandono”, nelas poucas coisas cultivavam, a não ser pequenas “braças de terra roçada” onde plantavam mandiocas, e dali ficavam “contentes” com a pouca “farinha” que conseguiam fabricar. Para o explorador, tanto o indígena quanto o tapuia viviam “fóra de toda a sociedade, desconhecendo os principaes deveres de um cidadão. Levados por uma pessima educação, vivem sujeitos, porque se julgam incapazes de por si se dirigirem. Amam a liberdade, mas não a compreendem”³⁶⁷.

Antes de citar as antigas “nações” que habitaram o rio Tapajós, o naturalista concluiu suas observações sobre as antigas missões. Nesse caso, a antiga missão Borari. Como a maioria delas, em 1758 também foi elevada à vila de Alter do Chão. Na época de sua viagem, em 1872, já havia sido transformada em freguezia, mas, segundo ele, estava em “completa decadencia”, pois ali reinava “a miseria e ás vezes a fome”³⁶⁸. Situação esta que, constratava com o “bonito” cenário avistado por alguém que viajasse pelo rio Tapajós, formado pela enseada e pelo “elevado monte de fôrma conica” que ficavam defronte a localidade³⁶⁹. As pessoas desse local viviam da “pesca” e da “extracção da borracha”, e novamente o botânico destacou que por causa dessa atividade muitos abandonaram as suas casas. Nela não existiam “lavoura”, somente algumas “rocinhas de mandioca ou de bananas” para própria subsistência, e nenhuma “industria”. A freguezia possuía “terras ferteis” e era próxima de Santarém, o grande centro comercial da época. Esses dois pontos, na visão dele, eram suficientes para os atrair com o “trabalho”³⁷⁰.

³⁶⁵ *Ibidem.*, p. 59.

³⁶⁶ *Idem.*

³⁶⁷ *Idem.*

³⁶⁸ *Idem.*

³⁶⁹ *Idem.*

³⁷⁰ *Idem.*

Ao retomar a questão das antigas “nações” que habitavam o rio Tapajós, o botânico informou que elas eram classificadas conforme a localização das aldeias (antes ou depois das cachoeiras). Sendo assim, as que habitavam no Baixo Tapajós (fóz) eram chamadas de Canicurus, e as que se localizavam no Alto Tapajós (cachoeiras) eram denominadas de Japiruára (“Yapyruara”)³⁷¹. Em seu texto, Barbosa Rodrigues, informou que entre os Canicurus encontravam-se os Tapajó, povo que dominou a região da fóz e do seu entorno³⁷². Contudo, como eles não foram mencionados pelo Vigário José Noronha em sua lista, o explorador achou por bem, em um primeiro momento, seguir a relação das “nações” citadas pelo religioso. Entretanto, como veremos no decorrer de seu “Relatorio” o botânico escreveu a respeito da História dos Tapajó e sua importância para a História da região do Baixo-Amazonas, por dois motivos: o nome do rio fazia menção a eles e os Tapajó chegaram em grande parte da região baixa de seu percurso.

Como referido no capítulo anterior, em 1856, o IHGB, através da Seção de Etnografia e Archeologia, instruiu que os viajantes levantassem todos os dados possíveis concernentes aos “usos e costumes” dos indígenas que habitaram e que ainda viviam no rio Tapajós. Percebemos que em seu texto Barbosa Rodrigues se utilizou do direcionamento do instituto, apresentando alguns dados como as práticas antropófagas dos Jacarétiyá, Sapopé e Uarupá; a “faixa larga preta nas faces” ou “listão preto” que iniciava “desde a raiz dos cabellos na testa até a barba”³⁷³ dos Yauain, fato que para o antigo Vigário era o “signal distinctivo” destes³⁷⁴; as “faces pintada de listas” com “signaes pretos” dos Piriquitá, Suarirana e Uarupá, feitos quando ainda crianças por seus pais que lhes também furavam a face com espinhos e depois preenchiam com tinta escura³⁷⁵. Somente em relação aos Carari e Uarápiranga não foi apresentada nenhuma informação a respeito desse costume³⁷⁶. Lembramos que o naturalista afirmou que não conseguiu obter dados que pudessem acrescentar novas informações a respeito dos usos e costumes desses indígenas porque “dos seus ritos, usos e costumes nada hoje consta, tudo perdeu-se com o tempo, que até da memória dos naturaes apagou a sua lembrança”³⁷⁷.

³⁷¹ *Ibidem.*, p. 23, 125.

³⁷² *Ibidem.*, p. 125.

³⁷³ *Ibidem.*, p. 22, 132.

³⁷⁴ NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas colonias do sertão da provincia, escripto na Villa de Barcellos pelo vigario geral do Rio Negro, o padre Dr. José Monteiro de Noronha, no ano de 1768**. Pará: Typographia de Santos & Irmaos, 1862, p. 22.

³⁷⁵ *Idem.*

³⁷⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 22-23.

³⁷⁷ *Ibidem.*, p. 132.

Na exploração das cachoeiras do Alto Tapajós, Barbosa Rodrigues viajou em uma canoa³⁷⁸ própria para ultrapassá-las. Nessa viagem, foi acompanhado por quatro indígenas, três Munduruku (povo indígena que não foi inserido na lista, talvez por erro ou esquecimento) e um Mawé. Nessa região, passou pela ilha Uarupá, antigo lugar onde habitaram os últimos indígenas Uarupá³⁷⁹. No século XVII, esses indígenas emigraram das margens dos rios Abacaxis para os arredores da vila de Aveiro. Perambulavam nas proximidades das missões de Santo Inácio e de São José³⁸⁰, eram perseguidos pelos Mawé e pelos Mampá. Segundo Barbosa Rodrigues, os Uarupá “eram bons navegantes, conhecedores do rio, sendo eles os que ensinaram a navegação pelas cachoeiras, aos civilizados”³⁸¹. A última notícia a respeito desses indígenas datava de 1864, período em que na referida ilha vivia a última “família Uarupá”³⁸².

3.2 A busca pela origem dos Tapajós: estudos arqueológicos e etnográficos

Barbosa Rodrigues em seu trabalho etnográfico identificou os “Tapajó” ou “Tapayu” como sendo os indígenas que haviam sido, até o século XVIII, os “Senhores de toda a margem do rio” na foz com o Amazonas³⁸³. Como veremos adiante, embora o naturalista tenha enfrentado a falta de documentação e as poucas e confusas informações colhidas ao longo de sua viagem, foi possível compor um estudo consistente sobre o rio e seus habitantes (e que, como veremos, ao longo dos anos, serviu para despertar interesse em outros estudiosos, nacionais e estrangeiros, como os estudos realizados por Curt Nimuendajú, na década de 1920).

Segundo o naturalista, a origem dos Tapajó seria peruana, ou seja, seriam descendentes dos incas³⁸⁴. Estes, provavelmente, na primeira metade do século XVI, teriam

³⁷⁸ De acordo com o naturalista, havia poucas diferenças de uma canoa usada para navegar as cachoeiras das tradicionais “igaritês” (segundo o botânico “*Igara*, antes *yara*, [o *y* soa como *ig*] montaria, canoa, e *eté* verdadeira, isto é, canoa grande, com tolda”). A canoa para as corredeiras possuía “uma tolda baixa na proa, que serve para accommodar as cargas, e uma puxada na popa, onde vai o piloto de pé, segurando o leme, que tem o feitio de um remo de voga, pouco mais ou menos, com uma larga pá, porém mais grosso, que por uma correia é preso á canoa. Como na subida do rio, a viagem é sempre pelas margens, não usam remos, mas sim dezingas, que são varas de 2 1/2 braças de comprimento [aproximadamente 4,5 metros], com as pontas ferradas, que servem para também nas cachoeiras desviar a canoa das pedras, e forçá-la a subir a corrente”. (*Ibidem.*, p. 82.).

³⁷⁹ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 83.

³⁸⁰ *Ibidem.*, p. 83-84 e 132.

³⁸¹ *Ibidem.*, p. 84.

³⁸² *Idem.*

³⁸³ *Ibidem.*, p. 22.

³⁸⁴ Povo ameríndio que habitava uma extensa faixa da América Latina e que possuía “uma sólida organização”. De acordo com Susane Oliveira, o “*Tawantinsuyo*” dos incas (“império dos quatro quadrantes” ou “império dos quatro cantos”), abrangia uma área dos “planaltos” dos Andes, o território colombiano, até os territórios chilenos

emigrado para a região do Baixo-Amazonas, fugidos da perseguição dos conquistadores³⁸⁵ espanhóis³⁸⁶. Mas quais foram os elementos utilizados por Barbosa Rodrigues para estabelecer sua hipótese? Em Santarém ele não encontrou nenhum “documento histórico” que lhe desse respaldo. Contudo, para o investigador, os estudos arqueológicos seriam capazes “de mostrar que os Tapajó tinham quasi os mesmos usos dos incas”³⁸⁷.

Em seu texto, o naturalista identificou que o “uso” dos muiraquitãs³⁸⁸ (“*muyrakÿtã*” ou popularmente “*muirã quitã*”, significava “nó de páo”, “de *mbyrá*, páo, madeira e *kÿtã* nó” tudo por causa da “semelhança” que “a verdadeira jade” possuía “com as resinas”³⁸⁹) ou das pedras verdes pelos Tapajós, confirmava sua suspeita que eles haviam descido do Peru e, ao chegarem na embocadura do Trombetas, mantiveram contato com a “tribú” que ali vivia. Segundo Barbosa Rodrigues, essa “tribú” foi identificada equivocadamente pelo conquistador espanhol Francisco de Orellana (1515-1546) como sendo as “Amazonas”, “Icamiabas” ou “mulheres guerreiras”³⁹⁰. Ainda para o botânico, os “inúmeros vestígios” arqueológicos (“restos de louça, machados, fragmentos de ídolos, caminhos cavados nos declives da serra, depósitos de conchas”) encontrados em Piquiatuba, Ipanema, Mararú, Taperinha seriam prova que os Tapajó tanto viveram às margens do rio Tapajós como nas “chapadas das serras” ao longo desse curso d’água³⁹¹. Segundo Anne Rapp Py-Daniel, a correlação feita por Barbosa Rodrigues entre as cerâmicas que achou em Santarém e adjacências aos Tapajó, foi aceita por Curt Nimuendajú que passou a se aprofundar nesse pensamento³⁹².

e argentinos, do litoral do Pacífico a boa parte da Amazônia, cuja capital era o Peru. (OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. As sacerdotisas do sol: imagens sagradas e profanas do feminino nas crônicas espanholas do século XV. **Cadernos Pagu**, v. 19, 2002, p. 147.).

³⁸⁵ A conquista do Peru representou a queda do “centro político, econômico e demográfico” do império Inca. Ocorreu entre os anos de 1532-1533, sendo Francisco Pizarro (1476-1541) o responsável por subjugar-los. *Idem*.

³⁸⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 21.

³⁸⁷ *Idem*.

³⁸⁸ De acordo com Barbosa Rodrigues, os muiraquitãs (“contas de feldspath”), pedras de jade (até aquela época se acreditava que essa pedra era de origem asiática) por muito tempo foram encontrados em Alter do Chão (antiga aldeia Borary). Mas, na época de a viagem do naturalista, encontrá-los era algo “raro”. Os Borary as chamavam de “Puerary” que na língua indígena quer dizer “*Puera*, conta, *iry*, rio”, isto é, “conta (miçanga) de rio”. (*Ibidem.*, p. 51); A aparente origem asiática do muiraquitã e a suposta existência das Amazonas, foram assuntos abordados pelo naturalista no seu “Relatório do rio Yamundá”. Cf. RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Yamundá**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875d, 99p.

³⁸⁹ RODRIGUES, João Barbosa. **Antiguidades do Amazonas. Ensaios de Sciencia por diversos amadores**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo Editores, f. 2, jul. 1876, p. 72.

³⁹⁰ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**. Rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, p. 21.

³⁹¹ *Ibidem.*, p. 21-22.

³⁹² PY-DANIEL, Anne Rapp. **Os contextos funerários na Arqueologia da calha do rio Amazonas**. 357 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 84.

Segundo Lúcio Meneses Ferreira, Barbosa Rodrigues era um dos adeptos³⁹³ da chamada “Arqueologia Nobiliárquica”³⁹⁴, termo cunhado pelo zoólogo suíço Émil August Goeldi (1859-1917). O cientista definiu como sendo o “período formativo da disciplina [Arqueologia] no Brasil” no século XIX (Primeiro e Segundo Reinados)³⁹⁵. Por isso, podemos dizer que essa concepção de Arqueologia estava inserida no “projeto político centralizador da Monarquia”³⁹⁶. Goeldi procurou, ao longo dos anos, “validar uma hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil”³⁹⁷, então, buscou

nos vestígios arqueológicos, na arte rupestre e, sobretudo, nas línguas e mitos indígenas, uma origem que remontasse aos povos nautas da Antiguidade: gregos, fenícios, egípcios. Essa civilização primordial poderia, também, advir de navegadores europeus modernos, particularmente os nórdicos. A busca de uma origem ‘civilizada’ para os índios correspondia à constituição de uma identidade nacional³⁹⁸.

O naturalista, portanto, compartilhava da conjectura de que em épocas passadas a região da América Central e dos Andes foram colonizadas por asiáticos e esses povos seriam os responsáveis pelo nascimento das sociedades indígenas andinas e centro-americanas³⁹⁹. Sendo que o elo dessa hipótese eram os “artefatos indígenas de jadeíta” – os muiraquitãs deixados aqui pelos Incas que teriam alcançado até a ilha de Marajó. Para o botânico, essas pedras eram produzidas a partir de dois tipos de rochas: jadeíta⁴⁰⁰ (jadeite) e nefrita (variedade de jadeíta, cor verde claro⁴⁰¹), originalmente adornos confeccionados pelos fenícios (se baseou nos estudos de Heinrich Fischer sobre tais rochas). Desse modo então, os muiraquitãs teriam sido frutos dos “contatos transatlânticos entre a Ásia e a Amazônia” – tipo de vinculação que agradava aos seus consórcios do IHGB⁴⁰².

³⁹³ Outro adepto era Ladislau Netto cuja hipótese de que as civilizações andinas e da América Central haviam nascido de uma colonização de povos da Ásia, se voltava particularmente para os chineses e os japoneses. Dos Andes, os Incas partiram para a Amazônia, chegando, posteriormente, à ilha de Marajó. Haveria, pois, uma ascendência asiática e incaica na Amazônia, grafada nos artefatos de jadeíte. Cf. FERREIRA, Lúcio Meneses. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 1, jan./abr. 2009, p. 77.

³⁹⁴ *Idem.*

³⁹⁵ *Idem.*

³⁹⁶ *Idem.*

³⁹⁷ *Idem.*

³⁹⁸ *Idem.*

³⁹⁹ *Idem.*

⁴⁰⁰ NAVARRO, Guilherme Rafael B. et al. *Jaidete*. In: **Museu de Minerais, Minérios e Rochas Heinz Ebert**. Disponível em: <https://museuhe.com.br/site/wp-content/uploads/2018/02/Museu-HE-JADEÍTA.pdf>. Acesso em: 06 jan 2019.

⁴⁰¹ *Idem.*

⁴⁰² FERREIRA, Lúcio Meneses. *Op. Cit.* p. 77.

De acordo com Lúcio Ferreira, essa hipótese “errante” de Barbosa Rodrigues estava baseada no “modelo difusionista”⁴⁰³ e no pensamento da “degeneração”⁴⁰⁴. O modelo definia que as “invenções culturais” ocorridas nas sociedades americanas não foram autônomas, pelo contrário, ocorreram por causa dos “contatos transcontinentais e intercontinentais” com sociedades avançadas que teriam sido “mestres peritos” dessas populações. Já o conceito de “degeneração”, ao qual o “modelo difusionista estava atrelado”, determinava que tanto a população humana quanto animal, emigrada do continente asiático para o jovem eldorado americano, acabaram sucumbindo pelas dificuldades enfrentadas no “clima tropical”⁴⁰⁵.

Como referido, em 1661, esses indígenas (em “numero diminuto”) foram aldeados ao lado de outros povos. A pesquisa de Barbosa Rodrigues o levou a definir que “a época do desaparecimento” deles se iniciou na década de 1750, através de “uma epidemia de cursos de sangue” (assunto que será apresentado no próximo parágrafo) e se encerrou em 1798 quando já estavam “cruzados com outros”⁴⁰⁶. Desse modo, concluiu o botânico que a “bella tribu extinguiu-se, deixando perpetuada a sua memória no nome do mais bello rio do Amazonas”⁴⁰⁷. As únicas lembranças que existiam deles eram os muiiraquitãs e os artefatos inteiros e quebrados como machados e louças encontrados às margens do rio Tapajós⁴⁰⁸.

Em suas incursões nos arredores de Santarém, Barbosa Rodrigues encontrou, do lado direito da cidade, as ruínas da antiga aldeia Tapajó, esta seria a “principal taba” desses indígenas, sendo o local ainda habitado por uma tapuia “centenaria”⁴⁰⁹ de origem Tapajó. A “velha” usava um muiiraquitã “grosso” no pescoço, guardado como amuleto (“boa para dores de garganta”)⁴¹⁰. Além dela, habitavam o lugar alguns tapuias da mesma linhagem e de outros cruzamentos com diferentes indígenas⁴¹¹. Essas “pessoas” moravam nas 68 “palhoças”

⁴⁰³ Esse modelo, foi muito utilizado na Antropologia e Arqueologia nos séculos XIX e XX. Seus principais representantes são: Friedrich Ratzel (1844-1904) e Franz Boas (1858-1942). Cf. FERREIRA, Lúcio Meneses. **Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. 333 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2007, p. 64.

⁴⁰⁴ Esse conceito foi cunhado por Georges Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1709-1788) na obra *Histoire Naturelle, Générale et Particulière, avec la Description du Cabinet du Roy*. Paris: Imprimerie Royale, 1749. No século XIX, o termo ganhou maior abrangência sobretudo para definir o atraso mental de determinados povos pelas mãos de Benedict-Augustin Morel (1809-1873) no clássico *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: Baillière. 1857.

⁴⁰⁵ FERREIRA, Lúcio Meneses. *Op. Cit.*, p. 64.

⁴⁰⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 130.

⁴⁰⁷ *Idem.*

⁴⁰⁸ *Idem.*

⁴⁰⁹ Em diálogo com Barbosa Rodrigues, a velha falou sobre os seus antepassados Tapajós “quasi todos exterminados por dysenteria e febres que appareceram, que matava-os ás duzias por dia”. A respeito dos muiiraquitãs, ela além de informar sobre a utilidade do objeto, falou que “em certa época do anno, partiam alguns companheiros para o Amazonas, e traziam esse enfeite”. (*Ibidem.*, p. 131.).

⁴¹⁰ *Ibidem.*, p. 130.

⁴¹¹ *Ibidem.*, p. 23.

fabricadas com folhas da palmeira curuá (*Attalea spectabilis* Mart., 1826⁴¹²) e distribuídas de formas “arruadas” e “espalhadas”. Em cada moradia viviam em média 5 “pessoas”, quase 340 indivíduos no total (esse número havia sido maior). Esse declínio populacional se deu pelo fato de que, em 1855, a epidemia de *cholera-morbus*⁴¹³ ocasionou a extinção de quase todos os tapajó, estes eram acometidos de “dysenteria e febres”, segundo o explorador a doença “matava-os ás dúzias por dia”⁴¹⁴. Os tapuias que ali viviam conservavam “uns restos longinquos dos usos primitivos” de seus antepassados⁴¹⁵. Em seus escritos, Barbosa Rodrigues identificou os tapuias como “pessoas”. Mas isso não significava uma “humanização” desses indígenas. Pelo contrário, essas “pessoas” eram frutos de cruzamentos ocorridos entre diversas tribos e que ainda guardavam alguns traços de “usos primitivos”. Dito de outra forma, eram seres atrasados por manterem parte das tradições e culturas de seus antepassados. Nesse sentido, percebemos que o naturalista estava antenado com as questões relacionadas às raças e suas contribuições na formação da sociedade brasileira⁴¹⁶. No entanto, ele não exprimiu nenhum juízo de valor a respeito dos cruzamentos entre as tribos indígenas e tão pouco entre as outras raças que dariam origem ao processo de mestiçagem⁴¹⁷.

Sendo assim, constatamos, no discurso do naturalista, a ideia da hierarquização da sociedade brasileira, onde a raça branca (detentora da civilidade) está no topo da pirâmide social e as demais raças são subalternas. Não surpreende, posto que o botânico estava a

⁴¹² De acordo com o site “Flora do Brasil”, a denominação dada por Barbosa Rodrigues foi validada, por isso esse nome é aceito. (*Arecaceae In: Flora do Brasil 2020 em construção. Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB33996>. Acesso em: 12 out. 2018.).

⁴¹³ Em 15 de abril de 1855, a galera portuguesa *Deffensor* (antiga *Sacramento*) partiu da cidade do Porto, Portugal, com 322 passageiros com destino a Belém. Esses haviam sido cooptados para trabalharem na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e como colonos no Grão-Pará. A viagem pelo Atlântico durou 30 dias e em 15 de maio os emigrantes chegaram a Belém. Durante o período da viagem, alguns passageiros adoeceram de cólera (à época Portugal enfrentava uma epidemia dessa doença) pelas péssimas condições de higiene da *Deffensor*. Alguns passageiros e um tripulante vieram a falecer durante a viagem. Em Belém, uma cidade que na época não possuía serviços sanitários, a epidemia se instalou, e não demorou para que ela se alastrasse por toda a província do Grão-Pará, onde a precariedade era ainda maior. Vale destacar que a doença se alastrou por outras províncias do Império brasileiro, inclusive chegou ao Rio de Janeiro. (BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999., p 41, 47, 50 e 302.).

⁴¹⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 131.

⁴¹⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 9-10.

⁴¹⁶ COSTA, Rosely Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 94.

⁴¹⁷ A mestiçagem ou miscigenação foi um tema muito debatido ao longo de todo o século XIX, em especial no último quartel da centúria. Havia aqueles intelectuais como Silvio Romero (1851-1914) que enxergavam tal processo como algo positivo e que poderia levar ao branqueamento da população e aqueles como Nina Rodrigues (1862-1906) que acreditavam ser esta a pior característica do povo brasileiro, posto que a mistura daria origem justamente a uma raça “degenerada” e fragilizada. De qualquer maneira, ambas as escolas de pensamento pautavam suas investigações a partir de uma teoria etnográfica hierarquizada. Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; CORRÊA, Mariza. *As ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

serviço do governo imperial, comissionado para coletar informações e repassá-las ao Ministério da Agricultura para que o órgão pudesse estabelecer medidas que fomentassem o progresso nos sertões bravios, nesse caso o vale do Amazonas. Em seu “Relatório” ao governo, Barbosa Rodrigues justificou porque explorou a Serra da Taperinha e a “mina de cernamby”, no Baixo Tapajós. Primeiro, porque queria rascunhar a flora dessa região, até aqui nada em desacordo com a sua missão original. Segundo, porque esperava encontrar respostas para algumas “indagações” a respeito dos “usos e costumes” dos antigos Tapajó⁴¹⁸. Contudo, o naturalista ocultou de seus superiores uma informação – o local já havia sido escavado por outro explorador. Entre 1870-1871, o geólogo canadense Charles Frederick Hartt (1840-1878) realizou “escavações” em várias áreas do Baixo Amazonas, sendo considerado o “primeiro” cientista a escavar essa região⁴¹⁹. Essa atitude demonstra o ávido desejo do brasileiro em colocar o seu nome entre aqueles que trariam respostas sobre a origem do povoamento do vale amazônico. E de certa maneira, o botânico foi bem-sucedido, pois ele e Hartt são considerados os pioneiros na realização de trabalhos arqueológicos no Baixo Amazonas. Segundo Lílian Panachuk, ambos eram possuidores de uma “visão mais curiosa que científica da época”⁴²⁰. No caso do brasileiro, este é apontado como sendo o “primeiro” a correlacionar os artefatos desenterrados em Santarém e suas adjacências como pertencentes aos extintos Tapajó⁴²¹.

Próximo à essa Serra, ficava o Engenho da Taperinha, às margens do rio Aiaíá (afluente do rio Tapajós). Nessa propriedade, ficou hospedado de 6 a 8 de junho de 1872. O botânico não informou de quem recebeu a informação de que perto da Serra, existia uma “mina de cernamby”, às margens de um lago. Na exploração desse local, Barbosa Rodrigues contou com o apoio dos proprietários do Engenho, com a companhia de Joaquim do Amaral e de alguns tapuias, que eram os seus guias⁴²². Na manhã do dia 6, depois de conhecer as dependências da propriedade, resolveu investigar a dita “mina” por algumas horas⁴²³. No tempo em que permaneceu no local, observou a existência de uma grande quantidade de

⁴¹⁸ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 32.

⁴¹⁹ MARTINS, Renata Maria de Almeida. Cuias, cachimbos, muiraquitãs: a arqueologia amazônica e as artes do período colonial ao modernismo. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 12, n. 2, maio/ago. 2017, p. 408.

⁴²⁰ PANACHUK, Lílian. **Arqueologia preventiva e socialmente responsável!** A musealização compartilhada e meu mundo expandido. Baixo Amazonas, Juruti/Pará. 266 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 74.

⁴²¹ PY-DANIEL, Anne Rapp, et al. **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**. Belém: MPEG, 2017, p. 5.

⁴²² RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 42.

⁴²³ De acordo com Barbosa Rodrigues, “Cernamby” era a denominação “vulgar” dada “aos molluscos da classe conchifera”. (*Ibidem.*, p. 36.).

gêneros e espécies de conchas *oleráceas* (comestíveis) e não fósseis, as quais foram acondicionadas em recipientes para estudos posteriores⁴²⁴.

O naturalista explicou que a denominação “mina” era infundada, pois o local não passava de um “deposito” de conchas deixadas pelos indígenas que habitaram a Taperinha. Recebeu o nome de “mina” porque dali era retirado “material” usado para fabricar um “excellente cal”, como acontecia nas minas de calcáreo⁴²⁵. Ao longos dos anos sob as conchas se formou uma faixa de solo fértil que permitiu florescer espécies de plantas viçosas, sem especificá-las. O “deposito” estava estratificado por uma grande quantidade de conchas sobrepostas umas nas outras, ou seja, em “camadas”, em formato cônico. Esse fato, no primeiro momento, o levou a considerar que o depósito tinha sido formado pelo curso das águas em “tempos immemoriaes”⁴²⁶.

Contudo, a partir de novas “circumstancias”, escavações e estudos comparativos que realizou, o naturalista concluiu que os vestígios encontrados eram provas de que o depósito fora produzido pelos indígenas⁴²⁷. Essas “circumstancias” eram a “proximidade” do curso do rio Amazonas com os montes que serpenteavam “o curso” do rio Tapajós⁴²⁸; a descoberta de pouca variedade de “generos e especies” de conchas⁴²⁹; os vários artefatos arqueológicos desenterrados como pedaços de cerâmica (“louça de barro”) queimados, machados⁴³⁰ de diorito (tipo de rocha)⁴³¹, “alguns craneos” indígenas (encontrados na escavação do canal perto do “deposito”)⁴³², ossos de pássaros e de Peixe-boi; um “caminho” na direção do sopé ao topo do “deposito” (provável passagem dos indígenas que habitavam)⁴³³; e a forma cônica e não reta do depósito⁴³⁴.

⁴²⁴ *Ibidem.* p. 40.

⁴²⁵ *Ibidem.*, p. 38.

⁴²⁶ *Ibidem.*, p. 37.

⁴²⁷ *Idem.*

⁴²⁸ *Ibidem.*, p. 36-37.

⁴²⁹ O naturalista identificou apenas “quatro ou cinco espécies modernas”, sobressaindo uma espécie (não especificada) de cada um dos gêneros “*Castalia*, *Unio* e *Hyarea*”. Todas as espécies eram *oleráceas* e podiam ser achadas nos rios Amazonas e Tapajós. (*Ibidem.*, p. 37.).

⁴³⁰ Eram usados como “armas de defesa ou de guerra” e como ferramentas para derrubar e lascar “a madeira” utilizadas nas suas atividades domésticas. Dificilmente, os usavam nas suas construções, pois, utilizavam “a madeira bruta”, como ainda era usada na época de Barbosa Rodrigues. (RODRIGUES, João Barbosa. *Antiguidades do Amazonas. Ensaios de Sciencia por diversos amadores*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo Editores, v. I, março 1876, estampa I, s/n.).

⁴³¹ Para o naturalista nenhum desses artefatos teriam sido levados pelas águas, ou seja, não teriam “sido rolados” por elas. No local, não encontrou nenhum “corpo ou seixo rolado”. Todos os artefatos do deposito eram semelhantes aos achados na Serra da Taparinha. (RODRIGUES, João Barbosa. *Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Tapajós*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, p. 37.).

⁴³² *Idem.*

⁴³³ *Ibidem.*, p. 37-38.

⁴³⁴ *Ibidem.*, p. 38.

Por conseguinte, o botânico informou que haveria a necessidade de responder a algumas indagações: a) “onde” os indígenas conseguiram encontrar inúmeras conchas?; b) “para” qual finalidade os indígenas as coletaram? e c) “como” conseguiram formar um monte de quase 11 metros de altura? Segundo o naturalista, os antigos indígenas encontravam e coletavam essas conchas no próprio rio Amazonas. À época de sua viagem, o explorador percebeu que elas ainda abundavam esse rio. Eles as recolhiam para serem utilizadas na sua alimentação. E, facilmente, ao longo dos anos, uma população conseguiria constituir um depósito de conchas. Para ele, a “ostreira”⁴³⁵ possuía duas finalidades: “depósito” de resíduos alimentares (sobras da alimentação e as conchas que estragavam) e cemitério para sepultar os seus “mortos”⁴³⁶.

Na opinião de Barbosa Rodrigues, após investigar e estudar a existência das conchas no “depósito”, concluiu que elas serviam muito mais para dar “luz” à Etnografia do que propriamente à Geologia. Tudo porque elas revelavam tanto os “usos da extinta tribo” – os Tapajós ali habitaram dada a facilidade de encontrar os “molluscos” no rio Aiaiaí. Essa “tribo” teria sido “pescadora” e viveu na Serra, pois buscava um local alto para escapar dos

pântanos, que haviam de existir nas actuaes terras firmes baixas, e as enchentes haviam de lavar as mesmas, ficando esse deposito conchifero na praia; porque pequena é a distancia que o separa da aba da serra estando actualmente em terra firme, distante das águas do Ayayá⁴³⁷.

Por fim, a opinião do naturalista era que a presença das conchas *oleráceas* e não fósseis (não encontrou nenhuma evidência de ter ocorrido uma revolução geológica moderna⁴³⁸) das lascas das rochas (utilizadas para fabricar os machados) e dos pedaços de louças cerâmicas provavam que a Serra havia sido habitada por indígenas. As conchas

⁴³⁵ Para corroborar seus argumentos a respeito das utilidades da “ostreira”, Barbosa Rodrigues utilizou como base um trecho da obra de 1797 do monge beneditino Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) publicada sob autorização da “Academia Real de Sciencias” de Lisboa-Portugal. O beneditino, ao se referir à História São Paulo (São Vicente), disse que as “ostreiras” era a maneira pela qual em São Paulo se denominavam os depósitos de conchas de mariscos utilizadas na alimentação dos indígenas. O religioso salientou que as conchas desde o início eram usadas pelos colonos como “cal” na construção dos prédios. Essas “ostreiras” eram encontradas em localidades do litoral, como: Cananéia, Iguapé, Santos, entre outras. Nelas era possível encontrar machados, fragmentos de painéis de barro e ossos humanos. Tudo porque, durante a pescaria se um indígena morresse, a própria “ostreira” servia de “cemitério”, ali seu corpo era enterrado e coberto por “conchas”. Cf. MADRE DE DEOS, Gaspar da. **Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil**. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias, 1797, p. 10.

⁴³⁶ *Idem.*

⁴³⁷ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 39.

⁴³⁸ Contudo, o naturalista era ciente de que em regiões da Terra, houve “revoluções contemporâneas” no período “moderno” que levantaram “depósitos conchiferos” sobre o nível das águas, em alguns casos sobre os montes, como ocorridos na Sardenha, Sicília, e nos antigos Estados Pontifícios (todos na Itália). Porém “nunca n’elles foram achados ossos humanos”. (*Idem.*).

enterradas na Serra eram as mesmas que estavam no “deposito”, o que dava a entender que os indígenas traziam dela as lascas para o “deposito” e dele levavam as conchas para a Serra⁴³⁹. Sendo assim, tais raciocínios eram suficientes para provar que os estratos não haviam sido feitos “por phenomenos geológicos”. No entanto, esperava que “espíritos mais esclarecidos e competentes” julgassem e decidissem a respeito de seus estudos⁴⁴⁰.

Vale destacar que, em 1880, Barbosa Rodrigues publicou “Antiguidades do Amazonas”, artigo no qual se aprofundou sobre a formação desse “deposito” de conchas no vale amazônico. Nesse texto, explicou que o local era um “*sernamby*”⁴⁴¹ ou “*sambaquy*”, e assim o denominou de “Sernamby da Taperinha”, comentou como eles eram produzidos⁴⁴² e por fim ainda apresentou duas ilustrações: um corte vertical do “deposito” e a provável formação geológica do curso do rio Amazonas (ANEXO E). Segundo o botânico, o seu “Relatorio”, enviado em 1872 ao Ministro da Agricultura, foi a primeira notícia dada a respeito da existência desse “monte de conchas, no interior dos rios” da Amazônia.

De acordo com Barbosa Rodrigues, “*Sernambys*” era a maneira que os indígenas denominavam os “montes de conchas”, ou seja, “toda e qualquer porção” onde se encontravam “conchas (*itan*)” tanto nas praias quanto nas margens⁴⁴³. Ainda de acordo com o naturalista, essa palavra naquele momento estava “corrupta”, tudo porque apresentava dois significados: um exprimia “perfeitamente o pensamento do indio” (“*seryc*, vazante da maré, e *sembyr* restos”, isto é, “*restos da vazante*”) e o outro até parecia melhor traduzido (“*sery* carangueijo e *namby* orelha”, isto é, “*orelha de carangueijo*”), mas não explicava nada⁴⁴⁴. Esse pensamento do naturalista estava baseado nos estudos que realizou sobre “o caracter do indio”. Uma das coisas que despertava e prendia sua atenção neles era o fato que “a propriedade na applicação das phrazes, sempre caracterizava a expressão do pensamento” deles⁴⁴⁵. O erro foi ocasionado pela “difficuldade fonethica” que o “civilizado” possuía de pronunciar essa palavra indígena, o que levou a suprimir letras e formar um termo quase

⁴³⁹ *Idem.*

⁴⁴⁰ *Ibidem.*, p. 40.

⁴⁴¹ Segundo Barbosa Rodrigues, por causa da “semelhança” chamavam de “*sernambys*” os resíduos que eram perdidos “no processo da coagulação da gomma elastica (*Siphonia elastica*) que formam a borracha ordinária”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Antiguidades do Amazonas – Sernambys. Ensaios de Sciencia por diversos amadores*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo Editores, f. 3, ago. 1880, p. 26.).

⁴⁴² Nesse texto, Barbosa Rodrigues fez uma correlação desse “*sernamby*” com os “*kjoekkenmoedding*” (termo derivado de “*hjoekken*, cozinha e *moeddiny*, resto, monturo, entulho, etc.”) montes de conchas encontrados no litoral da Dinamarca. Esse procedimento do naturalista era a sua tentativa de provar a hipótese de que os normandos/escandinavos (dinamarqueses) seriam os antepassados dos antigos indígenas amazônicos. (*Ibidem.*, p. 24, 26.).

⁴⁴³ *Ibidem.*, p. 25.

⁴⁴⁴ *Ibidem.*, p. 26.

⁴⁴⁵ *Idem.*

distinto do original⁴⁴⁶. Após a vazante da maré é que encontrou os “Sernambys”, ou seja, era nesse momento em que se encontravam as conchas nas areias das “praias como, *restos* ou *como refugio da maré*”⁴⁴⁷. Por este motivo, julgava que o significado “*restos da vazante*” estava mais correto do que “*orelha de carangueijo*”⁴⁴⁸.

Contudo, para Lillian Panachuk, o “Sernamby da Taperinha” do qual Barbosa Rodrigues disse que foi o primeiro a descrever, teria sido divulgado anteriormente por Charles Hartt. Em 1992, esse local foi escavado pela arqueóloga americana Anna Curtenius Rossevelt, na época já denominado de “Sambaqui da Taperinha”. Nesse sítio arqueológico, desenterrou vários artefatos (cerâmicas, ossos humanos, de peixes, de mamíferos, etc.), os quais foram submetidos a processos de “datações radio carbônicas”. Chegou-se ao resultado que a população que ali viveu tenha ocupado a região “entre 5.000 e 4.000 a.C.”, o que corresponde a um período bem antigo de 7.000 a 6.000 anos a.P, isto é, a “ocupação pré-colonial mais antiga da bacia tapajônica”. Já os fragmentos cerâmicos desenterrados constituem os objetos cerâmicos mais antigos de todo o continente americano⁴⁴⁹.

Ao dar continuidade em suas investigações ao longo do curso do rio Tapajós, Barbosa Rodrigues chegou à vila de Itaituba em 1º de julho de 1872. Nessa localidade, através da ajuda do tenente Joaquim Caetano Corrêa, ficou acolhido na mesma residência em que Charles Hartt hospedou-se anos antes⁴⁵⁰. Logo depois da sua chegada, no dia 2 partiu para explorar os arredores da localidade, ficou “maravilhado” pelo grande

numero de fosseis que se encontrava, quér soltos entre a areia e seixos, quér em algumas pedras trazidas pelas correntes. Ahi apanhei varias especies dos molluscos representantes dos terrenos Devonianos, e carbonifero dos generos *Orthis*, *productus*, *atrypa terebratula*, *rhyconella*, *spirifera*, o *clymenia*. Alguns polypeiros dos generos *cyathophilum* e *encrentes* imperfeitos e um gasteropode do genero *bellerophon* também ahi achei. Fragmentos de varias especies de *silex* encontram-se em abundância entre os seixos de quartzo e agatha que são trazidos de mais longe e ahi se accumulam formando assim uma das praias mais ricas, geologicamente fallando. Percorrendo outras praias, continuações da de Itaituba, encontrei também alguns fragmentos de machados de diorito, e mesmo alguns perfeitos, da mesma fôrma dos que já havia encontrado nas immediações de Santarém, assim como pequenos fragmentos de louça pintada de vermelho, que apparecem desenterradas pelas águas da chuva, e que provam que ahi existio uma maloca⁴⁵¹.

⁴⁴⁶ *Idem.*

⁴⁴⁷ *Idem.*

⁴⁴⁸ *Idem.*

⁴⁴⁹ PANACHUK, Lillian. *Op. Cit.*, p 74-75.

⁴⁵⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 64.

⁴⁵¹ *Ibidem.*, p. 64-65.

Barbosa Rodrigues, ao saber que várias “igaçauas” ou “igaçabas” foram desenterradas por Hartt em um “sitio” perto da ilha Camararuri às margens do rio Piracaná (tributário da margem ocidental do rio Tapajós), decidiu investigar o local, para lá partindo em uma canoa com dois tapuias no dia 6 de julho de 1872⁴⁵². Em seus estudos linguísticos, encontrou uma explicação para essas duas denominações. Elas eram corruptelas do termo “*yucáçaua*” que significava “o lugar onde se mata, ou se enterra um morto, e às vezes o instrumento”. As palavras “*Igaçaba*” ou “*igaçáua*”⁴⁵³ eram os potes ou as urnas mortuárias, usadas como depósitos dos “mortos” ou dos seus “ossos”, enterrados posteriormente. A terminação “*çaba*” era eufônica, isto é, de fácil assimilação, séculos antes já havia sido copilada pelo jesuíta José de Anchieta⁴⁵⁴ (1534-1594) e inserida em sua “*Grammatica*”⁴⁵⁵. Pela sua eufonia, os “civilizados” passaram a usá-la. Para o naturalista, a terminação “*áua*” era “puramente tupi”⁴⁵⁶, e ainda era usada em várias palavras pelos seus “descendentes”, entre eles os Tembés, estes indígenas falavam “*murucháua*, *tucháua* e *cáua* (maribondo) e não *murubichaba*, *tuchaba*, *caba*”.

Vale destacar que, em 1892, Barbosa Rodrigues publicou um “Vocabulario Indigena comparado”⁴⁵⁷, cuja intenção era provar que o “auanheenga ou lingua matriz”, ao longo dos séculos, foi sendo adulterada intencionalmente, pois os jesuítas não foram “fieis na conservação dessa língua, porque mais facilmente a ensinariam modificada como

⁴⁵² *Ibidem.*, p. 67.

⁴⁵³ As igaçabas (*Yasaua*, *Yataua*) eram grandes vasos usados para guardar água, em geral, possuíam as formas de “ânfora” e podiam ser ornados ou não de “desenhos elegantíssimos”. De acordo com Ermano Stradelli, nas Províncias do Amazonas e do Pará, eram achados “vasos em forma de igaçabas com restos de ossos humanos, a que também, por não se lhes saber o nome verdadeiro, se dá o nome de *ygasabas*”. Contudo, para esse autor, não deveriam “ser confundidos” com as primeiras, porque seus ornatos indicavam “o sexo do defunto”. Cf. STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 525.

⁴⁵⁴ Segundo Barbosa Rodrigues, um dos motivos para a “adulteração” que ocorreu na “língua tupi” estava relacionado ao fato de José de Anchieta (“filho da pronuncia do reinado de D. Manoel e D. João III”) possuir “origem hespanhola” e era contemporâneo do dramaturgo português Gil Vicente (1465-1536), ambos falavam e escreviam “ora portuguez, ora castelhano, pelo que forçosamente pronunciaria com sotaque castelhano”. (RODRIGUES, João Barbosa. **Vocabulario indigena comparado para mostrar a adulteração da lingua (Complemento do Poranduba Amazonense)**. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger, 1892, p. 8-9.).

⁴⁵⁵ “Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil” foi publicada em 1895 pelo editor Antônio de Mariz, em Coimbra-Portugal, com a autorização da Companhia de Jesus. Possui 58 folhas. Foi a primeira gramática elaborada da língua Tupi. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4674>. Acesso em: 02 jan 2019.

⁴⁵⁶ De acordo com Júlio César Melatti, é preciso tomar cuidado para não se confundir os significados da palavra “tupi”. Essa palavra possui 3 significados, que o autor chamou de “níveis de abrangência”, são eles: “o nome da língua” que os indígenas que habitavam a costa brasileira falavam no momento da chegada dos portugueses (“sentido mais estrito”); o nome da família linguística onde estava inserida a língua falada pelos referidos indígenas, nesse caso ao termo “tupi” foi acrescido outro, o “guarani” – tupi-guarani (sentido intermediário); e o nome do tronco linguístico, no qual a referida família está inclusa com outras famílias (“sentido mais elevado”). Cf. MELATTI, Júlio Cesar. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 61.

⁴⁵⁷ RODRIGUES, João Barbosa. **Vocabulario indigena comparado para mostrar a adulteração da lingua (Complemento do Poranduba Amazonense)**. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger, 1892.

escreveram”⁴⁵⁸. Para o naturalista, a língua “nhêngatú” estava “conservada” e “pura” dentre “os Tembés selvagens, e muitos velhos” do vale do Amazonas, sobretudo os que viviam em Santarém, Villa Franca e Solimões, pois, estes não a deixaram pela “língua do branco, *kariuánheenga*”⁴⁵⁹. Essa constatação só foi possível porque o botânico costumava ouvir “os índios”, observar e conversar com os homens ou as mulheres acima dos 70 anos de idades (chegou a dizer que entendia bem os “velhos” de mais de 100 anos), geralmente eles quase não falavam “o portuguez” e viviam afastados em sítios⁴⁶⁰.

Nesse trabalho retomou a discussão sobre a questão das terminações “*áua*” e “*çaba*”, fazendo dele um notório seguidor dos estudos linguistas pospostos por Varnhagen. Segundo Barbosa Rodrigues, o “*b* que aparece em *tuchaba, murubichaba, igaçaba*, etc, é sempre por vício castelhano e portuguez de substituir uma por outra letra; assim o índio só diz *tuichaua, muruichaua, yaçaua* (y-ig)”⁴⁶¹. Ali refutou a ideia de que nos primórdios “houve passagem do *b* para *u*”, pois segundo ele o português pela dificuldade em pronunciar a letra “*u*” a substituiu pela “*b*”, ou seja, os conquistadores inventaram “esse som para substituir o “*u*” dos indígenas⁴⁶², e dessa prática que “veiu a corruptella do sul que separou o seu modo de fallar do norte”⁴⁶³.

O naturalista, ávido por encontrar igaçauas que poderiam lhe ajudar nos estudos etnográficos, decidiu fazer escavações pela propriedade. O sítio estava acima do nível do rio Piracaná, grande parte dela ficava em cima da chamada “*terra preta*”, onde havia uma plantação de café em péssimo estado. De acordo com ele, nos locais de “*terra preta*”⁴⁶⁴ era comum encontrar “vestígios”, o que possibilitava definir que em épocas passadas neles houve presença humana. Isso significava dizer que se achasse artefatos, de “preferencia” naquele “sítio” teriam habitado “os antigos gentios”. E esses objetos seriam “provas” suficientes, visto que só se encontravam nesses tipos de “terrenos”⁴⁶⁵.

⁴⁵⁸ *Idem.*

⁴⁵⁹ *Idem.*

⁴⁶⁰ *Idem.*

⁴⁶¹ *Ibidem.*, p. 16.

⁴⁶² *Ibidem.*, p. 15.

⁴⁶³ *Ibidem.*, p. 16.

⁴⁶⁴ De acordo com Morgan J. Schmidt, a descoberta da existência de “extensas áreas de terra preta” no vale amazônico e, conseqüentemente, diversos artefatos indígenas nelas presentes, ocasionou a atribuição que nessas “áreas” existiram “assentamentos abandonados”. Essa constatação causou grande fascínio na maioria dos naturalistas (interessados nos estudos dos indígenas) que exploraram a região amazônica. Charles Hart e Herbert Smith perceberam a existência de terra preta em diversos pontos nas margens do Baixo Tapajós. (SCHMIDT, Morgan J. “A formação de terra preta: análise de sedimentos e solos no contexto arqueológico”. In: MAGALHÃES, Marcos Pereira, (org.). **Amazônia antropogênica**. Belém: Editora MPEG, 2016, p. 121-122.).

⁴⁶⁵ *Ibidem.*, p. 69.

Assim, percorreu os arredores da casa e logo encontrou restos de artefatos cerâmicos, como pedaços de “igaçabas” e de louças, essas últimas aparentavam ser panelas, um dos pedaços era grosso e não possuía figuras e o outro era fino com figuras geométricas e tingidas com “tinta encarnada”, ou seja vermelha, o que o levou a escavar na ânsia de achar alguns deles inteiros. Porém, nada encontrou⁴⁶⁶, pois, segundo os moradores, Hartt quando ali escavou “tirou quantas igaçabas encontrou”⁴⁶⁷.

Sendo assim, decidiu investigar o “cafezal” e nele desenterrou vários machados, pequenos e achatados, bem parecidos com os encontrados em outros lugares. Desenterrou também um “raro” machado de diorito do Alto Tapajós, bem amolado, possuía “lados arredondados, que se prolongavam além da abertura dentada, que proxima ao alvado tinha para prender o cabo”⁴⁶⁸. Os habitantes do local lhe disseram que as propriedades da região elevada estavam sobre “*terra preta*”. Desse modo, investigou todas elas e em algumas achou machados similares, uns em perfeito estado outros não⁴⁶⁹.

Para Barbosa Rodrigues, a existência de artefatos como machados e restos de cerâmicas nos arredores de Itaituba, semelhantes nas formas, na composição das rochas (diorito), nas qualidades, nas figuras e ornamentações, aos encontrados na foz do Tapajós, era prova de que se tratava da “tribu” dos Tapajó ou uma “sub-divisão” dela, pois esses indígenas possuíam “os mesmos usos” e seus domínios se estenderam da foz até Itaituba. Nas margens, existiram aldeias “com diversos nomes e mesmo costumes”, o que para o botânico eram “sub-divisões” dos Tapajó⁴⁷⁰.

No dia 14, ao explorar os arredores da cachoeira Apuí, constatou que ela era quase toda formada por rochas de diorito compacto. Esse fato o ajudou a esclarecer “um ponto ethnographico”. Naquele período, se afirmava que os machados de diorito que pertenceram aos “antigos habitantes das selvas” encontrados no Pará não haviam sido fabricados no território paraense, por não haver essas rochas na província. Desse modo, o naturalista refutou tal assertiva, pois as rochas da cachoeira mostravam “a origem delles, pelo menos dos que tenho encontrado, que são de rocha da mesma natureza”⁴⁷¹. Ao continuar com suas

⁴⁶⁶ O naturalista ainda tentou escavar em outra oportunidade, contudo ficou doente (“febres intermitentes ou sezões”) o que lhe impossibilitou de fazer escavações e de encontrar alguma “igaçaua”. Vale destacar que, muitos dos artefatos reunidos por Barbosa Rodrigues foram obtidos através de encomendas (comprados ou doados?) que fazia junto aos moradores das localidades. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 77.).

⁴⁶⁷ *Ibidem.*, p. 68.

⁴⁶⁸ *Ibidem.*, p. 69.

⁴⁶⁹ *Idem.*

⁴⁷⁰ *Ibidem.*, p. 69-70.

⁴⁷¹ *Ibidem.*, p. 93.

investigações, o naturalista conseguiu encontrar o local onde os machados eram “aperfeiçoados”⁴⁷².

No dia 17, percebeu que nas diversas rochas da cachoeira do Boburé (nome também de uma aldeia dos Munduruku), havia “sulcos”⁴⁷³ desiguais entre si, uns desgastados e outros bem conservados, o que lhe pareceu terem sido “feitos pela mão do homem”⁴⁷⁴. Sendo assim, ao examinar as “fôrmas” e comparar as “profundidades”, concluiu que eram usados para aperfeiçoar os machados⁴⁷⁵. Os “sulcos” acomodavam “perfeitamente” os diversos modelos de machados que ele desenterrou, fato que o levou a concluir que neles eram melhorados os machados de todos os tamanhos, isto é, ali eram alisadas e amoladas as “faces” e arredondados os “lados” desses instrumentos⁴⁷⁶.

Essa técnica de utilizar os “sulcos” como “polidores” ainda continuava a ser utilizada pelos indígenas, como os próprios Munduruku⁴⁷⁷. Perto dali, em uma floresta encontrou indicativos que no local havia existido uma morada indígena, os “vestígios” encontrados eram cacos de cerâmicas e de dioritos semelhantes aos descobertos perto da cachoeira do Apuí. Para o naturalista, esses pedaços de dioritos (bem parecidos com os outros machados) eram a prova da utilização da técnica dos “sulcos” pelos indígenas, estes primeiramente desbastavam os machados em terra que depois eram “aperfeiçoados” utilizando a água corrente nos “sulcos” sobre as rochas⁴⁷⁸.

Segundo Diogo Menezes Costa, as explorações de Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas estão inseridas na “primeira fase da Arqueologia na Amazônia”⁴⁷⁹, caracterizada pela importância dada ao “valor estético dos vestígios”, tanto pelos estudos arqueológicos

⁴⁷² *Ibidem.*, p. 97.

⁴⁷³ Segundo Hesley Karolinne Moraes Goés, a nomenclatura correta para esses “sulcos” é “polidores fixos”, rochedos granulosos cujos afloramentos próximos das águas eram empregados para “polir” o que gerava extensos buracos alongados ou arredondados. (GOÉS, Hesley Karolinne Moraes. **Caracterização das indústrias líticas de grupos ceramistas do rio Tapajós**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017, p. 15.).

⁴⁷⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 97.

⁴⁷⁵ *Idem.*

⁴⁷⁶ *Idem.*

⁴⁷⁷ *Ibidem.*, p. 98.

⁴⁷⁸ *Idem.*

⁴⁷⁹ A arqueologia amazônica pode ser dividida em 3 fases distintas: de 1860 a 1960, caracterizada pelos interesses colonialista e classificatórios, com nomes como Francisco Castro (1860), Domingos Penna (1866), Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues (1870), Emílio Goeldi e Aureliano Guedes (1894) e Curt Nimuendajú (1920); de 1960 a 1980, caracterizada pelo “mapeamento dos sítios arqueológicos pré-coloniais na região”, trabalhos conduzidos por Betty Meggers e Clifford Evans (1948), Peter Hilbert (1950), José Brochado e Anna Roosevelt; e de 1980 aos dias atuais, caracterizada por “uma pluralidade marcante tanto teórica e metodológica”, marcada pelos trabalhos de Fernando Marques, Edite Pereira, Carlos Magalhães, Denise Schaan, Eduardo Góes Neves, Michael Heckenberger e James Petersen (1980-90), Maura Silveira, Márcia Bezerra, Fabíola Silva, Sheila Souza, Gilson Rambeli (2000). Cf. COSTA, Diego Menezes. Arqueologia histórica amazônica: entre sínteses e perspectivas. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, 2017, p. 159-160.

colonialistas ou, como já citados anteriormente, estudos de Arqueologia nobiliárquica quanto por conseguir artefatos para fazer parte de “coleções” de Museus, entre eles o Paraense e o Nacional (como já referido o naturalista remeteu alguns objetos para o Museu Nacional, conforme **ANEXO F**)⁴⁸⁰. Vale destacar que, no decorrer das décadas de 1870 e de 1880, o naturalista estabeleceu e publicou diversos estudos arqueológicos baseados nos “ideários de uma arqueologia colonialista”, nos quais definiu que os artefatos (muiraquitãs, machados, cerâmicas etc.) encontrados por ele no vale amazônico seriam de “ascendência escandinava”⁴⁸¹ – novamente um sinal de sua coesão com as linhas-mestras do IHGB que procurava vestígios de civilizações avançadas nos primórdios dos povos indígenas.

Para Nelson Sanjad, o eixo principal dessa Arqueologia era descrever os “vestígios materiais de antigas “civilizações”: pinturas e gravuras rupestres, material cerâmico e lítico, carvão e ossos”, geralmente usados como fundamentos para explicações ou hipóteses. Nesse sentido, era comum que

coleções de cerâmica, machados de pedra, tembetás e outros artefatos indígenas despontavam como fundamentais para a comparação de formas, estilos decorativos, materiais, usos e significados – um exercício que tinha como fim estabelecer relações, filiações e hierarquias entre as diferentes etnias, e entre estas e a sociedade nacional. Os crânios também eram transformados em instrumentos de relação, permitindo desvendar descendências e traçar rotas migratórias com base em sutis variações em sua forma⁴⁸².

Evidenciamos que os estudos arqueológicos e etnográficos de Barbosa Rodrigues estão inseridos nesse contexto, pois o naturalista descreveu e comparou diversos artefatos que encontrou, tendo como objetivo estabelecer explicações a respeito do passado dos povos indígenas do vale amazônico, nesse caso especial, a origem e os usos dos Tapajó. De acordo com Sanjad, geralmente tais explicações recebiam críticas de outros estudiosos e ocasionavam conflitos entre as partes, principalmente pela prioridade na divulgação dos estudos, de informações sobre os “sítios arqueológicos”, os artefatos etc.

Diego Costa afirmou que, no século XX, foi Curt Nimuendajú que com suas “coletas etnográficas de material arqueológico do rio Tapajós [estabeleceu] uma correlação interdisciplinar entre arqueologia e antropologia na região”⁴⁸³. Por causa dos estudos da

⁴⁸⁰ *Idem.*

⁴⁸¹ *Ibidem.*, p. 160.

⁴⁸² SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrados”. Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v.19, n.1, jan./jun. 2011, p. 145.

⁴⁸³ COSTA, Diego Menezes. *Op. Cit.*, p. 160.

cerâmica tapajônica, encontrada na foz do Tapajós (divulgadas e expostas em diversos museus brasileiros e estrangeiros) houve pouco interesse por estabelecer estudos arqueológicos relacionados à região do Alto Tapajós. Fato importante, visto que “em termos arqueológicos” a região se apresenta como “uma área-chave para a melhor compreensão do passado do sul amazônico”⁴⁸⁴.

Notamos que, no século XIX, Barbosa Rodrigues explorou tanto a região do Baixo como do Alto Tapajós à procura de evidências que sustentassem sua hipótese da influência dos Tapajós em todo o percurso do rio. No entanto, o naturalista não fez diferenciação de importância entre as regiões. Pelo contrário, tentou estabelecer uma relação entre a região da foz e a das cachoeiras. Segundo seu “estudo particular” ao longo dos tempos os Tapajó aumentaram de número e se estenderam da “margem direita até á cachoeira do Boburé” e apesar de receberem diversas alcunhas, permaneceram com “os mesmos costumes”⁴⁸⁵. Seu “estudo particular” se baseou na comparação que fez entre os diversos artefatos que encontrou durante sua viagem ao longo de toda extensão do rio.

Em sua exploração, encontrou de Santarém (nas serras que a rodeavam) à Boruré (cachoeira) dezoitos tipos de machados (**ANEXO G**) e diversos pedaços de cerâmica, como igaçáuas⁴⁸⁶, panelas etc. (desses artefatos não há ilustrações), nas terras pretas (onde existiram as antigas aldeias)⁴⁸⁷. Neles percebeu diferenças entre os machados e entre as cerâmicas. No caso dos machados encontrados da foz até a cachoeira, eram feitos de diorito, da cachoeira para a nascente do rio, eram “raríssimos” e possuíam outras “fôrmas”⁴⁸⁸. Em relação às cerâmicas, conferiu semelhanças que considerou irrefutáveis:

a louça encontrada na serra do Piquiátuba, onde habitavam sem contestação os Tapajós, com os fragmentos que encontrei nas margens da dita cachoeira, vê-se que têm as mesmas fôrmas, os mesmos ornatos, e os mesmos desenhos⁴⁸⁹.

Segundo ele, as aldeias dos Tapajó, ficavam “desde a embocadura do rio até a cachoeira, nas chapadas das serras, nos lugares hoje denominados terras pretas”⁴⁹⁰. Eram

⁴⁸⁴ ROCHA, Bruna Cigaran da; OLIVEIRA, Vinicius Honorato de. Arqueologia regional do alto Tapajós. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 11, 2011, p. 57.

⁴⁸⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, 1876, p. 125.

⁴⁸⁶ De acordo com o naturalista, encontrou alguns pedaços de igaçáuas no rio Piracaná, na cachoeira do Apuí e em diversas praias nas proximidades de Itaituba (todos semelhantes). Contudo, “acima do Boburé não” encontrou nenhuma desses pedaços. (*Ibidem.*, p. 126.).

⁴⁸⁷ *Ibidem.*, p. 125.

⁴⁸⁸ *Idem.*

⁴⁸⁹ *Idem.*

⁴⁹⁰ *Ibidem.*, p. 125-126.

indígenas que em geral conviviam “pacificamente” às margens do Baixo Tapajós. Segundo Vera Guapindaia, os diversos locais de “terra preta” encontrados pelo botânico ao longo do curso do Baixo Tapajós, corroboram a ideia de que os Tapajó criaram “caminhos” para se deslocarem de uma aldeia a outra⁴⁹¹. Contudo, o pensamento de Barbosa Rodrigues, de que os Tapajó teriam habitado da foz até a freguesia de Itaituba, não é aceito, pois tanto as evidências históricas quanto as evidências arqueológicas corroboraram que os Tapajó habitavam da foz do rio Tapajós até Alter do Chão (antiga missão Borari)⁴⁹².

Os Tapajó possuíam o costume de enterrar seus mortos em “igáçauas duplas”, os ossos eram colocados em uma “panella” que era colocada em um “pote” de quase 66 cm de diâmetros. O “pote” era adornado com “desenhos de linhas de fôrmas mais ou menos geométricas”, os “desenhos” eram pintados de vermelho. A “igáçaua” era enterrada ao lado de outras com a “bocca” virada para o alto⁴⁹³ (outros povos enterravam as suas “igáçauas” ao contrário, como os Tarumás, indígenas que habitavam o rio Negro⁴⁹⁴).

De acordo com Alfredo José Altamirano, essa prática de sepultamento dos mortos registrada por Barbosa Rodrigues não é “confiável”, visto que é “um registro arqueológico”. Isto posto, esbarrava nos obstáculos desse tipo de “registro” na segunda metade do século XIX e na probabilidade desses sepultados serem de outras “nações” que habitavam na mesma região em que os Tapajó viviam⁴⁹⁵. Nesse caso, o “registro” histórico feito pelo ouvidor-mor Mauricio de Heriarte seria mais “confiável”, ele informava que o

morto era colocado em rede, com todos os objetos que usava em vida a seus pés. Em sua cabeça colocavam a figura de algum deus e depositavam-no em uma casa feita para este fim. Ali ficava a decompor-se até que restassem apenas ossos. Estes eram moídos e colocados em bebidas, que eram tomadas por seus parentes e outras pessoas consideradas especiais⁴⁹⁶.

Alfredo Altamirano, entretanto, alenta outra possibilidade. Esses dois “registros” – “histórico” e “arqueológico” – constituiriam a existência de um “tratamento” que distinguia os falecidos provavelmente de acordo com o grau “de nobreza e importância política e

⁴⁹¹ GUAPINDAIA, Vera; LOPES, Daniel. Estudos arqueológicos na região de Porto Trombetas, PA. **Revista de Arqueologia**, v. 12, 2012, p. 55.

⁴⁹² FIGUEIRO, Camila Guadim. **Regional Complementarity and Place-making in the Northern Region of the Tapajós National Forest Reservation, Lower Amazon, Brazil**. 281 f. Tese (Doutorado) Department of Anthropology University of Toronto, Toronto, 2019, p. 57.

⁴⁹³ *Ibidem.*, p. 126.

⁴⁹⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, julho 1876, estampa I, p. s/n.

⁴⁹⁵ ALTAMIRANO, Alfredo José. **Pré-história amazônica: os grandes cacicados das várzeas**. Centro Brasileiro de Arqueologia-CBA, Rio de Janeiro, 2010, p. 91.

⁴⁹⁶ *Idem.*

social”⁴⁹⁷. De acordo com Diego Barros Fonseca, durante as escavações que realizou em Santarém e arredores, Curt Nimuendajú não encontrou urnas funerárias, o que levou o pesquisador a creditar como verdadeira a informação “etnohistórica de que os Tapajó praticavam o endocanibalismo como principal forma de tratamento funerário”⁴⁹⁸. Conclusão que é totalmente contrária a hipótese de Barbosa Rodrigues que os Tapajó enterravam seus mortos em “igaçauas”.

Segundo Barbosa Rodrigues, os Tapajó possuíam “ídolos” que imitavam a aparência humana. Suas louças “de uso doméstico” traziam adornos de desenhos de aves e répteis. Possuíam uma técnica acurada para fazer os desenhos que adornavam o lado exterior de suas panelas e vasos. Para isso, fabricavam “tecidos de palmeiras”. Estes eram colocados na superfície das peças ainda frescas e então eram apertados, dessa técnica os desenhos variavam conforme os tecidos mudavam⁴⁹⁹. Além dos machados, outros instrumentos usuais nos combates utilizados pelos Tapajó eram os arcos e as flechas ervadas (envenenadas). Segundo Pierre Mabilde, os indígenas do Norte do Brasil costumavam colocar veneno “uirari”⁵⁰⁰ na ponta das flechas, a fim de “tornar o ferimento delas mais mortífero”. Segundo esse autor, “a tradição desse meio mortífero parece não ter passado do continente sul-americano”⁵⁰¹.

De acordo com Marcony Lopes Alves, o botânico ao continuar com suas expedições pelo vale do Amazonas, encontrou vários fragmentos de cerâmicas (algumas inteiras) no rio Trombetas. A partir desses achados, passou a apontar “semelhanças” dos desenhos das cerâmicas encontradas por ele tanto no Baixo Tapajós quanto no Baixo Trombetas, segundo este os Tapajós teriam mantido “relações” com os indígenas do rio Trombetas. Vale destacar que, ao longo do século XX, vários estudiosos, entre eles Curt Nimuendajú⁵⁰², Gastão Cruis, Frederico Barata corroboraram o pensamento do naturalista, ao enxergarem algumas relações entre a cultura Santarém (Tapajós) e a Konduri (Trombetas)⁵⁰³.

⁴⁹⁷ *Idem.*

⁴⁹⁸ FONSECA, Diego Barros. Práticas mortuárias na Amazônia Pré-colonial. *Antrope*, n. 2, jul. 2015, p. 232.

⁴⁹⁹ *Ibidem.*, p. 126.

⁵⁰⁰ STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 516.

⁵⁰¹ MABILDE, Pierre F. Alphonse Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul, 1836-1866.** São Paulo: IBRASA, 1983, p. 144.

⁵⁰² Curt Nimuendaju investigou a região de Amazonas/Santarém/Baixo Tapajós entre os anos de 1923 a 1926. O etnólogo alemão mapeou 65 sítios arqueológicos entre a bacia do Trombetas e Santarém. E para seus estudos utilizou “as associações” feitas pelo brasileiro, para criar e separar “os conjuntos das cerâmicas Santarém/Tapajó e a Konduri”. Cf. JÁCOME, Camila Pereira. **Dos Waiwai aos Pooco – Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrí), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu).** 523 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 71.

⁵⁰³ ALVES, Marcony Lopes. **Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri.** 417 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 68.

Para Lúcio Ferreira, mesmo que os estudos (leia-se “hipóteses”) de Barbosa Rodrigues ao longo dos anos sofressem críticas e recebessem rótulos de “fantasias míticas, devaneios arqueológicos”, não há como negar que suas “pesquisas” e escavações arqueológicas foram embasadas por uma “carga empírica e um rigor metodológico” e dispôs “de amplas e bem arranjadas coleções”⁵⁰⁴. Pontua que se houve “devaneio” nas suas atividades, foi similar à história de “Hamlet”, ou seja, houve “método nesta loucura”⁵⁰⁵.

Um desses “métodos”, foi conceituado de “geometria dos artefatos” pelo próprio Lúcio Ferreira⁵⁰⁶. Por ele, os “artefatos” eram descritos e medidos em todas as suas minúcias geométricas⁵⁰⁷. Desse modo, se procurava definir “suas formas, modelos e funções”. Esse “cálculo racional” permitiu ao naturalista deduzir a presteza técnica, o acabamento “estético” e a utilidade do artefato⁵⁰⁸. Sendo assim, “quanto mais geométrico um artefato, mais civilizado seria um grupo etnográfico. A geometria dos artefatos resultava numa abordagem comparativa”⁵⁰⁹. Aqui ouvem-se os ecos da já citada “Arqueologia Nobiliárquica”, pela qual Barbosa Rodrigues se viu na necessidade de contribuir para a “proposição” do “indígena degenerado” (descendente de uma sociedade “incaica”) que precisava passar por um processo civilizatório almejado pelo governo imperial e exposto, como vimos, pela elite letrada do IHGB ao qual se vincularia em 1875 como sócio correspondente. Mesmo eivado de suas certezas oitocentistas, destacamos que o naturalista sempre deixou essa hipótese originária em “condicional”, ou seja, a ser confirmada ou negada por “uma tese futura”, “por ulteriores escavações e pesquisas etnográficas e linguísticas”⁵¹⁰. Por fim, Camila Pereira Jácome faz referência a Barbosa Rodrigues como sendo um dos intelectuais (Emilio Goeldi, Koch-Grünberg e Frikel) que no século XIX realizaram trabalhos “etnoarqueológicos” no vale do Amazonas. Tudo porque o naturalista fez correlações dos dados e objetos etnográficos que coletou em seus encontros com alguns povos indígenas, com os artefatos arqueológicos que achou, desenterrou ou comprou, com o intuito de compreender o passado do homem primitivo amazônico⁵¹¹.

⁵⁰⁴ FERREIRA, Lúcio Meneses. *Op. Cit.* 2009, p. 78.

⁵⁰⁵ *Idem.*

⁵⁰⁶ Método baseado na “ciência humboldtiana” ou “Física da Terra”, pensamento desenvolvido pelo naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859). Segundo este, “os espaços geográficos [seriam] milimetrados e cartografados pelos instrumentos modernos e pelos procedimentos científicos”. (*Ibidem.*, p. 79.).

⁵⁰⁷ *Idem.*

⁵⁰⁸ *Idem.*

⁵⁰⁹ *Idem.*

⁵¹⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 79.

⁵¹¹ JÁCOME, Camila Pereira. *Op. Cit.*, p. 44.

3.3 Os indígenas contactados por Barbosa Rodrigues

Em seu “Relatório...”, Barbosa Rodrigues relacionou todos os povos indígenas que habitavam o rio Tapajós quando de sua passagem. Estes formavam “a base de toda população” do Alto e Baixo Tapajós. Na lista, figuravam os que viviam “errantes” nas florestas como os “Amaneus”, “Iaurités”, Parabiteté, Parauriti, Parintintim, “Têtuates”, “Tuparurus”, Tapayuna⁵¹², e aqueles que moravam em aldeias “fixas” na divisa das províncias do Pará e de Mato Grosso, tal qual os Andirás ou Jacaréuara (aldeados perto das fontes do rio Cupari), Apiaká e Parabiteté. Nesse último grupo, encontravam-se os maiores e mais antigos povos que viviam “dispersos” em suas aldeias, e objetos privilegiados de análise do naturalista: os Mawé⁵¹³ e os Munduruku⁵¹⁴

Segundo o naturalista, a partir da primeira cachoeira o rio Tapajós passava a ser desabitado pelos não índios, ali só reinavam os Munduruku em maior número⁵¹⁵ e os Mawé – estes ao longo dos anos foram perseguidos pelos primeiros o que forçou a fuga de muitas famílias para o centro das florestas⁵¹⁶. Era uma região de terras “ricas e férteis”, e que no período da estiagem diversos “seringueiros” se instalavam para trabalhar na exploração do látex⁵¹⁷. Vale destacar que de acordo com o botânico não somente os Mawé eram perseguidos pelos Munduruku, os outros povos também o eram, como era o caso dos “Jacaréuaras”, povo “errante, ferroz” que habitava as cabeceiras dos rios Cupari e Cupari-açu. Outro percurso

⁵¹² Os Tapayuna habitavam os afluentes da margem esquerda do Alto Arinos. Os Tapayuna do sexo masculino possuem o costume de usarem no lábio inferior uma roda de madeira, por isso são conhecidos vulgarmente como “Beicho-de-Pau”. Contudo, sua autodenominação é “Kajkwakratxi”, cujo significado é “tronco do céu”, referência a forma deles habitarem – na direção onde o sol nasce. Os Tapayuna pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, sendo sua língua Jê. Esses povos são denominados também de “Suyá Ocidentais”. Desde a metade da década de 1980, habitam no Parque Indígena do Xingu e nas TIs Wawi e Capoto-Jarina (território dos Mebengôkrê ou Kayapó). Para mais informações Cf. OLIVEIRA, Marcos Wesley et al. **Povos Indígenas no Brasil**. https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 06 out 2020.

⁵¹³ De acordo com o naturalista, os “Mahués” eram os “antigos *Maguês*”. Na escrita Tupi, era relativamente comum aparecer a mesma palavra escrita com “h” e com “g”. Isto ocorria porque as duas letras (“h” e “g”) possuíam sons aproximados. *Ibidem.*, p. 134. Contudo, a palavra “*Maguês*” foi publicada errada, a forma correta segundo o site “Indígenas no Brasil” é “Mangnês” ou “Magnês”. Cf. LORENZ, Sônia da Silva. *Op. Cit.*

⁵¹⁴ De acordo com o naturalista, os Mundurucús também eram conhecidos como “Mutiricus”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 132.) De acordo com o site “povos indígenas no Brasil”, estes se autodenominam “Wuy jugu”. Cf. RAMOS, André. *Op. Cit.*

⁵¹⁵ Segundo Márcio Henrique, em 1817 o padre português Manuel Aires de Casal (1754-1821) denominou a região onde os Mundurucús habitavam de “Mundurucânia”. Essa área compreendia os rios Amazonas (N), Juruena (S), Madeira (O) e Tapajós (L). O autor ainda salienta que o engenheiro paraense Antônio Manuel Gonçalves Tocantins (1835-1905) definiu que a região onde estavam as aldeias da Campina não faziam parte da “Mundurucânia”, esta seria a “Tapajônia” entre os rios Tapajós e Xingu. HENRIQUE, Márcio Couto. *Op. Cit.*, p. 32.

⁵¹⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 124.

⁵¹⁷ De acordo com Barbosa Rodrigues, no período da estiagem essa região passava a ser habitada por diversos indivíduos que para ali se deslocavam para trabalhar na extração do látex. (*Idem.*).

alternativo para se chegar até esses indígenas era navegar pelo rio Tapacorá-açú, todos afluentes da margem oriental do rio Tapajós⁵¹⁸.

É importante dizer que Barbosa Rodrigues não informou em seu texto o porquê dentre todos os povos por ele listados, deu uma maior ênfase aos Mawé e aos Munduruku, sendo que, como referido, desses últimos o naturalista realizou um trabalho etnográfico bem mais detalhado. Mas, pela leitura, pode-se conjecturar que talvez o critério definido por ele tenha sido o de descrever os povos contactados ao longo de suas explorações.

Barbosa Rodrigues estimou que a população dos Munduruku acima da primeira cachoeira era de 1.200 indígenas vivendo em 13 aldeias (existiram outras duas aldeias, mas foram abandonadas, uma ficava na embocadura do rio Jamanxim⁵¹⁹ e a outra no meio da cachoeira Mangabal). Já a população dos Mawé, o botânico balizou em 500 indígenas, desses uma parte vivia dispersa pelas florestas e outra habitava 3 malocas (**ANEXO H**)⁵²⁰.

O naturalista ainda estimou a população total desses dois povos indígenas ao longo de todo o curso do rio Tapajós (Baixo e Alto), mas não especificou a metodologia usada para chegar aos números seguintes. A população Munduruku era entre 18.000 e 20.000 indígenas, destes 5.000 eram “semicivilizados” vivendo em aldeias. Os Munduruku que habitavam a região conhecida como “campinas” formavam uma grande “taba” constituída por 32 aldeias, a maior e a mais importante era a Dauapone (Perna curta).

Já os Mawé variavam entre 700 a 1.000 pessoas, suas 51 aldeias estavam espalhadas pelas florestas nas províncias do Pará, concentradas no rio Maués-açu, limite natural entre as duas províncias, região popularmente conhecida por “*terras dos Maués*”⁵²¹. De acordo com o naturalista, esses dois povos indígenas viviam de maneira

pobre e miseravelmente, alimentando-se de peixe e caça, não cultivando, senão alguma mandioca⁵²², ou bananas, por estar toda distraída na extracção da gomma elastica, que os negociantes obrigam a tiral-a, para pagamento dos generos que ahi vendem por preços fabulosos. A moeda entre

⁵¹⁸ *Idem.*

⁵¹⁹ Uma hipótese para o abandono dessa aldeia por parte dos Munduruku é sido o “avanço da economia da borracha nessa região”. Cf. OLIVEIRA, Vinicius Honorato de; ROCHA, Bruna. Floresta Virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós. In: ALARCON, Millikan e Torres. (Org.). **Ocekadi: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais, e Resistência na Bacia do Tapajós**. Brasília: International Rivers Brasil, 2016, p. 406.

⁵²⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 124.

⁵²¹ *Ibidem.*, p. 134.

⁵²² Segundo Ermano Stradelli, a mandioca era a “base da alimentação do indígena” e depois passou a fazer parte da “alimentação de todo o interior do Pará e Amazonas”, isto porque “o valor nutriente da mandioca é devido em sua máxima parte ao princípio feculento que contém, à tapioca, e por via disso mesmo os diversos produtos e as farinhas que dela se obtêm, valem na razão direta da tapioca que contém”. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.* 2014, p. 406.).

elles quasi não é conhecida porque todo o commercio é feito por permuta de generos⁵²³.

Ao comentar a respeito dessa situação de pobreza, Barbosa Rodrigues aproveitou a oportunidade para criticar a atividade exploratória da “gomma elastica” e denunciar uma prática que era proibida, mas que acabava ocorrendo nos rios da região – o comércio dos “negociantes”. Segundo ele, a extração de látex deixava os indígenas distraídos (vivendo da caça e da pesca, não se dedicavam à agricultura, plantavam algumas bananeiras e manivas) e ainda os colocava como reféns dos “regatões”, como também eram conhecidos esses comerciantes.⁵²⁴ Além de obrigá-los a retirar a borracha, lhes forçavam todos os tipos de “generos” com altos valores, sendo que os nativos não possuíam dinheiro corrente, o que os forçava à troca de mercadorias para efetivar o negócio.

Como já referido, tal problema com o extrativismo havia sido constatado pelo botânico ao passar pela freguesia de Boim. Nessa localidade, a maioria da população era formada por indígenas e tapuios que

levados pela indolencia natural, e os fallazes lucros da extracção da borracha, deixam suas terras em abandono, nada cultivam, e contentes com alguma farinha que lhes dá algumas braças de terra roçada, vivem fóra de toda a sociedade, desconhecendo os principaes deveres de um cidadão. Levados por uma péssima educação, vivem sujeitos, porque se julgam incapazes de por si se dirigirem. Amam a liberdade, mas não a comprehendem⁵²⁵.

Ao analisarmos esse pequeno trecho da obra de Barbosa Rodrigues a luz das ideias bakhtinianas, percebemos que está inteiramente relacionado com o contexto histórico-social e

⁵²³ *Ibidem.*, p. 124-125.

⁵²⁴ Em Portugal, o regatão era um vendedor ambulante que percorria as ruas para oferecer de casa em casa produtos “alimentícios”. No vale amazônico, o advento da prática do regatão pelos rios esteve condicionado a grande quantidade de ruas “líquidas”, ou seja, rios, lagos, furos e igarapés. Durante o Império, por ser proibida essa “atividade” aos brasileiros, os regatões eram sua maioria estrangeiros (Portugal, Espanha, Peru, França, Inglaterra). Em 1850, essa “atividade” foi proibida no Pará, mas se manteve inclusive com a presença de “negros e mestiços dos mais variados matizes” envolvidos. Sendo assim, a “atividade” passou a ser feita na clandestinidade, fundamentada “em redes de relações sociais tecidas com quilombolas, pequenos produtores, comerciantes locais e indígenas, constituindo relação comercial alternativa ao abastecimento da população”. Vale destacar que “o principal veículo” era a “canoa”, ela era utilizada nos transportes e nas negociações com os regatões. Esses, por serem sabedores das mercadorias que chamavam a atenção dos indígenas, abarrotavam suas “canoas” com “tecidos, bebidas espirituosas (cachaça), farinha e outros gêneros alimentícios e “bugigangas” (pentes, espelhos, anzóis, agulhas, linha de coser), sal, fósforos, munição”. Desse modo podiam trocá-las pelos produtos da floresta, como: “borracha, castanhas, cacau, salsa, óleo de copaíba, guaraná, canela, cravo, salsaparrilha, piaçava, entre outros produtos extraídos pelos índios na floresta”. (HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (Século XIX). *Revista de História*, São Paulo, n. 171, jul/dez, 2014, p. 52, 54 e 57-59.)

⁵²⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Exploração e estudo do valle do Amazonas*. Rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, p. 53.

espacial em que o naturalista vivia. Não apenas caracterizado pelo discurso civilizatório (e não sem contradições, pois a “indolencia natural” dos indígenas os levava a escolher o trabalho mais fácil, ou seja, a extração ao invés da atividade mais difícil, qual seja a agricultura), mas também às tensões que ele percebia com os seus sentidos de etnógrafo entre esses povos, incapazes de se autogovernarem, e sem a mesma “consciência” de liberdade ocidental tal como ele, civilizado, possuía.

Sobre a consciência, Mikhail Bakhtin, escreveu que ela só existiria se houvesse uma “objetivação” para a sua “realização num mundo material determinado”, como em um “gesto” ou em uma “palavra” (no caso dos indígenas a “liberdade ocidental”). Caso contrário, seria apenas ficcional⁵²⁶. Isso quer dizer que a consciência é “uma construção ideológica” e é criada ao levar em consideração os dados concretos da expressão social, e nesse sentido ela se estabelece como “um fato objetivo e uma força social imensa”⁵²⁷.

No caso dos indígenas e tapuias a que Barbosa Rodrigues se referiu, eles não entendiam a liberdade ocidental como o naturalista, posto que estes em seu meio social não vivenciaram as etapas do processo de evolução pelo qual a sociedade ocidental já havia passado. Para que desenvolvessem o mesmo entendimento, seria necessário ensinar-lhes o sentido de “ser livre”. Caso adquirissem tal consciência, ocorreria o que Mikhail Bakhtin denominou de “objetivação social”, em que certos valores tomariam forma e sentido. Nesse caso específico, a “moral” (liberdade x indolência), como consciência, seria capaz de agir “sobre as bases econômicas da vida social” desses indivíduos. A leitura bakhtiniana do discurso de Barbosa Rodrigues nos faz crer que este último acreditava que essa era a única forma dos índios deixarem de ser negligentes em relação à agricultura e passarem a cultivar com o objetivo de ganhar dinheiro, gerando divisas não somente a eles próprios, mas também para a nação⁵²⁸.

Algo bem parecido foi observado pelo botânico em outras localidades, como em Aveiro,⁵²⁹ distante 149 quilômetros de Santarém. Na época em que o naturalista passou por ali, ela aparentava ser “uma povoaçãozinha em abandono cercada de matos”, nela existia apenas uma rua que ficava paralela ao rio, onde haviam trinta habitações, sendo que somente duas estavam cobertas com telhas, as outras vinte e oito estavam cobertas com palhas. A

⁵²⁶ BAKHTIN, MIKAHIL. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método-sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002, p. 117.

⁵²⁷ *Ibidem.*, p. 118.

⁵²⁸ *Idem.*

⁵²⁹ Essa missão foi estabelecida pelo jesuíta Antônio Pereira. No local, aldeou alguns indígenas Sepeparus no sítio “Magoary”. Em 1781, a povoação foi elevada à vila. Contudo, em 1848, pelo estado lastimável em que se encontrava a vila foi rebaixada por força da Lei n.º 148 de 18 de novembro. (*Ibidem.*, p. 53-54.).

situação da igreja era deplorável (seu orago era Nossa Senhora da Conceição), além de pequena era baixa, não possuía torres, mas era telhada. Contudo, estava totalmente deteriorada, ao ponto de se enxergar a parte interna pelos muitos buracos que existam na parede frontal. No fim do século XVIII, mais precisamente em 1790, a localidade chegou a prosperar (daí a razão dela ter sido elevada à categoria de vila) por causa da grande atividade comercial que existia entre eles e os cuiabanos que ali negociavam. Todavia, esse período já havia passado, e na localidade viviam 1.972 pessoas (destas 915 eram homens e 1.057 mulheres) distribuídas em 306 famílias. Do total dos 1.972 indivíduos que ali moravam, 1.955 eram brasileiros e 17 eram estrangeiros⁵³⁰. Segundo Barbosa Rodrigues, essas pessoas não conseguiam usufruir de suas terras e de suas matas, isto é, da atividade agrária, principalmente por causa de uma “verdadeira praga” – a formiga de fogo (*Solenopsis invicta* Buren⁵³¹) que chegava em certas ocasiões a espantar os habitantes. Para Barbosa Rodrigues, uma solução para amenizar esse problema seria a pesca, visto que esta poderia livrá-los da “fome”, prática abandonada há tempos. Entregues à “inacção”, os tapuios só abandonavam essa “inercia e semi-brutalidade em que vivem, quando aproxima-se o verão, que parte então, para a vida immoral e desregrada, que os lança na miséria e locupleta a outros; seguem para os seringas”⁵³².

Outro exemplo, era uma maloca de Munduruku “semi-civilizados” localizada na margem esquerda do Tapajós, uma antiga missão de Santa Cruz, criada pelos jesuítas em 1799 e que até 1848, fazia parte de Pinhel, quando entrou em decadência, sendo novamente recuperada⁵³³. Em 1855, possuía uma população de 609 indígenas vivendo em 48 palhoças⁵³⁴. Em 1872, no período de sua passagem pela localidade, ali habitavam no máximo 100 Munduruku em 19 palhoças. Levavam a vida na “ociosidade”, saíam dela somente na época da “extracção da borracha”⁵³⁵. O naturalista ressaltou que suas terras eram “uberrimas”, cobertas por florestas⁵³⁶. Além da ideia de que, pela sua “natureza”, o destino do Tapajós era “figurar” na lista “dos mais ricos” rios do vale amazônico, pelo “abandono” do local, era

⁵³⁰ *Ibidem.*, p. 54.

⁵³¹ Barbosa Rodrigues identificou a formiga-de-fogo como sendo a *Myrmica rubra* Linnaeus. Contudo, essa formiga é de origem portuguesa. A formiga-de-fogo nativa da América é a espécie *Solenopsis invicta* Buren.

⁵³² RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 54.

⁵³³ *Idem.*

⁵³⁴ *Ibidem.*, p. 55.

⁵³⁵ *Idem.*

⁵³⁶ Nesse sentido, Barbosa Rodrigues salientou a riqueza e a importância da vegetação que existiam às margens do rio Tapajós e de seus afluentes, ao ponto de fazer referência a exploração que o naturalista inglês Henry Walter Bates realizou em agosto de 1851, momento no qual estudou a fauna existente às margens do rio Cupary, curso d'água que segundo os locais era rico em borracha (seringueira). (*Idem.*).

notório o seu regresso⁵³⁷. E nem de longe aquele cenário lembrava o seu passado, no qual “tinha alguma importancia, pelo commercio que faziam os indios com a salsa, o cravo, etc”⁵³⁸. Mesmo nesse cenário de atraso, o naturalista conheceu um português dono de um sítio (onde chegou a pernoitar), localizado na ilha de Urucurituba (o vapor atracava nesse ponto do rio), na propriedade havia uma roça e um engenho movido a tração animal, nele o lusitano fabricava açúcar e aguardente (cachaça). O proprietário negociava com os tapuias e indígenas (não especificou o quê) e exportava bastante goma elástica (não informou a quantidade exata)⁵³⁹.

Ao continuar a viagem, o naturalista descreveu a existência de um trabalho missionário capuchinho na margem direita do rio Tapajós, na “Ponta Grossa”, depois do “buraco do Cuatá”. Em 1870, os freis italianos Pelino de Castrovalva e Antônio de Albano fundaram a “missão do Bacabal” com indígenas que habitavam essa região. Na época de sua viagem, ou seja, em 1872, ali estavam aldeados aproximadamente setecentos Munduruku sob o governo dos dois religiosos. Os indígenas estavam acomodados em “16 grandes barracões”. Para a fabricação de farinha havia várias “barracas com fornos”. As escolas funcionavam em duas casas onde estudavam quarenta e cinco alunos e quarenta alunas. Os religiosos moravam em um grande sobrado envidraçado. As missas eram realizadas em “uma boa capella feita de páo a pique” e próximo dela havia uma torre com dois sinos, cuja altura era mais de treze metros. Ali os indivíduos adoeciam de pleurite e de diarreia, doenças que ceifavam por ano quinze a vinte “vidas”. Por outro lado, as terras da missão eram “férteis” e os indígenas entregavam-se ao cultivo⁵⁴⁰. Fato a salientar é que essa informação do naturalista de que os Munduruku já estavam introduzidos na prática da “lavoura” confirma o que diz Márcio Couto Henrique em relação à mudança de hábito desses indígenas “seminômades”. Esse autor acredita que essa alteração era ocasionada pela relação dos Munduruku com os não indígenas e a redução das suas práticas “guerreiras”. Desse modo, é possível compreender o porquê deles aceitaram se envolver na lavoura, principalmente na fabricação da farinha: conseguiam que suas “necessidades” fossem supridas e tivessem “acesso a mercadorias ocidentais”⁵⁴¹.

Adotando o roteiro dos estudos etnográficos da época, Barbosa Rodrigues realizou descrições a respeito de certos indígenas que encontrou ao longo de suas explorações pelo rio

⁵³⁷ *Idem.*

⁵³⁸ *Idem.*

⁵³⁹ *Idem.*

⁵⁴⁰ De acordo com Márcio Henrique, os produtos cultivados e extraídos nessa missão eram: mandioca, borracha, salsaparrilha, copaíba, castanhas, salsa, guaraná, arroz, milho, café, algodão, batatas, carás, banana e feijão. (HENRIQUE, Márcio Couto. *Op. Cit.*, p. 167.)

⁵⁴¹ *Ibidem.*, p. 170.

Tapajós. Alguns possuíam poucos dados, entre eles os distintivos como a pintura facial: os “Iauarités” pintavam três linhas na extremidade da boca “angularmente”, característica que segundo o naturalista os deixavam “garbosos”; os “Tuparurus” desenhavam três riscos perpendiculares da raiz dos cabelos até os supercílios; os Parabitetés, que o naturalista identificou como sendo “irmãos” dos Apiaká, pintavam uma linha preta ao redor da boca e pertenciam ao tronco Tupi. Quase não comercializavam com os civilizados. Possuíam “boa estatura, olhar franco” e o tom da pele era mais clara em comparação com a dos Munduruku⁵⁴²; e os “Parauaritis” usavam uma pintura bem parecida com a dos “Apiaká”⁵⁴³.

De acordo com o antropólogo alemão Georg Grünberg (1906-1976), as informações a respeito dos “Parabitetés” e dos “Parauaritis” foram repassadas ao naturalista pelos “Apiaká civilizados do Alto Tapajós”. Para o antropólogo, Barbosa Rodrigues cometeu um erro ao identificar os “Parauaritis” como povo distinto. Pois eles eram os “Kaiabi”⁵⁴⁴ (hoje se autodenominam Kawaiwete), povo que pertence à família Tupi-Guarani. As primeiras notícias “seguras” a respeito dos “Kaiabi” foram conseguidas pelo antropólogo alemão Karl von den Steinen (1855-1929) entre os Bakairi do Alto Teles Pires, durante sua exploração no rio Xingu entre 1884-1887⁵⁴⁵.

Já os Tapayuna, outro povo citado por Barbosa Rodrigues, se pintavam com uma tinta extraída da casca do jenipapo (*Genipa americana* L.), usando esse “suco” como repelente contra as picadas de insetos⁵⁴⁶. De acordo com o site “Povos indígenas do Brasil”, os “Tapayunas” são povos cuja origem é a região do rio Arinos, na província de Mato Grosso. Ainda de acordo com o referido site, se autodenominam Kajkwakratxi cujo significado é “tronco do céu”, pelo fato deles viverem na direção do nascer do sol. Pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e a sua língua pertence à família Jê. Segundo Júlio Melatti, no passado os “Tapayunas” formavam “um único grupo com os Suiás”⁵⁴⁷. Ainda conforme o referido site, os homens usavam uma “roda de madeira no lábio inferior”, por isso ficaram conhecidos como “Beicho-de-Pau”. Essa informação não foi exposta por Barbosa Rodrigues.

⁵⁴² RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 117 e 133.

⁵⁴³ *Ibidem.*, p. 133-134.

⁵⁴⁴ A primeira referência à existência desse povo foi em 1850. Os “relatos” de Francis de Castelnau (que esteve em 1844 na região) informava sobre a existência de indígenas hostis chamados de “Cajahis”. No entanto, a grafia aceita hoje é “Kaiabi”. Não se sabe qual é a origem e nem o significado do termo. Acredita-se que talvez seja a maneira como os “Apiaká” ou os “Bakairi” denominavam esse povo. Mas não é como se autodenominam. Cf. SENRA, Klinton. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaiabi>. Acesso em: 12 nov 2019.

⁵⁴⁵ GRÜNBERG, Georg. **Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnografia**. São Paulo: Instituto SocioAmbiental. 2004, p. 41.

⁵⁴⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 133.

⁵⁴⁷ MELATTI, Júlio Cesar. *Op. Cit.*, p. 65.

Outro povo referenciado pelo explorador foi os “Andirás” ou “Jacaréuarás”. Vale destacar que esse povo não foi contactado pelo botânico, sua narrativa foi elaborada por informações dadas a ele por sujeitos “conceituados” que “estiveram” entre eles. O nome dos “Andirás” relacionava-se a “particularidade” e a “maneira de viver” deles, ou seja, não era uma autodenominação e sim uma designação genérica. Segundo esses informantes, os “Andirás” eram albinos, e por isso, evitavam se expor à luz solar, dormiam “pendurados pelas pernas de cabeça para baixo” nas suas malocas durante o dia todo. Essa maneira incomum de repouso foi destacada pelo naturalista – não dormiam em redes (hábito comum entre os outros povos indígenas), prendiam suas “pernas” nas vigas das suas malocas. Outro detalhe salientado pelo explorador era o fato de que, durante suas caçadas, subiam nas árvores e nelas se penduravam “pelas curvas das pernas nos galhos” e desse jeito matavam os animais. Por viverem dessa maneira, foram comparados aos “morcegos” (*Vampyrum spectrum* Linnaeus, 1758)⁵⁴⁸. Seu relato ainda informava que os “Andirás” andavam totalmente despídos e não usavam pinturas corporais⁵⁴⁹.

De acordo com Gilciandro Prestes de Andrade, desde o século XVIII na missão jesuíta chamada Vila Nova da Rainha⁵⁵⁰, localizada na província do Amazonas, existiam alguns indígenas chamados de “Andirazes” reunidos com outros povos como os “Curiatós, e Condores e Maraguares [Mawé]”,⁵⁵¹. Márcio Henrique, ao mencionar essa mesma missão, diz que nela além dos Mawé, estavam os Munduruku. Os aldeados plantavam várias culturas, como: “mandioca, café, cacau, guaraná, tabaco, algodão”. Porém, o autor não faz referências aos “Andirás”. Sendo assim, pelas poucas fontes, não há como afirmar se os “Andirazes” eram os mesmos indígenas aludidos por Barbosa Rodrigues. Destacamos que a escassez de fontes impossibilita comprovar a existência de um povo indígena albino no interior do vale amazônico, que dormia e caçava de cabeça para baixo, o que nos leva a considerar duas hipóteses: ou o naturalista foi enganado pelos seus informantes ou acabou por aumentar os dados ao se referir à essa estória. Sendo assim, esse fato evidencia as complexidades que existem nas construções das narrativas em torno do vale do Amazonas. Nesse sentido, vale destacar que em 1900, o médico Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (1846-1938) traduziu

⁵⁴⁸ *Andirá, Anirá*, termo Nheengatu cujo significado é morcego. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 254.)

⁵⁴⁹ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 133-134.

⁵⁵⁰ Em 1803, esse local ganhou o status de missão religiosa. Em 1833, foi elevada a freguesia e recebeu a denominação de Tupinambarana. Em 1846, foi elevada a vila Bela da Imperatriz e em 1858 passou a ser município com a mesma denominação. Em 1880, recebeu o status de cidade e passou a se chamar Parintins. (ANDRADE, Gilciandro Prestes de. **Festa de São José Operário na Comunidade de Terra Preta do Rio Mamuru em Parintins**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2017., p. 46.).

⁵⁵¹ *Idem*.

uma importante obra que versava sobre diversos aspectos do Brasil – intitulada “Estados Unidos do Brasil – Geographia, Ethnographia, Estatica” do geógrafo francês Jean Jacques Élisée Reclus (1830-1905). Na parte etnográfica do trabalho, Reclus ao fazer referência aos indígenas do rio Tapajós, utilizou um trecho do “Relatório do rio Tapajós” de Barbosa Rodrigues para falar dos Andirás. No entanto, o francês não os mencionou como Andirás e sim com a outra denominação mencionada por Barbosa Rodrigues – “Jacaréuaras” – em seu texto, o geógrafo escreveu que estes pertenciam a uma “tribu misteriosa”, que de acordo como os canoeiros, eram uma “raça de albinos que só viaja-á noite” e os mesmos eram vulgarmente chamados de “Morcegos”⁵⁵².

3.3.1 Os Parintintim e os Apiaká: entre o atraso e o progresso

Outro grupo indígena que habitava o rio Tapajós era o Parintintim que, embora combatente e aguerrido, foi perseguido e quase exterminado pelos Munduruku. Segundo Barbosa Rodrigues, havia a “tradição” entre os Munduruku que contava que os Parintintim eram oriundos de uma “rivalidade” entre dois tuxauas⁵⁵³ Munduruku⁵⁵⁴. Eram irmãos que disputaram o título de “*murutuixaua*”⁵⁵⁵ ou “maiorial” entre todas as aldeias, o que só era possível com a obtenção do “*putá*” ou cetro⁵⁵⁶. Contam que,

(...) sendo escolhido um chamado Muirátucu, o outro desgostoso fugiu da tribo com sua família. O muruicháua mandou-o chamar, accedendo o fugitivo ao chamado; porém tempos depois continuando a desintelligencia entre elles, tornou o irmão a sahir da tribo, acompanhado pela familia e pelos amigos, que formavam então um partido. O muruicháua, vendo o irmão partir, com gente, da qual elle era tucháua, não consentiu que elle formasse nova tribo, impedindo com um estratagemá trágico, que depois tornou-se um costume. Alguns dias depois da partida, sabendo o tucháua onde seu irmão estava acampado, mandou o convidar para uma grande caçada. Este accedeu ao convite, não pensando na cilada em que ia cahir. No dia da caçada, depois de effectuada esta, quando se dirigia só para o acampamento, tres mundurucus mandados por Muirátucu o flexaram, e por conselho dos pagés, para provarem ao seu mandatário que tinham cumprido as ordens, cortaram a cabeça do morto, que foi levada e guardada como um tropheo, entre elles.

⁵⁵² RECLUS, Jean Jacques Élisée. **Estados Unidos do Brasil** – Geographia, Ethnographia, Estatica. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1900, p. 102.

⁵⁵³ Segundo Barbosa Rodrigues, o termo tucháua significava o “principal”, aquele que governava a “maloca” (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.* p. 133.). Ermano Stradelli publicou várias formas de se escrever essa palavra em Nheengatu, *tuisaua*, *tuixaua* e *tuxaua*, todos significam “chefe, maiorial”. A grafia utilizada atualmente é *tuxaua*. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 248.).

⁵⁵⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 132-133.

⁵⁵⁵ *Murutuixaua*, “de Muru por Turu grande, grosso” *tuxaua*, chefe, ou seja, grande chefe; *muruxaua* (o chefe que manda). (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 186.).

⁵⁵⁶ *Ibidem.*, p. 133.

Dahi então começaram as hostilidades entre os Mundurucus e a nascente tribo dos Parintintins. Dias depois vieram os que perderam o seu chefe, já com outro eleito á frente atacar o muruicháua fraticida e refugiaram-se novamente na mata depois de tomarem esta vingança, suppondo talvez que os mundurucus não os perseguissem. Mas, se havia odio de irmão para irmão, dahi nasceu o de tribo a tribo, de fôrma que no anno seguinte quando não esperavam foram atacados pelos mundurucus, que ainda uma vez cortaram as cabeças aos prisioneiros, para provarem seu valor perante seu muruicháua”⁵⁵⁷.

Teria sido a partir dessa ação (cortar a cabeça dos cativos) que surgiu o costume dos Munduruku de decapitar a cabeça de seus inimigos (assunto que será abordado mais adiante). Sobre os usos e costumes dos Parintintim, o naturalista não informou se eles usavam alguma pintura corporal. Em relação às práticas de guerrear e de caçar empregavam o arco, a flecha e a zarabatana. Seus arcos eram “grandes” e feitos de uma palmeira conhecida vulgarmente por *Paxiúba* (*Socratea exorrhiza* (Mart.) H.Wendl.⁵⁵⁸). Eles eram enrolados em fibras de uma palmeira chamada popularmente de “Jacitara” (*Desmoncus giganteus* A.J.Hend⁵⁵⁹) e em seguida “pintadas de preto” (não mencionou de onde essa tinta era extraída). As zarabatanas eram derivadas do mesmo material e confeccionadas da mesma maneira que os arcos⁵⁶⁰. As flechas eram feitas de *taboca* (*Guadua paniculata* Munro⁵⁶¹), mas não eram enroladas e nem pintadas, sendo somente ervadas⁵⁶². Em suas “malocas” utilizam uma “toré”⁵⁶³ feita do caule da *embaúba* (*Cecropia ficifolia* Warb. ex Snethl.⁵⁶⁴), enfiada numa cabaça de *Jamarú* (*Cayaponia rigida* (Cogn.) Cogn.⁵⁶⁵) colada com cerol⁵⁶⁶ (ANEXO I). Por fim, o naturalista informou que os Parintintim era “a unica tribo do Tapajós, que não quer commercio com o homem civilizado e que sempre o ataca, quando o encontra”⁵⁶⁷.

⁵⁵⁷ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 143.

⁵⁵⁸ *Socratea In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB15731>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁵⁵⁹ LEITMAN, Paula Moraes. *Desmoncus In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB22131>. Acesso em: 12 jan. 2020.

⁵⁶⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 133.

⁵⁶¹ Nome aceito, nome correto. Também conhecida como Guapá (Bolívia), Otate-amargo (México) e Carriza (Venezuela). (*Guadua In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB13251>. Acesso em: 12 jan. 2020.).

⁵⁶² RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 133.

⁵⁶³ É uma “buzina” que poderia ser feita “de casca de pau ou de pele de jacaré” (*Alligatoridae Gray*). Sua “forma” era “de um porta-voz com boca de sino”. Segundo Stradelli, os “Macus” fabricavam suas torés “de barro”. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 502.).

⁵⁶⁴ Nome aceito. Também conhecido como *embaúba-branca* no Acre. (GAGLIOTI, A.L.; AGUIAR, D.P.P. *Cecropia In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB24949>. Acesso em: 12 jan. 2020.).

⁵⁶⁵ Nome aceito, nome correto. (*Cucurbitaceae In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB17061>. Acesso em: 12 jan. 2020.

⁵⁶⁶ Também conhecido como breu, cera ou *iraity*. (*Ibidem.*, p. 185, 284 e 385.).

⁵⁶⁷ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 133.

Através das informações dadas por Barbosa Rodrigues a respeito dos Parintintim é possível ter uma ideia clara da visão de mundo a qual o naturalista se prendia. Um olhar sobre o outro, no qual se sobressai o seu pensamento civilizatório, em que acredita e defende o comércio como um sinal de uma sociedade em desenvolvimento. Nesse caso, a “tribú” ao preferir atacar (símbolo do atraso) do que comercializar (símbolo de progresso) com o “homem civilizado” não se empenhava para seguir nos trilhos das sociedades modernas – o que já não ocorria com os Apiaká, descritos adiante, reafirmando assim, a hipótese de Bakhtin de que a língua não é um sistema de signos e símbolos fechados, mas responde a fatores extralinguísticos também⁵⁶⁸.

O discurso acima demonstra como que a experiência do contato vivenciada por Barbosa Rodrigues entre os diversos indígenas afetou seu julgamento, induzindo o naturalista a afirmar que os “Apiaká por iniciarem uma relação comercial com os brancos estariam num caminho de prosperidade não experimentado pelos Parintintim. Essa atitude do explorador condiz com o pensamento de Mikhail Bakhtin a respeito da interação verbal que, segundo esse autor, seria um fenômeno constituinte da própria língua, isto é, formava “a realidade” descrita pelas formas linguísticas. Desse modo, Bakhtin acreditava que o contato concreto, real, estava relacionado a três agentes: o falante (escritor), “o outro” e os objetos de pesquisa que possibilitava interpretações variadas do contexto⁵⁶⁹.

A respeito dos Apiaká, o botânico teve oportunidade de contactá-los. Eram “bonitos, trabalhadores e activos”, falantes da língua Munduruku e da Língua Geral Amazônica, ou seja, o Nheengatu⁵⁷⁰. Hoje, contudo, segundo o antropólogo Eugênio Gervásio Wenzel, os descendentes dos Apiaká não falam mais sua língua nativa, todos são falantes da língua portuguesa⁵⁷¹. De acordo com Barbosa Rodrigues, os Apiaká por serem “trabalhadores” eram considerados no Tapajós como os “melhores auxiliares da navegação”, guiavam canoas e trabalhavam nos transportes “de cargas”. Estavam habituados a praticar o comércio com os “navegantes”, a estes vendiam os “productos” cultivados e retirados da floresta e destes compravam as mercadorias que necessitavam. Em suas aldeias, nos arredores de suas casas ou próximo delas cultivavam vários produtos como algodão, banana, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca e milho, além de extrair goma elástica e salsaparrilha.

⁵⁶⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, p. 31.

⁵⁶⁹ *Ibidem.*, p. 122-123.

⁵⁷⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 133.

⁵⁷¹ WENZEL, Eugênio Gervásio. **Apiaká. Indígenas no Brasil.** Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/apiaka/Verbete_Apiaka_1999.pdf. Acesso em: 10 out 2019.

Segundo Eugênio Wenzel, a região onde os Apiaká habitavam era utilizada como itinerário de navegação entre as províncias de Mato Grosso e Pará (“rota Arinos-Juruena-Tapajós”). Entre os Apiaká e os “viajantes” se desenvolveu “relações pacíficas” de “trocas” de mercadorias. Sendo assim, os indígenas “encontravam-se integrados nas frentes extrativistas desempenhando funções de tripulantes, carregadores, pescadores, caçadores ou caucheiros, combinando o modo de vida tradicional com o dos brancos regionais”⁵⁷².

Vale ressaltar que a linguagem de Barbosa Rodrigues serviu ao propósito de revelar uma população indígena pacífica, trabalhadora e capaz de combinar modos de vida de dois mundos. Isso reforça a ideia de que o texto do naturalista respondia a questões exteriores, informado por crenças datadas e, portanto, impregnado de valores ideológicos, corroborando o pensamento de Bakhtin de que toda expressão, ou seja, objetivação, é formada e determinada “de alguma maneira no psiquismo do indivíduo”, e acaba por exteriorizar-se de maneira objetiva para o outro através de algum código de signos exteriores”⁵⁷³.

Por fim, Barbosa Rodrigues citou o decréscimo populacional dos Apiakás na região do Tapajós, fato ocorrido pelas opiniões divergentes na “tribuna” sobre se deveriam ou não manter contato com os não-índios. Esse fato ocasionou a separação deles. Desse modo, uma pequena parcela de Apiakás decidiu trabalhar para os “particulares” e a grande maioria deliberou não manter “relações com os brancos”, abandonando assim os outros, se fixando às margens do rio Teles Pires, conhecido como São Manuel e se autodenominando Parabieté⁵⁷⁴. Esse episódio narrado pelo naturalista foi confirmado pelo antropólogo Eugênio Wenzel, que, em seu laudo antropológico, fez referência a Barbosa Rodrigues como um dos escritores que narraram sobre esse “grupo” de Apiakás emigrado⁵⁷⁵.

3.3.2 Os Mawé: cultivadores do guaraná

Como mencionamos anteriormente, durante sua viagem Barbosa Rodrigues conseguiu contatar alguns povos indígenas e permanecer entre eles por certo tempo. No dia 18 de agosto de 1872, ocorreu o primeiro contato com uma “família” de indígenas Mawé da maloca

⁵⁷² *Idem.*

⁵⁷³ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, p. 111.

⁵⁷⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 117.

⁵⁷⁵ De acordo com Wenzel, esse povo era mais ou menos “numeroso”. Há referências sobre aldeias com 1.500 indígenas. Em Cuiabá, existem “arquivos” que citam que na metade do século XIX, a população dos “Appiacás” era de 2.700 indígenas. (WENZEL, Eugênio Gervásio. *Op. Cit.*).

“Tucunaré cuára”⁵⁷⁶. Próximo de uma das casas, observou diversas caças sendo assadas no “muquem”⁵⁷⁷. Segundo o naturalista, ali foi “bem recebido” pelo “chefe da família” e após se acomodar a fim de pernoitar, aproveitou para conversar com o referido “chefe” com o propósito de tomar “algumas notas sobre a sua gíria”⁵⁷⁸.

No dia 19 de agosto, chegou à região onde ficavam as malocas dos Mawé, área conhecida por “terras dos” Mawé. Ali visitou a “aldeia do Sahy”, cuja denominação provinha do tuxaua. A maloca estava localizada em cima de um morro, no sopé dele fluía um “igarapé”, nas suas margens havia uma região descampada e nela algumas casas estavam escondidas entre a “nova vegetação”. Ali habitavam quase dez famílias, cerca de oitenta “pessoas”⁵⁷⁹. Foi nessa aldeia que o naturalista com a ajuda do tuxaua conseguiu obter informações do preparo do tabaco paricá⁵⁸⁰. O tuxaua o levou à floresta e ali mostrou o cipó conhecido como *uambé*⁵⁸¹ na língua Mawé (Tupi-Guarani), e a folha “uma myristicacea do gênero *cocculus*”, ambos usados na torragem do paricá. Ao retornar da floresta, observou a prática de “curativo de um doente”, o “instrumento” utilizado nesse curandeirismo era o “putuipe”.

Segundo Barbosa Rodrigues, os Mawé dessa maloca já usavam “roupas”, mas em todo caso tanto os homens como as mulheres ainda mantinham seus “usos primitivos”, pois andavam “quasi nus”. Esse discurso do naturalista estava de acordo com o costume da época. Para Márcio Henrique, essa prática era comum entre os viajantes que chegavam nas aldeias, uma vez ali, a observação sobre as vestimentas permitia verificar o nível de “civilização” entre eles. O autor ainda expressa que, caso já estivessem usando, parecia “aos olhos dos brancos, a impressão de que os índios estavam imitando os modos civilizados”⁵⁸², e foi isso que Barbosa Rodrigues fez ao avaliá-los. Eles até se vestiam, ou seja, tinham proximidade

⁵⁷⁶ Segundo o naturalista, o termo “Tucunaré”, peixe do gênero *Cichla*, “cuara, buraco”, ou seja, buraco do tucunaré. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 105.).

⁵⁷⁷ Era uma “armação de páo” usada para assar caças ou peixes. *Idem.*

⁵⁷⁸ *Idem.*

⁵⁷⁹ *Ibidem.*, p. 107.

⁵⁸⁰ Segundo Ermano Stradelli, o *paricá*, era o nome de um fruto usado em festas (para fins “estupefacientes e inebriantes”) e como tônico e remédio para Diabetes entre alguns povos indígenas, entre eles os Mura. Fruto do “paricazeiro” ou “*paricayua*” (*Mimosa acacioides Benth.* sin de *Anadenanthera peregrina* (L.) Speg.), árvore de grande porte encontrada em terra firme e várzea, utilizada em “obras internas e de marcenaria”. Os indígenas colhiam o fruto que era torrado e socado. O “pó” resultante era cheirado em suas festas com o auxílio de um objeto em forma de forqueta fabricado com “ossos de pernas de” pássaros, principalmente do Maguari (*Ciconia maguari Gmelin*) colocados “com cerol”. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 451.).

⁵⁸¹ Este termo significa “áspero” e é o nome de um cipó (*Philodendrum philodendron* Schoot) que possui muitas “rugosidades e nós”. Por causa de sua “resistência e duração” era muito utilizado na amarração de cercas. (*Ibidem.*, p. 510.).

⁵⁸² HENRIQUE, Márcio Couto. *Op. Cit.*, p. 142.

com a civilização, porém eram “primitivos”, pois viviam a maior parte do tempo desprovidos de vestimentas.

É interessante notar nesse enunciado o olhar contraditório do naturalista. Isso porque em um dado momento os indígenas são descritos como “primitivos”, por não apresentarem umas das características dos homens civilizados que era a de andarem vestidos. Em outro, os descreveu com qualidades civilizadas, como: “affaveis, obsequiadores”, além de serem “muitos inteligentes”. Nesse caso específico, por cultivarem não apenas mandioca, milho e cajueiro, como também o guaranzeiro, e deste último ainda fabricavam o guaraná ou “uaranaan”, na língua Mawé⁵⁸³. Ressaltamos que esse enunciado de Barbosa Rodrigues não era fruto apenas de abstrações teóricas, mas também resultado de observações cuidadosas que podem ser interpretadas como elementos extralinguísticos de que falava Bakhtin⁵⁸⁴. Desse modo, percebemos a complexificação do texto do naturalista, por ter apresentado ideias distintas a respeito do mesmo povo, isto é, dos Mawé.

As considerações de Barbosa Rodrigues a respeito do caráter dos Mawé os classificavam como “ativos” e bem “mais vivos” do que os Munduruku, qualidade que os tornava “não tão “faceis de enganar” quanto os segundos. Sendo assim, para ele, os primeiros constituíam um “typo” diferenciado entre os povos indígenas. Outra característica salientada pelo naturalista foi o amor deles pela sua “independencia”, fato que os levou a não seguir os religiosos ao aldeamento preparado para catequisar os Munduruku das campinas⁵⁸⁵. A respeito da aparência, informou que sua pele era mais clara e os seus “olhos” eram mais vivos” se comparados com os dos Munduruku. Segundo o naturalista, o contato dos Mawé com a civilização não ocasionou o abandono ou mudanças do “uso geral do guaraná” por parte deles, pelo contrário, continuavam a observar na totalidade as “formalidades” de sua utilização. Sendo assim,

Desde o romper do dia, até ás 5 horas da tarde, leva uma mulher, que é rendida quando está cansada, a ralar o guaraná, no centro do rancho, enquanto as outras cosem, ou catam-se assentadas em linha. Os homens deitados nas redes que pendem de todos os esteios que sustentam o mesmo rancho, fumam o tauary, ou se embalam. Rodeada de grandes cuias com agua, quando a mulher diz que o guaraná está prompto, levantam-se homens e mulheres, cada um por sua vez, com uma pequena cuia, e vem bebel-o, indo logo após para o seu lugar. Acabado este, começa logo novamente a

⁵⁸³ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 107.

⁵⁸⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, p. 117, 121-123.

⁵⁸⁵ *Ibidem.*, p. 110.

fazer-se outra porção, e assim passam o dia, de minuto em minuto bebendo o guaraná”⁵⁸⁶.

Além de referenciar o uso do guaraná, o etnógrafo comentou sobre a festa do paricá. Algumas pessoas (não especificou elas) afirmavam que a festa só ocorria em momentos “solemnes”. Tal afirmação, segundo o naturalista, não era correta, pois tomavam “sempre em qualquer ocasião em que estejam atacados de constipação ou moleza”⁵⁸⁷. Os Mawé querendo agradá-lo fizeram o “simulacro” de uma de suas festividades – “a festa da Tocandira”. Mesmo sendo uma demonstração, o naturalista teve uma determinada noção da solenidade. Para ele, no entanto, a simulação não expressava a dimensão real do festejo⁵⁸⁸. Estavam ausentes os itens básicos – o *caxiri*⁵⁸⁹ e a *tocandira*⁵⁹⁰.

Sendo assim, a ausência desses elementos e os poucos “dansantes” causaram desânimo nos indígenas. Contudo, ele afirmou que havia ficado “satisfeito, por ficar conhecendo essa dança, ainda muito mal conhecida, e o uso dos instrumentos que nella entram”⁵⁹¹. O naturalista pernito ali, escreveu que era costume deles para iluminar a maloca, fincar no centro do “rancho” um pau, cuja ponta estava revestida de “resina de jutahy e breu”. No dia 22, ainda de madrugada, partiu dali para explorar outras regiões do Tapajós. No retorno a Itaituba, parou na aldeia para se despedir dos seus “bons amigos”⁵⁹².

3.3.3 Os Munduruku: misto de guerreiros e trabalhadores

Ao dar continuidade a sua viagem pela região encachoeirada do rio Tapajós, Barbosa Rodrigues conseguiu contatar outro povo indígena, os Munduruku⁵⁹³. Esses anteriormente

⁵⁸⁶ *Ibidem.*, p. 110.

⁵⁸⁷ *Idem.*

⁵⁸⁸ *Idem.*

⁵⁸⁹ Esse termo representa uma “bebida fermentada” fabricada a partir “de qualquer espécie de fécula, mas, de preferência, de farinha de mandioca, cozida antes em beiju e desmanchada em água fria” e uma “festa indígena do nome da bebida, que nela largamente se bebe”. Essa festa não possui uma data para acontecer, podendo ocorrer a qualquer momento. É um festejo “particular”, não existe “convites”, mas os indígenas não proibiam a participação de um “estranho”. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 343.)

⁵⁹⁰ *Tocanyra Tocandira (Paraponera clavata)* é uma formiga comprida e grossa que possui um ferrão semelhante ao da vespa. De acordo com os indígenas, esse inseto era “nascido das cinzas de *Ualri*, conforme conta a lenda do Jurupari”. Assim como os “Mauhés”, os “Mundurucús” possuem uma prova para determinar se o jovem se tornará um guerreiro. Obrigado a colocar sua “mão direita num tecido de fasquias de jacitara, uma espécie de luva, pelo lado de dentro, de tocandiras com o ferrão”. Apenas quem pode retirar a mão do jovem da “luva” é a sua futura esposa. O casamento é feito no mesmo dia “na casa grande da festa”. (*Ibidem.*, p. 501.)

⁵⁹¹ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 110-111.

⁵⁹² *Ibidem.*, p. 111.

⁵⁹³ De acordo com o site Povos Indígenas no Brasil, os Munduruku são um “povo de tradição guerreira” chegaram a dominar “culturalmente a região do Vale do Tapajós”. Pertencem “à família linguística Munduruku, do tronco Tupi. Sua autodenominação é Wuy jugu”. Por tradição, a alcunha Munduruku foi dada pelos seus inimigos – os Parintintim, indígenas que habitavam “a margem direita do rio Tapajós e o rio Madeira”. Acredita-

eram chamados de Mutirucus, povo que desde o século XVIII, por sua fama guerreira⁵⁹⁴ e pelas inúmeras histórias de seus ataques, passaram a ser temidos não apenas pelos outros indígenas como também pela população não indígena. Em uma dessas histórias, registrada em 1773, os Munduruku foram procurados por colonos portugueses que subiram o Alto tapajós para comprar “escravos”. Rejeitada a “proposta”, um clima de “hostilidade” se estabeleceu entre eles e não demorou para os índios perseguirem os portugueses “devastando tudo quanto encontraram, levando a fogo e flecha tudo”. Os colonos então se refugiaram no “forte de Santarém”, onde ficaram sitiados por alguns dias até conseguiram um armistício⁵⁹⁵.

O naturalista encontrou alguém que supostamente testemunhara um desses eventos, uma “velha tapuya de cabelos brancos e cega”, e que apesar dos seus quase 140 anos (estimativa dele) guardava todas as suas “faculdades”. Esse encontro ocorreu no dia 11, na ilha Tracua⁵⁹⁶, onde morava Silverio de Albuquerque Aguiar, um cuiabano apelidado de “Leverge”. Ao que tudo indica, ela vivia na residência deste. A velha relatou ao botânico que ela se encontrava

em Alter do Chão, d'onde é filha, quando elles [Mundurucús] passaram devastando tudo. Que era tal o terror que só o nome de mundurucú inspirava, que todos fugiam abandonando o que possuíam [...] depois que elles voltaram, foi ella para Santarém, que então era só povoado por índios, e ajudou a carregar pedras para a segunda igreja, que então os padres da Companhia de Jesus estavam edificando”⁵⁹⁷.

Ao continuar com suas explorações, no dia 21, enquanto se dirigia até uma maloca Mawé, o naturalista permaneceu algumas horas em outra Munduruku⁵⁹⁸. Nesse ínterim, mesmo febril, visualizou os indígenas fumigando (exposição à fumaça) o látex e tomou algumas notas a respeito deles. A respeito do tuxaua, este comentou que seu nome de batismo (cristão) era Paulo. Ao saber que o explorador queria pintá-lo, Paulo com muita disposição e “com a maior facilidade e sem cerimonia tirou as calças e poz-se nú”. Sendo assim, conseguiu

se que essa alcunha significa “formigas vermelhas” em referência “aos guerreiros Mundurucús que atacavam em massa os territórios rivais”. Cf. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 29 dez 2019.

⁵⁹⁴ De acordo com Ytanajé Coelho Cardoso, os Mundurucús por serem “habilidosos” e “temíveis” guerreiros, foram comparados aos antigos guerreiros da pólis grega Esparta por von Martius quando este viajou pelo vale do Amazonas durante a década de 1820, por isso os denominou “espartanos da Amazônia”. (CARDOSO, Ytanajé Coelho. **Os últimos falantes da língua Mundurucús do Amazonas: habitus, dialogismo e invenção cultural no campo discursivo**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017, p. 46.).

⁵⁹⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 120-121.

⁵⁹⁶ Segundo Barbosa Rodrigues, “Tracua” era “uma formiga, de cujo ninho fazem isca os índios e tapuyos”. (*Ibidem.*, p. 121.).

⁵⁹⁷ *Idem.*

⁵⁹⁸ *Ibidem.*, p. 108-109.

“desenhar as listas da parte inferior do corpo” do tuxaua. No mesmo dia, o viajante partiu daquele local⁵⁹⁹.

Vale destacar que Barbosa Rodrigues já se encontrara com outros Munduruku, fato ocorrido no dia 7 de julho, ao passar pelo antigo aldeamento de Uixituba⁶⁰⁰. O lugar estava quase abandonado, a matriz e as casas eram moradas dos morcegos, as ruas pareciam “uma verdadeira capoeira”. O aldeamento, em 1855, chegou a ser habitado por 500 Munduruku. Na época da passagem do explorador, ali viviam cerca de 20 indígenas que constituíam 3 famílias. Esses já se encontravam “semi-civilizados”⁶⁰¹.

Dessa passagem, Barbosa Rodrigues relatou que em Uixituba observou e provou nas casas dos Munduruku alguns alimentos tradicionais da população indígena e civilizada do vale amazônico – o tarubá e o tucupi⁶⁰². O tarubá era uma “bebida agridoce e repugnante”, contudo, os indígenas a tinham como “deleitosa” ao ponto de ser “muito estimada” por eles e pelos tapuios. Em 17 de julho, ou seja, dez dias depois de deixar a aldeia do Uixituba, Barbosa Rodrigues visitou outra maloca, designada do Boruré. Ao chegar à tarde nesse local, foi forçado a permanecer ali por estar “gravemente doente” (febre intermitente). Desse contato, o explorador fez alguns comentários a respeito do lugar e dos Munduruku. Segundo o naturalista, a maloca estava praticamente “deserta”, ali moravam quase trinta índios entre homens e mulheres. Também se encontravam em estado de “semi-civilização”, pois abandonaram “os seus usos primitivos” ao ponto de não usarem mais as pinturas corporais. Mas ainda não falavam a língua portuguesa. Por fim, afirmou que foi “bem recebido e agasalhado” e que um “velho” tuxaua praticamente não o deixou só nem um minuto. Pernoitou entre eles e no dia 18 continuou em viagem⁶⁰³.

Como resultado desses contatos com as malocas dos Munduruku, Barbosa Rodrigues elaborou um estudo etnográfico dessa “tribu” que segundo ele seria, “a mais numerosa”, “a

⁵⁹⁹ *Ibidem.*, p. 109.

⁶⁰⁰ Segundo Barbosa Rodrigues, o termo “Uixituba” derivava de “uixi, fruta desse nome e tyba, bastante. Esse aldeamento juntamente com outros dois, de Curi e de Santa Cruz, formavam a “missão do Tapajós”, constituída apenas por Munduruku. Ela era dirigida pelos capuchinhos. Em 1849, o diretor era o frei Egydio de Garezio. A missão de Uixituba ficava na margem esquerda à 9,65 km depois de Itaituba. (*Ibidem.*, p. 51 e 71.).

⁶⁰¹ *Ibidem.*, p. 71-72 e 124.

⁶⁰² De acordo com Barbosa Rodrigues, o tucupi era utilizado na Guiana Francesa, onde era conhecido como “cassiripe” e nas Índias Orientais (hoje Indonésia) onde os britânicos o chamavam de “pepper-pot”. Segundo o botânico, o sumo resultante da retirada da massa (“polvilho”) da mandioca era chamado de manipuera, um caldo basicamente “venenoso”. Para que deixasse de ser perigoso, deveria ser “cozido ao fogo ou ao sol, misturado com água” e através da evaporação o veneno era retirado. Esse líquido apurado “inofensivo e agradável” era o tucupi. Na massa resultante do preparo do tucupi, era acrescido alho, pimenta e sal, depois eram socados até obter uma massa chamada de “arubé”. Para o naturalista, o “arubé” se assemelhava a mostarda. O tucupi era empregado “em molhos para carne e para peixe”. Ele também podia ser cozido “com sal, pimenta e outros ingredientes entra na composição do tacacá, que não é mais do que gomma da fecula da mandioca”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 72.).

⁶⁰³ *Ibidem.*, p. 97.

mais guerreira” e “a mais perfeita no trabalho de pennas” da região amazônica⁶⁰⁴. Algumas delas naquele momento estavam por receber “a luz da civilização”, algo que poderia ser constatado pela introdução do “uso de roupa e armas de fogo”, não sem notar, porém, que não ocorria “nenhuma pratica de religião”. Para o botânico, o problema ali era a existência de diversos “regatões” que traficavam com os Munduruku. Esses negociantes além de explorar os “serviços e recursos”, pervertiam e não educavam os indígenas⁶⁰⁵.

Do aspecto físico dos homens Munduruku, Barbosa Rodrigues salientou as seguintes características: “fortes, musculosos, bastante morenos, olhar sombrio e triste, com olhos rasgados, ossos faciaes bem proeminentes”⁶⁰⁶. Por fim, relatou que eram “indolentes”, uma característica distintiva dos indígenas “da região equatorial”. Apesar do diagnóstico pessimista, eram “trabalhadores”, constituindo “os braços” e os “melhores” clientes dos comerciantes⁶⁰⁷. Costumavam pintar as suas caras, por isso receberem da população do rio Tapajós a alcunha de “caras-pretas”⁶⁰⁸. De acordo com o naturalista, o propósito do homem desta “tribu” em pintar sua cara era para que sua “presença” fosse “respeitada”⁶⁰⁹. A pintura se iniciava “nas raizes dos cabellos, até á maxilla superior toda de preto e dahi até a inferior, principiando das orelhas listadas angularmente a formar pequenos rhomboides”⁶¹⁰. O corpo também era pintado (ANEXO J), do

pescoço até ás clavículas é listado verticalmente até o encontro de tres linhas que passam por essa região e por sobre as omoplatas, horizontalmente; o peito e braços são listados também angular e perpendicularmente, de maneira que formam uma serie de triângulos, uns unidos aos outros. As costas e pernas são listadas verticalmente até os tornosellos, exceptuando-se a parte anterior das canellas, que não tem lista alguma. Usam os cabellos raspados, em roda da cabeça, deixando-os crescer somente no alto, pintando a parte raspada com uma massa, chamada *sêrá*⁶¹¹.

O naturalista observou que a pintura corporal no homem Munduruku variava. Alterações que estavam relacionadas às quantidades das “linhas” e não às formas pintadas.

⁶⁰⁴ *Ibidem.*, p. 134-135.

⁶⁰⁵ *Ibidem.*, p. 151.

⁶⁰⁶ *Ibidem.*, p. 135.

⁶⁰⁷ *Idem.*

⁶⁰⁸ *Idem.*

⁶⁰⁹ *Idem.*

⁶¹⁰ *Idem.*

⁶¹¹ De acordo com Barbosa Rodrigues, era uma “massa preparada com o urucu e o utu-iti, que é o leite da arvore por elles chamada utuaá (*collophora utilis* Mart.)”. *Idem.* O botânico identificou o utuaá como sendo o *Collophora utilis* Mart., contudo, hoje essa espécie é sinônimo de *Couma utilis* (Mart.) Müllg.Arg., conhecida popularmente no Pará como *Sorva*. (*Couma In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB21903>. Acesso em: 16 jan. 2020.).

Em alguns, a pintura parava na região dos “seios” em outros na região das virilhas. Segundo o etnógrafo, tais variações estavam relacionadas ao longo tempo que levavam para completar a pintura (começada ainda na adolescência, aos 14 anos de idade, era um “processo” dolorido e “barbaro” e que costumava causar febres e inflamações); pela demora na cicatrização das “feridas”, o que impedia de fazer novas pinturas (ao que tudo indica por causa dessa demora, somente depois dos 20 anos de idade a pintura estava completamente finalizada); e aos motivos de certos “traçados” serem pintados em seus corpos, vinculados aos “serviços” realizados à “tribu”.

Notou entre eles, uns “velhos” e uns moços que não possuíam todos os corpos pintados. No caso, dos primeiros, talvez não tivessem desempenhados os “serviços” exigidos para que seus corpos fossem pintados, já os segundos por serem novos, não estavam habilitados para desempenhar tais atividades⁶¹². O naturalista ainda descreveu o referido “processo” de pintura, segundo ele por meio de um tipo de “pincel”, feito de espinhos venenosos de uma palmeira chamada “murumuru” (*Astrocaryum murumuru* Mart.⁶¹³). Esse utensílio era imerso em uma “tinta” para traçarem na epiderme uma “linha”. Depois de traçada, começavam a espetá-la com o “pincel” imergido na referida “tinta”. Ele era proporcional “à largura da lista, e pelo numero de espinhos fura a pelle quasi que poro por poro”. Nos dias seguintes, as linhas pintadas, ficavam inflamadas e produziam ferimentos que custavam a cicatrizar⁶¹⁴.

Ainda a respeito dos homens da tribo, o naturalista destacou que todos andavam sem vestimentas e usavam de maneira contínua dois acessórios: o “iráipêman”⁶¹⁵, um tipo de bolsa cônica de tamanho pequeno, feita com a palha do “curuá”, enfeitado com penas (não especificou de qual pássaro) ou élitros de *Coleópteros* (asas de besouros, também não especificou a espécie), que servia para ocultar “a cabeça do membro viril”; e o “erdrêpê” uma faixa pequena feita de algodão, que eles usavam para erguer o “iráipêman” com a intenção de não molhá-lo ao tomar banho ou transpassar um curso d’água. Outro detalhe característico eram seus “três furos nas orelhas”. No principal (o maior), era inserido uma pena de arara e nos outros dois, ossos de canela de mutum, ou pequenos rolos de madeira⁶¹⁶. Os homens eram

⁶¹² *Ibidem.*, p. 135.

⁶¹³ Nome aceito, nome correto. (*Astrocaryum In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB22086>. Acesso em: 16 jan. 2020.).

⁶¹⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 137.

⁶¹⁵ De acordo com Barbosa Rodrigues, “iruti” em Nheengatu. (*Ibidem.*, p.139.).

⁶¹⁶ *Idem.*

os responsáveis pelos “trabalhos mais nobres”, ou seja, fabricar as suas armas de guerra e seus objetos de caça⁶¹⁷.

Em todas as mulheres Munduruku, o naturalista observou que as pinturas eram as mesmas, não mudavam como nos homens. Segundo o botânico, elas pintavam o rosto da seguinte maneira

uma banda negra que parte de uma a outra orelha passando por cima do beijo superior e pelo angulo do queixo parte terminal inferior dessa banda segue para baixo do queixo outra porção igual á mesma porém listada em triângulos, que são cheios por linhas paralelas a um lado dos mesmos triângulos. Dos ângulos externos dos olhos partem linhas para as orelhas, assim como os internos são unidos por sobre o, nariz por uma, que dá uma apparencia de usarem todas as mulheres de óculos. Por sobre as clavículas, passando pelas omoplatas tres linhas paralelas, formam um collar que dá-lhes algum realce. De cima da região abdominal, partem linhas perpendiculares e paralelas que se terminam sobre o púbis e verilhas⁶¹⁸.

De acordo com o etnógrafo, entre os Munduruku, a mulher trabalhava mais do que o homem, algo normal entre os indígenas do vale amazônico. Entre as atividades, encontravam-se o trabalho na roça e o transporte de “tudo” no “itiú”⁶¹⁹ – um longo cesto, apoiado na “cabeça” feito de fibra vegetal. No período das guerras, era função da mulher levar as setas e os alimentos dos guerreiros⁶²⁰. Sobre esta prática, Barbosa Rodrigues comentou que esse costume existia em outros povos, como Arara⁶²¹, as Mayuruna⁶²² e as “Uaupés”. Segundo

⁶¹⁷ *Ibidem.*, p. 142.

⁶¹⁸ *Ibidem.*, p 136.

⁶¹⁹ Segundo Barbosa Rodrigues, o termo “itiú” no Nheengatu era “aturá”. *Ibidem.*, p. 142; De acordo com Stradelli, “aturá” ou “uaturá” era um tipo “de paneiro mais alto que largo, feito de cipó uambé fortemente entrançado, destinado ao transporte e para os misteres da roça [mandioca e frutas], com três aselhas ou casas, uma no fundo e duas no alto, por onde passa a tipoia que permite carregá-lo suspenso às costas, seja preso à testa como costumam as mulheres, seja preso ao alto do peito, como é costume dos homens”. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 512.).

⁶²⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 142.

⁶²¹ Segundo Teixeira-Pinto, esse povo se autodenomina “Ukaragma” (“povo das araras vermelhas”). Pertencem ao tronco linguístico Karib. Esse povo pertence a sub-família dialetal – denominada de Arara – na qual tanto estavam os Apiacá do Tocantins e os Yaruma (ambos extintos) como os Ikpeng (que atualmente vivem no Parque Indígena do Xingu). Habitavam uma ampla área territorial – Alto e Médio Xingu e o rio Iriri. Ficaram conhecidos por causa de “sua belicosidade e pelos troféus que capturavam dos corpos dos inimigos - cabeças para flautas, colares de dentes e escalpos de face”. Segundo Siasi/Sesai (2014), existem 377 dois grupos Arara vivendo no Estado do Pará – um na Terra Indígena Arara (próximo ao igarapé Laranjal), e outro na Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri (próximo ao igarapé Cachoeira Seca). Para mais informações Cf. TEIXEIRA-PINTO, Márnio. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Arara>. Acesso em: 24 out 2020.

⁶²² Os Matsés, também conhecidos como Mayoruna, habitam a região de fronteira Brasil-Peru. Suas comunidades estão distribuídas ao longo da bacia do rio Javari, no extremo oeste da Amazônia brasileira, e, no Brasil, vivem na TI Vale do Javari (AM, CTI 2016, 1700 pessoas) junto com outros povos falantes de línguas das famílias Pano e Katukina. A palavra matses, na língua indígena, é polissêmica. Pode denotar o povo que conhecemos por esse nome, por oposição a outros (esses chamados de maiu ou matses utsi); qualquer povo indígena, por oposição aos não-indígenas (estes chamados chotac); ou “gente”, por oposição a outros seres.

Beatriz de Almeida Matos, é comum entre os Mayuruna (Matsé) a mulher participar ativamente ao lado do homem em quase todas as caçadas – “ajuda a encontrar e acuar a caça, participa da perseguição, recupera flechas que erraram o alvo e ataca os animais com paus afiados ou machados”⁶²³.

Em seu relato, Barbosa Rodrigues afirmou que as mulheres Munduruku ficavam ao lado dos guerreiros nas batalhas para ajudá-los nos ataques e principalmente para separar os feridos (Munduruku) e os mortos (inimigos)⁶²⁴. Ainda a respeito delas, o naturalista expôs um costume “selvagem” que ocorria após o nascimento das crianças. As próprias mães, com seus dentes, cortavam o “cordão umbilical” dos recém-nascidos, ato que para o naturalista denotava o “caráter primitivo” das indígenas⁶²⁵.

Em relação às famílias Munduruku, Barbosa Rodrigues informou que de maneira pactuada, existiam três grandes famílias, cada uma representada por uma cor distinta: a branca (“Aririchá”), a preta (“Iasumpaguete”) e a vermelha (“Ipápacate”)⁶²⁶. As cores⁶²⁷ serviam para distinguir o nascimento e não a “cor da pele” (eles não faziam tal distinção), nesse caso, a identidade da criança estava condicionada ao pai e não a mãe. Por exemplo, se o pai fosse da família “Ipápacate” (vermelha) e a mãe da família “Iasumpaguete” (preta) a criança era identificada como sendo da família do pai, isto é, “Ipápacate” (vermelha). No que se refere ao casamento, Barbosa Rodrigues informou que ocorria entre famílias opostas, pois a moça de uma mesma família era tida como irmã dos rapazes. Sendo assim, um homem “Aririchá” (branca) jamais procurava “para ter a seu lado, senão a mulher da família das côres preta ou vermelha; e assim acontece ao das outras cores”.⁶²⁸. Ainda segundo o explorador, os

Matses pode significar ainda o grupo de co-residentes ou os parentes mais próximos do falante, bem como se referir ao conjunto dos tios maternos e maridos das tias paternas (nesse caso, precedida pela partícula *cun*, que indica posse). No Peru, a palavra é usada como etnônimo. No Brasil, os Matsés são também conhecidos como Mayoruna. Mayoruna é um termo de origem quechua (*mayu* = rio; *runa* = gente), usado a partir do século XVII por colonizadores e missionários para se referirem a grupos que habitavam a região do baixo Ucayali, alto Solimões e Javari. Para mais informações Cf. MATOS, Beatriz de Almeida. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Matses>. Acesso em: 24 out 2020.

⁶²³ *Ibidem.*

⁶²⁴ Segundo Barbosa Rodrigues essa prática também era observada entre povos indígenas chilenos e peruanos (sem especificá-los). (RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**: Rio Yamundá. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875d, p. 44.).

⁶²⁵ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**: Rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, p 151.

⁶²⁶ *Ibidem.*, p 138.

⁶²⁷ Em 1882, em seu artigo para a “Exposição Anthropologica Brasileira” no qual discorreu sobre os trajes “Mundurucús”, informou como essas três famílias utilizavam penas de araras (criadas para esse fim) para se diferenciarem nas grandes festas, sendo assim: a “branca” ou “Aririchá” usava penas amarelas, a “preta” ou “Iasumpaguete” penas azuis e a “vermelha” ou “Ipápacate” penas vermelhas. (RODRIGUES, João Barbosa. **Os Munduruku. Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 28.).

⁶²⁸ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 138.

Munduruku eram polígamos. Contudo, o homem podia deixar sua mulher caso se aborresse com ela, mas para se juntar com outra, era necessário observar a regra referida acima. Para o naturalista os Munduruku eram “moralizados”, dado que não aceitavam o casamento entre um estrangeiro e uma mulher da tribo, esta última correndo o risco de ser “imediatamente expulsa”. Por fim, os Munduruku “pela rigorosa observância que fazem da família a que pertencem, o seu typo ainda não está degenerado; de maneira que [...] conserva ainda a sua indole e a belleza primitiva”⁶²⁹.

As malocas ficavam afastadas uma das outras e em cada uma delas havia várias “cabanas” onde as mulheres habitavam⁶³⁰. As cobertas dessas “cabanas” podiam ser “de sapé” ou do caranaí, as paredes eram feitas com panos da casca do tauari, costuradas com cipós, eram conectadas as “travessas horizontais” no lado interno da parede⁶³¹. Ainda, no meio de cada uma das malocas existia o “exça” que segundo o naturalista, era um tipo de “grande quartel”, construído de “frente para o nascente” (costume muito presente entre os diversos povos indígenas). Sua cobertura era do tipo “meia-água” feita com palhas de palmeiras até o solo, separado paralelamente por dois “esteios” que terminavam fora do “quartel”. Nele, os guerreiros homens e meninos (esses a partir dos nove anos de idade), divididos segundo as cores de suas famílias, moravam e dormiam em “pequenas redes de malhas”, as “makyra” feitas de “fibras vegetaes”⁶³². Cada “esteio” possuía a cor da família: a branca pintada com “tabatinga”, a preta pintada “com uma tinta feita de diversas plantas” e a vermelha pintada com *urucum*. Em relação ao “exça”, informou que também servia como depósito para as armas de guerra e para os objetos usados na caça. Nele, ainda eram realizadas todas as atividades indígenas⁶³³. Os Munduruku costumavam tocar repetidamente de manhã e à tarde o “ufuá”, trombeta que emitia um “som forte e vibrante”. Usada na guerra, feita de taboca (não especificou a espécie), o “bocal” dela era feito do mesmo material, porém mais fino, para poder ser inserido e colado com “cêra”.⁶³⁴ Segundo o naturalista, o sepultamento dos guerreiros se dava com suas roupas de batalha no interior do “quartel”⁶³⁵.

Nas malocas podia existir um ou dois tuxauas que governavam autonomamente e detinham os direitos “de vida e de morte” dos seus subordinados”⁶³⁶. Houve um tempo em

⁶²⁹ *Ibidem.*, p. 142.

⁶³⁰ *Idem.*

⁶³¹ *Ibidem.*, p. 139.

⁶³² *Ibidem.*, p. 138.

⁶³³ Segundo Barbosa Rodrigues, alguns “exças” chegavam a ser ocupados por mais de quatrocentos “Mundurucú”. (*Ibidem.*, p. 138-139.).

⁶³⁴ *Ibidem.*, p. 139.

⁶³⁵ *Ibidem.*, p. 150.

⁶³⁶ *Ibidem.*, p. 139.

que todas as aldeias estiveram subordinadas ao governo de apenas um tuxaua – o “Muirátucu”, segundo o naturalista, um tipo de “rei” que residia na aldeia “Biamsobu” às margens do rio das Favas. Ao botânico, os indígenas confienciaram que, num certo dia, o “Muirátucu” liderou um ataque aos seus inimigos e desapareceu na batalha, e daquele dia em diante o seu posto passou a ficar “vago” por respeitarem a memória e acreditarem na sua volta⁶³⁷. Vale ressaltar que, por terem essa crença no retorno de “Muirátucu”, Barbosa Rodrigues chamou os Munduruku de “Sebastianistas”⁶³⁸, principalmente porque o etnógrafo percebeu semelhanças entre as duas narrativas, pois tanto “Muirátucu”, quanto D. Sebastião eram os reis de seus povos e ambos lideravam a batalha quando ocorreram os fatídicos desaparecimentos. Importante notar que essa foi uma visão particular e exclusiva de Barbosa Rodrigues, não há outras evidências de que essa esperança no retorno do “desejado” estivesse viva entre os Munduruku. Além do mais, de acordo com Jacqueline Hermann, a “crença sebástica” se dispersou de forma muito mais abrangente no semiárido nordestino do que no Norte do Brasil⁶³⁹.

De acordo com o naturalista, no decorrer dos anos, vários “desertores” (indivíduos não identificados pelo explorador, mas ao que tudo indica cristãos por ensinarem costumes católicos como a “Sexta-feira Santa” que passou a ser denominada em língua nativa de “*Tupanabê*” que significava “Deus morreu”) procuraram se refugiar no meio dos Munduruku. Para ter a permissão era necessário aceitar a única exigência de passar pelo procedimento doloroso da pintura corporal já citada anteriormente⁶⁴⁰. O registro desses “desertores” corrobora a ideia da “degeneración independente”. Esse conceito, segundo Filipe Pinto Monteiro, foi desenvolvido, entre outros, pelo antropólogo inglês Edward Burnett Tylor (1832-1917), convencido de “casos” por ele estudados em que “homens civilizados” pelos

⁶³⁷ *Ibidem.* p. 135, 139.

⁶³⁸ Seguidor da crença no retorno de D. Sebastião (1554-1578), monarca português que lutou contra os mulçumanos (“filhos de Maomé”) e que desapareceu na batalha de Alcácer Quibir (1578), no Marrocos, Norte da África. Ele estaria vivo perambulando pelo deserto marroquino e um dia retornaria a Portugal para assumir novamente o trono e restaurar a Dinastia de Avis. Esse movimento foi divulgado entre os séculos XVI a XVIII, inclusive no Brasil. Ganhou força tanto “entre os homens de grei”, quanto entre a população. Entre os crédulos da “crença sebástica”, citamos o padre jesuíta António Vieira (1608-1698) que escreveu **Quinto Império do mundo e História do Futuro**, livros nos quais afirmava a construção de um Império Português e cujo imperador seria D. João VI, pelos quais foi acusado de ser herege pela inquisição. (HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na “Cidade do paraíso terrestre”, Pernambuco – (1817-1820). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, 2001, p. 135.).

⁶³⁹ *Idem.*

⁶⁴⁰ *Ibidem.*, p. 140.

mais variados motivos decidiram adotar “uma vida selvagem em regiões isoladas” levando, assim, à sua degeneração física e mental⁶⁴¹.

Em seu texto, Barbosa Rodrigues descreveu a religião dos “Mundurucús” como sendo a crença em um “ente” que era o criador de tudo – o “*Caruça-caraibê*”⁶⁴². Essa divindade possuía um filho, denominado “*Rairú*”, e ambos andaram pela terra, antes de criar respectivamente o homem e o céu⁶⁴³. Mas, segundo a tradição, a relação entre os dois era estremecida, pois o rebento tentou usurpar o poder do pai que, por sua vez, procurou maneiras de eliminar seu filho, sem sucesso. O entrevero teria sido a origem das diversas “raças” humanas, posto que “*Rairú*” ao ser enviado para o centro da terra pelo pai encontrou outros seres e ao sair de lá convenceu o “*Caruça-caraibê*” a povoar a terra com as diversas tribos que lá encontrara⁶⁴⁴. Um aspecto a destacar da “crença” dos “Mundurucús” na criação, foi a influência que a cultura e a religião do homem civilizado (raça caucasiana) deixaram sobre eles. Para Walter Lopes de Souza, uma das prováveis explicações para as variações do “mito”, estaria relacionada ao trabalho missionário (e monoteísta) desenvolvido pelos jesuítas e outras ordens católicas ao longo dos anos na tentativa de catequisar os “Mundurucús”. Ainda segundo o autor, em muitos trechos percebe-se a tentativa de associar ou até mesmo fundir “*Caruça-caraibê*” a Jesus Cristo, em especial no episódio da ressurreição, em que os dois ressurgem dentre os mortos, aparecem e mostram os seus ferimentos, “*Caruça-caraibê*” aos Munduruku e Cristo aos seus discípulos⁶⁴⁵.

⁶⁴¹ MONTEIRO, Filipe Pinto. **O “racialista vacilante”**: Nina Rodrigues sob a luz de seus estudos sobre multidões, religiosidade e antropologia (1880-1906). 241 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016, p. 185.

⁶⁴² De acordo com Rosamaria Loures, na língua Munduruku também designa Topağa aquele que se “assemelha ao deus cristão”. A autora utilizou o nome *Karosakaybu* para se referir ao “ente” citado por Barbosa Rodrigues. Contudo, optou-se por manter a grafia original do naturalista. Cf. LOURES, Rosamaria Santana Paes. **Governo Karodaybi**: o movimento Ipereğ Ayũ e a resistência Munduruku. 309 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017, p. 42.

⁶⁴³ Segundo Barbosa Rodrigues, assim acreditavam os “Mundurucús” que o céu havia sido criado: “*Rairú*, que tinha ficado sob a terra, ainda uma vez achou meios de reaparecer, pelo que ainda seu pai empregou outra estratégia para ver-se livre d'elle. Encontrando na margem de um rio uma pedra escavada pelas águas, em fôrma de forno; ordenou a seu filho que a puzesse sobre a cabeça, a fim de leval-a, para nella cozinharem. Obedecendo *Rairú*, poz a pedra na cabeça, porém apenas o fez, começou a mesma crescer e a subir arrebalando-o da terra. Tal crescimento teve que formou a abobada celeste. Pelo seu *Genesis*, assim foi creado o firmamento. Ainda *Caruçá-caraibê*, andou por algum tempo sobre a terra, porém depois desapareceu”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 141-142.)

⁶⁴⁴ *Ibidem.*, p. 140-141.

⁶⁴⁵ SOUZA, Walter Lopes de. **De retirantes a aldeias urbanas**: parentesco, poder e educação entre os Mundurukú das Praias dos Índios e do Mangue em Itaituba-Pará. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 156.

Segundo Rosamaria Santana Paes Loures, a descrição da religião ou cosmologia Munduruku feita por Barbosa Rodrigues serviu como parâmetro⁶⁴⁶ para o texto do naturalista francês Henri Coudreau. A autora ainda destacou que, nessa mitologia, o criador ocupava o lugar daquele que causou a “origem” de todo universo. Esse Ser possuía poderes para “transformar” tudo e todos, inclusive de fazer com que animais virassem pessoas e vice-versa, seu poder era tão imenso que era capaz dele mesmo se materializar em algum animal. Há vários “relatos” das transformações. Nelas sempre “*Caruça-caraibê*” é reconhecido como o “autor e criador de tudo e todos” pelos Munduruku. Fato importante era que somente os indígenas foram criados “à imagem e semelhança” de “*Caruça-caraibê*”, não tendo os demais povos esse sinal distintivo⁶⁴⁷. Ainda hoje, essa narrativa segue viva entre esse povo e assim como na época de Barbosa Rodrigues em que existiam várias versões, atualmente o mesmo se dá. De acordo com Rosamaria Lourdes, dependendo de quem está contando o “mito”, ele acaba sofrendo algumas modificações. Mas a figura de “*Caruça-caraibê*” sempre é o centro do enredo⁶⁴⁸.

Para Barbosa Rodrigues, esses Munduruku eram bastante “supersticiosos”, pois acreditavam na existência de “feitiços”⁶⁴⁹. Desse modo, os valentes Munduruku se tornavam “covardes” quando se aventava no meio deles algum trabalho de um “*Maracaimbara-iara*”⁶⁵⁰, ou seja, de um “feiticeiro”. Para eles, todas as enfermidades eram provenientes de “feitiços”⁶⁵¹. Se um indígena adoecesse ou falecesse e o “*pajé*” ou “curandeiro” identificasse que se tratava de trabalho de um “*Maracaimbara-iara*”, ninguém, inclusive a esposa e os filhos, ousava tocar nos objetos do “feiticeiro”. O convalido era excluído do meio deles, ou seja, se tornava um “*pariá*”⁶⁵² e a própria família o entregava para que a morte fosse vingada⁶⁵³. Um detalhe desse assunto era que o “*pajé*” às vezes percebia que seus remédios não haviam funcionado. Para não ficar desacreditado, presumia então que era “feitiço”⁶⁵⁴.

⁶⁴⁶ Importante destacar que a autora afirmou que o francês utilizou “Estudos sobre a tribo Munduruku” (1877), do engenheiro paraense Antônio Manoel Gonçalves Tocantins (1835-1905), na elaboração de seu texto. (*Idem.*)

⁶⁴⁷ *Idem.*

⁶⁴⁸ *Ibidem.*, p. 44.

⁶⁴⁹ *Ibidem.*, p. 150.

⁶⁵⁰ Barbosa Rodrigues, escreveu “*Maraquemara*”, mas a maneira correta é “*Maracaimbara-iara*” ou “*Maracaimbara manha*”. Cf. STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 407.

⁶⁵¹ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 150.

⁶⁵² O “*pariá*” ou “*pária*” é uma pessoa que a sociedade repeliu ou excluiu. (**Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/pária>. Acesso em: 19 jan. 2020.).

⁶⁵³ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 150-151.

⁶⁵⁴ *Ibidem.*, p. 151.

Assim sendo, os familiares do enfermo ou falecido iam até o tuxaua para obter dele a aprovação para procurarem nas malocas afastadas o “*Maracaimbara-iara*”⁶⁵⁵. Ao identificarem, não capturavam como na guerra e sim com mentiras, ao conseguirem tomar seus utensílios de guerra, o arrastavam até um terreno aberto onde o reduziam a “cinzas”⁶⁵⁶. Fato peculiar, era que o “*Maracaimbara-iara*” estava ciente de tudo, apesar disso, não evadia, mesmo orientado pelos seus a fugir para não perder a vida. Não fugia porque acreditava que não seria morto⁶⁵⁷. A respeito dessa “scena da barbaria”, o próprio Barbosa Rodrigues conheceu um tuxaua que foi morto dessa maneira. O botânico censurou essa prática que para ele tinham por significado “aberrações do espírito humano”, “crenças selvagens”. Contudo, fazendo eco à escola evolucionista-social ou evolucionista-cultural⁶⁵⁸, tais práticas não teriam sido algo particular dos Munduruku, posto que segundo o próprio naturalista, os homens civilizados já haviam procedido dessa maneira, quando em séculos anteriores “a velha Europa condenava á morte os seus feiticeiros”⁶⁵⁹.

Esse e outros relatos de Barbosa Rodrigues, encontrados em diversos momentos ao longo do seu texto, fazem referências à ideia de sobrevivência (como no caso das mulheres grávidas citadas na página 61) de modos de vida primitivos. Segundo Filipe Pinto Monteiro, essa ideia de persistência de costumes era a base da chamada “teoria das sobrevivências”⁶⁶⁰, formulada “sistematicamente” Edward Burnett Tylor. Entretanto, esse fato não permite que Barbosa Rodrigues possa ser considerado um evolucionista social/cultural, somente que o naturalista estava atento aos pensamentos que circulavam naquele período no mundo, inclusive no Brasil.

⁶⁵⁵ *Idem.*

⁶⁵⁶ *Idem.*

⁶⁵⁷ *Idem.*

⁶⁵⁸ Segundo Filipe Pinto Monteiro, a escola “evolucionista-social”, em meados do século XIX, ganhou notoriedade com os trabalhos de Tylor, James George Frazer (1854-1941) e Lewis Henry Morgan (1818-1881). Os três “defendiam, grosso modo, que por baixo da “fina camada” de civilização erigida pelas elites brancas, havia um vasto sedimento de selvageria e barbarismo capaz de interferir no desenvolvimento natural e racional da humanidade. Ao descer na escala social, era possível encontrar esses “espécimes”, camponeses e trabalhadores incultos europeus que mais se assemelhavam aos selvagens africanos e americanos”. Em outras palavras, o trio acreditava na ideia de que todas as raças passaram pelos mesmos estágios de evolução, embora todas pertencessem a um tronco hierárquico com o branco no topo. (MONTEIRO, Filipe Pinto. *Op. Cit.*, p. 161-162.).

⁶⁵⁹ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 151.

⁶⁶⁰ Tylor acreditava que através das “sobrevivências” ele conseguiria apreender os costumes gerais dos povos tidos como “selvagens”. Segundo Filipe Monteiro, essa “Antropologia comparada” de Tylor foi o ponto central para que ele pudesse perceber que certos costumes dos povos primitivos sobreviviam entre os civilizados, como por exemplo o sistema de contagem que tanto entre as raças selvagens, quanto entre as civilizadas mantém uma “estrutura geral de numeração persiste como um “permanente monumento” de cultura primitiva”. (MONTEIRO, Filipe Pinto. *Op. Cit.*, p. 191-193.).

De acordo com Barbosa Rodrigues, os Munduruku possuíam a fama de serem uma nação “guerreira”, característica explicada pela “tradição”⁶⁶¹. Tal índole seria em decorrência do referido episódio envolvendo os dois irmãos tuxauas, aqueles mesmos que pleiteavam o cetro do “maioral”⁶⁶². Nessa história, os Munduruku (grupo que seguiu o tuxaua vitorioso) decapitaram a cabeça de seus inimigos para agradar o seu líder⁶⁶³. E desse fato então surgiu o “costume” deles de guerrear com outros povos indígenas e decapitarem as cabeças de seus inimigos. Por causa dessa prática, os Munduruku foram apelidados de “*Paiquicê*” (*Paikze*) ou “corta cabeças” pelos outros indígenas⁶⁶⁴. Segundo o naturalista, em 1872, eles persistiam a praticar a “guerra tradicional” contra os demais povos (os que escaparam deles ao longo dos anos) tendo em vista dois objetivos: “perpetuar o odio de raça e o de trazer mulheres para si”⁶⁶⁵. As pejeas podiam ocorrer nos meses de fevereiro ou de março. Toda maloca tinha a obrigação de enviar uma determinada quantidade de armamentos e guerreiros. Muitas vezes, as batalhas ocorriam a mais de cem léguas de distância (algo em torno de 500 km). Na guerra, os Munduruku quando estavam em campo aberto usavam o “*irari*” (“arco”) e a “*ubê*” (flecha), quando combatiam no mano-a-mano empregavam o “*bá-y*” ou a “massa”, um tipo de porrete. Ainda nos combates utilizavam dois instrumentos de sopro, o “*pem-y*”⁶⁶⁶ (“corneta”) cujo “som vibrante” animava os guerreiros e o “*ufuá*”⁶⁶⁷ (ANEXO K) usado apenas pelo tuxaua para direcionar os seus “Mundurucús” em direção ao encontro do inimigo na pejea⁶⁶⁸.

Continuando a descrever os costumes na guerra, Barbosa Rodrigues informou que esses indígenas tratavam seus inimigos de maneira distinta. Com mulheres e crianças, eram “generosos” e com homens, eram “barbaros”. Aqueles que não morriam pela flecha, pereciam pela “massa” de guerreiros⁶⁶⁹. Ao término do combate, os espólios de guerra e as cabeças, símbolos da vitória, eram transportados e guardados pelos guerreiros no “quartel”⁶⁷⁰. Era obrigação das mulheres, tanto de socorrer os “*iuem-nates*” (machucados), quanto recolher os

⁶⁶¹ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 143.

⁶⁶² *Idem.*

⁶⁶³ *Ibidem.*, p. 143-144.

⁶⁶⁴ *Ibidem.* p. 144.

⁶⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶⁶ EVANGELISTA, Hélio de Araujo. **Aspectos históricos da Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2014, p. 55.

⁶⁶⁷ *Idem.*

⁶⁶⁸ Em 1881, Barbosa Rodrigues publicou “O canto e a dança selvícola” onde apresentou novas informações sobre esses instrumentos. As informações que ele já havia apresentado no seu relatório diferiam bastante nesse novo texto, o que nos leva a acreditar que provavelmente o botânico fez algumas revisões ou correções em seu texto de 1875. Cf. RODRIGUES, João Barbosa. O canto e a dança selvícola. **Revista Brasileira**, tomo IX, jul/set 1881.

⁶⁶⁹ *Ibidem.*, p. 144.

⁶⁷⁰ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**: Rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, p. 144.

“*achiráus*” (falecidos) para o “*exça*”⁶⁷¹. Esses últimos, por causa da grande distância, eram todos esfolados e assados. No quartel, depois de tirarem a carne queimada dos ossos, eram limpos e inseridos no “*achiráu-irupá*”, cesto no qual ficavam guardados até a realização da “*festa geral*”⁶⁷².

No arraial, as cabeças decapitadas tornavam-se os “*tropheus*” dos guerreiros. Algumas tinham os dentes extraídos, enquanto outras eram moqueadas. Depois, segundo o naturalista, acontecia um processo “*simples*” de dessecação: se removiam os olhos, se retirava a massa encefálica (cérebro) pelo orifício occipital e se colocava “*azeite de andiroba*” em seu lugar. Em suas palavras: “*mettem-as em azeite de andiroba e se colocava no “fumeiro”*. No buraco dos olhos era colocado “*breu*” e também dentes de cutia que davam um aspecto de vivificação ao “*rosto*” (ANEXO L). Tal processo era feito com tanta “*habilidade*” ao ponto da “*cabeça conserva-se perfeitamente, assim como os cabellos, que são antes penteados*”. Após concluído, a cabeça passava a se chamar “*pariuá-á*” ao ser colocada na vara de madeira era chamada de “*pariuá-á-renape*” (ANEXO M). Por fim, o explorador disse que os Munduruku eram “*garbosos*” e levavam esses

horriveis tropheus, para a maloca, e não se separam delles senão depois da grande festa da terminação da guerra. Como é considerado guerreiro valente, o índio que traz esta cabeça não trabalha enquanto não se faz a grande festa, e é respeitado e presenteado por todos. Para onde vai, a leva, e quando dorme, pelo *pariuá-á-renape* a espeta junto á rede. Por somma alguma se desfaz deste tropheu, antes de se celebrar a dita festa⁶⁷³.

Segundo Barbosa Rodrigues, no decorrer do ano, os índios realizavam algumas celebrações. As “*festas guerreiras*” começavam antes mesmo deles saírem para batalhar. Durante os quinze dias que antecediam a partida, cantavam e dançavam de frente dos “*exças*”. Um dia antes de saírem, retiram dali suas armas de guerra para novamente enfeitá-las. No dia da saída, as armas eram passadas “*de mão em mão, como que em procissão, com gritos de vingança, e choro e grito das mulheres*” que acompanhavam os guerreiros pois eram elas quem carregavam as armas e as “*maquiras*”⁶⁷⁴.

Outra festa de natureza parecida, a “*festa do pariuáte-ran*” ou a “*festa das recompensas*”, era realizada um dia depois de chegarem da batalha e após o cuidarem dos

⁶⁷¹ *Ibidem.*, p. 145.

⁶⁷² *Ibidem.*, p. 145-146.

⁶⁷³ *Ibidem.*, p. 145.

⁶⁷⁴ *Ibidem.*, p. 144.

feridos em combate, nela era confeccionado o “*pariuáte-ran*”⁶⁷⁵ ou “cinta inimiga” (ANEXO O), entregue aos combalidos e a três mulheres. Este último era feito com fio de algodão, em um dos seus lados eram colocadas franjas feitas com todos os dentes da mandíbula dos inimigos, que já haviam sido arrancados, polidos e perfurados (feito com a ajuda de um dente do peixe “*rá-chéua*, ou *rubá*”⁶⁷⁶) pelos guerreiros. Durante a sua confecção, todos os indígenas estavam sem vestes e sentados ao redor do tuxaua (chefe). Após a conclusão, se dirigiam ao “quartel” para colocarem “as vestes da festa” (ANEXO P), a fim de assistirem às entregas dos “prêmios da sua bravura”⁶⁷⁷, os quais também eram entregues à três mulheres, cada qual representante de uma família (branca, preta e vermelha) em nome dos que morreram em combate⁶⁷⁸.

Nessas celebrações, os indígenas ingeriam em grande quantidade bebidas – entre elas, o *caxiri* e a *manicuera*⁶⁷⁹. Ao som de seus enormes “*torés*” (instrumento de música), dançavam reunidos em fila, lado a lado, com as mãos dadas. Fato a destacar, foi que o naturalista observou a realização de uma das danças e se admirou da “certeza dos passos” da performance. Escreveu que “Geralmente dansam formando circulo, e em todos os passos batendo muito com os pés. Quando terminam uma parte, batem todos palmas e fazem uma vozeria infernal”⁶⁸⁰. A “festa geral” ou “enterro dos ossos” era o costume de homenagear os seus “guerreiros” mortos pelos inimigos nas guerras. Essa celebração era realizada trienalmente e durava trinta dias. Nela, os Munduruku vestiam as suas indumentárias de penas. Na ocasião, os “ossos” dos guerreiros que estavam “guardados” no “exça” eram retirados e transportados até o local da festa, ali eram depositados numa igaçaba e depois sepultados perpetuamente. Era durante essa festa, que os guerreiros ou destruíam os “*pariuá-á*”, ou os pendurava no “quartel”⁶⁸¹.

No próximo capítulo, analisaremos como esses estudos etnográficos realizados por Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas, a publicação e divulgação deles, além, obviamente, de suas relações político-sociais, o credenciaram para entrar em um rol seletivo de grandes nomes da “sciencia” nacional, tendo sido reconhecido, inclusive, no exterior.

⁶⁷⁵ Segundo Barbosa Rodrigues, o termo “*pariuáte-ran*”, era a junção de dois termos, “*pariuáte*, inimigo, *ran*, cinta”. (*Ibidem.*, p. 146.).

⁶⁷⁶ Não se conseguiu encontrar que espécie de peixe o botânico chamou de “*rá-chéua*, ou *rubá*” nas fontes por nós consultadas. A palavra “*rubá*” no Nheengatu pode significar “pai” ou “pau”. Cf. STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 473 e 504.

⁶⁷⁷ *Ibidem.*, p. 147.

⁶⁷⁸ *Idem.*

⁶⁷⁹ Segundo Stradelli, “*manicuera*” era um “caldo de mandioca-doce, apenas fervido, sem deixá-lo engrossar”. (STRADELLI, Ermano. *Op. Cit.*, p. 405.).

⁶⁸⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 150.

⁶⁸¹ *Idem.*

4 O RECONHECIMENTO DE BARBOSA RODRIGUES COMO HOMEM DE “SCIENCIA”

O objetivo deste capítulo é analisar como os estudos feitos no vale amazônico e as relações político-sociais de Barbosa Rodrigues o credenciaram como homem de “sciencias” tanto no Brasil quanto no exterior. Vale ressaltar que, como vimos no capítulo primeiro, esse credenciamento só foi possível pela sua rede de apoio, principalmente capitaneada pelo Barão de Capanema, que o botânico conseguiu estabelecer-se ao longo de sua trajetória no cenário científico brasileiro, que também estava ainda em formação. Entre seus apoiadores e amigos, estavam a Princesa Izabel e seu esposo, Enrico Giglioli, Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, José Lustosa Paranaguá, Augusto Ximeno de Villeroy, Baptista Caetano, entre tantos. Ao retornar da Amazônia, em 1875, o explorador divulgou seus trabalhos em eventos, assim como em revistas e livros. Em 1876, com uma memória sobre a etnografia do vale do Amazonas, tornou-se sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Neste capítulo, abordaremos sua parceria com o Barão de Capanema e Baptista Caetano para a criação da breve revista **Ensaio de Sciencia**; sua participação na “Exposição Anthropologica Brasileira”, em 1882, com parte de sua coleção arqueológica e etnográfica; sua indicação, em 1883, para a direção do Museu Botânico do Amazonas e edição da publicação dessa instituição, a **Vellosia**; seu papel na “pacificação dos Crichanás” (Waimiri-Atroari) e como esse processo se aproximou ou se distanciou da política indigenista da época; e, por fim, sua nomeação para diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

4.1 A divulgação das atividades da Comissão de Exploração do vale do Amazonas

Em 1875, Barbosa Rodrigues teve uma oportunidade preciosa para mostrar os resultados das suas investigações científicas no vale do Amazonas. Nesse ano, o governo imperial brasileiro organizou um evento que objetivava preparar a quarta participação brasileira na “Exposição Universal” agendada para acontecer no ano seguinte na Filadélfia, Estado da Pensilvânia, Estados Unidos. É importante salientar que a partir de 1851, ano em que se realizou o primeiro evento desse porte – a “Exposição Universal de Londres” –, as nações imperialistas passaram a dar importância à organização de tais eventos⁶⁸². Para Paulo

⁶⁸² No século XIX, foram realizadas 10 grandes “Exposições Universais”: nas cidades de Chicago (1893), Filadélfia (1876), Londres (1851, 1862), Paris (1855, 1867, 1878, 1889 e 1900), Londres e Viena (1873). Vale frisar que outras exposições de menor porte foram organizadas também. No século XX e XXI, essas exposições

César dos Santos, estas eram “grandes laboratórios exibicionistas” em que além de mostrar “o progresso industrial e a superioridade” das nações industrializadas, era reservado “um lugar para todas as nações do globo onde o ato de conhecer também era um fator político”. Ainda segundo o autor, foi uma das maneiras encontradas por essas poderosas nações de conquistar “mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas”, num processo de hegemonização dos países ricos (industrializados) sobre os pobres (fornecedores de matérias-primas)⁶⁸³. Nas “Exposições Universais”, cada nação participante tentava mostrar no “pavilhão” produtos que representavam as suas riquezas. Sendo assim,

as exposições validaram e estabilizaram um discurso de progresso da humanidade onde o progresso material seria a base para o progresso econômico. Este discurso se difundiu e contaminou muitas nações em busca de reconhecimento entre os ditos “civilizados”. Trem, portos, telégrafos etc., apareciam como sendo vetores de mudanças econômicas e o crescimento desta seria fundamental para a industrialização. Sendo a economia o vetor de desenvolvimento material e industrial, fazia-se necessário buscar comércio para as riquezas nacionais⁶⁸⁴.

Amparado nesse pensamento de inventariar e revelar suas “riquezas nacionais”, o governo imperial brasileiro decidiu investir nas “Exposições Universais”⁶⁸⁵. Segundo Paulo César dos Santos, em 1862, na cidade de Londres, Inglaterra, o Brasil apresentou-se como um país “rico” e de “vasto território”. A presença brasileira foi registrada no decorrer do século XIX, nos eventos de Paris, França (1867, 1889 e 1900); em Viena, na Áustria (1873); e, como mencionado, na Filadélfia em 1876.

Em 1875, ano da edição nacional do evento, o periódico **Diário do Rio de Janeiro** trazia em suas páginas que a finalidade das exposições internacionais que a inspiraram era “inventariar as forças productivas naturaes e artificiaes” das nações participantes⁶⁸⁶. Inspirado por essa agenda modernizadora, o governo imperial inaugurou a “IV Exposição Nacional”, em 2 de dezembro de 1875, no prédio da Secretaria da Agricultura⁶⁸⁷. O objetivo não poderia ser outro que revelar os “impulsos do progresso e tendendo a desentorpecer-se de praticas anachronicas no caminho da civilisação”. Esperava-se que as riquezas brasileiras “nas quaes

continuaram a ocorrer, a última registrada na Itália (2015). (SANTOS, Paulo César dos. Um olhar sobre as Exposições Universais. In: Simpósio Nacional de História-Anpuh – Conhecimento histórico e diálogo social, 17, Natal, 2013. **Anais** [...], Natal, 2013. p. 7-9.)

⁶⁸³ *Ibidem.*, p. 1-4.

⁶⁸⁴ *Ibidem.*, p. 10.

⁶⁸⁵ Até hoje foi o único país latino-americano a sediar um evento desse porte, em 1922, com a “Exposição Universal do Rio de Janeiro”, ano em que se comemorou o primeiro centenário da Independência brasileira. (*Ibidem.* p. 11.)

⁶⁸⁶ **DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO**, Rio de Janeiro, 2 dez 1875, anno 58, n. 331, secção agrícola, p. 1.

⁶⁸⁷ **O APOSTOLO**, Rio de Janeiro, 3 dez 1875, anno X, n. 178, p. 2.

avultam materias primas de inesgotavel fornecimento” fossem patenteadas pelo seu “extraordinario valor para o trabalho fabril de muitos povos”⁶⁸⁸. Durante o período de sua realização, dezenas de expositores (comerciantes, industriais, farmacêuticos entre outros) das 16 províncias existentes à época expuseram aproximadamente 2.800 produtos⁶⁸⁹.

Nos indagamos qual teria sido o impacto dos trabalhos de Barbosa Rodrigues na “IV Exposição Nacional”? Significativo, como poderemos atestar, pois o evento foi organizado pelo Ministério da Agricultura, pasta à qual o naturalista estava subordinado. O Ministro da Agricultura, Tomás José Coelho de Almeida (1838-1895) autorizou o engenheiro Manoel Buarque de Macedo (1837-1881), diretor da Seção de Obras Públicas, a realizar uma ala em separado, a “Exposição Científica”, em uma das salas anexas do “Pálacio” onde ocorria a Exposição Nacional⁶⁹⁰. Lá seriam expostos os “projetos completos e desenhos esparsos das obras mais importantes que se achama em execução ou em estudo”⁶⁹¹ dos engenheiros, dos naturalistas e dos geólogos brasileiros e estrangeiros que estivessem a serviço da pasta para que o visitante ponderasse o mérito dos nacionais “em confronto com o dos estrangeiros, e medir o alcance dos beneficios resultantes da severa applicação dos dinheiros do Estado”⁶⁹².

Na “Exposição Científica” estiveram expostos os “trabalhos de engenharia, [do] Caminho de ferro do Paraná a Matto Grosso, [da] Comissão Geologica, [da] “Exploração botanica no valle do Amazonas [e ainda] as Collecções do Museu Nacional”⁶⁹³. Lembremos que os objetos expostos da “Exploração botanica no valle do Amazonas” diziam respeito diretamente aos resultados dos trabalhos científicos de Barbosa Rodrigues. A respeito destes, o redator da “Secção Industrial” do **Diario do Rio de Janeiro** informou que estavam expostas a sua **Iconographia das orchideas**, obra que compreendia quatrocentas espécies inseridas em sessenta e cinco gêneros (aos visitantes, o botânico comunicava que procurava meios para publicar outra obra que abarcaria cem novas espécies); o “*Sertum palmarum*” (palmeiras que escaparam às observações do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius); e a **Iconographia das palmeiras do Brasil**, obra incompleta que trazia espécies classificadas por von Martius, os naturalistas britânicos Richard Spruce (1817-1893) e Alfred Russel Wallace

⁶⁸⁸ **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, *Op. Cit.*, 1875, p. 1.

⁶⁸⁹ **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, Rio de Janeiro, Domingo, 5 dez. 1875, anno 58, n. 334, secção industrial, p. 2.

⁶⁹⁰ Em 1876, o resultado da “Exposição Científica” foi publicada em “A Exposição de Obras Publicas em 1875”, elaborada pelo engenheiro José Ewbank da Camara (1843-1890) impressa pela Tipografia Nacional. Cf. GALVÃO, Ignacio da Cunha; CAVALCANTI, C. P. de M. Hollanda. **Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro e das Obras Publicas do Brazil**. Rio de Janeiro, t. IX, n. 9, 2º trim. 1877, p. 20.

⁶⁹¹ **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1875, anno II, n. 354, p. 1.

⁶⁹² **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, Rio de Janeiro, 3 fev 1876, anno 59, n. 32, secção industrial, p. 1.

⁶⁹³ *Idem*.

(1823-1913), entre outros. A obra possuía 128 ilustrações “copiadas pelo natural com todas as descrições exigidas pela sciencia, sem esquecer a historia, a cultura, as propriedades e a natureza dos terrenos proprios aos vegetaes descriptos”⁶⁹⁴; e, naturalmente, os “Relatórios” da exploração do vale do Amazonas, em que o leitor encontrava assuntos diversos relacionados à Geologia, à Etnografia, à História e à Geografia que, para o redator, revelavam “estudo próprio”, ainda que “o estylo careça muita vez de correcção”⁶⁹⁵.

Para o redator, na sala de exposições, entre todas as amostras dos progressos dos engenheiros brasileiros que atravessavam “sertões” e melhoravam a navegação fluvial, estavam “lindas” ilustrações que representavam boa parte da “flora” brasileira, realizadas pelo “estudo e o pincel do explorador botanico [que] empenhou-se muito em corresponder á confiança do governo imperial”⁶⁹⁶. Concluiu que “oxalá que ao menos alguns imitassem o exemplo [desse] moço, apaixonado pela sciencia, sem a recomendação de pergaminhos, mas já victima de invejas”⁶⁹⁷. Notamos que o responsável pela reportagem acreditava na competência de Barbosa Rodrigues, afirmando, inclusive que as críticas não impediriam que fosse bem-sucedido em sua trajetória científica, muito embora criticasse o estilo do cientista, como também já vimos anteriormente⁶⁹⁸. Para ele, o diferencial do botânico era ser “artista”, o que de certa maneira facilitava seus “estudos scientificos”, pois “emquanto no microscopio examina os vegetaes, vae gravando com o lapis as suas impressões; descrevendo as fórmulas com a penna, exprime com o pincel o que se impossibilita á palavra”⁶⁹⁹.

Essas últimas impressões do colunista exprimiam a mentalidade em voga a respeito do trabalho dos naturalistas, baseada nos ensinamentos do naturalista prussiano Friedrich Wilhelm Alexander von Humboldt (1769-1859). Para Antônio Carlos Vitte, o naturalista von Humboldt

acreditava que a pintura de paisagem é linguagem que também permite a pesquisa científica e, ao mesmo tempo, a educação do ser humano. A natureza-paisagem foi considerada [...] o Todo. Mediada pela estética, a paisagem passou a ser compreendida como uma unidade viva e organizada, formada a partir das conexões entre os elementos da natureza; nela, a

⁶⁹⁴ *Idem.*

⁶⁹⁵ *Idem.*

⁶⁹⁶ *Idem.*

⁶⁹⁷ *Idem.*

⁶⁹⁸ *Idem.*

⁶⁹⁹ *Idem.*

observação empírica e a contemplação teórica deveriam converter o espetáculo estético em conhecimento científico”⁷⁰⁰.

É a respeito dessa “pintura” realizada *in loco* que o redator se referia ao salientar a sensibilidade artística de Barbosa Rodrigues. Para ele, o naturalista conseguiu realizar não apenas as ilustrações de palmeiras e orquídeas como também os trabalhos científicos. Ao final da “IV Exposição Nacional”, os expositores foram submetidos a um júri geral de qualificação, incluídos os que expuseram na “*Exposição Científica*”. Esse júri atribuía uma nota, averbada pela Comissão Superior⁷⁰¹. A nota atribuída pelo júri aos expositores garantia uma simbólica premiação, a medalha de “Progresso” (primeiro lugar), medalha de “Mérito” (segundo lugar) e um “Diploma”. A Barbosa Rodrigues foi atribuída a nota correspondente à medalha de Mérito⁷⁰², recebida em março de 1876. Essa premiação foi considerada injusta tanto pelo premiado, como por seus apoiadores, entre eles, Guilherme de Capanema, ao ponto de o barão publicar uma nota de repúdio⁷⁰³ à premiação. Para ele, a medalha não era justa, pois os trabalhos do naturalista eram “belos” e realizados na região amazônica a respeito de novas espécies de palmeiras e orchideas⁷⁰⁴. A premiação, assim, ajudava apenas os seus “destractores”, entre eles Ladislau Netto⁷⁰⁵.

Em sua nota, o barão discorreu a respeito dos trabalhos de Barbosa Rodrigues, para não ser acusado de agir de maneira compadresca. Baseou seus argumentos no parecer de “um individuo com merecimento scientifico”, nesse caso o botânico inglês Joseph Dalton Hooker (1817-1911), diretor do *Royal Botanical Gardens Kew*, que possuía “um caráter austero, de poucos cumprimentos” e que anos antes tinha recusado “distincções honorificas brasileiras offerecidas em condições muito especiaes”⁷⁰⁶. Segundo o barão, o brasileiro foi o primeiro a fazer escavações arqueológicas na Serra do Erê, todos os fósseis encontrados naquele local foram remetidos aos cuidados do Ministério da Agricultura, assim como as diversas espécies de plantas que simplesmente foram ignoradas e nunca mencionadas. Chegou até a publicar

⁷⁰⁰ VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, jul/set. 2010, p. 608.

⁷⁰¹ Formada por Louis Philippe Marie Ferdinand Gaston, Conde d’Eu (1842-1922), José Ildfonso de Sousa Ramos, II Visconde de Jaguari (1812-1883), Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde de Bom Retiro (1818-1886) e Joaquim Antonio d’Azevedo (1819-1878).

⁷⁰² Na ocasião, o barão recebeu o Diploma de Honra, seu “*protégé*” a medalha de Mérito (segundo lugar), o geólogo canadense Hartt (1840-1878), responsável pela Comissão Geológica do Império (1875-1878), juntamente com Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a medalha de Progresso (primeiro lugar). (**GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, 4 fev. 1876, anno II, n. 35, p. 1.)

⁷⁰³ **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1876, anno III, n. 85, chronica diaria, p. 3.

⁷⁰⁴ **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1877, anno III, n. 163, publicações a pedido, p. 2.

⁷⁰⁵ SÁ, Magali Romero. *Op. Cit.*, 2001, p. 904.

⁷⁰⁶ **O GLOBO**, *Op. Cit.*, 1876, p. 3.

seus “Relatórios”, em 1875, os quais revelavam que seu “*protegé*” era “um observador muito aproveitável”, mas ele e seus trabalhos continuavam a ser ignorados⁷⁰⁷.

Sendo assim, para evidenciar ainda mais a injustiça feita ao naturalista pelo júri, Guilherme de Capanema comparou as duas Exposições, a de Barbosa e a de Charles Frederick Hartt. Para o barão, pois, na primeira todos os objetos expostos eram “de lavra própria” e todas as espécies estavam identificadas, classificadas e analisadas botanicamente, estes fatos denotavam a “habilitação científica” de Barbosa Rodrigues⁷⁰⁸. Por outro lado, na segunda, estavam expostas uma enorme coletânea fotográfica feita de maneira “machinal”, a qual dependia apenas de material adequado e não muita habilidade para manusear a câmera, e também muitas “conchas fosseis *sem classificação*”, algumas delas determinadas em folhetos em inglês, o que dificultava a compreensão, pois poucas pessoas compreendiam a língua inglesa, trabalho realizado por membros da equipe que acompanhou o geólogo em sua Comissão⁷⁰⁹. Desse modo, para o barão na Exposição de seu *protegé* o visitante podia “aprender” e na de Hartt somente “ver”⁷¹⁰. Por conseguinte, Guilherme de Capanema, de forma irônica, comentou que em outras nações a escolha de um participante para expor seu trabalho em um evento científico não seria a quantidade e sim a qualidade de seu trabalho. A premiação, para o barão, provava que havia um erro de “regra”⁷¹¹. Sendo assim, no Brasil se reconhecia o trabalho do estrangeiro como sendo superior aos realizados pelos seus “filhos”⁷¹².

É importante relativizar esse discurso de Guilherme de Capanema, pois depende de duas questões a se observar. Primeiro, até que ponto ele estava a lutar pelo “progresso da ciência brasileira”, para qual pedia “esmola” para algum “progresso”? Segundo, se não estaria usando a celeuma como subterfúgio tanto para defender os trabalhos de seu *protegé* – os quais segundo o barão eram “propriedade” da nação e não dele (Barbosa Rodrigues) – quanto para colocá-lo como um dos primeiros grandes cientistas brasileiros a promover a ciência no Brasil, já que, até aquele presente momento, segundo ele, a nação não se gabava de nenhum que tivesse realizado tal feito⁷¹³.

⁷⁰⁷ *Idem.*

⁷⁰⁸ *Idem.*

⁷⁰⁹ *Idem.*

⁷¹⁰ *Idem.*

⁷¹¹ *Idem.*

⁷¹² *Idem.*

⁷¹³ *Idem.*

4.2 Sócio correspondente do IHGB e editor da “Ensaio de Sciencia”

Como vimos no capítulo 1 (Seção 2), durante sua permanência no vale amazônico, Barbosa Rodrigues enviou ao Ministério da Agricultura os “Relatórios” e diversos itens coletados (etnográficos, arqueológicos, botânicos etc.). Nesse ínterim, desejoso de ter uma maior visibilidade na sociedade científica e provar a seus “detratores” sua propriedade científica em proceder com estudos concernentes a diversas áreas da História Natural, o explorador publicou no **Diário do Commercio**, do Rio de Janeiro pequenos textos que continham os resultados das suas atividades científicas.

Ação que de certa forma foi acertada, visto que tais textos acabaram replicados por outros periódicos nas demais províncias imperiais⁷¹⁴. Um desses foi o **Baixo-Amazonas**, jornal de edição semanal de Santarém-Pará. Em outubro de 1872, explicava aos seus leitores a respeito da decisão de transcrever “importantíssimos [textos] sobre o Valle do Amazonas” que retratavam o rio Tapajós e região. Para o editor, tais notícias dariam “maior publicidade possível [ao] Amazonas e sobre tudo aos Tapajoz onde [habitavam], bem conhecido” na Corte. Nessa pequena nota, o editor se queixou das palavras do naturalista inglês Henry Walter Bates (1825-1892). Segundo ele, Barbosa Rodrigues teria dispensado aos santarenses “bondade”, por isso seus escritos “profligaram a idéa pouco lisongeira que de *nostros costumes* fez [...] Bates.” O editor “em nome dos Amazonienses” agradecia por essa atitude do brasileiro⁷¹⁵.

A intenção de Barbosa Rodrigues com essa publicidade também era justificar sua inserção no meio científico e intelectual brasileiro, cujos maiores nomes nas áreas em que pesquisava eram sócios do IHGB. Para isso, tornava-se matéria de primeira ordem que seus estudos sobre o vale amazônico fossem conhecidos e aceitos nesse instituto. As publicações no **Diário do Commercio** logo chamaram a atenção na Corte. O juiz de direito Felizardo Pinheiro de Campos (1813-1889), sócio e membro da comissão de pesquisa e manuscrito do IHGB, ao tomar ciência do periódico (não referenciado por ele, mas que pelas fontes identificamos como sendo o **Diário do Commercio**) que discorria sobre as explorações, passou a considerá-las como fontes de informação sobre a região e seu povo, levando-o a recortá-las e guardá-las com o intuito de oferecê-las à Biblioteca do Instituto. Conforme a

⁷¹⁴ **BAIXO-AMAZONAS**, Santarém, 12 out. 1872, anno I, n. 14, notícias diversas, p. 3; **PUBLICADOR MARANHENSE**, São Luis, 21 ago. 1874, anno XXXIII, n. 188, secção agrícola, p. 2; **CORREIO PAULISTANO**, São Paulo, 19 dez. 1874, anno XXI, n. 5474, p. 1-2; **O ESPIRITO-SANTENSE**, Victoria, 30 mar. 1875, anno V, noticiário, p. 2.

⁷¹⁵ **BAIXO-AMAZONAS**, *Op. Cit.*, p. 3.

“Ata das sessões”, ainda em 1872, durante as quatro primeiras sessões no IHGB, o sócio Pinheiro de Campos leu a “memoria – Explorações e estudo do Valle do Amazonas, pelo botânico João Barbosa Rodrigues, sobre orchidéas do Brasil”⁷¹⁶. No decorrer de junho daquele ano, o juiz continuou a oferecer as memórias de Barbosa Rodrigues e fez a seguinte proposta:

Visto que a *Memoria* do botanico [Barbosa Rodrigues] contém esclarecimentos ethnographicos sobre o Alto-Amazonas e informações locais de subido valor, proponho que a digna commissão de redacção da *Revista*, no caso de não ter materia urgente de mais subido valor, procure fazer inserir na nossa *Revista* aquelle trabalho, com brevidade, afim de poder ser lido integralmente e conhecido no mundo litterario⁷¹⁷.

Pinheiro de Campos remeteu um requerimento à comissão de redação da **Revista Trimensal** para que fosse impressa “a parte ethnographica do valle do Amazonas” por considerar que nela havia explicações e notícias de alto valor das localidades da região amazônica. Em seu parecer, a comissão reconhecia o valor das memórias e seu presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro (1828-1906) foi a favor da publicação. Porém, como os trâmites burocráticos eram longos⁷¹⁸, viu-se sócios do porte de Alfredo d’Escragolle Taunay, o Visconde de Taunay (1843-1899), contrários ao parecer e outros como Joaquim Manuel de Macedo (1822-1882) e o próprio Pinheiro de Campos a favor dele⁷¹⁹. Aprovado, ao fim e ao cabo, suas memórias não foram publicadas devido ao grande número de propostas protocoladas à frente delas.

Em 1875, por causa da boa repercussão de seus estudos sobre o vale do Amazonas, o naturalista foi indicado para ser sócio correspondente do IHGB por três de seus futuros pares, o advogado José Tito Nabuco de Araújo (1832-1879), o médico Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894) e o general José Viera Couto de Magalhães (1837-1898) – este último havia sido presidente da província do Pará, entre 1864-1866. Além de ser indicada, a pessoa deveria possuir uma “memória” que pudesse servir de título de admissão, no caso de Barbosa Rodrigues foram as suas “Memorias sobre as orchidéas e as suas investigações do Valle do Amazonas” que serviram para o propósito⁷²⁰. Paralelamente, o naturalista fez as seguintes

⁷¹⁶ FIGUEIREDO, Carlos Honorio de. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Tomo XXXV, parte segunda, 1872, p. 528.

⁷¹⁷ *Ibidem.*, p. 544.

⁷¹⁸ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Tomo XXXVI, parte segunda, 1873, p. 560-561.

⁷¹⁹ *Ibidem.*, p. 577.

⁷²⁰ *Idem.*

doações ao Instituto: uma fotografia de uma figura talhada em pedra achada no Amazonas; os relatórios sobre os rios Urubú e Jatapú, Jamundá, Capim e Trombetas (que pretendemos analisar em detalhes em um futuro doutorado) e as obras “*Enumeratio palmarum novarum*” e “Compromisso da irmandade do glorioso S. Benedicto dos pretos e mais devotos da freguezia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castello”, tendo sido este último classificado como um manuscrito antigo, raro e original⁷²¹.

No decorrer de 1875, as “Memórias” de Barbosa Rodrigues passaram por diversas comissões até que, no dia 23 de junho 1876, Alfredo Taunay e o militar Pedro Torquato Xavier de Brito (1822-1880), membros da comissão subsidiária de trabalhos geográficos, após cuidadosa análise, entregaram um parecer favorável ao naturalista. Segundo eles, pelo “grande numero de interessantes informações chorographicas e ethnographicas que encerram aquelles trabalhos [...] está em condições de prestar importantes serviços á historia e geographia do Brasil”⁷²². No mesmo dia, outros dois membros da comissão, o advogado Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) e Guilherme de Capanema, também se manifestaram informando que muito interessava os estudos, principalmente “á parte geographica”⁷²³. Em 15 de setembro de 1875, a comissão de admissão de sócios⁷²⁴ emitiu o parecer considerava os “opusculos sobre o valle do Amazonas, e outros trabalhos ethnographicos e corographicos” suficientes para que Barbosa Rodrigues fosse aceito como sócio correspondente⁷²⁵ na “douta associação”⁷²⁶.

Ao longo dos anos, Barbosa Rodrigues continuou a fazer doações, como por exemplo a **Revista Ensaios de sciencia por diversos amadores** (da qual era um dos idealizadores) e o cajado de Angelim (líder do movimento cabano na província do Pará), entre outros. Também chegou a participar de algumas sessões como secretário e fez parte de algumas comissões do IHGB: Comissão de Pesquisa de Manuscritos (1878-1879) e Comissão de Arqueologia e Etnografia (1880-1882). Em 6 de setembro, o naturalista leu um dos capítulos dos “Estudos ethnographicos baseados na observação propria e no estudo particular que fez sobre os nossos

⁷²¹ FIGUEIREDO, Carlos Honório de. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro, XXXVIII, parte segunda, 1875, p. 362-363.

⁷²² AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *Op. Cit.*, 1876, p. 373.

⁷²³ *Ibidem.*, p. 374.

⁷²⁴ Formada por Manoel de Azevedo, o jurista Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1824-1881), e o médico João Ribeiro de Almeida (1829-?).

⁷²⁵ Barbosa Rodrigues permaneceu como “sócio correspondente” do IHGB até 1882. Neste ano, o presidente do Instituto o advogado Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro (1818-1886) declarou o naturalista como “sócio efetivo”. Cf. AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro, v. 43, parte segunda, 1882, p. 458.

⁷²⁶ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro, XXXIX, parte segunda, 1876, p. 427.

índios”, cujo título era “Lendas e crenças”, no qual discorreu sobre crenças e lendas que eram apresentadas como indígenas, mas que para ele não o eram

mais do que lendas européas e africanas aclimadas, e por isso comparou algumas, apresentando duas, onde a natureza do Amazonas é pintada com fidelidade: outro capítulo tem por título Canto e dança; n’este o autor passa em revista todos os instrumentos indígenas, dividindo-os em dois grandes grupos, os de sopro e percussão, subdividindo ainda o primeiro grupo em instrumentos de guerra e de festa, sendo os do segundo grupo todos de festa. Descreve diversos costumes indígenas, suas festas guerreiras e de puro leite, faz justiça á indole do indio, cujo caracter é o mais nobre que conhece, e dá etymologias ás palavras indígenas, baseado no estudo que tem feito da língua tupi⁷²⁷.

Em duas outras oportunidades, também aprofundou seus laços com o instituto ao publicar dois de seus trabalhos a respeito de estudos da língua indígena – inspirados pelos apelos de Varnhagen – na disputada **Revista Trimestral**, do IHGB. O primeiro, “Notas a Luccok sobre a flora e fauna do Brazil por J. Barbosa Rodrigues”, em 1881, e o segundo, em 1888, sob o título “A lingua geral do Amazonas e o Guarani. Anotações ao alfabeto indígena”⁷²⁸. Em março de 1876, antes mesmo de ser aceito como sócio correspondente do IHGB, o naturalista e seus dois amigos Guilherme de Capanema e o historiador Baptista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882) – estes últimos já sócios do Instituto – idealizaram e publicaram **Ensaio de Sciencias por diversos amadores**, uma revista que segundo seus criadores teria “o intuito de tornar conhecidos alguns estudos, feitos em horas vagas dos labores obrigatórios”⁷²⁹. No primeiro fascículo, informava-se que a revista era dedicada ao Imperador Pedro II. Tal tributo não era feito

ao primeiro cidadão collocado no fastigio da hierarchia social, mas ao cultor das sciencias e das letras, protector de toda e qualquer ideia útil ao engrandecimento da patria, e propugnador do progresso, quer material, quer moral e intellectual do vasto Imperio sul-americano⁷³⁰.

Ainda neste texto, o trio explicava aos possíveis leitores da revista que iam encontrar em suas páginas simples “ensaios” que eram “estudos de observação, descriminação de factos confundidos, ou mal interpretados, e investigação de novos” que tinham sido elaborados nas

⁷²⁷ FIGUEIREDO, Carlos Honório de. *Op. Cit.*, p. 466.

⁷²⁸ XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COSTA, Álvaro Augusto Queiroz. *Op. Cit.*, p. 53.

⁷²⁹ CAPANEMA, Guilherme Schüch de; RODRIGUES, João Barbosa; NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. **Revista Ensaio de Sciencia por diversos amadores**, Rio de Janeiro, Brown & Evaristo Editores, f. 1, mar. 1876, p. 2.

⁷³⁰ *Ibidem.*, p. 3.

horas livres e que alguns, dessa forma, talvez nem chegassem a ser aproveitados. Contudo, desejavam que seus ensaios fossem julgados por um “lato circulo de leitores”, embora de acordo com eles, isso era pouco provável de ocorrer, pois, no Brasil, eram poucos aqueles que se ocupavam com assuntos de investigação científica.

Esse fato lhes causava um desconforto, dado que teriam de escrever em outro idioma para que seus estudos fossem julgados por leitores estrangeiros⁷³¹. Nesse ponto, para esses cientistas, estabelecer a ciência no Brasil era engradecer a pátria. Logo, concordavam com Agassiz para quem o trabalho intelectual ou científico de uma pessoa pertencia a pátria e não a ela⁷³². Sendo assim, eles preferiam sacrificar uma provável notoriedade de seus “ensaios” no exterior, para que a ciência fosse aqui nacionalizada e desse modo localizada no “torrão natal”. Aceitavam até serem chamados de vaidosos por esse fato, mas acreditavam que estavam por abrir um caminho para que outros trilhassem e estabelecessem uma ciência brasileira. O trio denunciava os chamados “piratas científicos”, identificados em viajantes estrangeiros mal-intencionados que se apropriavam dos pequenos achados de estudiosos brasileiros. Ao retornarem a seus países de origem, esses “piratas” publicavam materiais como se fosse deles (em 1879, Barbosa Rodrigues proferiu um “Protesto” no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde acusou o médico escocês James William Helenus Trail (1851-1919) de plagiar algumas de suas novas espécies de palmeiras⁷³³). Para os idealizadores da Revista, isso ocorria porque a língua portuguesa em relação a outras, como a francesa e a inglesa, era desprestigiada e pouco difundida entre as nações⁷³⁴.

Ainda segundo estes, o Brasil padecia de outro problema – poucos possuíam os “conhecimentos fundamentaes necessarios para se entregarem ao estudo da sciencia”, a tratando apenas como questões de lazer⁷³⁵. Eles desejavam que muitos brasileiros adquirissem a vontade de se envolver com estudos científicos, porém não se furtavam à opinião de que somente estaria “apto á saborear o prazer da sciencia quem á ella se [entregasse] por gosto” e não apenas por conveniência, pois esta dispendia tempo, compromisso e responsabilidade para realizar seus estudos⁷³⁶. Por fim, evidenciavam que aqueles que amavam a literatura ligeira desconheciam

⁷³¹ *Idem.*

⁷³² *Idem.*

⁷³³ Para mais informações Cf. SÁ, Magali Romero. **James William Helenus Trail: a British naturalist in nineteenth-century Amazonia**. 243 f. Tese (Doutorado), University of Durham, Department of Philosophy, Durham - United Kingdom, 1996.

⁷³⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüch de; RODRIGUES, João Barbosa; NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. *Op. Cit.*, p. 3.

⁷³⁵ *Idem.*

⁷³⁶ *Idem.*

o prazer de conversar com os matutos e de colher do povo dos nossos sertões notícias miudas sobre usos e propriedades de plantas, indagando a significação de palavras de uma lingua prestes á esvaecer-se com os ultimos descendentes dos que a fallavam, e que nós viemos supplantar e aprendendo tantas cousas interessantes com os roceiros, esses bons observadores⁷³⁷.

A **Ensaio**s teve uma curta duração de apenas 4 anos, período em que foram publicados 3 fascículos, março e julho de 1876, e agosto de 1880⁷³⁸. É elucidativo o fato de que apenas os idealizadores da Revista, nela publicaram (**ANEXO P**). Levando em conta que o primeiro fascículo informava que a **Ensaio**s aceitaria submissões de colaboradores e a distância temporal entre o segundo e o terceiro fascículos, podemos aventar que a revista, embora tenha sido uma feliz iniciativa do que hoje chamaríamos de divulgação e popularização do conhecimento, teve pouca ou nenhuma receptividade por parte dos círculos intelectuais da época. No caso específico de Barbosa Rodrigues, seus textos ao final traziam estampas com suas respectivas explicações dos artefatos encontrados e coletados. Todos esses ensaios foram elaborados graças às observações etnográficas que realizou, com a ajuda das inscrições rupestres (**ANEXO Q**) que observou, assim como os artefatos arqueológicos (**ANEXOS R**) encontrados (escavações) ou adquiridos (doados ou comprados) na exploração dos rios do vale amazônico. A **Ensaio**s de **Sciencia**..., portanto, pode ser inserida em meio a uma série de publicações (algumas ligadas à órgãos e instituições oficiais, outras não) que desmentem o argumento de que houve um período pré-científico na história da ciência no Brasil que marcou boa parte do século XIX. Flávio Coelho Edler e Antônio Caldas Coni⁷³⁹, em seus estudos sobre a escola tropicalista baiana, destacam evidências concretas de que o ambiente médico e científico, em geral, estava aberto a novas metodologias e antenado à inovação produzida, no caso aqui em análise, por homens como Guilherme de Capanema e João Barbosa Rodrigues.

4.3 As explorações científicas nas Minas Gerais e sua repercussão

Em 1876, um ano após retornar do Amazonas e apresentar seus resultados ao governo imperial, Barbosa Rodrigues teve não apenas seu financiamento cancelado, como também foi

⁷³⁷ *Idem.*

⁷³⁸ *Idem.*

⁷³⁹ CONI, Antônio Caldas. **A Escola Tropicalista Baiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1952; EDLER, Flávio Coelho. **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, mai.-ago. 2002.

desligado de sua função de professor de desenho do Colégio Pedro II⁷⁴⁰. Recorreu novamente a Guilherme de Capanema e este lhe ofereceu um emprego de administrador em sua fábrica de sulfureto de carbono, substância utilizada para fabricar formicida. Passou então a administrar⁷⁴¹ a “Formicida Capanema”, instalação localizada em Rodeio, atual Paulo de Frontin, Rio de Janeiro, especializada em produzir veneno para matar a formiga saúva. Todavia, o pesquisador não perdeu o gosto pela “Ciência”, pois realizou no seu tempo livre explorações científicas nas províncias do Rio e de Minas⁷⁴².

Ainda no início desse ano, Barbosa Rodrigues conseguiu do governo imperial (com o provável apoio do Barão de Capanema) uma verba mensal de 400\$ (quatrocentos réis) para realizar uma Comissão Científica em Minas Gerais. No entanto, em março, a quantia liberada foi reduzida à metade, o que deixou o Barão aborrecido. Este publicou uma nota na qual denunciava a falta de respeito e do apoio para com seu *protégé*. Segundo ele, o naturalista encontrava-se pronto para viajar, porém seu ordenado estava “reduzido á meio, e não se lhe dá um real [dinheiro] para transportes!”⁷⁴³

O que também desagradou seu mecenas foi o fato de dois estrangeiros receberam mais apoio do governo imperial do que Barbosa Rodrigues. Ao geólogo Hartt, além de receber “melhores vencimentos”, o governo disponibilizou “todos os meios de transporte, barracas, selins, e asseguram-me que até pratos e talheres”. Já para o explorador austríaco Charles Wiener (1851-1913) que “veio de passagem, quiz dar um passeio, nada lhe faltou, inclusive gratificação superior aos vencimentos de [Barbosa Rodrigues], a titulo de comissão para ir ver cisqueiros de marisco [sambaquis no Sul do Brasil]”⁷⁴⁴.

Após a denúncia, o naturalista conseguiu receber os recursos restantes, por isso, pôde partir com sua família em abril para a província das Gerais, onde iniciou suas atividades pelo sertão do Rio Claro e ainda visitou a região das serras da Tromba, das Furnas, do Aguapé, de Caldas, de Mãe d’Água, todos localizados na região Sul da província⁷⁴⁵. Nesses locais

⁷⁴⁰ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. cit.*, p. 89.

⁷⁴¹ Barbosa Rodrigues administrou a “Formicida Capanema” entre os anos de 1876 a 1883. Nesse ano, o botânico aceitou o convite do governo imperial para criar o Museu Botânico do Amazonas e ser o diretor da Instituição. (*Ibidem.*)

⁷⁴² SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 90.

⁷⁴³ **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1876, anno III, n. 85, chronica diaria, p. 3.

⁷⁴⁴ *Idem.*

⁷⁴⁵ Durante sua viagem científica, em agosto Barbosa Rodrigues visitou a cidade de Alfenas, a “rizonha princeza do sul de Minas”. Na ocasião assistiu o lançamento da pedra fundamental da nova Matriz, cuja planta fora desenhada por ele mesmo (vale lembrar que o naturalista era engenheiro). A Matriz tinha a forma de uma cruz, suas extremidades formavam três capelas, a igreja teria por oragos São José e Nossa Senhora das Dores. (**O APOSTOLO**, Rio de Janeiro, 2 set. 1877, anno XII, n. 101, secção particular, p. 2.).

realizou estudos botânicos, etnográficos, paleontológicos, arqueológicos e geológicos⁷⁴⁶. A respeito dessa Comissão, em 1877, Guilherme de Capanema escreveu uma nota na **Gazeta de Notícias**. Nela, criticava a forma pela qual o governo imperial agiu, relevando que Barbosa Rodrigues foi avisado que teria de retornar e interromper suas investigações, tudo porque a verba anual de 4:800\$ (quatro mil e oitocentos réis) sobrecarregou os “cofres públicos”. A situação ficou tão crítica que nem a passagem de volta “na estrada de ferro” foi possível obter, sendo Barbosa Rodrigues então forçado, ao chegar no Rio de Janeiro, a penhorar “na estação da côrte” os seus instrumentos de trabalho, entre eles um barômetro⁷⁴⁷.

Ainda em sua crítica, Guilherme de Capanema voltou a questionar a contradição do governo imperial que cancelou a Comissão do explorador brasileiro que custava 4:800\$, mas continuava a patrocinar os trabalhos de Hartt, responsável pela Comissão Geológica do Império do Brasil (1875-1877) – esta custava aos cofres públicos a quantia de 60:000\$ (sessenta mil réis) a 80:000\$ (oitenta mil réis) anuais além de receber ajuda de custo⁷⁴⁸. De acordo com Guilherme de Capanema, Hartt estava “incumbido de ensinar a sciencia pratica aos filhos do paiz e acostumar-os ao estudo das condicções geognosticas e petrographicas”. No entanto, mesmo que ao longo de seus trabalhos, com ajuda de brasileiros, tenha coletado conchas e crânios (objetos que foram negados ao chefe da seção do Museu Nacional, instituição da qual o estrangeiro era funcionário) e no futuro viesse “a publicar trabalhos de algum merecimento”, neles não iriam figurar a “intelligencia brasileira”, que Barbosa Rodrigues afiançava⁷⁴⁹.

Contudo, não foi apenas o engenheiro que destacou os estudos do naturalista em Minas Gerais. Outro a destacá-lo foi Varnhagen⁷⁵⁰, colunista do folhetim da **Gazeta de Notícias**, em seu artigo “Digressões scientificas – O Sr. Visconde de Porto Seguro – explorações científicas do Sr. João Barbosa Rodrigues”. Varnhagen enfatizou a força de vontade de Barbosa Rodrigues para vencer as dificuldades e adversidades. Segundo ele, as investigações do naturalista foram realizadas com

grande esforço intellectual e physico, pois é notorio quanto são difficeis estas minuciosas investigações pelos logares mais perigosos das matas pelos brejos, margens escorpadas dos rios, gargantas de montanhas e

⁷⁴⁶ **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1877, anno III, n. 157, p. 1.

⁷⁴⁷ **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1877, anno III, n. 163, publicações a pedido, p. 2.

⁷⁴⁸ *Idem.*

⁷⁴⁹ *Idem.*

⁷⁵⁰ Adolpho de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro em sua coluna no folhetim utilizava o pseudônimo *Varuna*.

despenhadeiros, [nos quais] observou, comparou, estudou e trabalhou debaixo dos aguaceiros de dezembro a março⁷⁵¹.

Para Varnhagen, todas as dificuldades e os perigos enfrentados pelo investigador para executar e concluir suas atividades foram recompensadas, dado que conseguiu

enriquecer a sciencia com mais de cem *orchideas* novas, de que onze formam tambem generos inteiramente novos. Achou o Sr. Barbosa Rodrigues n'esta sua peregrinação por entre florestas e as cordilheiras escarpadas do interior de Minas mais cinco palmeiras tambem ainda não conhecidas. Como fructo de suas pesquisas archeologicas e ethnographicas, adiantou alguns conhecimentos e trouxe importantes specimens, cabendo-lhe rara fortuna de encontrar um cemitério indigena, de que trouxe algumas urnas ou vasos curiosos. Concluiu o incançavel excursionista durante o seu trajecto, 180 estampas coloridas, com analyses microscopicas, representando a valiosa somma de um, acrescentando-se a isto a descripção e a classificação das plantas e dos objectos que ia gradualmente descobrindo e verificando. O Sr. Barbosa Rodrigues trouxe por conseguinte comsigo um magnifico hervario, todo por elle classificado e com destino ao governo imperial⁷⁵².

Por fim, Varnhagen fez uma dura crítica tanto ao governo quanto aos cidadãos, principalmente os representantes da sociedade científica, pois segundo ele não estavam a valorizar as investigações realizadas fosse no vale do Amazonas, fosse em Minas Gérias, por Barbosa Rodrigues. Mesmo assim, devido à influência de Capanema e o reconhecimento de Varnhagen, o nome do naturalista tornou-se bastante conhecido por grandes personagens das Ciências Naturais na Europa, entre eles o botânico alemão August Wilhelm Eichler (1839-1887), o botânico inglês Joseph Dalton Hooker (1817-1911), o zoólogo e antropólogo italiano Enrico Hillyer Giglioli (1845-1909)⁷⁵³, o botânico italiano Fillippo Parlatore (1816-1877), entre outros⁷⁵⁴. Em sua crítica, Varnhagen comunicou o plano do naturalista de realizar uma Exposição com os resultados de seus

trabalhos, assim como se torna urgente a publicação d'elles para que ao menos fique ao paiz a gloria d'estas importantes descobrimentos no terreno dos estudos scientificos nacionaes, que desgraçadamente tão pouco apreciados tem sido até agora entre nós. O Sr. Rodrigues Barbosa se não tem

⁷⁵¹ GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 8 jun. 1877, anno III, n. 157, p. 1.

⁷⁵² GAZETA DE NOTICIAS. *Op. Cit.*

⁷⁵³ Giglioli, segundo o próprio Barbosa Rodrigues, foi o responsável na divulgação dos seus trabalhos científicos na Itália, nação em que foram recebidos com honras. Por isso, foi homenageado pelo brasileiro ao ter seu nome perpetuado em um gênero de orquídea encontrado por ele em Minas Gerais, *Gigliolia* Barb. Rod., que possuía 2 espécies *G. lithophila* Barb. Rod. e *G. Gearensis* Barb. Rod.. (RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum*. Rio de Janeiro: Typographia, v. 1, 1877, p. 25-26.).

⁷⁵⁴ *Idem.*

recebido toda a protecção e agasalho que os seus esforços deviam merecer do seu governo e de seus compatriotas, é em compensação um nome já conhecido nos paizes onde se dá grande valor aos estudos conscienciosos de sciencias naturaes, obtendo merecidos elogios [...] e bem assim de muitas sociedades estrangeiras que lhe hão conferidos importantes e honrosos titulos. O Sr. Giglioli, director do Museu de Florenca, no *Boletim da Real Sociedade de Horticultura de Toscana* exulta por ver um nacional trabalhar com tanta dedicação e proveito e dá por este motivo parabens ao Brazil⁷⁵⁵.

Outro que destacou a Comissão do naturalista foi “Felipe” pseudônimo do colunista do “Folhetim do Jornal do Commercio”, espaço em que escrevia as “Cartas de um Caipira” endereçadas a um tal “mano chico”. Essas correspondências eram utilizadas para fazer elogios, denúncias ou críticas do governo e de autoridades em tom sarcástico⁷⁵⁶.

Desse modo, em 3 de agosto de 1877, “Felipe” em sua “carta 271^{aa}” endereçada a “mano Chico” pedia desculpa publicamente aos leitores porque em carta anterior tinha dito que o governo brasileiro não tinha cancelado “nenhuma das comissões daqui nem da Europa”. No entanto, agora informava que o mesmo governo mandara “recolher-se aos bastidores o Dr. J. Barbosa Rodrigues”, por isso, de maneira vergonhosa e “por castigo” se obrigou a desdizer “em publico e raso” o seu erro involuntário⁷⁵⁷. Porém, diferentemente do barão de Capanema e de Varnhagen que criticaram o cancelamento da Comissão, “Felipe” apoiava o governo e por isso elogiou o responsável por colocar o naturalista “em disponibilidade inactiva”⁷⁵⁸.

Em sua carta, “Felipe” questionou o que o Brasil lucraria com tal Comissão, na qual o naturalista somente apanhava, estudava, colecionava e pintava “beldroegas, palmeiras⁷⁵⁹, orchideas e outras hervas do mato”. Para ele, era um absurdo o governo gastar “um dinheirão [ou seja] nada menos de 400\$ por mez ou 4:800\$ por anno, ou (arrepia-te-te mano!) quatro mil e oitocentos contos.... n’um seculo. Apre!”⁷⁶⁰. Para “Felipe” os nove meses em que o

⁷⁵⁵ GAZETA DE NOTICIAS. *Op. Cit.*

⁷⁵⁶ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 3 ago. 1877, anno 56, n. 214, p. 3.

⁷⁵⁷ *Idem.*

⁷⁵⁸ *Idem.*

⁷⁵⁹ Em 1879, aproveitando a oportunidade de publicar seu “Protesto-Appendice”, Barbosa Rodrigues incluiu nele algumas diagnoses de palmeiras encontradas em Minas Gerais, que julgava serem novas: *Geonoma aricanga* (sinônimo de *Geonoma brevispatha* Barb.Rodr.) nome vulgar “Guaricanga da vargem”, *G. erythrospadice* Barb.Rodr. (sinônimo de *G. schottiana* Mart.) nome vulgar “Aricanga da terra firme”, *G. brevispatha* Barb.Rodr. (nome aceiteo, nome correto) nome vulgar “Guaricanga do brejo”, *Bactris vulgaris* Barb.Rodr. (nome aceiteo, nome correto) nome indígena “Ayri-merim”, *Cocos geriba* Barb.Rodr. (sinônimo de *Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman) nome vulgar “geribá ou palmito amargoso”, *C. leiopatha* Barb.Rodr. (sinônimo de *Butia leiopatha* (Barb.Rodr.) Becc.) nome vulgar “Coqueiro do campo”, *C. rupestris* Barb.Rodr. (sinônimo de *Syagrus petraea* (Mart.) Becc., *Syagrus picrophylla* Barb.Rodr. (nome aceiteo, nome correto) nome vulgar “Paty” e *S. macrocarpa* Barb.Rodr. (nome aceiteo, nome correto) nome vulgar “Maria Rosa”. (RODRIGUES, João Barbosa. **Protesto-Appendice ao Enumeratio palmarum novarum**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879, p. 40-46.).

⁷⁶⁰ *Idem.*

naturalista andou “sózinho” nas Gerais foi “bem remunerado”, trazendo de lá apenas 162 espécies de orquídeas, sendo 12 gêneros novos, ou seja, somente 150 eram novas espécies⁷⁶¹.

Contudo, mesmo “Felipe” questionando a realização da Comissão em Minas, não deixou de criticar a contradição do governo que favoreceu Hartt em detrimento de Barbosa Rodrigues. Para ele, a “severidade ministerial de economizar” não paralisou a numerosa “comissão de Hartt [que era] toda composta de estrangeiros”, porém cancelou as explorações de Barbosa Rodrigues e este encontrou-se em situação tão precária, ao ponto de ficar sem condições de alimentar seus nove filhos. Por isso, questionou o porquê o brasileiro podia ficar “a pão e água” e o estrangeiro continuava a ter todas as regalias⁷⁶². Escreveu:

O que diria de nós a gente da America do Norte? A da Europa, essa sei o que ha de dizer, porque o Dr. J. Barbosa Rodrigues já é bem conhecido lá pelos seus trabalhos, e a prova está no honroso convite que lhe fez ha poucos annos uma importante commissão ingleza, e no ainda mais honroso que dirigirão agora da Allemanha, instando com essa *nullidade* nacional para escrever, juntamente com o sábio Reichembach Filho a monographia das orchidéas na celebre *Flora Braziliensis* de Martius⁷⁶³.

Por fim, “Felipe” argumentava e dizia a “mano Chico” que até aquele momento (Exposição no Paço Imperial, referida logo abaixo) ninguém tinha ido confrontar o naturalista e “sustentar polemica leal” no sentido de contestar “a importancia dos trabalhos [realizados] nos nove mezes da sua ultima commissão?”⁷⁶⁴. Todavia, mesmo com todos os percalços, Barbosa Rodrigues não esmoreceu e continuou a desenvolver seus planos. Logo, a ideia de realizar uma Exposição referida por Varnhagen em seu artigo, foi colocada em prática com o apoio de Guilherme de Capanema que conseguiu patrocínio da princesa Isabel e de seu esposo Conde d’Eu para realizá-la⁷⁶⁵. Em julho de 1877, foi inaugurada no Paço Imperial a “Exposição Botanica e Archeologica”⁷⁶⁶ na qual prestigiaram o próprio Conde d’Eu, o Barão de Capanema, o conselheiro Gabriel Militão de Villa-Nova Machado, o erudito francês Conde de La Hure, Miguel da Silva, Martins Pinheiro, o pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905) e outras “pessoas affeioadas á sciencia”⁷⁶⁷. A **Ilustração Brasileira**, periódico da corte, comentou o sucesso da mostra, com entrada gratuita, chamando a atenção para a

⁷⁶¹ *Idem.*

⁷⁶² *Idem.*

⁷⁶³ *Idem.*

⁷⁶⁴ *Idem.*

⁷⁶⁵ **O VULGARISADOR**, Rio de Janeiro, 1877, n. 1, noticias varias, p. 8.

⁷⁶⁶ *Idem.*

⁷⁶⁷ **ILUSTRACÃO BRASILEIRA**, Rio de Janeiro, 1 ago. 1877, anno II, v. III, n. 27, p. 3; **JORNAL DO COMMERCIO**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1877, anno 56, n. 208, noticias varias, p. 5.

coleção de “pedras lascada e polida, armas e utensilios dos indígenas” e de telas as quais estavam suspensas “às paredes” colocadas de maneira artística, quadros que representavam

as especies da interessante familia das Orchidéas, que o naturalista-viajante colleccionou n’aquella zona do Brasil. Os desenhos representam as plantas na belleza e colorido de suas fórmãs e côres, acompanhados das secções feitas nos órgãos flôraes. As diversas especies acham-se classificadas pelo naturalista, segundo os principios do methodo natural, e grande numero de especies e alguns generos são inteiramente novos⁷⁶⁸.

O naturalista continuou a executar suas investigações, ao ponto de não se acostumar com o seu trabalho de administrador na fábrica de formicida, na qual permaneceu até 1883. De fato, segundo Dilke Salgado, o naturalista desejava continuar suas investigações científicas no vale do Amazonas, por isso nutria forte anseio em retornar para “a terra prometida [de todo] naturalista”, nas palavras do geólogo suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873)⁷⁶⁹. Por isso, entre 1875 (ano do retorno da primeira viagem ao vale amazônico) a 1883 (ano do convite para criar e dirigir o Museu Botânico do Amazonas), o naturalista escreveu 39 trabalhos, todos publicados (**ANEXO S**). Tal fato revela a importância e o interesse de Barbosa Rodrigues voltados para o vale do Amazonas. Sobre essa região, desenvolveu estudos etnográficos, arqueológicos, botânicos e zoológicos, inclusive enfatizando a ideia exposta no capítulo 2 de que a origem do povo amazônico era escandinava⁷⁷⁰. Alguns foram publicados como obras completas e outros em formato de artigos em revistas. Tal interesse, veremos adiante, continuou ao longo do período em que esteve como diretor do Museu Botânico do Amazonas (1883-1890) e perdurou até o fim de sua vida⁷⁷¹. Desse modo, pelo papel central da Etnografia em seus estudos, o naturalista trouxe uma grande coleção de artefatos indígenas do Amazonas e alguns foram doados por ele a instituições científicas. Em 1877, o Museu de São Paulo, instituição ligada à Sociedade Auxiliadora do Progresso, recebeu 26 itens de Barbosa Rodrigues, os quais foram enviados (**ANEXO T**) aos cuidados do conselheiro Antônio da Costa Pinto (1802-1880) que os

⁷⁶⁸ **ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA**. *Op. Cit.*

⁷⁶⁹ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 89-90, 147.

⁷⁷⁰ Através dos artefatos que encontrou, o naturalista fez comparações com objetos de origem nórdica. O que o levou à hipótese de que na Amazônia havia existido uma sociedade (ela fora arruinada pelo contato com os portugueses) cujos antepassados tinham sido escandinavos. Sustentou tal ideia através dos “sambaquis” que para ele não passavam de “restos de cozinha dos dinamarquezes”, evidência do contato dos “filhos de Odin” com os povos do vale do Amazonas. Esse pensamento depois foi refutado por outros estudos arqueológicos. (RODRIGUES, João Barbosa. *Antiguidades do Amazonas. Ensaio de Ciências por diversos amadores*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, mar. 1876, p. 97-98.).

⁷⁷¹ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*

remeteu ao conselheiro Rodrigo Augusto da Silva (1833-1889), à época o presidente da referida Sociedade⁷⁷².

4.4 A obra “*Genera et species orchidearum novarum*”

Foi no ínterim entre a primeira e a segunda viagem ao vale do Amazonas que Barbosa Rodrigues, depois de longos anos de espera, conseguiu publicar parte de seus trabalhos que versavam a respeito das orquídeas brasileiras. Denominou a obra de *Genera et species orchidearum novarum*⁷⁷³, publicada em duas partes (1877 e 1882)⁷⁷⁴. Segundo o botânico, o propósito pelo qual sempre se esforçou em estudar as orquídeas do Brasil era o desejo de coligir e expor “em único trabalho todas as espécies brasileiras, conhecidas ou novas, reivindicando para muitos a sua verdadeira terra natal, tornando assim conhecida a riqueza, a variedade, o número de plantas desta família bonita e interessante no meu país”,⁷⁷⁵. Para justificar a publicação, Barbosa Rodrigues salientou o caráter inovador de sua obra. Esta reuniria tanto as orquídeas que estavam “espalhadas em várias obras raras, escritas em diferentes línguas” publicadas por orquidófilos renomados como os ingleses John Lindley (1799-1865) e William Dalton Hooker (1785-1865) e o alemão Heinrich Gustav Reichenbach (1823-1889), quanto aquelas que “simplesmente” haviam sido descritas e não ilustradas. Dessa maneira, o *Genera...* inovava e se diferenciava das “obras raras” porque além de trazer as descrições dos exemplares brasileiros, as ilustrações vinham em “tamanho naturais e coloridas”⁷⁷⁶. Para Barbosa Rodrigues, o cientista ou amador que adquirisse sua obra se pouparia do “trabalho tedioso de pesquisa, o tempo tão precioso para os homens de estudo, [...] para não mencionar a economia real para especialistas ter que adquirir apenas um livro, contendo, na íntegra, tudo o que diz respeito à orquidologia brasileira”⁷⁷⁷. Por fim, acreditava que o *Genera...* seria

⁷⁷² JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 12 dez. 1877, anno 56, n. 344, p. 2.

⁷⁷³ No entanto, sem condições de pagar por “uma edição condigna” o naturalista publicou parte da monografia com as descrições fisiológicas, mas não foi possível imprimir as ilustrações em “côres do natural”. A época da publicação da Biografia de Dilke Salgado (1945), essas ilustrações estavam com ela e com seus irmãos, as quais continuavam inéditas. (SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 65.)

⁷⁷⁴ No decorrer dos anos, ainda publicou outros dois volumes dos “*Genera*”, intitulado de “*Iconographie des Orchidées*”, em 1886, o terceiro volume, e em 1888, o “*Epidendreae laelidade*” que segundo Dilke era o quarto volume. Entre essas publicações, lançou outros dois trabalhos sobre orquídeas, em 1882 na “*Revista de Engenharia*” uma nota intitulada “*Orchideae Rodeienses et altarae ineditae*”, e em 1883 “*Struture des Orchidées. Notes d’un étude*”. (*Ibidem*, p. 178).

⁷⁷⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 1, 1877, p. 11.

⁷⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷⁷ *Idem*.

indispensável para o cientista, para o amador e o floriculturista; isso os inspirará ainda mais a confiança de que terão certeza de que foi feito a partir de orquídeas vivas, e não de indivíduos ressecados preservados em herbários, que frequentemente dão origem a erros nas descrições, especialmente nos desenhos. Tanto quanto eu poderia, esses erros foram corrigidos⁷⁷⁸.

Realizadas tais considerações e corrigidos os problemas, o botânico publicou os dois volumes em francês, seguindo o padrão das publicações da época (tribo/gênero/espécie, fisiologia, habitat, breve histórico).⁷⁷⁹ Aqui, vale destacar que anos antes o autor passara pelo constrangimento de ter seus trabalhos sobre as palmeiras recusados para compor a *Flora Brasiliensis*, de von Martius. Agora, reconhecido o seu estudo sobre as orquídeas, foi oficialmente convidado para cooperar com especialistas alemães que estavam editando a parte sobre essas plantas para compor a obra do autor que o rejeitara. O brasileiro, entretanto, recusou o convite. Acreditava que estrangeiros apenas queriam que dividisse com eles a prioridade científica de suas descobertas – por isso preferiu publicar por conta própria, contando é claro, com o apoio de seus mecenas. Nela, inseriu não apenas as primeiras orquídeas (da tão combatida “Monografia”), como também as novas espécies coletadas por ele ou por colaboradores entre 1872-1882 em diversas regiões brasileiras.

Cabe indagar quem teria sido o responsável pelo convite ao naturalista, já que sua “Monografia” foi severamente criticada por seu desafeto Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional. Novamente, vemos a ação de Guilherme de Capanema que, sem avisar a Barbosa Rodrigues, enviou sua monografia ao botânico alemão August Wilhelm Eichler (1839-1887), responsável pelo novo volume da *Flora Brasiliensis*⁷⁸⁰. Nos anos que se seguiram, Eichler e sua equipe procuraram concluir o novo volume, junto a Heinrich Gustav Reichenbach (1823-1889), professor da Universidade de Hamburgo, encarregado pela

⁷⁷⁸ *Idem.*

⁷⁷⁹ No primeiro volume do *Genera et species orchidearum novarum*, estão descritas 228 espécies de orquídeas. Dessas, respectivamente, 24 e 18 distribuídas geograficamente nas Províncias do Amazonas e do Pará. Já, no segundo volume, estão descritas 310 espécies de orquídeas. Em ambas as províncias, 8 espécies da referida planta, 4 no Amazonas e 4 no Pará, perfazendo um total de 50 espécies encontradas no vale do Amazonas. Na atualidade, apenas 19 espécies possuem nomes aceitos e corretos, as outras 31 espécies acabaram sendo consideradas sinônimas. Vale ressaltar que, nesse trabalho, Barbosa Rodrigues ainda estabeleceu 3 novos gêneros: *Orleanesia* Barb.Rodr. (homenagem ao Conde d’Eu), *Palmorchis* Barb.Rodr. e *Petronia* Barb.Rodr. (homenagem ao Imperador Pedro II). Destes, os dois primeiros são nomes aceitos e corretos, e o último é considerado sinônimo de *Batemannia* Lindl.

⁷⁸⁰ **JORNAL DO COMMERCIO**, Rio de Janeiro, 10 jun. 1877, anno 56, n. 160, gazetilha, p. 4.

orquidofilia do referido volume. Ao conhecer a “Monografia” de Barbosa Rodrigues, Reichenbach ficou impressionado e decidiu convidá-lo a contribuir com seu trabalho⁷⁸¹.

Mesmo que tal convite trouxesse alguma notoriedade para Barbosa Rodrigues aos olhos de alguns periódicos (fato evidenciado no **Jornal do Commercio**, ao relatar que seria “o primeiro nome brasileiro que figurará na referida *Flora*; e, portanto, é essa a maior honra científica que o Sr. Dr. Rodrigues tem obtido em toda a sua vida de aturado estudo”)⁷⁸², o naturalista acabou por não aceitar a convocação, cujas razões serão detalhadas adiante. No início do primeiro volume, o botânico fez uma referência à fracassada *Iconographie des Orchidées du Brésil*. Porém, salientava que a presente obra era fruto dos sacrifícios e dificuldades por ele passadas durante as viagens que realizara “du centre au nord du Brésil” ora por conta própria, ora por conta do governo imperial brasileiro⁷⁸³. De acordo com Barbosa Rodrigues, a pretensão em publicar tal volume era revelar as muitas orquídeas existentes no Brasil, além de fornecer material de apoio a todos quantos quisessem estudar a orquidologia brasileira⁷⁸⁴. Afirmava que sua obra seria útil tanto para especialistas como para amadores, além de um diferencial: não haveria os erros comuns encontrados em literatura específica de orquídeas principalmente nos desenhos. Para evitar tais erros, o naturalista elaborou a sua a partir de “orquídeas vivas” e não de espécies “secas preservadas em herbários”⁷⁸⁵. Ainda relatou que, desde 1871, não encontrara o apoio do governo para publicar seus trabalhos e que se não fosse o apoio de algumas pessoas, seu ânimo teria acabado. Entre elas, seu amigo Barão de Capanema, que de maneira singular pediu a opinião de especialistas europeus sobre os referidos trabalhos, dos quais recebeu pareceres positivos⁷⁸⁶.

Recordava também que o subsídio dos irmãos Henri Fleiuss e Charles Fleiuss (1824-1882), donos do Imperial Instituto Artístico,⁷⁸⁷ foi fundamental para viabilizar a impressão do primeiro volume. Por isso, o naturalista escrevera que era grato pela oferta dos editores e enfatizava que tal atitude deles era algo difícil de ocorrer no Brasil, pois no “le concours des particuliers aux choses de science est excessivement rare et limité”⁷⁸⁸. Por fim, confienciava

⁷⁸¹ *Idem.*

⁷⁸² *Idem.*

⁷⁸³ RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum*. Sebastianopolis: Imprimerie C. et H. Fleiuss, v. 1, 1877, p. 1.

⁷⁸⁴ *Ibidem.*, p. 2.

⁷⁸⁵ *Idem.*

⁷⁸⁶ *Ibidem.*, p. 3.

⁷⁸⁷ Os irmãos alemães Henri Fleiuss e Charles Fleiuss ao lado do também alemão Charles Linde fundaram em 1859 uma oficina tipográfica. Todavia, em 1863 por decreto imperial passou a ser denominado de Instituto Artístico Imperial.

⁷⁸⁸ “o apoio dos indivíduos à ciência é extremamente raro e limitado” em tradução livre. (RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum*, v. 1, *Op. Cit.*, p. 5.).

que havia se sentido lisonjeado pelo convite que recebera do botânico Reichenbach para colaborar em parceria com ele na elaboração da parte das orquídeas na “*Flora Brasiliensis*” de Martius. Na verdade, o botânico ficou tão animado que tentou cancelar a impressão do primeiro volume, porém foi convencido pelos irmãos Fleiuss a não desistir pois o seu livro era

mon livre étant une oeuvre de science brésilienne, écrite sur une matière du pays, par un fils du Brésil, ils se considéraient comme assez identifiés à cette contrée, pour ne pas devoir se désister de contribuer de toutes leurs forces à l’avancement de la science nationale⁷⁸⁹.

O naturalista aceitou a justificativa dos editores por acreditar que sua obra era fruto de um trabalho de ciência brasileira e ele sendo um “filho do Brasil” seria o responsável por entregar ao público brasileiro uma obra científica sobre as orquídeas de seu país. Barbosa Rodrigues, entretanto, escreveu que tinha grande tristeza e arrependimento por não ter publicado com Reichenbach, pois estava ciente de que publicar ao lado de um especialista daria muito mais crédito ao seu trabalho, além do orgulho que teria sentido em ser o primeiro brasileiro a participar da *Flora Brasiliensis*⁷⁹⁰.

No segundo volume, o botânico apresentou algumas espécies que foram coletadas por Freyre Allemão quando este explorou a província do Ceará durante a realização da Comissão de Exploração do Império, entre anos de 1859-1861. Essas espécies pertenciam ao “Herbário constituído por Freyre Allemão, o qual estava depositado no Museu Nacional do Rio de Janeiro⁷⁹¹”. Pela leitura da obra não foi possível descobrir como Barbosa Rodrigues conseguiu ter acesso ao referido Herbário para estudá-lo. Ao iniciar seus estudos, o naturalista percebeu que Freyre Allemão não havia dado nomes específicos a alguns indivíduos, o que o levou a fazê-lo⁷⁹² (ANEXO U). Muitas espécies receberam o nome específico de seu descobridor, a maneira encontrada pelo naturalista em homenagear⁷⁹³ seu referido mestre, o que já havia sido

⁷⁸⁹ “uma obra da ciência brasileira, escrita sobre um assunto do país, por um filho do Brasil, eles se consideravam suficientemente identificados nesse país, para não ter que desistir de contribuir com todas as suas forças para o avanço da ciência nacional”. (*Idem.*).

⁷⁹⁰ *Ibidem.*, p. 6.

⁷⁹¹ *Ibidem.*, p. 71.

⁷⁹² Na coleção. Barbosa Rodrigues encontrou uma espécie que Freyre Allemão havia dado um nome específico, no entanto, não havia publicado. Essa espécie fora encontrada pelo poeta Gonçalves Dias no Ceará (este participara da Comissão), ela passou a ser referenciada entre os membros da Comissão como “la scientifique du Dr. Dias”. Tal informação Barbosa Rodrigues obtivera de Capanema. De acordo com o naturalista, Freire Allemão adotou o nome *Epidendrum gonçalvii*. Barbosa Rodrigues respeitou tal denominação, conservou o nome *E. gonçalvii* Barb. Rodr., essa espécie é sinônimo de *E. saxatile* Lindl. (*Ibidem.*, p. 152; Cf. PESSOA, E.M. *Epidendrum In: Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB66160>. Acesso em: 17 Dez. 2019.).

⁷⁹³ *Ibidem.*, p. 185-186, p. 254-255, p. 288.

feito em outras ocasiões, como no caso do *Epidendrum allemanii* Barb. Rodr.⁷⁹⁴, uma espécie mineira, encontrada nas árvores dos campos de Alfenas⁷⁹⁵. Aliás, essa foi a tônica de toda a obra. Por ser um típico “homem de corte” – como sugerido no primeiro capítulo – Barbosa Rodrigues no decorrer dos anos, através de suas atividades e estudos botânicos procurou de alguma maneira agradecer e saudar o apoio que recebeu de seus familiares, amigos e várias autoridades do Império, entre eles os seus principais financiadores D. Pedro II, Princesa Isabel e o Barão de Capanema. A maneira encontrada pelo botânico, como ele mesmo dizia foi “perpetuar” os nomes dessas pessoas em suas descobertas científicas. Dessa forma, criou epítetos de várias plantas (gêneros e espécies) cuja base era o nome de seus apoiadores. Do período que compreende o término da primeira viagem ao Amazonas (1875) até a sua posse como diretor do JBRJ (1890), o botânico fez 47 homenagens a alguns de seus apoiadores (conforme se vê na **tabela 1**), prática que continuou no decorrer dos anos, algo que será trabalhado no doutorado.

Tabela 1 – Relação das homenagens realizadas por Barbosa Rodrigues a seus apoiadores e colaboradores entre os anos de 1875 a 1890

(continua)					
Nº	Gêneros e espécies	Famílias	Anos	Homenageados (as)	Grau de afinidades
1	<i>Bactris constanciae</i>	<i>Arecaceae</i>	1874	Dona Constança ⁷⁹⁶	Esposa
2	<i>Constantia</i>	<i>Orchidaceae</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
3	<i>Constantia rupestris</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
4	<i>Gigliolia</i>	<i>Idem</i>	1877	Enrico Giglioli ⁷⁹⁷	H. Amigo
5	<i>Gigliolia lithophila</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
6	<i>Gigliolia geraensis</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
7	<i>Epidendrum serronianum</i>	<i>Idem</i>	1877	Custodio Serrão ⁷⁹⁸	Alves Mestre
8	<i>Lycomormium serronianum</i>	<i>Idem</i>	1877	Custodio Serrão	Alves <i>Idem</i>
9	<i>Epidendrum allemanii</i>	<i>Idem</i>	1877	Freire Allemão	<i>Idem</i>
10	<i>Epidendrum allemanianum</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
11	<i>Oncidium allemanii</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
12	<i>Spiranthes allemanii</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
13	<i>Orleanesia</i>	<i>Idem</i>	1877	Conde d’Eu ⁷⁹⁹	Admirador/apoiador

⁷⁹⁴ Sinônimo de *Prosthechea allemanii* (Barb.Rodr.) W.E.Higgins. Pessoa, E.M. *Epidendrum in Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB65991>. Acesso em: 17 Dez. 2019.

⁷⁹⁵ *Ibidem.*, p. 54-55.

⁷⁹⁶ A sua esposa fiel companheira em todas as suas dolorosas excursões e em todos os seus trabalhos. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, 1877, p. 79.).

⁷⁹⁷ Botânico italiano professor de História Natural do Museu de Florença-Itália. Segundo Barbosa Rodrigues, este foi o grande responsável pela propagação de seus trabalhos científicos na Itália e ali foram bem recebidos e aceitos. (*Ibidem.*, p. 25.).

⁷⁹⁸ Naturalista brasileiro que para Barbosa Rodrigues era seu mestre. (*Ibidem.*, p. 50.).

14	<i>Orleanesia amazônica</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
15	<i>Bactris gastoniana</i>	<i>Arecaceae</i>	1888	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
16	<i>Isabelia</i>	<i>Orchidaceae</i>	1877	Condessa d'Eu ⁸⁰⁰	Admiradora/apoiadora
17	<i>Isabelia virginalis</i>	<i>Idem</i>	1877	Condessa d'Eu	<i>Idem</i>
18	<i>Selenipedium isabelianum</i>	<i>Idem</i>	1877	Condessa d'Eu	<i>Idem</i>
19	<i>Bredemeyra isabelliana</i>	<i>Polygalaceae</i>	1888	Condessa d'Eu	<i>Idem</i>
20	<i>Sophronitis rossiteriana</i>	<i>Orchidaceae</i>	1877	M. Rossiter ⁸⁰¹	Admirador/Apoiador
21	<i>Regnellia</i>	<i>Idem</i>	1877	Andre Regnell ⁸⁰²	F. Amigo
22	<i>Regnellia purpúrea</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
23	<i>Didactyle regnellia</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
24	<i>Laelia regnelli</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
25	<i>Macradenia regnellii</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
26	<i>Catasetum regnellii</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
27	<i>Baptistonia</i>	<i>Idem</i>	1877	Baptista Nogueira ⁸⁰³	Amigo/Apoiador
28	<i>Baptistonia echinata</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
29	<i>Petronia</i>	<i>Idem</i>	1877	Pedro II ⁸⁰⁴	Mecenas
30	<i>Petronia regia</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
31	<i>Zygopetalum monsemianum</i>	<i>Idem</i>	1877	Hjalma Mosén ⁸⁰⁵	Amigo
32	<i>Epidendrum monsenii</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
33	<i>Geonoma capanemae</i>	<i>Arecaceae</i>	1875	Barão de Capanema	Amigo/Mecenas
34	<i>Capanemia</i>	<i>Orchidaceae</i>	1877	<i>Idem</i>	Amigo/Mecenas
35	<i>Capanemia uliginosa</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
36	<i>Capanemia micrômera</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
37	<i>Capanemia carinata</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
38	<i>Capanemia Therasiae</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
39	<i>Pleurothalis Capanemae</i>	<i>Idem</i>	1882	Theresa Cristina ⁸⁰⁶	Apoiadora
40	<i>Parlatoorea</i>	<i>Idem</i>	1877	Phelipo Parlatoore ⁸⁰⁷	Amigo
41	<i>Parlatoorea discolor</i>	<i>Idem</i>	1877	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
42	<i>Theodorea gomezoides</i>	<i>Idem</i>	1877	Theodoro Silva ⁸⁰⁸	da Amigo/apoiador

⁷⁹⁹ Para Barbosa Rodrigues, o príncipe Gastão de Orleans era o protetor da floricultura no Brasil. (*Ibidem.* p. 64.).

⁸⁰⁰ Para Barbosa Rodrigues, a princesa Isabel era a protetora da ciência e da floricultura no Brasil. (*Ibidem.* p. 75.).

⁸⁰¹ Horticultor e floricultor do Rio de Janeiro. (*Ibidem.* p. 78.).

⁸⁰² André Frédéric Regnell, botânico sueco que de acordo com Barbosa Rodrigues a quem a flora brasileira devia muitas descobertas. (*Ibidem.*, p. 82.).

⁸⁰³ Baptista Caetano D'Almeida Nogueira, que segundo Barbosa Rodrigues, era um inteligente filólogo e etnólogo brasileiro. (*Ibidem.*, p. 96.).

⁸⁰⁴ Barbosa Rodrigues sempre fez questão de demonstrar que Pedro II foi um dos grandes responsáveis por realizar seus trabalhos botânicos. (*Ibidem.*, p. 106.).

⁸⁰⁵ Botânico sueco. (*Ibidem.*, p. 109.).

⁸⁰⁶ Imperatriz do Brasil. (*Ibidem.*, p. 244.).

⁸⁰⁷ Botânico italiano Diretor do Instituto de Ciências Naturais em Florença, a esse amigo o brasileiro devia a boa receptividade das suas obras botânicas na Itália. (*Ibidem.*, p. 120.).

⁸⁰⁸ Conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, segundo Barbosa Rodrigues o Ministro foi um dos grandes responsáveis pelo conhecimento de várias plantas por incentivar a prática científica no Brasil. (*Ibidem.*, p. 144.).

43	<i>Habenaria reichembachiana</i>	<i>Idem</i>	1877	Reichembach Fils.	Amigo
44	<i>Reichembachanthus</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
45	<i>Reichembachanthus modestus</i>	<i>Idem</i>	1882	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
46	<i>Sophronitis wittigiana</i>	<i>Idem</i>	1882	Emile Wittig ⁸⁰⁹	Amigo
47	<i>Entada paranaguana</i>	<i>Fabaceae</i>	1888	José Paranaguá	Apoiador
48	<i>Syagrus chavesiana</i>	<i>Areaceae</i>	1888	Ernesto Chaves	Apoiador
49	<i>Bactris trailiana</i>	<i>Areaceae</i>	1875	James Trail	companheiro de herborizações
50	<i>Desmoncus philipianus</i>	<i>Areaceae</i>	1888	Federico Philippi ⁸¹⁰	Amigo
51	<i>Bactris krichana</i>	<i>Areaceae</i>	1888	Indígenas Crichanás ⁸¹¹	Povo “pacificado”
52	<i>Dilkea jahannensii</i>	<i>Areaceae</i>	1888	João Barbosa Rodrigues Júnior	Filho/companheiro de herborizações

Fonte: Elaborado pelo autor

Na apresentação do segundo volume, Barbosa Rodrigues confessou que parte de seus recursos e de seus “melhores dias” foram exauridos pelos trabalhos que realizou, sendo assim, seria um erro não os publicar e deixá-los aos “insetos”. Outra questão, salientada pelo botânico, foi a prioridade científica das descobertas. Para ele, todas as espécies descritas eram novas, pois, ao pesquisar nos periódicos botânicos europeus, não encontrou nenhuma delas descritas. E, mesmo se alguma estivesse em um herbário na Europa (sem estar publicada), não importava, pois, a prioridade científica da descoberta sempre pertencia a quem publicava a espécie pela primeira vez. E justificava a urgente publicação, porque ao demorar, já havia perdido cerca de 20 espécies, as quais estavam todas descritas e desenhadas no seu herbário⁸¹², incluindo até aquelas descobertas nas matas nos arredores de sua residência⁸¹³.

⁸⁰⁹ Horticultor do Rio de Janeiro. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, 1882, p. 159.)

⁸¹⁰ Botânico alemão que era o Diretor do Jardim Botânico de Santiago-Chile, botânico que escreveu o “Catalogus plantarum vascularium Chilenium”. RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia**, 1888, p. 38.

⁸¹¹ Barbosa Rodrigues nomeou essa espécie de palmeira de Krichana por causa dos indígenas de mesmo nome e porque estes usavam os espigues dessa palmeira para fabricar as hastes das suas flechas usadas na pesca. Ainda segundo o naturalista, desse modo, seguia os exemplos de von “Martius, que entre as *Lauracens* deu á varias espécies novas nomes de 146ribos selvagens, como os *Sparanthelium borororum*, *Tupiniquinorum*, *Botocudorum*”, e de “Humboldt que deu a uma Bignonea o nome de *Carichanenses* por tel-á encontrado em uma aldeia de indios Kriclianás, nas margens do Orenoco”. (*Ibidem.*, p. 42.)

⁸¹² *Ibidem.*, p. 4-5.

⁸¹³ *Idem.*

4.5 Participação na “Exposição Anthropologica Brasileira” de 1882

Evento de cunho científico, organizado por Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, a “Exposição Anthropologica Brasileira”⁸¹⁴ contou com a participação de Barbosa Rodrigues. Segundo Michele de Barcelos Agostinho, “espetáculos raciais” estavam em “voga” nesse período. O objetivo era analisar, estudar e classificar o “outro” em níveis mundiais, como foi o caso da Exposição Universal de Paris (1867), da Exposição Universal da Filadélfia (1876) e da Exposição Universal de Paris (1878)⁸¹⁵. De acordo com Marina Vieira este evento está inserido

no quadro das grandes Exposições Internacionais, bem como das exposições etnográficas desenvolvidas no século XIX. Marcadas pela prática colecionista e pela ambição de conhecer, colonizar e categorizar o mundo, as exposições etnográficas expunham objetos e muitas vezes pessoas de culturas exóticas e distantes⁸¹⁶

Ainda de acordo com Michele Agostinho, Ladislau Netto idealizou o evento em 1880. *A priori* deveria ocorrer em 1881, simultaneamente com outro evento, a “Exposição de História do Brasil”⁸¹⁷, contudo, por uma série de fatores, incluindo a demora para adquirir os “objetos” que seriam expostos, ou seja, a dificuldade tanto da “coleta”, quanto nos empréstimos das “coleções” particulares e públicas, Ladislau Netto só conseguiu inaugurá-la

⁸¹⁴ NETTO, Ladislau. Ao leitor. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 6.

⁸¹⁵ AGOSTINHO, Michele de Barcelos. “A Exibição Humana na Exposição Antropológica Brasileira de 1882: os indígenas”. In: Seminário de História da Ciência e da Tecnologia. 15, 2016, Florianópolis. **Anais [...]**, 2016. p. 1-2. Disponível em: https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473258060_ARQUIVO_AExibicaoHumananaExposicaoAntropologicaBrasileira.pdf. Acesso em 25 fev 2020.

⁸¹⁶ VIEIRA, Maria Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 53, jan./abr. 2019, p. 320.

⁸¹⁷ Segundo o “Jornal do Commercio” de 24 de dezembro de 1880, a ideia para este evento partiu de Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, Barão Homem de Mello (1817-1918), Ministro do Império. Foi inaugurada em 2 de dezembro de 1881 na Biblioteca Nacional pelo então diretor Benjamim Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz Galvão (1846-1938) na presença do Imperador, sua família e várias autoridades. (GALVÃO, Benjamim Franklin Ramiz. **Catálogo da exposição de história do Brasil**. Coleção Brasil 500 anos, Tomo I, Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 10, 12-14.). Segundo Maria Inez Turazzi, o evento “deveria produzir o maior e mais completo arrolamento de toda a iconografia e bibliografia existentes sobre o país, em quase quatro séculos de história”. Estava previsto para ocorrer simultaneamente ao evento várias “conferências de história e geografia do Brasil”, o que não aconteceu devido ao baixo número de “trabalhos inscritos”. (TURAZZI, Maria Inez. “A Exposição de História do Brasil de 1881 e a Construção do Patrimônio Iconográfico”. In: Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2006, p. 4-5. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Maria%20Inez%20Turazzi.pdf>. Acesso em 25 fev 2020.

em 1882⁸¹⁸. Durante alguns meses foram expostos centenas de artefatos de diversas tribos indígenas, como arcos, flechas, remos, entre outros. Também foram exibidos crânios e ossos indígenas, fragmentos cerâmicos, telas a óleo, ilustrações, figuras, fotografias, material que fazia parte, inclusive de instituições como o Museu Paraense, o Museu Paranaense e o Instituto Arqueológico Pernambucano.

Segundo o Guia do evento, esse era o “mais bello e util festival realizado pelas Sciencias naturaes no Imperio do Brazil”. A proposta não era apenas de “expôr os artefactos e os documentos ethnographicos relativos aos nossos indigenas, mas reunil-os num só repositorio publico e ahi, como presadas reliquias, e offerecê-las ao culto da Sciencia”⁸¹⁹. Essa tentativa de cultuar a Ciência refletia as inquietações da época a respeito das origens das raças, questões que os antropólogos tentavam responder. Do continente americano, em específico a raça americana, os estudiosos elaboraram duas hipóteses sobre sua história: teria sofrido intervenção de outra(s) raça(s) durante a sua “devolução social” ou não.

Para Ladislau Netto, por não existir nenhum vestígio, não era possível confirmar ou refutar tais hipóteses⁸²⁰. O diretor acreditava que tanto ele quanto seus pares deveriam se limitar às dúvidas que tinham sobre a “História do passado” da raça americana (em especial a brasileira) e exortava-os estabelecer “sobre bases positivas os alicerces do futuro”. Desse modo, idealizara tal evento que acreditava que seria uma “festa scientifica” na qual conseguiriam no final “colher documentos novos, e a reunir mais avultado e mais seguro cabedal, na esperança de, com subsidios ainda hoje ignorados, abrir alguma fresta por onde uma restea de luz nos venha guiar e soccorer nas trévas que nos envolvem”⁸²¹.

A Exposição, inaugurada em 29 de julho (dia do aniversário da princesa Isabel) pelo Imperador Pedro II, recebeu membros da família imperial e diversas personalidades da elite fluminense⁸²². Após a abertura oficial (discurso feito por Ladislau Netto), o Imperador, acompanhado do diretor e do restante de sua comitiva, visitou as oito salas da Exposição. As salas foram divididas por áreas de conhecimento: Antropologia, Etnografia e Arqueologia.

⁸¹⁸ AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *Op. Cit.*, p. 4.

⁸¹⁹ NETTO, Ladislau. *Op. Cit.*, p. 6.

⁸²⁰ *Ibidem.*, p. 7.

⁸²¹ *Idem.*

⁸²² VIEIRA, Maria Cavalcante, *Op. Cit.*, p. 319.

Cada Sala recebeu um nome para identificá-la em homenagem a importantes pessoas⁸²³ que haviam se destacado na História e na Ciência no Brasil e no mundo⁸²⁴.

Desde 1881, Ladislau Netto comunicava em periódicos (no Rio de Janeiro e nas demais províncias) a todos os interessados que iriam expor suas coleções (ou parte delas) que deveriam remetê-las ao Museu Nacional. Entre os interessados estava, naturalmente, Barbosa Rodrigues. Este acreditava que seus estudos a respeito das diversas etnias que habitaram o vale amazônico (extintas antes ou durante o processo da colonização), ou aquelas que ali existiam – como as descritas no capítulo anterior, encontradas ao longo de todo o rio Tapajós – poderiam servir aos propósitos da exposição que era de estudar e discutir o passado do “homem primitivo” do Brasil⁸²⁵.

Desde que retornara do vale amazônico, Barbosa Rodrigues publicara trabalhos a respeito dos indígenas daquela região, tanto que, em 1880, publicou o último artigo “Antiguidades do Amazonas”, série de estudos que versava a respeito do passado dos povos indígenas amazônicos (iniciado em 1876, na revista **Ensaio de Sciencia**). Além de oferecer sua versão sobre o termo “*muyrakýtã*” ou popularmente “*muirá quitã*” – sinônimo de “nó de páo”, de “*mbyrá*, páo, madeira e *kýtã* nó”, tudo por causa da semelhança que “a verdadeira jade” possuía “com as resinas”⁸²⁶ –, reivindicava também a primazia de ter sido o primeiro brasileiro a dar importância a esse artefato indígena⁸²⁷.

Mas por qual razão o naturalista assim procedeu? Supomos que tal fato se deu porque Ladislau Netto discordou dele em um estudo a respeito dos “tembetás”⁸²⁸ publicado no **Arquivo do Museu Nacional**⁸²⁹. Em seu estudo, o diretor da instituição escreveu uma “nota explicativa” questionando o termo “*muyrakitan*”⁸³⁰ sem fazer menção alguma a Barbosa

⁸²³ As salas receberam os nomes: “Lund”, “Gabriel Soares”, “Anchieta”, “Rodrigues Ferreira” (nestas salas ficaram expostos objetos concernentes à antropologia e à etnografia), “Vaz de Caminha”, “Martius” (objetos concernentes à etnografia e à arqueologia), “Lery”, “Hartt” (objetos concernentes apenas à Arqueologia). Cf. NETTO, Ladislau. *Op. Cit.*

⁸²⁴ ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. Rio de Janeiro: **Topoi**, v.5, n. 9, jul./dez. 2004, p. 128.

⁸²⁵ NETTO, Ladislau. Ao leitor. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 6.

⁸²⁶ *Ibidem.*, p. 72.

⁸²⁷ RODRIGUES, João Barbosa. Antiguidades do Amazonas. **Ensaio de Sciencia por diversos amadores**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo Editores, f. III, agosto 1880, p. 73-74.

⁸²⁸ De acordo com Stradelli, o termo “*Tembetá*, *tembé-itá* pedra dos lábios, ornamento labial, consistindo numa pedra embutida no lábio inferior”. In: STRADELLI, Ermanno. 2014, p. 498.

⁸²⁹ NETTO, Ladislau. Apontamentos sobre os tembetás (adornos labiais de pedra) da coleção archeologica do Museu Nacional. **Archivos do Museu Nacional**, 1877, v. 2, p. 105-164, n. 18, p. 141.

⁸³⁰ Para Marcondes da Lima Costa, a etimologia do termo “*muyrakýtã*” usado por Barbosa Rodrigues é motivo de polêmicas até hoje, mas em todo caso, continua sendo aceito “como verbete de origem tupi [*mĩrakiti’tã*], tipicamente amazônico”. Esse autor acredita que, em 1954, o arqueólogo Frederico Barata acertadamente escreveu a grafia “*muirakitã*”, este último cria que **O Muyrakytã** (1889), obra de Barbosa Rodrigues, foi a grande responsável pela popularização do termo no Brasil. Hoje, essa palavra é encontrada em dicionários de

Rodrigues⁸³¹. Comunicou que era “injustificável” a significação dada por ele, por isso em sua “sciencia” ortográfica ofereceu um novo termo, “*mirakitã*”, cujo significado era “pedra do chefe do povo”. Nesse sentido, afirmava que “ficam perfeita e claramente definidas não só a substancia, *pedra*, de que é constituído o objecto em questão, mas também a applicação que tinha como emblema de chefatura [...] *mira*, nação, *ki*, chefe, e *itã*, pedra”⁸³².

Mesmo diante de todas essas divergências e de clara inimizade entre os dois cientistas, a coleção de Barbosa Rodrigues foi aceita para a exposição. O naturalista enviou coleções etnográfica e arqueológica coletadas por ele mesmo durante sua permanência no vale amazônico (1872-1875) e em Minas Gerais (1876). Seu conteúdo foi catalogado e selecionado para compor a “Sala Gabriel Soares”⁸³³. Existiam nessas outras coleções de particulares e de instituições científicas ou literárias, como as do médico baiano Joaquim Monteiro Caminhoá (1836-1896), consórcio de Barbosa Rodrigues no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; da pernambucana Dona Amélia Cavalcanti de Albuquerque (1854-1934); do arquiteto e engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi (1844-1915); e do almirante Antônio Luiz von Hoonholtz, barão de Tefé (1837-1931)⁸³⁴.

Barbosa Rodrigues, por sua vez, não enviou apenas as suas coleções, como já mencionamos, também remeteu alguns dos seus livros relacionados aos indígenas do vale do Amazonas, os quais ficaram expostos na “Sala Anchieta”⁸³⁵. Antes do encerramento do evento, foram publicados 19 fascículos que traziam artigos de alguns intelectuais, entre eles do próprio naturalista, com estudos de alguns povos indígenas amazônicos, realizados durante a sua primeira passagem pelo vale do Amazonas, como os Munduruku e o Mawé, analisados no capítulo anterior. No final de 1882, Ladislau Netto decidiu coligir todos esses artigos em um único volume – **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira de 1882**, organizado

língua portuguesa, entre eles o Michaelis. (COSTA, Marcondes Lima da; SILVA, Anna Cristina Resque Lopes da; ANGÉLICA, Rômulo Simões. Muyrakytã ou Muiraquitã, um talismã arqueológico em Jade procedente da Amazônia: uma revisão histórica e considerações antropogeológicas. *Acta Amazônica*, Belém, v. 32 (3), 2002, p. 492.).

⁸³¹ Em 1876, no segundo fascículo da **Revista Ensaios de Sciencia**, encontramos outra referência a essa tensão que existia entre os dois intelectuais. Em 1875, três artefatos indígenas desenterrados por Barbosa Rodrigues foram expostos na Exposição Nacional, tendo o nome do “descobridor” (nesse caso, o do próprio naturalista) sido suprimido. Barbosa Rodrigues questionou esse fato, mas ponderando que não queria “crêr” ter sido algo de “*proposito*”, o que acarretava não receber a “gloria” da descoberta, ou seja, um prejuízo para o seu nome. Ainda aproveitou para corrigir a nota que informava que os objetos haviam sido descobertos no “*Alto Amazonas*”, pelo contrário, haviam sido encontrados “nas cabeceiras do rio Uauainchá, afluente do rio Yamundá, que desagua no *Baixo Amazonas*”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Antiguidades do Amazonas. Ensaios de Sciencia por diversos amadores*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo Editores, v. II, julho 1876, s/n.).

⁸³² *Idem*.

⁸³³ NETTO, Ladislau. **Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de Julho de 1882**. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882, p. 60.

⁸³⁴ *Idem*.

⁸³⁵ O APOSTOLO. *Op. Cit.*

pelo médico Alexandre José de Mello Moraes Filho (1816-1882), com desenhos do ilustrador e litógrafo Nicolau Huascar de Vergara e gravuras de Alfredo Pinheiro e do xilógrafo português José Martins Gomes Villas Boas (1857-1934)⁸³⁶.

Como referido, Barbosa Rodrigues teve artigos publicados na **Revista...** e desses três versavam a respeito dos usos e costumes dos Munduruku – “Trajes”, “Cabeça mumificada” e “A festa da Pariuate-ran”, resultado do encontro que o naturalista manteve com esse povo indígena no vale amazônico, assunto abordado no capítulo 2 desta dissertação. Em um desses artigos, Barbosa Rodrigues salientou que apenas nessa região encontrou indígenas “em completo estado selvagem”, assim como outros “tocados pela civilização, isto é, *amansados*”. Segundo ele,

Se as flores têm ocupado meus dias [...] achei sempre tempo e tive ocasião para outros estudos que completam a vida do naturalista. Ao passo que comparam-se os caracteres de duas plantas, estuda-se a relação que existe entre o vegetal e o animal, partindo se dos sêres inferiores, chega-se ao confronto com o homem. Acostumado a comparar espécies vegetaes, e levando-me ellas ao seio do homem entregue á natureza, procurei sempre estudal-o, quer nos seus usos, quer no seu physico como no moral, considerado isolado, ou em relação a outras tribus. Estas, muitas vezes proximas, são inimigas e conservaram os mesmos distinctivos; outras vezes longinquas, mostram-se amigas e com caracteres differentes⁸³⁷.

Percebe-se que Barbosa Rodrigues possuía plena consciência que o trabalho de um naturalista envolvia vários aspectos da vida no planeta. Não apenas as “flôres” deveriam ocupar sua vida, mas também outros “estudos” deveriam fazer parte da *praxe* naturalista. Da mesma maneira que comparava as diversas plantas e os diversos animais, dentro de uma suposta hierarquia, do superior ao inferior, o brasileiro utilizava esse mesmo raciocínio para a vida humana, nesse caso específico, daquele “homem entregue à natureza”, isto é, o indígena. Destacamos que esse discurso do botânico revela o quanto estava de acordo com a visão etnográfica estabelecida dentro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, de estudar os “usos”, o “physico”, a “moral, o “isolamento” ou “convívio social” dos Munduruku com as demais “tribus”.

Sobre esse último aspecto, o naturalista lançou na Revista da Exposição a hipótese de que existiam povos que em muitas ocasiões eram próximos, conservavam as mesmas características etnográficas, mas mantinham-se inimigos. Por conseguinte, havia aqueles que em muitas ocasiões se distanciavam, perdiam características comunais, mas não os laços

⁸³⁶ *Ibidem*, p. 1.

⁸³⁷ RODRIGUES, João Barbosa. Extracto de um livro inedito. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 151.

afetivos e de amizade. Ao se referir aos Munduruku, Barbosa Rodrigues disse que os homens em comparação com as mulheres eram bem mais “baixos” e mais “musculosos” do que elas que possuíam os “hombros mais largos”. A respeito dos Mawé, escreveu:

uma musculatura forte, é dos índios o que se afasta mais do sexo feminino nos traços physionomicos. As mulheres são as mais bellas indias que hei visto. Seus traços physionomicos afastam-se inteiramente do dos homens; têm um rosto oval, olhos expressivos, faces não proeminentes, com traços da raça européa, posto que a cutis seja amorenada, porém de um moreno-claro, único ponto em que dos homens se approximam. As espaldas, largas, têm maiores dimensões em relação ás dos homens, posto que na estatura sejam pouco inferiores⁸³⁸.

Para chegar a essas medidas o botânico informou que não possuía “instrumentos apropriados”, contudo, não deixou de fazer as medições, para isso usou a criatividade. No caso das “dimensões corporaes”, conseguiu obter as medidas usando “regua, fita e esquadro, com graduações exactas”. Já nas “medidas craneanas e bizygomaticas”, usou um compasso, uma “invenção” (ANEXO V) sua, feita em Belém por um “artífice do arsenal de marinha”, que, segundo o botânico, tinha uma leve aparência com o “compasso de Mathieu”⁸³⁹ e era bem “fácil” de utilizar com a mão esquerda. Era pequeno, podia ser desmontado e guardado num “estojo especial” preso ao cinto. Havia várias pontas com escalas distintas, as quais podiam ser trocadas, o que o tornava útil para medir a largura dos acrômios do toráx⁸⁴⁰.

Vale destacar que esse fato possibilita perceber que Barbosa Rodrigues estava a par das ideias discutidas nos círculos científicos referentes a questões ligadas a Antropologia Física no Brasil. Segundo Guilherme José da Silva Sá, tais discussões se iniciaram na década de 1860, recebendo influência principalmente da Sociedade de Antropologia de Paris, onde temas ligados a craniologia se desenvolveram⁸⁴¹. Esse autor ainda identifica duas vertentes antropológicas que se desenvolveram no Brasil, uma ligada as “faculdades de medicina, ocupavam-se em estudar a anatomia das ‘raças’ humanas” e a outra associada aos “juristas preocupados em se aprofundar nas especificidades culturais dos povos ditos ‘não-civilizados’

⁸³⁸ *Ibidem*. p. 152.

⁸³⁹ “Mathieu”, este nome a quem o botânico se referiu está ligado a “Casa Mathieu” empresa que estava localizada em Paris-França e era especializada em fabricar “instrumentos” para aferir medidas corporais. Essa casa fabricou diversos equipamentos sob a supervisão do médico francês Pierre Paul Broca (1824-1880), um dos grandes pensadores da craniometria. (SÁ, Guilherme José da Silva *et al.* Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan./mar. 2008, p. 202.).

⁸⁴⁰ RODRIGUES, João Barbosa. Extracto de um livro inedito. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 152.

⁸⁴¹ SÁ, Guilherme José da Silva *et al.* *Op. Cit.*, p. 198.

(como eram vistas as populações de negros e indígenas)”⁸⁴². Nesse período, a craniologia⁸⁴³ e a frenologia⁸⁴⁴ como “práticas científicas” tentavam elucidar as “diferenças étnicas e de gênero em termos de grau de inteligência; além de aptidão para atividades específicas, saúde física e mental e até mesmo a personalidade dos indivíduos”. Nesse sentido, se desenvolveu a prática de criar “instrumentos” que possibilitassem responder às questões ligadas aos tamanhos dos crânios (craniometria) dos povos tidos como primitivos, no “ímpeto pela definição de medidas e índices que, progressivamente, tornavam-se mais diversificados e complexos [demonstrava] a expectativa de se objetivar cientificamente os mais variados fenômenos sociais”⁸⁴⁵.

Por conseguinte, Barbosa Rodrigues de maneira autodidata criou o referido “compasso” para medir as medidas cranianas dos diversos indígenas que encontrou ao longo de sua exploração pelo vale do Amazonas com a intenção de se inserir nas discussões a respeito dos povos primitivos do Brasil. Contudo, vale destacar que esses instrumentos foram criados por especialistas (entre eles o próprio Pierre Broca), algo que o naturalista não era. Sendo assim, questionamos até que ponto podemos considerar corretas as aferições dele. Algo que precisa ser levado em consideração, pois segundo Guilherme Sá todos esses “instrumentos de medição craniométrica, uma vez que eram inventados para fins específicos, eram porta-vozes da técnica em mundo onde a dinâmica da ciência e os debates político-sociais se retroalimentavam com intensidade”⁸⁴⁶. De acordo com o naturalista, os indígenas brasileiros geralmente possuíam estaturas baixas, troncos grossos e longos, pescoços e “membros curtos”, no caso específico dos indígenas do “Norte” em seus troncos notava-se

a largura das espaldas, a saliência do abdômen, a elevação da caixa thoraxica, a pequenez das mãos e pés, tudo com uma musculatura como que arredondada, o que dá um aspecto que parece indicar pouca agilidade, quando isso não se nota. [...] em geral os homens tenham essa conformação, com muitas exceções é verdade, comparados os de uma tribo com os de outra, diferenças bem sensíveis apresentara, principalmente em relação ao sexo feminino. As mulheres, que em geral todas têm um aspecto varonil, isto

⁸⁴² *Ibidem.*, p. 199.

⁸⁴³ A craniologia era o estudo que tinha como base a medição dos “crânios em seu volume, circunferência e os mais diversos ângulos [...] a craniometria pretendia estabelecer padrões para distinguir e inter-relacionar as diferentes ‘raças’ humanas. Sendo assim, acreditava-se que as “características como capacidade craniana, peso do cérebro e a conformação das circunvoluções cerebrais poderiam informar sobre aspectos morais e intelectuais dos indivíduos e, em uma dimensão mais ampla, as possibilidades de aprimoramento das sociedades humanas”. (*Idem.*).

⁸⁴⁴ A frenologia era o “estudo detalhado das características cranianas e das circunvoluções cerebrais dos indivíduos”. Para tal estudo se levava em consideração analisar os “cérebros de indivíduos considerados ‘geniais’, possuidores de ‘dons naturais’, e de pessoas com comportamento tido como desviante (prostitutas, assassinos, homossexuais etc.)”. (*Idem.*).

⁸⁴⁵ *Idem.*

⁸⁴⁶ *Idem.*

é, que na estrutura do tronco e dos membros são muito aproximadas á do sexo masculino, a ponto de pelas costas confundirem-se os sexos, comtudo com algumas tribus variam na estatura. A mulher indigena, que como o homem tem as espaduas largas, o collo saliente, o ventre elevado e os membros curtos, finos e pequenos, e guarda quasi sempre uma estatura um pouco inferior á do homem, comtudo em algumas tribus apresenta traços característicos. Na physionomia mesmo os traços da mulher são os do homem, a semelhança é grande, quer anatômica, quer physiologicamente⁸⁴⁷.

Por conseguinte, o botânico através das aferições das medidas corporais e cranianas dos indígenas do vale do Amazonas elaborou um quadro delas. Contudo, optou-se por evidenciar apenas os dados concernentes ao “Relatorio” do rio Tapajós, sendo assim somente as medidas dos Mawé e dos Munduruku (ANEXO W).

4.6 Barbosa Rodrigues na província do Amazonas (1883-1890)

De acordo com Dilke Salgado, após chegar do Norte do país, em 1875, o naturalista apresentou o imperador com uma edição de luxo (bordas de fios de ouro) dos seus relatórios de “Exploração e Estudo do valle do Amazonas”⁸⁴⁸. Aproveitou a oportunidade para não apenas agradecer-lhe os recursos dispensados na realização da Comissão, como também comunicar-lhe o desejo de continuar suas investigações. Contudo, o imperador concluiu que não possuía interesse em patrocinar um novo empreendimento⁸⁴⁹. Ao receber tal resposta, o naturalista retirou-se do Paço, e prometeu para si mesmo que não prestaria mais serviços ao Império (promessa não cumprida, pois o botânico explorou Minas Gerais em 1876 com recursos do Império)⁸⁵⁰. Em 1882, Barbosa Rodrigues foi convidado pela princesa Isabel a

⁸⁴⁷ *Ibidem.*, p. 151.

⁸⁴⁸ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 89.

⁸⁴⁹ *Idem.*

⁸⁵⁰ A esse episódio Dilke Salgado chamou de “incidente do Paço”. Com o passar dos anos, a situação pouco mudou. Barbosa Rodrigues se mostrava indiferente e intransigente todas as vezes que se encontrava com Pedro II, fosse nas reuniões das sessões no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro ou em outros encontros. Assim se deu, por exemplo, durante as “Conferências Populares da Glória”. De acordo com Karoline Carula, com o propósito de vulgarizar assuntos concernentes às Ciências no Brasil, o advogado Manoel Francisco Correia Junior (1831-1905) criou, em 1873, as chamadas “Conferências Populares da Glória” que ocorriam em colégios públicos da freguesia da Glória, hoje Largo do Machado. Cf. CARULA, Karoline. **Darwinismo, Raça e Gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2016, p. 29. Em uma dessas audiências, Barbosa Rodrigues fez uma exposição sobre o “curare, seu uso, armas em que é usado e seu manejo”, na qual mostrou os resultados de seus estudos a respeito do veneno utilizado pelos indígenas em suas caçadas. (**JORNAL DO COMMERCIO**, *Op. Cit.*, p. 2.). Barbosa Rodrigues conheceu o *curare* em 1873 no vale do Amazonas. Nesse mesmo ano, aprendeu a fabricá-lo com uma indígena miranha. Ao retornar de lá, passou a realizar experiências com espécies do gênero *Strychnos* L., 1753, o qual ele acreditava ser o mais tóxico. Sua intenção era descobrir o antídoto do *curare*, após alguns testes revelarem que era o cloreto de sódio (NaCl), o sal de cozinha. (*Ibidem.*, p. 14-15). Seus resultados o levaram a iniciar uma série de debates com o médico João Baptista de Lacerda (1846-1915) que discordava deles. Para Baptista de Lacerda, as espécies da família *Menispermaceae* Juss., 1789 eram as responsáveis pela

projetar a criação de um Museu Botânico na província do Amazonas, a administração da instituição ficaria a cargo do próprio botânico, tendo em vista sua experiência acumulada na região. Nesse contexto favorável, o naturalista aceitou a chefia do empreendimento⁸⁵¹. No mesmo ano, elaborou e entregou o projeto, no qual se previa o estudo da flora da província amazonense, tanto as conhecidas como as novas espécies. Estas últimas seriam descritas, classificadas, ilustradas e divulgadas. Seria instalado um laboratório químico (com instrumentos e livros específicos) onde os óleos, as resinas, os bálsamos, os leites, as seivas sacarinas, as gomas e as fibras seriam estudadas para se saber qual a utilidade de cada uma para a indústria. Nele seriam analisadas “qualitativa e quantitativamente” as plantas taníferas, tintoriais, amiláceas, tóxicas, medicinais, entre outras, com o objetivo de extrair os produtos. Segundo ele, das “plantas medicinaes se farão extractos e tincturas para experiencias physiologicas e therapeuticas, para se poder conhecer sua acção e seus efeitos sobre o organismo humano”. Por fim, todas as plantas seriam estudadas em “relação á sciencia, ás artes, á industria e ao commercio”, destas, as sementes seriam colhidas para serem colocadas em sementeiras⁸⁵².

Outro ponto especificado por Barbosa Rodrigues seria a construção de um horto no Museu, no qual as plantas mais importantes seriam aclimatadas com o objetivo de serem experimentadas e divulgadas. Também seria elaborado um herbário, acompanhado de um catálogo e de “duplicatas” a serem permutadas com as dos Museus da Europa⁸⁵³. Ainda de acordo com o projeto, o Museu teria uma revista semanal, na qual, tanto os resultados (as descrições das novas espécies, seguidas de ilustrações, dos estudos sobre as mesmas e seus produtos), quanto a descrição histórica, geográfica e etnográfica da província seriam publicados. O naturalista decidiu traduzir para o francês grande parte do conteúdo da revista a ser enviada para os países com os quais o Brasil mantinha relações comerciais. Ele ainda disponibilizou o serviço de assinatura que poderia ser utilizado pelas sociedades científicas

toxicidade do *curare* e o cloreto de sódio não era o antídoto do veneno. Por isso, iniciou-se entre os intelectuais uma série de conferências públicas para comprovar qual tese estava correta, com mediação da Academia Imperial de Medicina. Ao final, ambos estavam certos sobre a procedência botânica do *curare* (*Strychnos* e *Menispermaceae*), mas a tese de Barbosa Rodrigues sobre o antídoto foi descartada. (SÁ, Magali Romero. Do veneno ao antídoto: Barbosa Rodrigues e os estudos e controvérsias científicas sobre o curare. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, suplemento, 2012, p. 1.). De acordo com Dilke Salgado, entre os ouvintes, estava o imperador, contudo, o conferencista, não mudou sua postura de ressentimento (não existe nenhum documento – cartas de Barbosa Rodrigues que possa confirmar essa versão de Dilke Salgado). (SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 91-92.).

⁸⁵¹ *Ibidem.*, p. 93-94.

⁸⁵² PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de Março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá**. Manaus: Typ. do Amazonas, 1883, p. 83.

⁸⁵³ *Idem.*

brasileiras e europeias – de preferência em paralelo com o serviço de permuta entre as instituições –, assim como as instituições nacionais que receberiam de maneira gratuita exemplares da publicação⁸⁵⁴.

Nos meses seguintes, o projeto – que previa um orçamento de 120:000\$ (cento e vinte mil réis) para as despesas do Museu⁸⁵⁵ – foi apresentado a Adriano Pimentel e a Antônio dos Passos de Miranda (1847-1899). Ambos eram deputados que representavam a província do Amazonas na Assembleia Geral, respectivamente primeiro e segundo distritos. Desse modo, o deputado Pimentel, em uma sessão de 1882, que discutia o orçamento para o Ministério, pediu vênua para usar a tribuna, onde defendeu um adiantamento de 30:000\$ para os preparativos da instalação, pedido que foi negado⁸⁵⁶. Em outra sessão da Assembleia, o deputado Passos de Miranda tentou sensibilizar o plenário para que

em sua próxima reunião de mais uma prova de seu patriotismo, concedendo a verba de 30:000\$000 para a criação de tão útil estabelecimento. A província do Amazonas tem as suas finanças em estado de muita prosperidade e deve cuidar de si, sem esperar auxilio dos poderes geraes. E como para obra tão util, os partidos devem se confundir, desde já peço ao nobre deputado pelo 2.º districto do Amazonas o auxilio de seus amigos na Assembléa Provincial”⁸⁵⁷.

O deputado denunciou a negligência da Casa, dos governos imperial e provincial para com as riquezas do vale amazônico, e indagou: “pódem-se encontrar tantos recursos para o desenvolvimento das sciencias e das artes, da industria e do commercio, como se deixa completamente abandonada?”⁸⁵⁸. Para ele, era inadmissível que toda opulência da flora amazonense não inspirasse o interesse dos governantes por um estudo detalhado de toda sua riqueza. Era imprescindível a instalação do Museu Botânico do Amazonas, pois essa instituição seria a grande responsável pelo “estudo científico das plantas da flora amazonense [e por] patentear ao mundo as riquezas que alli possuímos e as vantagens que dellas se pódem tirar em todas as relações da vida”⁸⁵⁹. A fala do deputado revela que a criação do Museu respondia também a uma agenda econômica e afirmava que na flora amazonense existiam “productos nativos” que poderiam “constituir a riqueza de um Estado”. Apelou ao presidente que era médico, a este aludiu o exemplo da riqueza do *curare*, o já citado veneno indígena⁸⁶⁰.

⁸⁵⁴ *Idem.*

⁸⁵⁵ *Ibidem.*, p. 84.

⁸⁵⁶ *Ibidem.*, p. 85.

⁸⁵⁷ *Idem.*

⁸⁵⁸ *Idem.*

⁸⁵⁹ *Idem.*

⁸⁶⁰ *Idem.*

Ao fim, em seu discurso, Passos de Miranda enfatizou que o nome de Barbosa Rodrigues já era conhecido no Brasil

pelos grandes serviços que a sciencia lhe deve [...] o Sr. Barbosa Rodrigues, que residindo no Amazonas tres annos fez sobre sua flora tratados importantísimos [...] segundo estou informado, por amor á sciencia se incumbirá da direcção do museu botanico, e esta offerta deve ser aceita com reconhecimento⁸⁶¹.

Os discursos de Miranda e Pimentel foram decisivos para que José Lustosa da Cunha Paranaguá (1855-1945), visconde de Paranaguá⁸⁶², à época presidente da província do Amazonas, endossasse o projeto de construção do Museu Botânico que em questão de meses foi aprovado pela Assembleia Provincial⁸⁶³. Autorizava-se a construção de um “edifício especial” para o Museu e nomeava-se Barbosa Rodrigues o seu diretor, que ainda se encontrava no Rio de Janeiro⁸⁶⁴. Ao receber o aviso de sua nomeação, Barbosa Rodrigues finalmente iniciou os preparativos para que ele e toda a sua família pudessem se mudar para a capital amazonense⁸⁶⁵. Quatro meses depois, em outubro de 1883, a família embarcou num vapor, chegando a Manaus em dezembro do mesmo ano. O naturalista logo assumiu o seu cargo cuja remuneração era seis contos de réis (quatro de salário e dois de bonificação)⁸⁶⁶. Com as dificuldades do Tesouro provincial e a falta de tempo hábil para se construir uma edificação, o museu foi inaugurado na “chácara Cachangá”, próxima ao igarapé da Cachoeirinha.⁸⁶⁷ Segundo Barbosa Rodrigues, mesmo que o Museu Botânico tivesse ganho vida, isso não significou que ele conseguiu seu pronto funcionamento. No decorrer dos meses e anos seguintes, ele enfrentou muitas dificuldades, de ordem financeira e pessoal.⁸⁶⁸

Mesmo com inúmeros obstáculos, o Museu abriu com uma quantidade importante de coleções botânicas e etnográficas, provenientes da exploração do rio Urubú realizada pelo 1.º

⁸⁶¹ *Idem*.

⁸⁶² Político conservador que governou a província do Amazonas de 17 de março de 1882 a 11 de março de 1884.

⁸⁶³ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. *Op. Cit.*, p. 82.

⁸⁶⁴ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatorio com que o presidente da provincia do Amazonas, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá entregou a administração da mesma provincia ao 1º vice-presidente Coronel Guilherme José Moreira em 16 de fevereiro de 1884.** Manáos: Typ. do Amazonas, 1884, p. 67-68.

⁸⁶⁵ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 97.

⁸⁶⁶ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de Março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá.** Manáos: Typ. do Amazonas, 1883, p. 68.

⁸⁶⁷ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatorio com que o presidente da provincia do Amazonas, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá entregou a administração da mesma provincia ao 1º vice-presidente Coronel Guilherme José Moreira em 16 de fevereiro de 1884.** Manáos: Typ. do Amazonas, 1884, p. 68; LEONG, Leyla. *Op. Cit.*, p. 37.

⁸⁶⁸ RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas,** Manáos: Typografia do Jornal do Amazonas, v. I, 1888, p. 2.

tenente da armada Antônio Madeira Shaw⁸⁶⁹. O próprio Visconde de Paranaguá conseguira duas pedras nas quais havia inscrições indígenas, uma encontrada na boca do rio Solimões no lugar chamado Lages e a outra em Manaus, no local onde estava sendo construído uma rampa do novo mercado. A ideia do presidente era colocá-las na parede de uma das salas do novo prédio do Museu⁸⁷⁰. A necessidade de um prédio próprio permanecia urgente e imprescindível, tendo em vista o tamanho do empreendimento. A saída encontrada foi comprar um casarão no bairro de São Sebastião (hoje São Francisco, na zona Sul de Manaus). Contudo, como veremos o museu só seria inaugurado em 1885⁸⁷¹. Até lá, o Museu continuava sem funcionar e sem funcionários, fato que levou Barbosa Rodrigues a se reunir com o então presidente da província José Jansen Ferreira Júnior⁸⁷² que havia sucedido Theodoro Carlos de Faria Souto (1841-1893)⁸⁷³.

José Jansen lhe informou que naquele momento não havia recursos no orçamento para a inauguração⁸⁷⁴. Mas a conversa ganhou novo rumo quando o naturalista mudou de estratégia e comunicou a respeito do desejo de estabelecer contato com os indígenas que habitavam o rio Jauaperi (algo que desejava fazer desde a sua primeira passagem pelo Amazonas, em 1873)⁸⁷⁵, assunto já discutido com os ex-presidentes, Paranaguá e Theodoro Souto, os quais havia dado autorização para ele viajar até a região do referido rio⁸⁷⁶, pois para o governo essa ação representava a possibilidade real de catequisar os “silvícolas”, além de coletar objetos etnográficos e informações dos produtos naturais daquela área para o Museu Botânico⁸⁷⁷.

A Assembleia provincial já havia autorizado a presidência a estabelecer⁸⁷⁸ uma “colônia” no rio Jauaperi⁸⁷⁹ para catequisar os “traíçoeiros” Waimiri ou “terríveis” Jauaperi⁸⁸⁰, etnia que habitava a margem esquerda do rio⁸⁸¹, afluente do rio Negro. Seu

⁸⁶⁹ Como resultado de sua exploração, Antônio Shaw entregou uma “Carta hydrographica do rio Urubu, publicada em 1883.

⁸⁷⁰ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. *Op. Cit.*, p. 68.

⁸⁷¹ LEONG, Leyla. *Op. Cit.*, p. 55.

⁸⁷² Político liberal que governou a província do Amazonas de 11 de maio de 1884 a 27 de maio de 1885.

⁸⁷³ Político conservador que governou a província do Amazonas entre 11 de março a 12 de julho de 1884.

⁸⁷⁴ SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 97.

⁸⁷⁵ RODRIGUES, João Barbosa. **Rio Jauapery – pacificação dos Crichanás por João Barboza Rodrigues**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 6.

⁸⁷⁶ Paranaguá em relatório à Assembleia Provincial informou que após receber notícias de que os indígenas estavam bem receptivos aos “brindes” dados pela província, até planejou enviar o naturalista até eles, contudo não o pode fazer por falta de recursos. (PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. *Op. Cit.*, p. 28.).

⁸⁷⁷ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 6-7.

⁸⁷⁸ AMAZONAS, Manãos, 27 abr. 1884, anno XVIII, n. 1008, p. 2.

⁸⁷⁹ Rio Jauaperí está localizado em Roraima. Suas águas são escuras e sua nascente é na serra do Acaraí (sistema Tumucumaque) na fronteira com a Guiana. Seu curso é de direção Sul, ao se aproximar do baixo rio Branco deságua no rio Negro, o que faz dele uma fronteira natural entre os Estados de Roraima e do Amazonas.

⁸⁸⁰ Segundo Barbosa Rodrigues, esses indígenas eram procedentes da região do rio Jauaperi, por isso, foram denominados de Jauaperys, posteriormente receberam outras denominações como: Jauameri, Uameri, Uameri e Waimiri. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 9.).

“domínio” se estendia de Muirapinima, abaixo de Airão (hoje Velho Airão) até o rio Branco. Desse modo, José Jansen ofereceu à Barbosa Rodrigues a liderança de uma expedição para pacificar e chamar ao “gremio da civilização os selvagens” que habitavam naquele curso d’água⁸⁸².

Segundo o “Jornal do Amazonas” tais indígenas, desde a década de 1840, causavam “depredações e as vezes mortes”⁸⁸³, sobretudo na freguesia de Moura. Segundo Barbosa Rodrigues, os Jauaperi eram a única tribo que havia permanecido na região do rio, pois as outras que ali habitavam, foram perseguidas e escravizadas, dizimadas ou ainda acabaram por procurar outros lugares onde pudessem viver⁸⁸⁴.

O naturalista recordou que a primeira tentativa de “pacificação”, empreendida pelo Major Manoel Pereira de Vasconcellos, foi um fracasso. A investida para catequizar os Jauaperi terminou em um massacre que fez com que surgisse uma “guerra sem treguas”⁸⁸⁵, alimentando o ódio do “selvagem [que gritava] bem alto por vingança”⁸⁸⁶. Segundo Barbosa Rodrigues, os indígenas passaram a atacar todas as localidades as margens do rio Jauaperi⁸⁸⁷. Um detalhe, entretanto, lhe chamou a atenção. O fato de que a região dos ataques ficava próxima ao Carimani, rio que havia explorado, em 1873, um dos afluentes da margem direita do Jatapú. No Carimani, encontrou um grupo de indígenas armados que, por sua vez, não lhe fizeram mal nenhum. Eram conhecidos como “Uassahys”, suas aldeias ficavam entre as nascentes do Carimani e Jauaperi⁸⁸⁸. Por falar um pouco do nheengatu, conseguiu se comunicar e soube das investidas das tropas provinciais em seus territórios⁸⁸⁹. Urgiu, à época, ao presidente da província, Domingos Monteiro Peixoto⁸⁹⁰, Barão de São Domingos, autorização para deslocá-los para um aldeamento, o que não foi aceito.

Ao fim e ao cabo, uma expedição militar foi enviada para a eliminação dos “Uassahys”, povo que Barbosa Rodrigues identificou como sendo os mesmos Jauaperi. Três pontos o haviam levado à essa conclusão: 1. Moura ficava próxima de onde ele tinha

⁸⁸¹ **JORNAL DO AMAZONAS**, Manáos, 6 ago. 1875, anno I, n. 24, publicações solicitadas, p.3.

⁸⁸² **JORNAL DO AMAZONAS**, Manáos, 13 abr. 1884, anno XVIII, n. 1002, parte oficial – actos officiais, p. 2; RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 196.

⁸⁸³ **JORNAL DO AMAZONAS**, Manáos, 27 dez. 1877, anno II, n. 219, p. 1

⁸⁸⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 32.

⁸⁸⁵ *Ibidem*, p. 11.

⁸⁸⁶ *Idem*.

⁸⁸⁷ **AMAZONAS**, Manáos, 6 jun. 1868, anno II, n. 105, p. 3; **JORNAL DO AMAZONAS**, Manáos, 22 jan. 1882, anno VII, n. 658, p. 1.

⁸⁸⁸ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: os rios Urubú e Jatapú**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875b, p. 75.

⁸⁸⁹ RODRIGUES, João Barbosa. **Rio Jauapery – pacificação dos Crichanás por João Barboza Rodrigues**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 5.

⁸⁹⁰ Político conservador que governou a província do Amazonas entre os anos de 1872-1875.

encontrado os “Uassahys”; 2. as semelhanças nos relatos das maldades praticadas pelos homens brancos para com os “Uassahys”; 3. e principalmente as armas dos indígenas que eram semelhantes às dos Jauaperi e que estavam em poder da Guarda Nacional, em Manaus.⁸⁹¹

A crueldade cometida pela força contra os indígenas “Uassahys” ainda estava muito viva na memória do naturalista. Com o Museu ainda sem funcionar, Barbosa Rodrigues aceitou liderar nova Expedição e se sentiu honrado em ser o primeiro a tentar tal feito, pois confiava “na palavra do gentio, que não a falta, e na sua lealdade, tão constantemente justificada quando o civilizado não o trahe”⁸⁹². Por isso, acreditava firmemente que poderia provar que os Jauaperi eram os “Uassahys” (fato que posteriormente conseguiu confirmar) (ANEXO X). E dessa maneira, “salvar das garras da barbaria centenas de almas que se perdiam no meio das florestas, varridas pelo chumbo que a polvora impellia, sem que até então ninguém tivesse tentado sua pacificação”⁸⁹³.

Para realizar a missão de “pacificação”, Barbosa Rodrigues seria acompanhado de uma força de 30 praças de linhas liderada por um oficial de confiança⁸⁹⁴. A ordem dada ao naturalista era estabelecer contato pacífico, para depois seguir às aldeias com o intuito de convencer todos os outros Jauaperi a “descerem [para] formarem um nucleo colonial”, ou seja, um aldeamento. Nesse espaço, os Jauaperi seriam aldeados com outras etnias indígenas, as quais seriam estimuladas a plantarem “roças para suas subsistências”, e aprenderem os “officios mais necessarios” na escola que seria instalada no local⁸⁹⁵.

Importante enfatizar que essa missão pacificadora de Barbosa Rodrigues estava de acordo com a “política indigenista” da época⁸⁹⁶. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, no Brasil do século XIX, essa política foi marcada pela retomada do projeto “assimilacionista” de Pombal pelos políticos do Império brasileiro. Tal projeto trabalhava com a perspectiva de acabar com as “antigas aldeias coloniais e suas terras coletivas” e construir uma ideia de “nacionalismo” segundo preceitos eurocêntricos, não admitindo, portanto, “pluralidades étnicas e culturais”⁸⁹⁷. A autora ainda salienta que esse assunto não era

⁸⁹¹ RODRIGUES, João Barbosa. Tribu dos Uassahys. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 47-48.

⁸⁹² *Idem.*, p. 48.

⁸⁹³ RODRIGUES, João Barbosa. **Rio Jauapery – pacificação dos Crichanás por João Barboza Rodrigues**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 6.

⁸⁹⁴ *Idem.*

⁸⁹⁵ *Idem.*

⁸⁹⁶ ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, 2012, p. 22.

⁸⁹⁷ *Idem.*

homogêneo, pois havia sérias divergências entre os políticos e intelectuais. Um dos locais onde essas clivagens emergiam era justamente nas sessões do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e, embora marcada por propostas distintas (Varnhagen, por exemplo, chegou ao ponto de sugerir o extermínio dos povos indígenas⁸⁹⁸), um ponto central parecia ser unânime entre quase todos os sócios e legisladores, a ideia de que os indígenas deveriam ser “civilizados” para que pudessem ser “cidadãos” do Império brasileiro e servirem como “trabalhadores eficientes”⁸⁹⁹. Ao longo dos anos, o governo imperial estabeleceu várias normas para implementar essa “política indigenista”. Nesse sentido, vale destacar que o “Regulamento das Missões”⁹⁰⁰ (1845) mesmo não sendo uma das leis indigenistas do Império, era uma lei quadro por excelência que versava a respeito ao trato para com as populações indígenas, isto é, determinava as diretrizes para as chamadas “Missões de catechese, e civilização dos Índios”⁹⁰¹.

Ao que parece, a missão de pacificação dada a Barbosa Rodrigues (o botânico não era missionário) pelo presidente, para que este estabelecesse contato pacífico com os Jauaperi, se coaduna com algumas determinações que estavam dispostas no Art. 1º do referido Regulamento, tais como:

§ 7º Inquerir onde ha Índios, que vivão em hordas errantes; seus costumes, e linguas; e mandar Missionarios, que solicitará do Presidente da Provincia, quando já não estejam á sua disposição, os quaes lhes vão pregar a Religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social.

§ 8º Indagar se convirá fazel-os des,cer para as Aldêas actualmente existentes, ou estabelecel-os em separado; indicando em suas informações ao Governo Imperial o lugar onde deve assentar-se a nova Aldêa.

§10. Distribuir pelos Directores das Aldêas, e pelos Missionarios, que andarem nos lugares remotos, os objectos que pelo Governo Imperial forem destinados para os Índios, assim para a agricultura (...)

§ 19. Empregar todos os meios licitos, brandos, e suaves, para atrahir Índios ás Aldêas; e promover casamentos entre os mesmos, e entre elles, e pessoas de outra raça.

§ 26. Promover o estabelecimento de officinas de Artes mecanicas, com preferencia das que se prestão ás primeiras necessidades da vida; e que sejam nellas admittidos os Índios, segundo as propensões, que mostrarem

⁸⁹⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Edusp, 1992.

⁸⁹⁹ *Idem*.

⁹⁰⁰ Para mais informações Cf. **BRASIL**. Senado Federal. Decreto n. 426 - de 24 de Julho de 1845. Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 26 fev 2020.

⁹⁰¹ ALMEIDA, Maria Celestino de. *Op. Cit.*, p. 22.

Uma vez provido de todos os produtos e materiais necessários, finalmente a expedição podia partir de Manaus em direção ao rio Jauaperi. Liderada por Barbosa Rodrigues, contou com um convidado especial, o conde italiano Ermano Stradelli (1852-1926), aristocrata que desde 1879 fotografava os indígenas do rio Purus, além de estudar sua língua e cultura. Ele foi o responsável por fotografar tudo e todos durante a viagem (**ANEXO Y**)⁹⁰². Pelo texto de Barbosa Rodrigues, é possível depreender que, embora houvesse interesses econômicos e científicos norteando a expedição, ele acreditava poder provar que os recorrentes ataques indígenas nos diversos pontos da província se deviam ao temor destes últimos em serem privados de sua liberdade.

Nesse ponto, Barbosa Rodrigues parece apresentar uma visão pouco ortodoxa sobre ao cativo indígena, oposta à tutela que o Estado propunha sobre estes povos e inteiramente contrária à visão nitidamente xenófoba de seu consórcio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Varnhagen. Segundo o naturalista, o governo não deveria privá-los da liberdade, e se o fizesse, esta deveria ser defendida por eles a “ferro e fogo”⁹⁰³. Os ataques que vinham ocorrendo no Amazonas eram uma resposta à opressão e à ofensiva que sofriam do “civilizado”. Concluiu que para muitos a vingança era um crime, porém a entendia como uma reparação pela afronta que sofriam⁹⁰⁴. Denunciou a contradição do fato de que aos índios reservava-se o epíteto de selvagens ou bárbaros por se defenderem e, aos brancos, o de civilizados por oprimirem, viciarem, prenderem e violentarem esses povos.

No contexto da situação em que se encontrava, o pensamento de Barbosa Rodrigues diante dos Jauaperis estava de acordo com uma das ordens recebidas – não agir com violência. O botânico acreditava que poderia ser um mediador entre os índios e os amazonenses. No decorrer da viagem, o naturalista aproveitou para cumprir uma das metas, realizar herborizações, encontrando diversas espécies novas e conhecidas⁹⁰⁵. Após alguns dias de jornada, os expedicionários encontraram-se com os Jauaperi (**ANEXO Z**) e iniciaram o diálogo com a ajuda do intérprete Pedro, indígena da etnia Macuxi⁹⁰⁶ (**ANEXO AA**) morador do rio Branco. Findo as apresentações e as distribuições de “presentes” aos indígenas

⁹⁰² RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 7; PACCA, Fernando de. Os índios na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan./mar 2011, p. 200.

⁹⁰³ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 7

⁹⁰⁴ *Ibidem*, p. 8.

⁹⁰⁵ *Idem*.

⁹⁰⁶ O povo Macuxi pertence ao tronco linguístico Karib, vive nas regiões das Guianas, entre as nascentes dos rios Branco e Rupununi, área que hoje partilhada entre a Guiana e o Brasil. Eles se autodenominam Pemon. (SANTILLI, Paulo José Brando. **Povos Indígenas no Brasil**. https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal). Acesso em: 06 out 2020.).

(ANEXO BB), Barbosa Rodrigues conseguiu persuadi-los a embarcarem juntos na lancha. Segundo o ele, os Jauaperi embarcaram “como si fossem civilizados, não fazendo diferença dos outros tripolantes, seguiram viagem comnosco, ora sobre a tolda, ora na camara, animando os tripolantes e se entretendo com eles”⁹⁰⁷.

Para Barbosa Rodrigues e Ermanno Stradelli, os Jauaperi demonstravam interesse tanto em desenhar, quanto aprender a língua portuguesa, tudo porque repetiam “as palavras em voz alta”⁹⁰⁸. Para retribuir a refeição que lhes foi oferecida no barco, os Jauaperi, convidaram a tripulação para o “muratekui com itamocacanim”, ou seja, “o banquete da paz, como signal de alliança e festejo ao branco”⁹⁰⁹. Na ocasião poderiam experimentar o “Eikurú”⁹¹⁰ ou caxiri⁹¹¹, bebidas típicas da região. Após o término do jantar, a pedido dos Jauaperi a lancha parou no local onde ocorreu o primeiro contato entre eles, nas pedras da ilha localizada na baía de “Mahaua”. Segundo o botânico, lhe causou espanto todos desembarcarem alegres apertando-lhes a mão, e por se comportarem “amistosamente” entre eles, não “como selvagens tirados da brenha” e sim como “passageiros” educados⁹¹².

O “banquete da paz” ocorreu em 14 de abril, ocasião em que o naturalista e um velho ancião dos Jauaperi chamado Tomini, tomaram juntos o “Eikurú” para celebrar a paz entre os indígenas e os “civilizados”. Todos os outros expedicionários foram obrigados a tomar a bebida da “taça da hospitalidade”⁹¹³. O local foi batizado pelo botânico de “ilha do Thriumpho”, pois para ele aqueles que eram conhecidos como “terríveis” Jauaperi ou “traíçoeiros” Uaimiri deixaram de existir. Daí a razão pela qual passou a denominá-los de “Crichaná”⁹¹⁴ (“nação grillo”⁹¹⁵), pois estes tinham chegado de maneira hospitaleira e assim se comportado⁹¹⁶.

⁹⁰⁷ *Ibidem.*, p. 57.

⁹⁰⁸ *Ibidem.*, p. 58.

⁹⁰⁹ *Ibidem.*, p. 58-59.

⁹¹⁰ Segundo Babrosa Rodrigues, os Jauaperys faziam o “Eikurú” da seguinte maneira: “dentro de uma grande panella fervia a agua que a velha mexia com uma vara. Uns traziam agua; outros dissolviam em cuias o polvilho; estes despolpavam n’agua a BACABA cozida; aquelles lançavam na grande panella o polvilho dissolvido, enquanto a mulher, de pé, mexia a gomma (TIPIPI) que engrossava”. (*Ibidem.*, p. 61.).

⁹¹¹ Bebida fermentada a base de mandioca utilizada nas cerimônias indígenas. (RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: os rios Urubú e Jatapú**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875b, p. 25.).

⁹¹² *Ibidem.*, p. 58.

⁹¹³ *Ibidem.*, p. 62.

⁹¹⁴ No início do século XX, os servidores do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) passaram a chamá-los de *Waimiri Atroari*. Ressaltamos que essa denominação composta representa apenas um povo: o povo *kinja*, nome pelo qual eles se autodenominam. Os *Waimiri Atroari* pertencem ao grupo linguístico *Karib*, habitam na “Terra Indígena *Waimiri Atroari*” nos Estados do Amazonas e de Roraima. Segundo o Censo 2018 possui uma população de 2.009 indivíduos. (VALE, Maria Carmen R. do. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari. Acesso em: 27 fev. 2020.).

⁹¹⁵ Segundo Barbosa Rodrigues, o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio foi o primeiro a fazer referência “a nação Crichaná”, em um comentário em seu diário, em 1775. Em 1825, o diário foi impresso e a alcunha

Para Maria Carmen R. do Vale, a atitude de Barbosa Rodrigues em alterar os nomes pejorativos (“terríveis” ou “traíçoeiros”) para outros apreciativos (“Crichanás” seria o “verdadeiro nome” desses indígenas, segundo o próprio Barbosa Rodrigues, afinal foi ele quem os contactou e pacificou), reflete a ideia do naturalista em “construir uma nova imagem” desses povos, o que tornaria mais fácil sua “missão” de pacificá-los, pois lhe permitiria “manter um contato mais amistoso entre os índios e não índios, que na época travavam relações de extrema hostilidade”⁹¹⁷. Na ótica do naturalista, essas hostilidades haviam sido encerradas, tanto que em sua narrativa afirmou que os “Crichanás” não poderiam ser confundidos com

aquelles que, emboscados na matta, esperavam a victima imprevidente que se deixava arrastar pelo boiar da tartaruga. Não são mais aquelles que assaltavam villas e matavam crianças innocentes. Não são aquelles que queriam beber o sangue dos brancos, que fizeram tambem correr o seu em mil feridas”⁹¹⁸.

Embora justificando novamente os ataques indígenas contra os “brancos”, o botânico não se libertou do pensamento da superioridade racial pois em sua visão, esses seres primitivos foram ao encontro dos “brancos” para pedir a benção cristã e não o contrário. Esse fato, por si, bastava para que os “brancos” respeessem e não levassem até as suas aldeias “a corrupção, a deshonra e a escravidão”, sendo respeesados pelos “Crichanás”. Barbosa Rodrigues acreditava que o indígena possuía um tesouro e este era o seu “coração”, por isso, era necessário que eles permanecessem virgens como as matas eram. Eles deveriam ser educados pelos “brancos”, porém, estes jamais deveriam profaná-los. Um pensamento de veras contraditório e que pensamos em explorar com mais profundidade em uma tese de doutorado.

Para eternizar esse momento, o naturalista que se autointitulava “pacificador” recomendou ao presidente do Amazonas que a data se tornasse um feriado provincial, pois ela

“Crichaná” foi alterada para “Cericuná”. Porém, o botânico não soube dizer se foi “por má informação, por ter ouvido mal ou por engano typographico”, o que levou a muitos escritores a copiar essa grafia inclusive António Ladislau Monteiro Baena. Segundo o naturalista, essa prática de “tornar breve a syllaba longa dos nomes de tribos” era comum para facilitar a pronúncia. Naquela época não se escrevia “Uapichaná, Pauichianá [...] e sim Uapichana, Pauichiona”. De acordo com o botânico, o termo “Aná” significava “nação”, desse modo “Uapichaná quer dizer nação gato, Pauichianá nação mutum, Crichaná nação grillo”. Desse modo, para Barbosa Rodrigues, o autor do Diário escreveu Crichaná e “não Cericuná. Por má escripta ou má pronuncia, Crichaná passou a ser Cericaná. A aspiração do *h* dá á pronuncia *cha* quando mal aspirado o som de *ca*. Vê-se pois que os pretendidos Uaimirys são os Crichanás que, segundo Baena, ainda em 1839 existiam no Jauapery. A não serem os Crichanás os mesmos Cericunás, como desapareceu esta tribu sem deixar vestígios? Não foram missionados nem se aldearam, senão em pequeno numero, em Moura; não podiam, pois, extinguir-se completamente porque nem sequer houve emigração”. (RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 134-135.).

⁹¹⁶ *Ibidem.*, p. 59.

⁹¹⁷ VALE, Maria Carmen R. do. *Op. Cit.*

⁹¹⁸ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 135.

simbolizava a “paz” que passaria a reinar entre “os Crichanás e os civilizados, paz que restituiu á provincia um grande rio piscoso, extensas florestas ricas de produtos vegetaes, um solo uberrimo e a tranquillidade de um povo”⁹¹⁹. Foi com essa certeza que Barbosa Rodrigues retornou a Manaus depois de quase 20 dias de viagem. O Governo provincial, na pessoa do presidente José Ferreira Júnior, reconheceu o trabalho realizado entre os “Crichanás”. É o que revelou a fala dele à Assembleia Provincial, em 25 de março de 1885, na qual relatou aos deputados os atos do governo no ano anterior. Ferreira Júnior salientou que quase 2.000 “Crichanás” que habitavam a região do rio Jauaperi estavam “pacificados e dispostos a entrar por meios amistosos, para o gremio da civilização”⁹²⁰. No entanto, o trabalho iniciado por Barbosa Rodrigues ainda precisava de conclusão, ou seja, os “Crichanás” precisavam ser aldeados, pois, quando vinham à freguesia de Moura com o objetivo de trocar objetos com os moradores causavam grande temor entre eles⁹²¹.

No mesmo ano, em sua fala à Assembleia provincial no dia 21 de setembro comunicava que recebera um ofício datado de Barbosa Rodrigues relatando a situação dos “Crichanás”. Tratava-se de um pequeno relatório da terceira e última expedição feita ao rio Jauaperi, em meados de 1885. No relatório, o autor enfatizou que encontrou um cenário diferente que deixara nas duas primeiras expedições (ambas realizadas em 1884), constatando apenas dois indígenas de nome Ueneró e Mekakonó. Depois de conversar com a dupla, Ueneró confessou que “os brancos, em “Mahaua”, tinham-lhes tirado tudo quanto possuíam, deixando-os sem recompensa, até sem arcos para caça”. Para tentar acalmar os ânimos, o naturalista ofereceu ferramentas, machados, terçados, facas, e ainda os convidou para viajarem com ele na canoa⁹²². O objetivo era que ambos os levassem ao encontro dos demais, o que acabou não ocorrendo, tendo Barbosa Rodrigues retornado à Manaus⁹²³. Em seu relatório, recomendava algumas medidas que deveriam ser tomadas para que o aldeamento dos “Crichanás” se tornasse uma realidade. Desejava acabar com as mortes na região, pois ali pessoas morriam “mannualmente” pelas flechas vingativas do indígena.

Nas palavras do naturalista, o que ele fez foi “simplesmente um serviço á humanidade, fiado no estudo que tenho feito do caracter índio”⁹²⁴. Pelas palavras de Barbosa Rodrigues, podemos aferir que, ao pacificar os “Crichanás”, ele estaria livrando os habitantes daquela região de continuar a sofrer com os ataques indígenas. Para não ocorrer novos embates,

⁹¹⁹ *Idem.*

⁹²⁰ FERREIRA JÚNIOR, José Jansen. *Op. Cit.*, p. 18.

⁹²¹ *Idem.*

⁹²² *Ibidem.*, p. 266.

⁹²³ *Ibidem.*, p. 268.

⁹²⁴ *Ibidem.*, p. 269.

recomendou ao presidente que no rio Jauaperi, acima de Uirabiana, local onde seria criado o aldeamento não permitisse a circulação de “civilizados”, exceto aqueles que estivessem a serviço da catequese, e estes seriam “autoridades” ali e deveriam ser “pessoas de confiança”⁹²⁵.

Ao que parece, para estabelecer essas e as demais recomendações, o botânico valeu-se como base o referido Regulamento das Missões. Contudo, algumas orientações partiram do próprio naturalista. Para proteger os indígenas e manter a perfeita “ordem” no aldeamento, devia ser enviado um destacamento de praças casados, cujas instruções deveriam “estar de accôrdo com os fins da catequese”⁹²⁶ e um “quartel” para alojá-los; também era preciso ensiná-los os “bons exemplos” e para isso sugeria o assentamento de famílias de agricultores (doação de terras) que os ensinassem as “boas” práticas da civilização⁹²⁷, ou seja, a prática agrícola; o que seria complementado com uma escola e uma capela (orago São João Batista) a serem comandadas por um professor e um capelão; recomendava-se a fundação de oficinas para o ensinamento de profissões; e por fim, a elaboração de um regimento interno só para o aldeamento com “uma direcção geral, e um só plano de ensino”⁹²⁸. Tanto indígenas quanto civilizados que descumprissem as ordens estabelecidas no Regimento Interno sofreriam punições⁹²⁹. O assunto, entretanto, estava longe de ser consensual. O padre Dacio, religioso que trabalhava na região do rio Negro e um dos membros da comissão de catequese e civilização da província do Amazonas⁹³⁰, era radicalmente contra. Em 1886, durante uma fala à Assembleia provincial afirmou que a “pacificação [dos “Crichanás” não passava] de uma ficção”⁹³¹. Como prova, denunciava que como

Testemunha occular do que tem passado cada pobre gente, por parte dos indios, como sabem os nobres deputados, que vivem no interior, devo dizer que não ha liberdade de caçar de um e outro lado do rio, porque os indios estão sempre a perseguir os inoffensivos transeuntes, de sorte que essa pobre gente não pode escapar ao furor dos selvagens. Esses pobres habitantes de Moura que apenas teem hoje uma loja, porque ninguém quer ir habitar lá, dão tudo quanto tem, e não obstante esses indios os maltratam, ferem, e ha pouco, fizeram ainda uma victima bem conhecida e isto depois desse banquete da paz, de que falla o dr. Barbosa Rodrigues. Basta ver o que se deo com esse militar que lá estava commandado o destacamento; a quem os indios tudo roubaram enquanto elle apezar de enfermo velava na rua pela segurança publica. O subdelegado levou uma flechada... Uma familia inteira

⁹²⁵ *Ibidem.*, p. 270-271.

⁹²⁶ *Idem.*

⁹²⁷ *Idem.*

⁹²⁸ *Ibidem.*, p. 271.

⁹²⁹ *Idem.*

⁹³⁰ **JORNAL DO AMAZONAS**, Manáos, 10 abr. 1886, anno XII, n. 1204, p. 1-2.

⁹³¹ *Ibidem.*, p. 1.

por elles foi immolada... Por causa de um prego, de um machado, de objecto qualquer, esses indios não trepidão em fazer mal aos civilizados⁹³².

Apesar das críticas do religioso a Barbosa Rodrigues, foi possível pela análise da documentação, verificar que ocorreram inúmeras tratativas para colocar em prática o projeto de aldeamento que malogrou mais pela falta de recursos e de vontade política, do que por eventuais opiniões contrárias. Em 1886, Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves⁹³³ suplicava à Assembleia e ao governo Imperial por subsídios financeiros.⁹³⁴ Em 1888, Conrado Jacob de Niemeyer (1831-1905)⁹³⁵ fazia o mesmo, tentando angariar verbas para sustentar as ordens religiosas, como os missionários franciscanos⁹³⁶. Já no período republicano, o governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900)⁹³⁷ reclamava aos deputados estaduais, em 1894, uma solução pois os indígenas continuavam a entrar em confronto com os moradores de Moura⁹³⁸. Em 1897, Fileto Pires Ferreira (1866-1917)⁹³⁹, novo governador, afirmava aos deputados que era indispensável que os indígenas fossem civilizados e inclusos na sociedade amazonense⁹⁴⁰. Como já dissemos, nenhuma das tentativas surtiram efeito.

Ainda no início de 1885, enquanto esperava a definitiva abertura do Museu Botânico, Barbosa Rodrigues conseguiu uma renda extra para sustentar sua numerosa família. Substituiu o pintor José Irineu de Souza (1850-1914) como professor de desenho no Instituto Amazonense⁹⁴¹, nomeação expedida pelo presidente Ferreira Júnior⁹⁴². Após um longo de

⁹³² *Ibidem.*, p. 2.

⁹³³ Político liberal que governou a província amazonense de 27 de maio de 1885 a 23 de março de 1887.

⁹³⁴ CHAVES, Ernesto Adolpho de Vasconcellos. **Relatório com que o exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos, presidente da provincia do Amazonas instalou a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de Março de 1886**. Manáos: Typographia do Jornal do Amazonas, 1886.

⁹³⁵ Político liberal que governou a província amazonense de 23 de março de 1887 a 10 de janeiro de 1888.

⁹³⁶ NIEMEYER, Conrado Jacob de. **Exposição com que o exm. Sr. Coronel Jacob de Niemeyer passou a administração da Provincia do Amazonas ao exm. Sr. Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno em 10 de Janeiro de 1886**. Manáos: Typographia do Commercio do Amazonas, 1888.

⁹³⁷ Político republicano que governou o Estado do Amazonas em duas oportunidades: de 2 de novembro de 1890 a 5 de maio de 1891, e de 27 de fevereiro de 1892 a 23 de julho de 1896.

⁹³⁸ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Mensagem lida pelo Sr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas em 10 de Julho de 1894**. Manáos: Imprensa Official do Estado do Amazonas, 1894.

⁹³⁹ Político republicano que governou o Estado do Amazonas entre 23 de julho de 1896 a 4 de abril de 1898.

⁹⁴⁰ FERREIRA, Fileto Pires. **Mensagem do Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira Eduardo Gonçalves Ribeiro Governador do Estado lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura em 4 de Março de 1897**. Manáos: typographia Diario Official do Estado do Amazonas, 1897.

⁹⁴¹ Em meados da década de 1850, o deputado Francisco Antônio Monteiro Tapajós elaborou um projeto que oferecia uma formação profissional aos meninos órfãos e desvalidos da capital amazonense. Dessa forma, a Lei Provincial de 21 de agosto de 1856 criava o Educando e Artífices. Essa instituição foi fechada em 1877 com a justificativa de falta de recursos financeiros para mantê-lo aberto. No entanto, ela foi reaberta em 1882 e passou a se chamar Instituto Amazonense de Educando Artífices. Apenas em 1914 o Instituto foi finalmente extinto. (DURANGO, Duarte. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: MÍDIA.COMM, 2009, p. 157.).

⁹⁴² FERREIRA JÚNIOR, José Jansen. *Op. Cit.*, p. 10.

tempo de espera, finalmente no primeiro semestre desse ano, o Museu entrou em funcionamento, aberto a visitas públicas apenas aos domingos no casarão de São Sebastião. Os outros dias da semana eram reservados aos “naturalistas” e estudiosos, brasileiros ou não, que quisessem estudar as coleções existentes ali⁹⁴³.

O Museu, entretanto, funcionava com muitas dificuldades. Segundo o presidente Ernesto Chaves tal situação ocorria por causa da “penúria de recursos em que elle se vio”. Até o porteiro havia sido demitido, pois o último orçamento (ainda no ano de 1885) aprovado pela Assembleia não conseguiu atender as “palpitantes necessidades”⁹⁴⁴. Desse modo, ele apelou aos deputados que utilizassem o zelo que possuíam pelos interesses do Amazonas e o desejo de vê-lo engrandecido entre as demais províncias. Por isso, deveriam aprovar um orçamento que pudesse

restaurar o quadro de empregados [...] dotar sufficientemente o orçamento de credito, para occorrer ás despezas necessarias com gratificações de viagem, expediente, agua, serventes, despezas miudas, livros para a bibliotheca e publicação da revista. São meios de acção indispensaveis ao bom andamento dos importantes serviços, descobertas e analyses á cargo do museu botanico”⁹⁴⁵.

Podemos verificar pela fala que a situação no Museu era bem precária. Ao final, Ernesto Chaves alertava que sem os recursos devidos não havia como a instituição cumprir a missão para qual fora criada. Mesmo frente à todas as dificuldades, o laboratório químico foi instalado em uma das salas no pavimento térreo. O montante investido foi de 9 contos de réis, gastos na compra dos instrumentos e dos vasilhames e nas “obras necessarias para acondicionamento”⁹⁴⁶. Por indicação de Barbosa Rodrigues, foi contratado o farmacêutico Joseph Eugenio Aubert para exercer a função de químico. Este, porém, trabalhou por um período curto de 24 de novembro a 29 de dezembro, porque aceitara participar de uma comissão que seria realizada pelo governo francês. Para seu lugar foi indicado o farmacologista alemão Franz Pfaff (1860-1926) que na época era ajudante de primeira classe do professor Graëb na Universidade de Genebra-Suíça⁹⁴⁷. Além do laboratório químico, a instituição contava com uma grande variedade de coleções botânicas e etnográficas. Foi o que

⁹⁴³ RODRIGUES, João Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.* p. 17.

⁹⁴⁴ CHAVES, Ernesto Adolpho de Vasconcellos. **Relatorio com que o exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, presidente da provincia do Amazonas installou a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de Março de 1886.** Manáos: Typographia do Jornal do Amazonas, 1886, p. 18.

⁹⁴⁵ *Idem.*

⁹⁴⁶ *Idem.*

⁹⁴⁷ *Idem.*

descreveu Ernesto Chaves em um resumo que fez do Relatório que Barbosa Rodrigues lhe havia entregado sobre o Museu. Neste

o herbario [possuía] 1281 especies vegetaes, representantes de 78 familias e 322 generos, compreendendo mais de 5:000 specimens classificados e catalogados. D'estes são novos e acham-se descriptos e desenhados 56. O herbario vae ser ainda augmentado com collecções de vegetaes dos Estados Unidos, California, Mexico e Chile. Dos da primeira procedencia fiz presente ao Museu de uma collecção de 800 especies devidamente classificadas, que me foram offertadas por um meu amigo o illustrado botanico [americano] John Donnell Smith [1829-1928]. Alem de plantas figuram nas collecções do herbario amostras de oleos, resinas, fibras, fructos etc. Na secção ethnographica consegui colleccionar, com grande custo e sacrificios 1,103 objectos indigenas, alguns rarissimos, que nos dão conhecimento de 60 tribus do valle Amazonico. Todos os objectos acham-se descriptos em catalogo especial e alguns desenhados e photographado”⁹⁴⁸.

Na sua fala, Ernesto Chaves fez questão de salientar o “denonado civismo” do diretor do Museu, por isso ele acreditava que o trabalho do naturalista seria capaz, no tempo certo, de trazer bons resultados não apenas à ciência, mas principalmente, à indústria e ao comércio da província do Amazonas. Foi em meio a esse período de incertezas e de dificuldades que a província do Amazonas, na pessoa de Ernesto Chaves, recebeu uma comunicação do governo imperial de que o Brasil participaria, entre os meses de maio e junho de 1886, da “Exposição de Berlim”, evento organizado pela “Sociedade Central de Geographia Commercial de Berlim”⁹⁴⁹. A proposta do evento era expor os

productos sul-americanos, com o fim de colligir a maior quantidade de materias primas, que ahi serão sujeitas á analyses scientificas e experimentações industriaes, bem como os de reunir productos, dados e informações que tornem conhecido o Brazil por apreciação exacta das suas producções e riquezas naturaes, condições climatologicas das diversas zonas empregadas na agricultura e em outros ramos de trabalho nacional.⁹⁵⁰

O governo brasileiro esperava adesão da província ao contribuir com envios de produtos naturais amazonenses para o evento⁹⁵¹. Sendo assim, o presidente, ciente da “importância desses certamens industriaes” e dos lucros que a província poderia “auferir”, não perdeu tempo e nomeou uma comissão responsável por levantar as amostras dos produtos

⁹⁴⁸ CHAVES, Ernesto Adolpho de Vasconcellos. **Relatorio com que o exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, presidente da provincia do Amazonas installou a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de Março de 1886**. Manáos: Typographia do Jornal do Amazonas, 1886, p. 18.

⁹⁴⁹ DIARIO DE NOTICIAS, Pará, 6 jun. 1886, anno VII, n. 126, noticias, p. 2.

⁹⁵⁰ *Idem*.

⁹⁵¹ JORNAL DO AMAZONAS, Manáos, 25 mar. 1886, anno XI, n. 1197, p. 2.

naturais do Amazonas. Ela enviou uma circular ao “povo industrial do Amazonas” na qual apelava ao orgulho do amazonense, de fazer a “província do Amazonas brilhar, conquistando o lugar que lhe compete entre suas co-irmãs, que é indubitavelmente o primeiro”⁹⁵². Assim, a comissão chamava a atenção dos cidadãos do Alto-Amazonas que as “ideias de progresso e de alargamento da esfera civilisadora” trariam grandes benefícios para a província, por isso, eles deveriam remeter a Manaus amostras de produtos vegetais e de matérias-primas, como

resinas, oleos, leites, fibras, raizes, cipós, cascas aromaticas, tinctureaes e medicinaes, fructas, sementes, madeiras, etc, muitos dos quaes vão explicados minuciosamente na relação [...] tenha ou não utilidade conhecida, qualquer producto póde fugurar na exposição, para ser estudado convenientemente, e, deste modo, V. S. prestará um serviço importante enviando os que encontrar, alem de outros peculiares á região ou que por esquecimento deixem de ser mencionados.⁹⁵³

A referida lista denota a missão do Museu de estudar e revelar as muitas serventias dos produtos naturais e das matérias-primas existentes na província amazonense. Desse modo, o presidente viu uma boa ocasião não apenas para aproveitar o conhecimento botânico do naturalista como também para pôr em evidência o Museu, convidando-o a colaborar na referida comissão. Uma vez aceito o convite, ele serviu como secretário e foi o responsável por publicar o “Catalogo”⁹⁵⁴ de productos enviados para a Exposição de Berlim pela província do Amazonas”⁹⁵⁵. No entanto, mesmo que o diretor tenha participado da dita comissão, dificuldades extremas e conflitos internos continuavam a afetar o funcionamento do Museu. Em 1887, na fala à Assembleia provincial, o presidente interino Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães (1828-1906)⁹⁵⁶ levou ao conhecimento dos parlamentares a reclamação do químico e farmacologista alemão Franz Pfaff de que não possuía produtos e aparelhos para realizar seu trabalho. O fato de Pfaff ter ido direto ao superior de Barbosa Rodrigues fez com que este último suspendesse as atividades do subordinado, sendo reconduzido ao cargo apenas no ano seguinte. A querela entre os dois não diminuiu, o que levou o então vice-presidente da província, o reverendo Raymundo Amancio de Miranda,⁹⁵⁷ a

⁹⁵² *Idem.*

⁹⁵³ **O LIBERAL DO PARÁ**, Belém, 6 abr. 1886, anno XVI, n. 75, noticiario, p. 2.

⁹⁵⁴ O “Catálogo” foi impresso em 1886 pela tipografia do “Jornal do Amazonas” de acordo com Guimarães a publicação é “um folheto de [dimensões] 15 x 21 cm com 22 páginas, todas numeradas e com índice”. Cf. GUIMARÃES, Adir. Barbosa Rodrigues. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 27, dez. 1952, p. 196.

⁹⁵⁵ *Idem.*

⁹⁵⁶ GUIMARÃES, Clementino José Pereira. **Exposição com que o exm. Sr. 1º Vice-Presidente Commendador Clementino José Pereira Guimarães devia instalar no dia 10 de Março de 1887 a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas**. Manáos; Typographia do Jornal do Amazonas, 1887, p. 19.

⁹⁵⁷ Político conservador que governou a província do Amazonas de 2 de julho a 12 julho de 1888.

tomar uma decisão drástica: separou o laboratório do Museu, e criou novos regulamentos para as duas instituições. Ambas foram transferidas⁹⁵⁸ para cômodos diferentes do Liceu Provincial Amazonense,⁹⁵⁹ em 6 de julho de 1888. Tais alterações não cessaram as dificuldades, pelo contrário, conforme atesta o Relatório elaborado por Barbosa Rodrigues em 20 de agosto de 1888, a pedido do então presidente Joaquim de Andrade. Nesse documento, informou que nem a inesperada mudança o impediu de continuar seus trabalhos e apresentou ao presidente o que ele havia realizado em 1886⁹⁶⁰. Na Botânica, escreveu “*Edogo plantarum novarum, Palmae Amazonense noxae; Genera et species orchidearum novarum*” no qual realizou um estudo de 700 espécies distribuídas em 85 famílias, o que compreendia 225 gêneros, todos guardados no Herbário do Museu. Desse número, 105 espécies eram novas e 4 gêneros novos. Na Zoologia, descreveu o *Lepidosiren giglioliana* Barb. Rodr.⁹⁶¹. Na Etnografia, escreveu “Antiguidades do Amazonas – Estudos sobre lingua geral”⁹⁶². Barbosa Rodrigues vai além em suas considerações sobre os problemas que o Museu passava, pois sentira na pele

os embaraços de toda a natureza que tem soffrido esta repartição paralyzando a minha actividade, sou obrigado pelo dever do meu cargo e levado pela consciencia do homem do trabalho ainda uma vez lembrar a v. exc. as medidas que se tornam necessarias para o progresso e utilidade deste muzeu. Tendo visto destruido de um momento para outro todo o trabalho que com sacrificios tive para montar esta repartição não posso e não devo deixar que por caprichos particulares soffra a provincia as consequencias de uma má administração acarretando ella os prejuízos [...] A medida mais urgente e a que restabelece os fins para os quaes foi creada, isto é de estudar botanica e chimicamente a sua flora para ver o que ella tem de util para ser entregue ao consummo da actividade humana, fazendo por lado, tornando se conhecida a provincia pelas relações desta repartição com o estrangeiro. – O Director, *João Barbosa Rodrigues*⁹⁶³.

Em 1889, o então presidente Joaquim de Oliveira Machado (1842-1920) denunciava aos deputados que a mudança do Museu para o prédio do Liceu ocasionou um grande prejuízo

⁹⁵⁸ Esta transferência já estava prevista pela Lei n. 749 de 17 de maio de 1887.

⁹⁵⁹ Criado pelo regulamento n. 13, de 31 de agosto de 1864, para o ensino público secundário, atualmente essa instituição é o Colégio Amazonense Pedro II, escola piloto de ensino médio. (DURANGO, 2009, p. 166.).

⁹⁶⁰ *Idem.*

⁹⁶¹ Em 1886, enviou ao zoólogo italiano Enrico Hillyer Giglioli (1845-1909), diretor do Museu Real de Zoologia de Florença, um exemplar de uma espécie de peixe encontrado no igarapé dos Aterros, em Manaus-Amazonas. Ao italiano, o naturalista rendeu uma homenagem ao inserir o epíteto *Lepidosiren giglioliana* Barb. Rodr. Contudo, após analisar a espécie, Enrico Giglioli concluiu que a espécie não era nova, se tratando do *L. paradoxa* Fitzinger, conhecido popularmente como piramboia. Vale destacar que o nome dado pelo brasileiro se tornou sinônimo. (FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANNE, Vittorio. Cartas valiosas: a correspondência de Felipe Lopes Netto e João Barbosa Rodrigues para Enrico Hillyer Giglioli. **Filosofia e História da Biologia**, v. 7, n. 2, 2012, p. 175.).

⁹⁶² *Ibidem.*, p. 1.

⁹⁶³ *Ibidem.*, Anexo 12, p.2.

para a história do Amazonas, pois, “se perderam ou se inutilisaram muitos objectos curiosos, interessantes para a historia ethemologica da provincia”⁹⁶⁴. Ainda em sua fala, Joaquim Machado comunicava que o naturalista havia lhe entregue um relatório, no qual afirmava que um governo justo e moral não deixaria o Museu “ser aphyxiado por mão covarde”, tal fato, acarretaria “prejuízos a sciencia, a industria, ao commercio” e a própria província pelos seus investimentos no Museu⁹⁶⁵.

Mesmo frente à tal quadro desabonador, o naturalista conseguiu obter resultados significativos, descobertas de novos objetos arqueológicos, como cerâmicas, fósseis (entre eles o *Purussaurus brasiliensis*⁹⁶⁶ Barb. Rodr., 1892), além das novas espécies botânicas, os quais foram publicados no primeiro volume da **Vellozia**⁹⁶⁷ ou em outras publicações. Esses resultados, no entanto, não foram suficientes para impedir que o Museu continuasse a ser perseguido por “invejosos”⁹⁶⁸, como ele classificara seus detratores. Segundo Barbosa Rodrigues, a “revolução política” de 15 de novembro de 1889 parecia que viria oxigenar o museu, pois trouxe “um homem de talento que á illustração alliava subido patriotismo”, o primeiro-tenente Augusto Ximeno de Villeroy (1862-1842)⁹⁶⁹ que chegara para assumir governo estadual em janeiro de 1890⁹⁷⁰.

Tal discurso de Barbosa Rodrigues estava relacionado ao fato de que, ao tomar conhecimento da situação precária do Museu, Ximeno de Villeroy logo procurou solucionar as dificuldades, providenciando a compra de uma tipografia para a publicação da **Vellozia**⁹⁷¹

⁹⁶⁴ MACHADO, Joaquim de Oliveira. **Relatorio com que o exm. Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado, presidente da provincia do Amazonas installou a sessão da extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de Junho de 1889**. Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1889, p. 29.

⁹⁶⁵ *Ibidem.*, p. 87.

⁹⁶⁶ Barbosa Rodrigues encontrou alguns fósseis de *Purussaurus Brasiliensis* na região do rio Purus em 1885, e publicou seu achado em 1892. De acordo com Riff et al., o *Purussaurus* habitava os rios e os pântanos da Amazônia (Brasil, Colômbia, Venezuela e Bolívia). São conhecidas três espécies: “*P. neivensis* Langston, 1965 (Mioceno Médio da Colômbia), *P. mirandai* Aguilera, Riff e Bocquentin-Villanueva 2006 (Mioceno Superior da Venezuela) e *P. brasiliensis* Rodrigues, 1892 (Mioceno Superior do estado do Acre, no Brasil)”. No caso do *P. brasiliensis* “[...] é possível estimar o comprimento total em cerca de 12 m, e uma massa corpórea entre 8 e 10 toneladas [...] foi o maior predador do Mioceno, e um dos maiores de todos os tempos”. (RIFF, D.; SOUZA, R. G.; CIDADE, G. M.; MARTINELLI, A. G.; SOUZA, Filho J. P. Crocodilomorfos: a maior diversidade de répteis fósseis do Brasil. **Terræ**, v. 9, 2012, p. 14.).

⁹⁶⁷ “Vellozia” foi uma homenagem de João Barbosa Rodrigues ao botânico brasileiro frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811). Sua magna obra foi **Florae fluminensis** (1790). Para justificar a homenagem, ele citava outras revistas, cuja denominação representava homenagens a grandes botânicos, como: Linnaea, Bomplandia, Adansonia, Lindenia, entre outras. Para João Barbosa Rodrigues, “na falta de um Mecenas [para a “Vellozia”], sirva o nome de um redivivo, e que as palmas que porventura colha, prestem para ornar o pedestal da sua gloria”. (RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas**. Manaus: Typographia do Jornal do Amazonas, v. 1, 1888, p. 6.).

⁹⁶⁸ *Ibidem.*, p. 10.

⁹⁶⁹ Político republicano que governou o Estado do Amazonas de 4 de janeiro a 2 de novembro de 1890.

⁹⁷⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 10.

⁹⁷¹ RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia: Contribuições do Museu Botânico do Amazonas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, 1891.

que nem chegou a ser montada devido a um telegrama do governo provisório republicano que o naturalista recebera e que lhe comunicava, surpreendentemente, sua indicação para o cargo de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Tal indicação teve influência direta de Guilherme de Capanema (havia sido considerado antes para assumir o Jardim), que declinou do convite e indicou seu *protegé* para o cargo⁹⁷². Indicação aceita, o governador extinguiu o Museu Botânico e exonerou o diretor e o porteiro⁹⁷³. Ximeno de Villeroy, em conversa com o naturalista, disse a ele que tão logo chegasse ao Rio de Janeiro estava autorizado a imprimir, com recursos do Estado, uma segunda edição da **Vellosia**, publicação que ocorreu em 1891⁹⁷⁴.

Segundo Nelson Sanjad, após a proclamação da República, o cenário científico brasileiro passou por profundas e importantes mudanças. Pensamos que a nomeação de Barbosa Rodrigues para o cargo de diretor do Jardim Botânico se enquadra nesse contexto, durante o qual muitas instituições científicas foram “extintas, reformadas, ampliadas [ou] tiveram seus objetivos reorientados”. Também ocorreu a criação de novos espaços de pesquisa, medidas realizadas tanto pelo governo federal quanto por alguns Estados. Outro destaque dado pelo autor foi que, tanto os cientistas quanto os intelectuais passaram a “refletir” a respeito da Ciência e da Tecnologia, com isso valorizando as trajetórias históricas e seus papéis sociais, o que possibilitou “maior apoio parte dos governos”⁹⁷⁵.

Uma das instituições extintas foi, portanto, o Museu Botânico do Amazonas. Para Sanjad, a saída de Barbosa Rodrigues representou o seu fechamento, o que para o pesquisador do Museu Emilio Goeldi poderia ter relação a três fatores: ao “perfil dos republicanos amazonenses que, ao contrário do que previu o naturalista –, não priorizaram os investimentos em instituições de investigação científica; a figura polêmica de Barbosa Rodrigues; e a atribulada criação do museu que envolveu diretamente a família imperial”⁹⁷⁶. Mesmo que sua saída tenha significado a extinção do Museu por parte do governador, este aproveitou o decreto para salientar os trabalhos realizados pelo naturalista enquanto dirigiu a instituição. Para ele, Barbosa Rodrigues teria com seus “trabalhos sobre a flora indígena” contribuído não apenas para enriquecer a Ciência, mas prestado “einentes serviços” tanto ao Estado do Amazonas quanto ao Brasil. Ainda afirmava que os

⁹⁷² SALGADO, Dilke de Barbosa Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 171.

⁹⁷³ **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1890, anno XVI, n. 154, p. 1.

⁹⁷⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 10.

⁹⁷⁵ SANJAD, Nelson. O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto. **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2010, p. 306.

⁹⁷⁶ *Idem*.

vastos trabalhos sobre as Palmeiras e sobre as Orchidéas atestam que este judicioso investigador é o legitimo herdeiro de Martius [...] as interessantes pesquisas sobre os habitantes primitivos da America e especialmente do Brasil, como um dos [seus] titulos de benemerência⁹⁷⁷.

Além de rememorar os estudos sobre “os habitantes primitivos da América e especialmente do Brasil”, Ximeno de Valerroy destacou aqueles a respeito das palmeiras e das orquídeas. Foi enfático na sua conclusão: o botânico era o “legítimo herdeiro” do naturalista bávaro von Martius. Por fim, lhe parabenizou por ter sido distinguido e nomeado pelo governo provisório o novo diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Sendo assim, em 1890, chegava o momento de o naturalista dizer adeus à província do Amazonas, lugar que para ele possuía

o território que maior cópia de productos pôde fornecer á actividade humana, ante a marcha progressiva do século, não cruzou seus braços, procurou conhecer o que o silencio das suas florestas esconde, para atiral-as ao mundo, e para isso teve a patriótica idéa de fundar o seu Museu, cadinho onde se apurarão as suas riquezas, para, depois do conhecidas, serem offertadas á actividade humana⁹⁷⁸.

E da província “patriótica” e do Museu do Amazonas, seu “filho dilecto”, se despediu em tom de melancolia. No dia 15 de maio, Barbosa Rodrigues, com toda a sua família, deixava a cidade de Manaus a bordo do paquete nacional “Alagôas”. Retornava ao Rio de Janeiro, sua cidade natal, para ali assumir a direção de uma das mais importantes instituições científicas do Brasil – o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – na qual permaneceu à frente até sua morte em 1909.

⁹⁷⁷ GAZETA DE NOTICIAS, *Op. Cit.*, p. 1.

⁹⁷⁸ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 4.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que Barbosa Rodrigues fez seu nome a partir de suas andanças e pesquisas pelo vale do Amazonas. Com apoio do governo imperial e de indivíduos ligados à Corte, como o Barão de Capanema, elaborou um conhecimento a respeito dos indígenas dessa região a partir da perspectiva histórica e etnográfica estabelecida pelo IHGB. Como demonstramos ao longo do texto, seu discurso “científico” se mostrou ambíguo e conflitante. Primeiro, por um lado, defendia o indígena como sujeito capaz de civilizar-se, demonstrando em diversas ocasiões inteligência, habilidade, trabalho, delicadeza e, acima de tudo, conhecimento (das plantas, animais, riquezas naturais, entre outros).

Repudiou os maus-tratos, as perversidades, as campanhas de extermínios que os “brancos”, desde a época colonial, infligiam aos indígenas, algo que os administradores governamentais de sua época insistiam em continuar – incentivados, inclusive, por colegas do Instituto como o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. Aos olhos de Barbosa Rodrigues era compreensível e justificável os constantes ataques que as diversas etnias praticavam, posto que para ele a crueldade dos nativos era uma resposta, isto sim, ao comportamento “selvagem” dos brancos.

Segundo, por outro lado, Barbosa Rodrigues, muito provavelmente influenciado pela forma como o índio era retratado de forma “mítica” nos salões do IHGB, o enxergava como um ser “primitivo” e “sem religião”, por não viver em sociedade, embrenhado nas densas florestas amazônicas. Na tentativa de conciliar tais visões – valorizando o conhecimento de seus interlocutores, mas reconhecendo seu baixo nível intelectual –, defendeu, como vimos, a civilização através do evangelho (como no caso da pacificação dos Crichanás) e não das práticas que empregavam os colonos que pretendiam ocupar suas terras.

Portanto, conforme o naturalista era o próprio branco com suas “doutrinas” e seus “meios” desacertados, utilizados para chamar o indígena à civilização, que acabava não gerando bons frutos. Na verdade, o que ele classifica como a “fatal civilização” que levava ao “atropiamento” e à “inutilização” do indígena parecia impossibilitar o que lhe era mais caro, o aproveitamento dessa gente, a exploração de seus conhecimentos, seu uso como instrumentos para o desenvolvimento das atividades científicas e econômicas, entre elas a agricultura, o que contribuiria para o almejado progresso da nação.

Não menos importante para a feitura desta dissertação, foi a ação prática de Barbosa Rodrigues para alcançar reconhecimento dos intelectuais que o cercavam. Desde os primeiros momentos de sua carreira, era tido como inapto para compor uma obra de envergadura sobre

as orquídeas brasileiras. Foi criticado em inúmeras ocasiões por suas falhas de formação acadêmica, que foram amenizadas por seus contatos dentro e fora da sociedade de Corte, através da qual conseguiu obter apoio suficiente para dar continuidade à sua carreira profissional.

Não à toa, em 1871, conseguiu nada menos que ser comissionado para liderar as explorações no vale amazônico, das quais resultaram vários estudos, botânicos, históricos, geográficos, etnográficos – sendo um dos mais importantes o do rio Tapajós, discutido no capítulo 2 (Seção 3), seu batismo de fogo. Em 1883, indicado por ninguém menos que sua Alteza Imperial, a princesa Isabel para criar um Museu Botânico na província do Amazonas, elevou seu cabedal sobre os indígenas do Amazonas. E em 1890, foi indicado para direção de uma das mais importantes instituições científicas do país, o JBRJ, segunda vez em que Guilherme de Capanema interveio em seu favor, homem a quem Magali Sá conceitua acertadamente como o seu “mecenas”.

No decorrer de seus anos à frente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Barbosa Rodrigues continuou a escrever sobre os indígenas brasileiros e seu domínio sobre os segredos da floresta, ao ponto de ter seus estudos apreciados, como o fez Enrico Giglioli, e criticados como no caso de Silvio Romero. Mesmo com suas inconstâncias, falhas e limitações, a obra etnográfica desse homem de “sciencia”, o permitiu figurar, ao fim e ao cabo, no seleto rol dos etnógrafos brasileiros que procuraram se debruçar sobre os usos e costumes dos povos indígenas brasileiros, fato evidente ao ter seu nome reconhecido no Brasil e exterior.

REFERÊNCIAS

Fontes

ABREU, José Coelho da Gama. **As regiões amazônicas**: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. Belém: SECULT, 1992.

ANUÁRIO do Museu Imperial. Petrópolis: Ministério da Educação, ed. 5, 1944.

AMAZONAS, Manáos, 27 abr. 1884, anno XVIII, n. 1008.

AMAZONAS, Manáos, 6 jun. 1868, anno II, n. 105.

A REGENERAÇÃO, Manaus, 5 jun. 1873, anno I, n. 11, noticias do Amazonas.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Tomo XXXVI, parte segunda, 1873.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro, XXXIX, parte segunda, 1876.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro, v. 43, parte segunda, 1882.

BAIXO-AMAZONAS, Santarém, 1 jul. 1872, anno 1, n. 1.

BAIXO-AMAZONAS, Santarém, Sabbado, 12 out. 1872, anno I, n. 14, noticias diversas.

BARBOZA, Januario da Cunha. Extractos dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Brazil. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo I (1839), 3 ed. 1909.

CHAVES, Ernesto Adolpho de Vasconcellos. **Relatório com que o exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos, presidente da provincia do Amazonas instalou a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de Março de 1886**. Manáos: Typographia do Jornal do Amazonas, 1886.

CAPANEMA, Guilherme Schüch de. João Barboza Rodrigues. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 25 de mar 1876, anno III, n. 85, p. 2-3.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaos, 11 de jan. 1874, ano V, n. 121, noticiario.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 8 dez. 1858, ano XV, n. 331, noticias diversas.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 24 jul. 1861, n. 201, noticiais diversas.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 5 ago. 1871, n. 215, expediente do Governo, p. 1.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 19 dez. 1874, anno XXI, n. 5474.

DIARIO DA MANHÃ, Victoria, 5 abr. 1924, ano XVIII, n. 194.

DIARIO DE BELÉM, Belém, 6 nov. 1886, anno XIX, n. 256, officios.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 24 jan. 1872, anno XLVIII, n. 19, revista diaria.

DIARIO DE NOTICIAS, Pará, 6 jun. 1886, anno VII, n. 126, diario de noticias.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2 dez. 1875, anno 58, n. 331, secção agricola.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, Domingo, 5 dez. 1875, anno 58, n. 334, secção industrial.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 3 fev. 1876, anno 59, n. 32, secção industrial.

ESTRELLA DO AMAZONAS, Manáos, 17 dez. 1862, n. 698.

ESTRELLA DO AMAZONAS, Manáos, 22 out. 1862, n. 683, p. 2; 17 dez. 1862, n. 698.

FERREIRA, Fileto Pires. **Mensagem do Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira Eduardo Gonçalves Ribeiro Governador do Estado lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinaria da segunda legislatura em 4 de Março de 1897**. Manáos: typographia Diario Official do Estado do Amazonas, 1897.

FIGUEIREDO, Carlos Honório de. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, v. 26, parte II, 1864.

FIGUEIREDO, Carlos Honório de. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Tomo XXXV, parte segunda, 1872.

FIGUEIREDO, Carlos Honório de. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro, XXXVIII, parte segunda, 1875.

FOLHA DO NORTE, Belém, 26 jul. 1886, anno I, n. 208, echos e noticias.

GALVÃO, Ignacio da Cunha; CAVALCANTI, C. P. de M. Hollanda. **Revista do Instituto Polytechino Brasileiro e das Obras Publicas do Brazil**. Rio de Janeiro, t. IX, n. 9, 2º trim. 1877.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 4 fev. 1876, anno II, n. 35.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 8 jun. 1877, anno III, n. 157.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 14 jun. 1877, anno III, n. 163, publicações a pedido.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 3 jun. 1890, anno XVI, n. 154.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 22 mar. 1924, ano XLIX, n. 71.

GUIMARÃES, Adir. Barbosa Rodrigues. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 27, dez. 1952.

GUIMARÃES, Clementino José Pereira. **Exposição com que o exm. Sr. 1º Vice-Presidente Commendador Clementino José Pereira Guimarães devia instalar no dia 10 de Março de 1887 a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas**. Manáos; Typographia do Jornal do Amazonas, 1887.

JORNAL DO AMAZONAS, Manáos, 6 ago. 1875, anno I, n. 24, publicações solicitadas.

JORNAL DO AMAZONAS, Manáos, 13 abr. 1884, anno XVIII, n. 1002, parte oficial – actos officiais.

JORNAL DO AMAZONAS, Manáos, 27 dez. 1877, anno II, n. 219.

JORNAL DO AMAZONAS, Manáos, 22 jan. 1882, anno VII, n. 658.

JORNAL DO AMAZONAS, Manáos, 25 mar. 1886, anno XI, n. 1197.

JORNAL DO AMAZONAS, Manáos, 10 abr. 1886, anno XII, n. 1204, 1886.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 5 abr. 1875, anno 54, n. 94, gazetilha.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 10 abr. 1875, gazetilha, anno 54, n. 99.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 10 jun. 1877, anno 56, n. 160, gazetilha.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 28 jul. 1877, anno 56, n. 208, noticias varias.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 3 ago. 1877, anno 56, n. 214.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 12 dez. 1877, anno 56, n. 344.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 14 nov. 1872, anno X, n. 258, parte official, p. 1-2.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 15 nov. 1872, anno X, n. 259, parte official.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 28 dez. 1872, anno X, n. 294, parte official.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 7 de fev. de 1873, anno XI, n. 31, parte official.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 16 out. 1873, anno XI, n. 32, parte official.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 12 de mai. 1874, anno XII, n. 105, parte official.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 12 dez. 1874, anno XIII, n. 280, parte official.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 18 mar. 1875, anno XIII, n. 62, parte official.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 11 nov. 1875, anno XIV, n. 257.

JORNAL DO PARÁ, Belém, 3 mar. 1876, anno XIV, n. 50, parte official.

JORNAL DO RECIFE, Recife, 29 jan. 1872, anno XIV, n. 28, gazetilha.

ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, 1 ago. 1877, anno II, v. III, n. 27.

NETTO, Ladislau. Apontamentos sobre os tembetás (adornos labiais de pedra) da colecção archeologica do Museu Nacional. **Archivos do Museu Nacional**, v. 2, p. 105-164, 1877.

NETTO, Ladislau. Ao leitor. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882.

NETTO, Ladislau. **Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de Julho de 1882**. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882.

NIEMEYER, Conrado Jacob de. **Exposição com que o exm. Sr. Coronel Jacob de Niemeyer passou a administração da Provincia do Amazonas ao exm. Sr. Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno em 10 de Janeiro de 1886**. Manáos: Typographia do Commercio do Amazonas, 1888.

LAGOS, Manoel Ferreira. 178ª sessão em 16 de Setembro de 1847. **Revista de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, Tomo IX (3º trimestre de 1847), segunda edição 1869.

LAGOS, Manoel Ferreira. 227ª sessão da Assembléa geral no dia 22 de maio de 1851. **Revista de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Nendeln/liechtenstein: Kraus Reprint, Tomo XIV (1851), segunda edição 1973.

MACEDO, Joaquim Manoel de. 2ª Sessão em 18 de maio de 1855. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XVIII (1855), reimpressão 1896.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Sessão Magna em 15 de Dezembro de 1856. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XIX (1856), suplemento, reimpressão 1898.

MACHADO, Joaquim de Oliveira. **Relatorio com que o exm. Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado, presidente da provincia do Amazonas installou a sessão da extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de Junho de 1889**. Manáos: Typographia do Commercio do Amazonas, 1889.

MADRE DE DEOS, Gaspar da. **Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil.** Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias, 1797.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas colonias do sertão da provincia, escripto na Villa de Barcellos pelo vigario geral do Rio Negro, o padre Dr. José Monteiro de Noronha, no ano de 1768.** Pará: Typographia de Santos & Irmaos, 1862.

O APOSTOLO, Rio de Janeiro, 3 dez. 1875, anno X, n. 178.

O APOSTOLO, Rio de Janeiro, 2 set. 1877, anno XII, n. 101, secção particular.

O ESPIRITO-SANTENSE, Victoria, 30 mar. 1875, anno V, noticiario.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 5 abr. 1875, anno II, n. 92, gazetilha.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 28 dez. 1875, anno II, n. 354.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 25 mar. 1876, anno III, n. 85, chronica diaria.

O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 6 abr. 1886, anno XVI, n. 75, noticiario.

O VULGARISADOR, Rio de Janeiro, 1877, n. 1, noticias varias.

PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de Março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá.** Manáos: Typ. do Amazonas, 1883.

PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatorio com que o presidente da provincia do Amazonas, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá entregou a administração da mesma provincia ao 1º vice-presidente Coronel Guilherme José Moreira em 16 de fevereiro de 1884.** Manáos: Typ. do Amazonas, 1884.

PEDRO II, Fortaleza, 14 mar. 1872, anno 32, n. 54, factos diversos.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na segunda sessão da 11.^a Legislatura em 25 de março de 1873 pelo Presidente da Provincia Bacharel Domingos Monteiro Peixoto.** Manáos: Typographia do “Commercio do Amazonas”, 1873.

PUBLICADOR MARANHENSE, São Luis, 21 ago. 1874, anno XXXIII, n. 188, secção agricola.

REVISTA Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, Tomo III (1841), reimpressa em 1860.

REVISTA Trimensal do Instituto Historico Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo I, 3 ed., 1908.

Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo I, 2º trimestre de 1839, n. 2, 3ª ed., 1908.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Mensagem lida pelo Sr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas em 10 de Julho de 1894.** Manaus: Imprensa Official do Estado do Amazonas, 1894.

SALGADO, Dilke de Barbosa. **Barbosa Rodrigues: uma glória do Brasil.** Rio de Janeiro: A Noite, 1945.

SAMPAIO, Teodoro; TESCHAUER, Carlos. **Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

SILVA, Joaquim Noberto de Souza. 222ª sessão da Assembléa Geral no dia 22 de novembro de 1850. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil**, 1850.

STRADELLI, Ermanno. **Vocabulário Português-Nheengatu, Nheengatu-Português** Cotia: Ateliê Editorial, 2014.

VARNHAGEN, Franscisco Adolfo de. Ethnographia indigena linguas, emigrações e archeologia: padrões de marmore dos primeiros descobertos. **Revista do Instituto Historico Geographico do Brasil.** Rio de Janeiro: Tomo V, 1849.

VARNHAGEN, Franscisco Adolfo de. Necessidade do Estudo e Ensino das Linguas Indigenas do Brazil. **Revista de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, (Tomo terceiro, 1841), reimpressão 1860.

VON MARTIUS, Friedrich Philipp. Como se deve escrever a historia do Brazil. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.** V. 24, jan. 1845.

Obras de João Barbosa Rodrigues

RODRIGUES, João Barbosa. “Ao fundador da monarchia brasileira”. In: RODRIGUES, João Barbosa. **Estatua equestre do Senhor Dom Pedro Primeiro.** Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1862.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas:** Rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas:** os rios Urubú e Jatapú. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875b.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas:** Rio Yamundá. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875d.

RODRIGUES, João Barbosa. “Antiguidades do Amazonas”. **Ensaio de Sciencia por diversos amadores**. Rio de Janeiro: Typographia Brown & Evaristo, f. 1, mar. 1876a, p. 91-125.

RODRIGUES, João Barbosa. Antiguidades do Amazonas. **Ensaio de Sciencia por diversos amadores**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo Editores, f. 2, jul. 1876b, p. 1-23.

RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum*. Sebastianópolis: Imprimerie de C. ET. H. Fleiuss, v. 1, 1877.

RODRIGUES, João Barbosa. **Protesto-Appendice ao Enumeratio palmarum novarum**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

RODRIGUES, João Barbosa. Antiguidades do Amazonas – Sernambys. **Ensaio de Sciencia por diversos amadores**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo Editores, f. 3, ago. 1880, p. 1-53.

RODRIGUES, João Barbosa. O canto e a dança selvícola. **Revista Brasileira**, tomo IX, jul/set 1881.

RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum quas collegit, descripsit et iconibus illustravit*. Rio de Janeiro: Sebastianopolis, v. 2, 1882.

RODRIGUES, João Barbosa. Extracto de um livro inedito. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882.

RODRIGUES, João Barbosa. Os Munduruku. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882.

RODRIGUES, João Barbosa. Tribu dos Uassahys. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882.

RODRIGUES, João Barbosa. **Rio Jauapery – pacificação dos Crichanás por João Barboza Rodrigues**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia**: Contribuições do Museu Botanico do Amazonas. Manáos: Typographia do Jornal do Amazonas, v. 1, 1888.

RODRIGUES, João Barbosa. **Vellozia**: Contribuições do Museu Botanico do Amazonas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, 1891.

RODRIGUES, João Barbosa. **Vocabulario indigena comparado para mostrar a adulteração da lingua** (Complemento do Poranduba Amazonense). Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger, 1892.

RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895.

RODRIGUES, João Barbosa. **O Muirakytã e os idolos simbolicos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, 1899.

RODRIGUES, João Barbosa. **Sertum Palmarum Brasiliensium**. Bruxelles: Imprimerie Typographique Veuve Nonnom, première parte, 1903.

CAPANEMA, Guilherme Schüch de; RODRIGUES, João Barbosa; NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. **Revista Ensaios de Sciencia por diversos amadores**, Rio de Janeiro, Brown & Evaristo Editores, f. 1, mar. 1876.

Teses e Dissertações

ANDRADE, Gilciandro Prestes de. **Festa de São José Operário na Comunidade de Terra Preta do Rio Mamuru em Parintins**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2017.

AGUIAR, Francismar Francisco Alves. **Caracterização morfológica das principais espécies de palmeiras exóticas na cidade de São Paulo**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1988.

ALVES, Marcony Lopes. **Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri**. 417 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CARDOSO, Ytanajé Coelho. **Os últimos falantes da língua Mundurucús do Amazonas: habitus, dialogismo e invenção cultural no campo discursivo**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.

FERREIRA, Lúcio Meneses. **Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. 333 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FIGUEIRO, Camila Guadim. **Regional Complementarity and Place-making in the Northern Region of the Tapajós National Forest Reservation, Lower Amazon, Brazil**. 281 f. Tese (Doutorado) Department of Anthropology University of Toronto, Toronto, 2019.

GOÉS, Hesley Karolinne Moraes. **Caracterização das indústrias líticas de grupos ceramistas do rio Tapajós**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

JÁCOME, Camila Pereira. **Dos Waiwai aos Pooco – Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrí), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)**. 523 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

JULIANELE, Regina Lemgruber. **João Barbosa Rodrigues: o caráter de visualidade na ilustração botânica do Brasil.** 123 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Centro de Letras e Artes, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860).** 295 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LOURES, Rosamaria Santana Paes. **Governo Karodaybi: o movimento Ipereğ Ayũ e a resistência Munduruku.** 309 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

MONTEIRO, Filipe Pinto. **O “racialista vacilante”:** Nina Rodrigues sob a luz de seus estudos sobre multidões, religiosidade e antropologia (1880-1906). 241 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

MORAES, Silvia Maria Bahia. **Tradução e transculturação: a Amazônia de Elizabeth Bishop.** 253 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PANACHUK, LÍlian. **Arqueologia preventiva e socialmente responsável!** A musealização compartilhada e meu mundo expandido. Baixo amazonas, Juruti/Pará. 266 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia.** 305 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

PY-DANIEL, Anne Rapp. **Os contextos funerários na Arqueologia da calha do rio Amazonas.** 357 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SÁ, Magali Romero. **James William Helenus Trail: a British naturalist in nineteenth-century Amazonia.** 243 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Durham, Department of Philosophy, Durham - United Kingdom, 1996.

SARTORI, Maria Ester de Siqueira Rosin. **Maria do Carmo de Mello Rego: diário de uma mulher viajante do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita.** 188 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SILVA, Celio Antônio Alcântara. **Quando mundos colidem: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932)**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SILVA, Célio Antônio Alcântara. **Capitalismo e escravidão: a imigração confederada no Brasil**. 363 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, Viviane Luiza da. **Herança de um Brasil Central: aspectos do patrimônio indígena brasileiro na ótica dos viajantes e pesquisadores não brasileiros de Alexandre Rodrigues Ferreira a Claude Lévi-Strauss**. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

SOUZA, Walter Lopes de. **De retirantes a aldeias urbanas: parentesco, poder e educação entre os Mundurukú das Praias dos Índios e do Mangue em Itaituba-Pará**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA FILHO, Durval de. **Os retratos de Coudreau: índios, civilização e miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreram a Amazônia em busca do “Bom Selvagem” (1884-1899)**. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

VELLOSO JÚNIOR, Crenivaldo Regis. **“Os curiosos da natureza”**: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COSTA, Álvaro Augusto Queiroz. **“Por insignificante que fosse o achado, sempre dava lugar á um estudo, á uma comparação e uma analyse”**: as explorações científicas de João Barbosa Rodrigues no rio Capim (1874-1875). 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Faculdade de Castanhal-FCAT, Castanhal, 2015.

Livros, Capítulos de Livros, Artigos em Periódicos e Conferências

ABIR-AM, Pnina & OUTRAM, Dorinda. **Uneasy careers and intimate lives: women in science, 1789-1979**. Rutgers University Press, 1987.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. “A Exibição Humana na Exposição Antropológica Brasileira de 1882: os indígenas”. *In: Seminário de História da Ciência e da Tecnologia*. 15, 2016, Florianópolis. **Anais [...]**, 2016. p. 1-2.

ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, 2012, p. 21-39.

AYROSA, Plínio. Apontamentos para a Bibliografia da Língua tupi-guarani. **Boletim de Etnografia e tupi-guarani**, São Paulo, n. 28, 1954.

ALTAMIRANO, Alfredo José. **Pré-história amazônica: os grandes cacicados das várzeas**. Centro Brasileiro de Arqueologia-CBA, Rio de Janeiro, 2010.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.5, n. 9, p. 128-170, jul./dez. 2004.

BALDUS, Herbet. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. São Paulo: Kraus Reprint, 1954.

BAKHTIN, MIKAHIL. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método-sociológico na Ciência da Linguagem**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens”. In: Encontro de História da Anpuh-Rio – Identidades, 13, 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, 2008, p. 1-8.

BARROS, W. de Duarte. Barbosa Rodrigues – naturalista brasileiro. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 15, jun. 1942.

BRANDÃO, José Manuel. Paul Deshayes (1796-1875) e a Comissão Geológica do Reino: uma colaboração com o Estado português. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 865-883, jul./set. 2013.

CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; CÂMARA, Yls Rabelo. O Nacionalismo brasileiro e o Indianismo em forma de poema: a exaltação do eu lírico feminino e do amor rechaçado em *Marabá*, de Gonçalves Dias. **Revista Entrelaces**, ano VI, n. 7, jan./jun. 2016, p. 88-98.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, Raça e Gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, v. 2, 2012.

COELHO, Geraldo Mártires. **História e Ideologia: o IHGB e a república (1889-1891)**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1981.

COELHO, Mauro Cezar. A Construção de uma Lei: o Diretório dos Índios. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168 (437), p. 29-48, out./dez. 2007.

CONI, Antônio Caldas. **A Escola Tropicalista Baiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1952.

CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**. A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA, Marcondes Lima da; SILVA, Anna Cristina Resque Lopes da; ANGÉLICA, Rômulo Simões. Muyrakytã ou Muiraquitã, um talismã arqueológico em Jade procedente da Amazônia: uma revisão histórica e considerações antropogeológicas. **Acta Amazônica**, Belém, v. 32 (3), p. 467-490, 2002.

COSTA, Rosely Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 94-120j, an./jun. 2009.

COSTA, Diego Menezes. Arqueologia histórica amazônica: entre sínteses e perspectivas. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, p. 154-174, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Edusp, 1992.

RECLUS, Jean Jacques Élisée. **Estados Unidos do Brasil** – Geographia, Ethnographia, Estatistica. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1900.

DURANGO, Duarte. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: MÍDIA.COMM, 2009.

EDLER, Flavio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 357-385, mai./ago. 2002.

EHRENREICH, Paul. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EVANGELISTA, Hélio de Araujo. **Aspectos históricos da Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2014.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANNE, Vittorio. Cartas valiosas: a correspondência de Felipe Lopes Netto e João Barbosa Rodrigues para Enrico Hillyer Giglioli. **Filosofia e História da Biologia**, v. 7, n. 2, p. 157-180, 2012.

FERREIRA, Lúcio Meneses. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 1, jan./abr. p. 71-91, 2009.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 437-455, jul. 2005.

FONSECA, Diego Barros. Práticas mortuárias na Amazônia Pré-colonial. **Antrope**, n. 2, p. 219-238, jul. 2015.

GALVÃO, Benjamim Franklin Ramiz. **Catálogo da exposição de história do Brasil**. Coleção Brasil 500 anos, Tomo I, Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

GOULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, nov. 2011.

GRÜNBERG, Georg. **Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnografia**. São Paulo: Instituto SocioAmbiental. 2004.

GUAPINDAIA, Vera; LOPES, Daniel. Estudos arqueológicos na região de Porto Trombetas, PA. **Revista de Arqueologia**, v. 12, p. 50-73, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018.

HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na “Cidade do paraíso terrestre”, Pernambuco – (1817-1820). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 131-142, 2001.

KURY, Lorerei B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157-172, 2001.

KURY, Lorerei B. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentistas: experiência, relato e imagem. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), 2001, p. 863-880.

KURY, Lorerei B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004.

KURY, Lorerei B. “Saint-Hilaire. Viagem e botânica filosófica”. In: GESTEIRA, Heloisa; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. (Org.). **Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEONG, Leyla. **João Barbosa Rodrigues e o Museu de Botânica do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2010.

MABILDE, Pierre F. Alphonse Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul, 1836-1866**. São Paulo: IBRASA, 1983.

MARTA, José Manuel Carvalho. **Rondônia: da colonização à integração Latino-Americana**. Cuiabá: Edufimt, 2018.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. Cuias, cachimbos, muiraquitãs: a arqueologia amazônica e as artes do período colonial ao modernismo. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 12, n. 2, p. 403-426. maio/ago. 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MATOS, Maria Helena Ortolan. “Barbosa Rodrigues e o Indigenismo brasileiro: quando o naturalista viajante faz mais que olhar e anotar, ele incomoda”. *In*: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz; NORONHA, Nelson Matos de. **A Amazônia dos Viajantes: História e Ciência**. Manaus: EDUA, 2011, p. 167-190.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014, 304 p.

MORI, Scott A.; FERREIRA, Flora Castaño. A distinguished Brazilian botanist, João Barbosa Rodrigues (1842–1909). **Brittonia**, v. 39, p. 73–85, 1987.

MOURA, Ignacio (org.). **Anuario de Belém em comemoração do seu Tricentenário (1616-1916)** – Historia, Literario e Commercial. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “A vida política”. *In*: SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 1, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Lourenço de; CONDURU, Roberto. Nas frestas entre a ciência e a arte: uma série de ilustrações de barbeiros do Instituto Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11 (2), p. 335-384, mai./ago. de 2004.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. As sacerdotisas do sol: imagens sagradas e profanas do feminino nas crônicas espanholas do século XV. **Cadernos Pagu**, v. 19, p. 145-169, 2002.

OLIVEIRA, Vinicius Honorato de; ROCHA, Bruna. Floresta Virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós. *In*: ALARCON, Millikan e Torres. (Org.) **Ocekadi: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais, e Resistência na Bacia do Tapajós**. Brasília: International Rivers Brasil, 2016.

PACCA, Fernando de. Os índios na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 191-223, jan./mar 2011.

PIGNAL, M., et al. Saint-Hilaire virtual herbarium, a new upgradeable tool to study Brazilian botany. **Adansonia**, sér. 3, 35 (1), p. 7-18, 2013.

PORRO, Antonio. Índios e brancos do rio Amazonas em 1847: páginas de Castelnau inéditas em português, traduzidas e anotadas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 56, p. 281-308, jun. 2013.

PYCIOR, Helena Mary; SLACK, Nancy G.; ABIR-AM, Pnina G. **Creative couples in the sciences**. Rutgers University Press, 1996.

PY-DANIEL, Anne Rapp, et al. **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**. Belém: MPEG, 2017.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIFF, D.; Souza, R. G.; CIDADE, G. M.; MARTINELLI, A. G.; SOUZA, Filho J. P. Crocodilomorfos: a maior diversidade de répteis fósseis do Brasil. **Terræ**, v. 9, 2012.

ROCHA, Bruna Cigaran da; OLIVEIRA, Vinicius Honorato de. Arqueologia regional do alto Tapajós. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 11, p. 57-62, 2011.

SÁ, Guilherme José da Silva e; SANTOS, Ricardo Ventura; Claudia Rodrigues-Carvalho e Elizabeth Christina da Silva. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.197-208, jan./mar. 2008.

SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a Ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. III (suplemento), p. 899-924, 2001.

SÁ, Magali Romero. Do veneno ao antídoto: Barbosa Rodrigues e os estudos e controvérsias científicas sobre o curare. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, suplemento, 2012, p. 12-21.

SANJAD, Nelson. O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907. *In*: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto. **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2010.

SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrados”. Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v. 19, n.1, p. 133-163, jan./jun. 2011.

SANTOS, Paulo César dos. Um olhar sobre as Exposições Universais. *In*: Simpósio Nacional de História-Anpuh – Conhecimento histórico e diálogo social, 17, Natal, 2013. **Anais [...]**, Natal, 2013. p. 1-15.

SAUTER, Carlos Ossenbach. **Breve historia de la orquideología en Costa Rica**. San Pedro: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2002.

SCHMIDT, Morgan J. “A formação de terra preta: análise de sedimentos e solos no contexto arqueológico”. *In*: MAGALHÃES, Marcos Pereira, (org.). **Amazônia antropogênica**. Belém: Editora MPEG, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 143-163, jul./dez. 2010.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista Acta Geográfica**, ano 2, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

TÓRTIMA, Pedro; Tapajós, Vicente C. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros: sócios falecidos entre 1881-1920**. Rio de Janeiro: IHGB, v. 4, 1993.

TURAZZI, Maria Inez. “A Exposição de História do Brasil de 1881 e a Construção do Patrimônio Iconográfico”. *In: Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2006, p. 4-5.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, Maria Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 53, p. 317-357, jan./abr. 2019.

VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-626, jul/set. 2010.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB**. Rio de Janeiro: IHGB, 2010.

XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências humanas** [online], v. 12, n. 2, p. 535-554, 2017.

XIMENES, Cláudio Lísias Moreira; COELHO, Alan Watrin. O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875). **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências humanas** [online], v. 13, n. 3, p. 663-680, 2018.

Sites

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. Guarani Ñandeva. *In: Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Ñandeva. Acesso em: 8 dez 2019.

Arecaceae. *In: Flora do Brasil 2020 em construção. Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB33996>. Acesso em: 12 out. 2018.

Astrocaryum In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB22086>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Bactris In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB34005>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Decreto n. 426 - de 24 de Julho de 1845. Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 26 fev 2020.

BRASILIANA Fotográfica. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=louis-agassiz>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Cattleya In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB65241>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Couma In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB21903>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Cucurbitaceae In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB17061>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CURT, Nimuendaju. Disponível em: <http://www.curnimuendaju.com/node/62>. Acesso em: 8 dez 2019.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/pária>. Acesso em: 19 jan. 2020.

GAGLIOTI, A.L.; AGUIAR, D.P.P. *Cecropia* In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB24949>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Guadua In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB13251>. Acesso em: 12 jan. 2020.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/historico>. Acesso em: 28 out 2018.

IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf. Acesso em: 30 dez. 2019.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>. Acesso em: 19 dez. 2019.

KRACKE, Waud. “Parintintin”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parintintim>. Acesso em: 13 jan 2020.

LEITMAN, Paula Moraes. *Desmoncus* In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB22131>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LORENZ, Sônia da Silva. “Seteré-Mawé”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sateré_Mawé. Acesso em: 13 jan 2020.

Missouri Botanical Garden Library. Disponível em: <http://www.botanicus.org/page/2020395>. Acesso em: 12 dez. 2018.

NAVARRO, Guilherme Rafael B. et al. *Jaídete* In: **Museu de Minerais, Minérios e Rochas Heinz Ebert**. Disponível em: <https://museuhe.com.br/site/wp-content/uploads/2018/02/Museu-HE-JADEÍTA.pdf>. Acesso em: 06 jan 2019.

PESSOA, E.M. *Epidendrum* In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB66160>. Acesso em: 17 Dez. 2019.

PESSOA, E.M. *Epidendrum* In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB65991>. Acesso em: 17 Dez. 2019.

Petronia In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB68646>. Acesso em: 07 nov. 2019.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Krenák. In: **Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>. Acesso em: 9 dez 2019.

RAMOS, André. “Munduruku”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>. Acesso em: 13 jan 2020.

GOVAERTS, Rafaël. *Desmoncus ataxacanthus* In: **World Checklist of Selected Plant Families**. Disponível em: https://wmsp.science.kew.org/namedetail.do?name_id=60352. Acesso em: 15 jan 2020.

GOVAERTS, Rafaël. *Desmoncus polyacanthos* In: **World Checklist of Selected Plant Families**. Disponível em: https://wmsp.science.kew.org/namedetail.do?name_id=60403. Acesso em: 15 jan 2020.

ROYAL Botanic Gardens, Kew. Disponível em: <https://www.kew.org/science/who-we-are-and-what-we-do/publications/curtiss-botanical-magazine>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SANTOS, T. F.; Smidt, E. C. *Capanemia* In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB11299>. Acesso em: 09 nov. 2019.

SENRA, Klinton. Kaiabi. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaiabi>. Acesso em: 12 nov 2019.

SENADO Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1442>. Acesso em: 21 dez 2019.

SHEPHERD, G. J. **Uma breve Historia da obra. 2010**. Disponível em: <http://www.florabrasiliensis.cria.org/info?history?>. Acesso em: 1 maio 2015.

Socratea In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB15731>. Acesso em: 12 out. 2019.

TEMPESTA, Giovana Acácia. “Apiaká”. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apiaká>. Acesso em: 13 jan 2020.

VALE, Maria Carmen R. do. Waimiri Atroari. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari. Acesso em: 27 fev. 2020.

VAN DEN BERG, C. *Constantia* In: **Flora do Brasil 2020 em construção**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB11384>. Acesso em: 10 nov. 2019.

WENZEL, Eugênio Gervásio. Apiaká. **Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/apiaka/Verbete_Apiaka_1999.pdf. Acesso em: 10 out 2019.

ANEXOS

ANEXO A – INSTRUÇÕES AOS MEMBROS DA SEÇÃO ETNOGRÁFICA E NARRATIVA DA VIAGEM

As instruções para os membros da Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem da Comissão Científica do Império (1856)	
Nº	Instruções
1	desenhar os indígenas de frente e de perfil (todo corpo, cabeça e outras posições).
2	organizar os indígenas em grupos de acordo com: formas, variedades, atitudes, fisionomias e proporções gerais do corpo.
3	aferir a quantidade de indígenas adultos.
4	aferir os ângulos faciais, relacioná-los com o pensamento de Camper (relação entre inteligência e medida da face)
5	observar o formato das orelhas (inclinadas para a parte posterior), relacioná-las com a ideia dos fisionomistas (Camper).
6	coleccionar crânios de todos os indígenas, modelar em gesso alguns conforme eram quando vivos, e levar em consideração os dados morais para analisá-los no sistema de Gall ou cranioscopia.
7	aferir a força dos indígenas através do dinamômetro, na falta dele utilizar outro meio.
8	observar/anotar os comportamentos, os hábitos sociais, o temperamento individual, as gesticulações, a posição da cabeça, dos braços e das pernas, dormindo, caminhando e trabalhando.
9	modelar em gesso o maior número de indígenas.
10	estudar as diferenças no formato dos pés: nos primeiro e quinto dedos, no calcanhar, no peito e arcada plantar, etc.
11	observar/anotar nas mulheres indígenas os músculos das regiões do sacro, bacia e seios; estudar as transformações dessas partes do corpo.
12	utilizar a técnica da heliografia, para obter imagens exatas
13	estudar as línguas e utilizar gramáticas, dicionários e vocabulários indígenas como apoio para as “investigações” linguísticas.
14	se encontrar uma nova língua ou novo dialeto indígena, elaborar uma gramática: tempos verbais, substantivos, adjetivos, pronomes, preposições e advérbios.
15	investigar se a nova língua ou o novo dialeto possuía associação com outras línguas conhecidas, através de quadros comparativos dos sons (por não possuir escrita) de todos os termos que simbolizam as denominações: das partes do corpo; dos familiares; que elucidam os mais relevantes elementos da natureza; dos números e como contá-los; precisões elementares da vida.
16	observar/anotar todas as fases da vida: nascimento (rituais) e infância (educação/animações), puberdade (experiências/amores), adulto (casamento, vida íntima/em comunidade), velhice (ensinos, morte/sepultamento).
17	observar/anotar as festas, os cantos: nênias (fúnebres), epinícios (triumfais).
18	observar/anotar a atividade do comércio (determinar qual o artigo utilizado como “moeda” ou “unidade de valor” nas trocas).
19	observar/anotar os conflitos, as atividades: caça, pesca, agricultura (como era realizada, as plantas utilizadas na alimentação, na fabricação de farinhas e bebidas (qualidade) e qual o tempo e as festividades em que ocorriam), indústria, criação de animais (aves e quadrúpedes)
20	observar/anotar o formato dos artefatos, os móveis, os adornos festivos (o feitio dos desenhos), como se furavam e se pintavam e a característica das aparências.
21	observar/anotar as suas estratégias de guerra, fortificações (planta e forma).
22	observar/anotar as suas práticas médicas, cirúrgicas e meteorológicas.
23	observar/anotar os hábitos das mulheres indígenas.
24	observar/anotar a expectativa de vida dos homens e das mulheres indígenas.
25	observar/anotar se havia diferenças nos rituais de sepultamentos entre os homens e as mulheres indígenas.
26	observar/anotar as plantas e o feitio das casas e dos aldeamentos.
27	observar/anotar como fazem para reconhecer o caminho de volta nas suas andanças pelas florestas, ou como se orientam nas “grandes emigrações”.
28	organizar um “codigozinho” contendo todas as ações dos índios semelhantes ao “direito público ou internacional”; destacar dele as relações domésticas e sociais.
29	anotar todas as informações a respeito da religião, crenças e superstições indígenas.
30	anotar os diversos contos, lendas e falas.
31	anotar qual era o ponto de vista, as reclamações e os temores que os indígenas possuíam em relação ao homem civilizado.
32	utilizar nas pesquisas arqueológicas as “aplicações de Vico”;
33	fazer descrições e desenhos;
34	coleccionar enfeites, utensílios, instrumentos de música, armas, múmias; anotar toda informação a respeito das sepulturas, entre elas a localização tendo como referência os pontos cardeais.
35	escrever um diário para descrever com “fidelidade” todo fato “curioso e merecedor”, coletivos ou individuais, ocorridos durante a expedição.
36	anotar informações concernentes à província explorada: dados estatísticos da população; histórico; prosperidade/declínio das localidades; comércio interno e externo; área cultivada/não cultivada; valor das áreas de florestas virgens, capoeiras, pântanos; número aproximado de indígenas selvagens que habitavam as florestas.

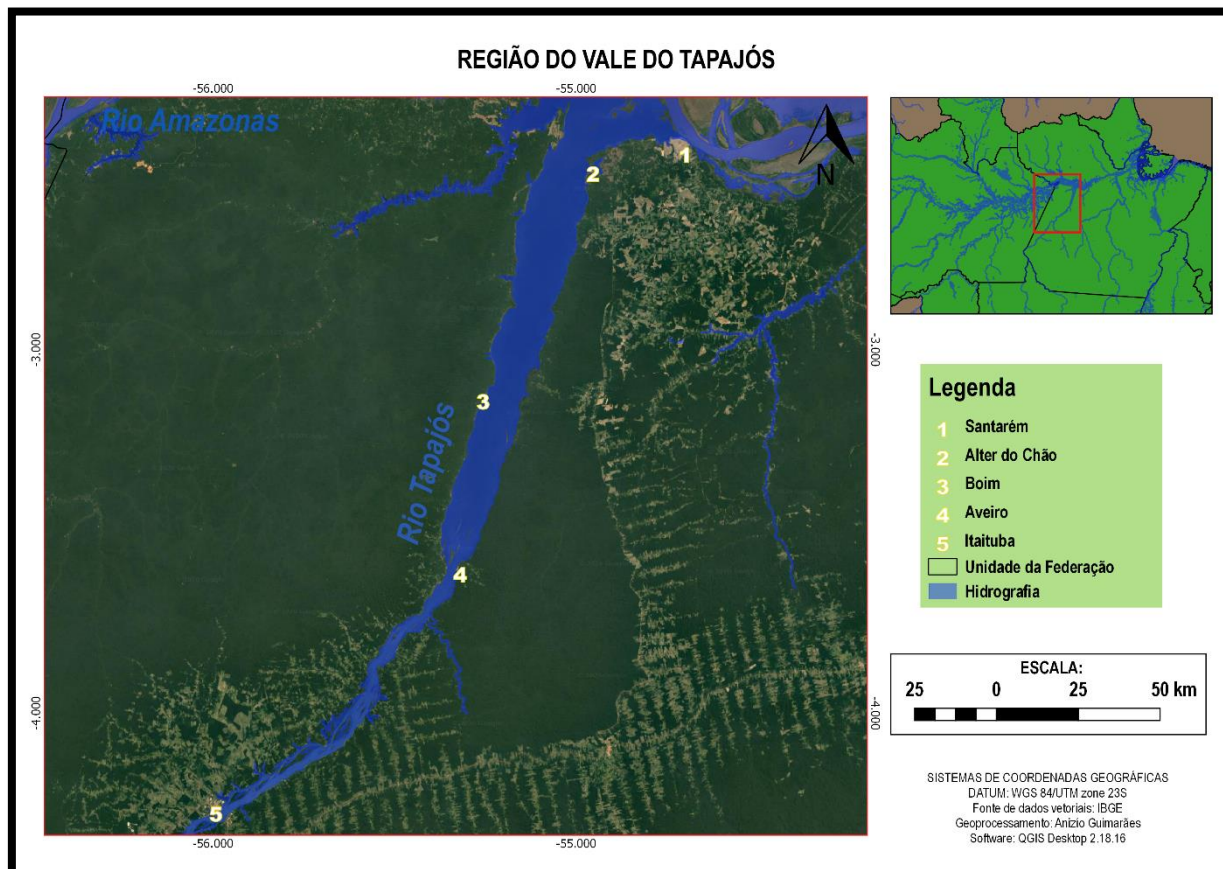
ANEXO B – A FABRICAÇÃO DE UMA MONTARIA (CANOA) PELOS INDÍGENAS



De acordo com Barbosa Rodrigues, na maioria das vezes para se fabricar uma montaria (canoas) se usava a itaúba (*Mezilaurus itauba*), madeira cujo significado era “*Itá, pedra, ybra, árvore*”. Para fabricá-la dava bastante “trabalho” e demandava muito “tempo”, tudo porque não era feita por “artistas” e sim pelos tapuias. Mas, por causa da “perfeição” com que a fabricava e por suas “qualidades náuticas” a montaria não ficava atrás de nenhuma embarcação. Ainda segundo o naturalista, o tapuia depois de encontrar a itauba, a derrubava, debastava (ficar com a forma desejada), cavava e a levava a um “giráo”, um tipo de “estaleiro”, nesse local a perfurava “em linhas paralelas” e terminava de cavá-la, nesse momento pelos furos era introduzido “uma taquarinha”, a qual servia como “compasso” para determinar a largura da montaria. Ao chegar na “grossura” ideal, tocavam fogo dentro dela ou a emboracavam e debaixo do “giráo” era tocado fogo, sendo assim, o “calor” fazia com que ela se abrisse até chegar a “fórmula” ideal. Para conservá-la aberta era colocada “travessas”. Ao esfriar era o momento de pregar as “cavernas, as *rodellas*” da proa e da popa. Se porventura, o “calor” rachasse a peça, usava-se o breu e a estopa para calafetar, como também os buracos da “medição”. Sendo assim, terminada a sua construção essa embarcação “zomba das tempestades e da queda das cachoeiras”.

Fonte: VERGARA, Nicolao Huascar de. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 88.

**ANEXO C – MAPA DA VIAGEM DE BARBOSA RODRIGUES PELO TAPAJÓS
(JULHO E AGOSTO DE 1872)**

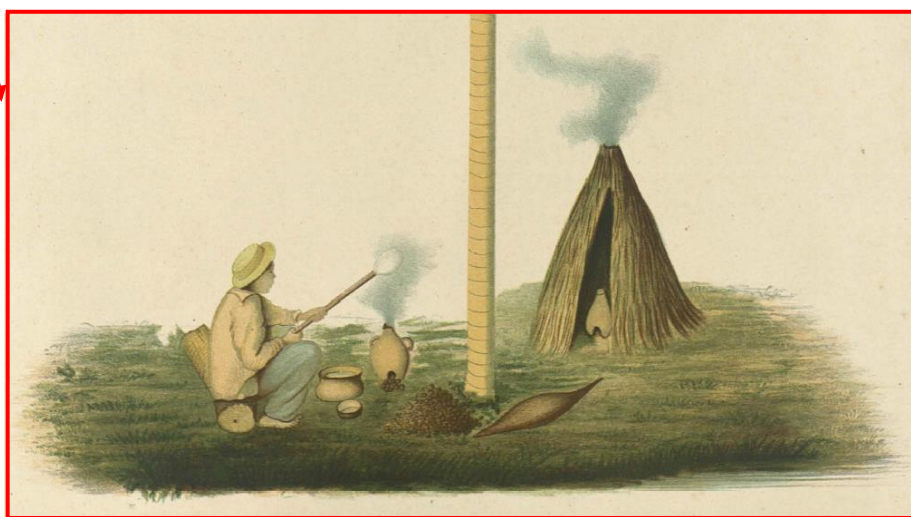


ANEXO D – UM INDÍGENA CIVILIZADO COAGULANDO O LÁTEX

Uma ilustração de um indígena civilizado que coagulava o látex ao lado de uma palmeira *Orbignya speciosa* (Mart.) Barb.Rodr. com seus frutos, local não identificado pelo botânico



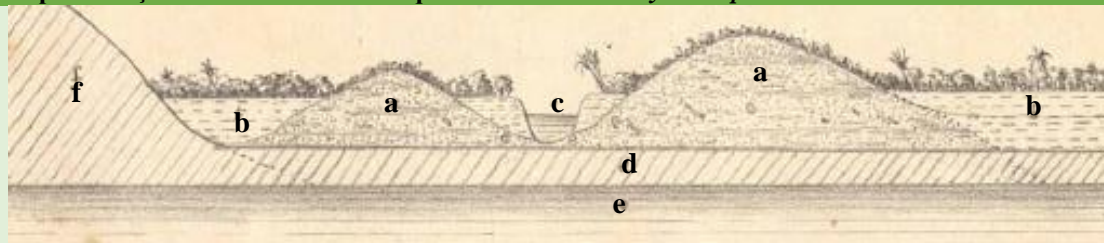
“A imagem retrata uma *Orbignya speciosa* adulta. Aos seus pés se vê um indígena “civilizado” sentado, este está coagulando o leite da seringueira através da fumaça. Ao fundo se observa a choupana onde o látex era fabricado e guardado assim como os acessórios para a sua fabricação.”



RODRIGUES, João Barbosa. **Sertum Palmarum Brasiliensium**. Bruxelles: Imprimerie Typographique Veuve Nonnom, première parte, 1903, p. 132.

ANEXO E – REPRESENTAÇÕES DO “SERNAMBY DA TAPERINHA”, SANTARÉM-PARÁ

Representação do corte vertical do que seria o “Sernamby da Taperinha”

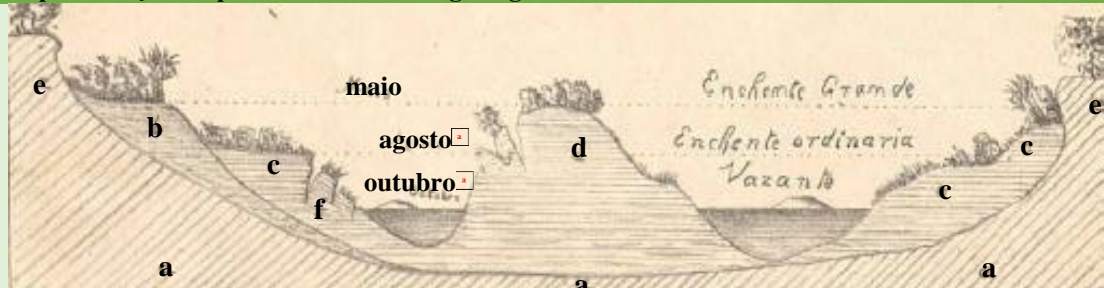


Legenda

- a. Sernambys ou depósitos de conchas, neles foram encontrados artefatos de pedra, espinhas de peixes, e ossos humanos;
- b. Solos de aluvião moderno cobertos por florestas.
- c. Canal artificial, atravessando o Sernamby.
- d. solos de aluvião antigo, “praia primitiva banhada” pelas águas do rio Amazonas.
- e. Nível na época das águas do rio Amazonas.
- f. Sopé da Serra da Taperinha, nela existia um barranco que descia do cume até a antiga praia, onde estava a aldeia indígena, local de morada dos responsáveis por fazerem o “deposito”.

Adaptado de RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.* ago 1880, estampa I, s/n.

Representação da provável “estrutura geológica” do curso do rio Amazonas






Legenda

- a. “Terrenos antigos”, isto é o “leito do Amazonas”, que se estendia em certos “lugares ás margens”. Formava as chamadas “*terras firmes*”.
- b. “Margens constituídas depois, nelas se formava a varzêa (“*vargem*”).
- c. “Margens de alluvião moderna”, nelas se formavam os “*igapós*” e também as “*vargens*”.
- d. “Ilha de formação moderna”, sendo em alguns casos extintas pelas águas.
- e. *Terras firmes* revestidas por matas.
- f. “*Terras caídas*”, ou seja, “margens de formação moderna”, eram atingidas, separadas e arrastadas pelas águas do Amazonas. De acordo com o botânico, havia uma “crença” que afirmava que este fato era causado pelas “excavações feitas pelo *tatu-assú* ou *mboia-assú*, a cobra grande”.



Adaptado de RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.* ago 1880, estampa I, s/n.



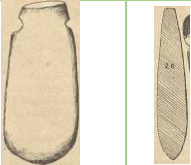
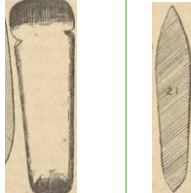

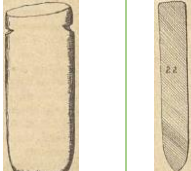
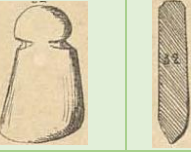
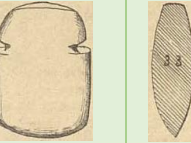
ANEXO F – LISTA DE ARTEFATOS ENVIADOS AO MUSEU NACIONAL

Lista de artefatos enviados por Barbosa Rodrigues ao Museu Nacional no Rio de Janeiro		
Nº	Figura	Informações
1		<p>Descrição: pedaço de “córte de um grande machado”</p> <p>Medidas: mais de 30 cm.</p> <p>Procedência: Ilha do Marajó, província do Pará.</p> <p>Forma de obtenção: doação de um “amigo”</p> <p>Observação: no rio Piracaná, afluente do Tapajós, encontrou um outro exemplar desse machado, bem menor. No final de 1872, sob ordem do Ministério da Agricultura remeteu ao Museu Nacional.</p>
2		<p>Descrição: <i>camuty</i></p> <p>Medidas: sem informações.</p> <p>Características: cor escura, sem desenho (ornato).</p> <p>Procedência: cabeceiras do rio Uauinchá, afluente do Yamundá, província do Pará.</p> <p>Forma de obtenção: desenterrada pelo naturalista no referido rio.</p> <p>Remetida: para o Museu Nacional, através do Ministério da Agricultura.</p> <p>Utilidade: recipiente para guardar as “bebidas” usadas nas festas, em geral “eram cobertas por uma rêde de fios”, e depois colocadas no teto das casas.</p> <p>Observações: encontrada junto com uma vasilha (figura 3).</p>
3		<p>Descrição: vasilha cônica</p> <p>Medidas: facha saliente de 14 cm de largura (parte superior), boca com 65 cm de diâmetro, fundo com 30 cm de diâmetro, altura de 35 cm e espessura de 1 cm.</p> <p>Características: argila escura, sem desenhos (ornatos), forma cônica.</p> <p>Procedência: rio Uauinchá, afluente do Yamundá, província do Pará.</p> <p>Forma de obtenção: desenterrada pelo naturalista no referido rio.</p> <p>Remetida: para o Museu Nacional, através do Ministério da Agricultura.</p> <p>Utilidade: sem informações.</p> <p>Observações: o naturalista acreditava que pertencera aos extintos Uabôys, indígenas que habitaram o rio Jamundá.</p>
4		<p>Descrição: <i>camuty</i></p> <p>Medidas: sem informações.</p> <p>Características: argila escura, sem desenhos (ornatos).</p> <p>Procedência: rio Uauinchá, afluente do Yamundá, província do Pará.</p> <p>Forma de obtenção: desenterrada pelo naturalista no referido rio.</p> <p>Remetida: para o Museu Nacional, através do Ministério da Agricultura.</p> <p>Utilidade: conservar farinha.</p> <p>Observações: As figuras 2, 3 e 4 foram enviadas por Barbosa Rodrigues ao Museu Nacional, e foram expostas na Exposição Nacional de 1875.</p>

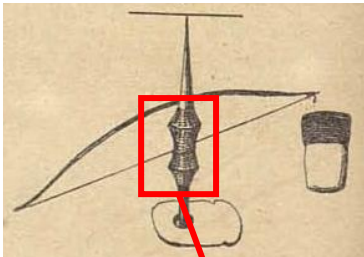


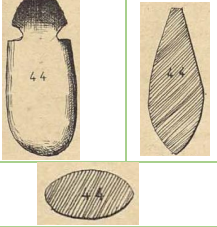
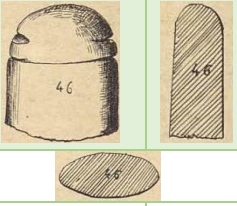
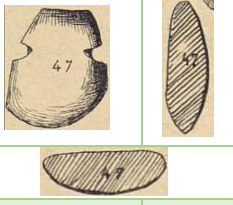
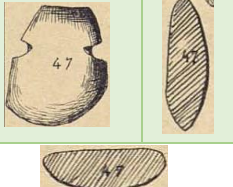
Fonte: RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.* julho 1876, estampa IV, s/n.

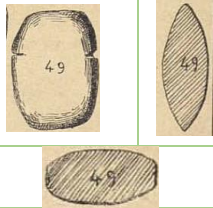
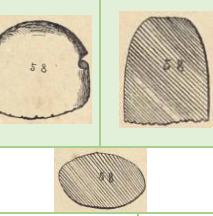

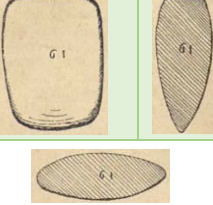
ANEXO G – MACHADOS DE DIORITO DESENTERRADOS POR BARBOSA RODRIGUES
RODRIGUES

Modelos de machados de diorito desenterrados por Barbosa Rodrigues nas suas explorações no Baixo e Alto Tapajós (1872)		
Nº	Artefatos	Informações
1		<p>Descrição: “ponta de flecha” Composição: sílex “lascado” Medidas: sem informações. Procedência: “mina de <i>Sernamby</i>, da Serra da Taperinha”, Santarém, província do Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: no mesmo local foram encontrados “fragmentos de diorito e de machados, de louça de barro, alguns com fuligem, assim como ossos de peixe boi” <i>Trichechus inunguis</i> Natterer.</p>
2		<p>Descrição: “ponta de flecha” Composição: ágata “lascada” Medidas: sem informações. Procedência: “praia de Itaituba, rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: era confundida com os <i>Brachiopodes carboniferos</i> encontrados na praia durante a vazante do rio.</p>
3		<p>Descrição: “massa de guerra” Composição: “de diorito mal polido” Medidas: “compacto” Procedência: “alto da serra do Piquiatuba, rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: encontrada “entre a louça de barro de que está cheio o humus que a cobre”.</p>
4		<p>Descrição: “machado” Composição: “diorito polido” Medidas: sem informações. Procedência: “perto de Itaituba, no rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: encontrado “enterrado em uma roça d'um sitio, pouco acima de Itaituba, ne lugar denominado Paredão”.</p>
5		<p>Descrição: “machado” Composição: “diorito muito polido” Medidas: “compacto” Procedência: “praia acima de Itaituba, rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “estava lascado verticalmente pelo meio”.</p>
6		<p>Descrição: “machado” Composição: “diorito perfeitamente polido” Medidas: sem informações. Procedência: “no rio Piracaná, acima da missão de Santa Cruz”, afluente do rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: encontrado “enterrado, junto a alguns fragmentos de louça de barro lisa”.</p>

7			<p>Descrição: “parte final de uma” enxó Composição: “diorito” Medidas: sem informações. Procedência: “no rio Piracaná, acima da missão de Santa Cruz”, afluente do rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: para demonstrar como seria o enxó, o naturalista forneceu uma ilustração de um machado amarrado ao cabo por fios feitos da “casca” do cipó-imbê (<i>Philodendron imbe</i> Schott.) (fig. 3). Utilidades: os enxós “eram usadas para cavar as suas ubás (canoa), aplinar a madeira e os arcos”.</p>
8		<p>Descrição: “machado de derrubar” Composição: “diorito polido” Medidas: “grande” Procedência: “sítio do Paredão, do rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “desenterrado n’um pacoval (bananal)” do referido sítio.</p>	
9		<p>Descrição: “machado de rachar a madeira” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: “sítio do Paredão, do rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “desenterrado n’um pacoval (bananal)” do referido sítio.</p>	
10		<p>Descrição: “machado de rachar a madeira” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: “sítio do Paredão, do rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: corte horizontal do machado de maior grossura do que o do número 9.</p>	
11		<p>Descrição: “machado de rachar a madeira” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: “sítio do Paredão, do rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: corte horizontal do machado de maior grossura do que o do número 9.</p>	
12		<p>Descrição: “machado de rachar a madeira” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: “sítio do Paredão, do rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: encontrado num pacoval (bananal) do referido sítio.</p>	
13		<p>Descrição: “machado” Composição: “diorito” Medidas: “pequeno” Procedência: “no Itapéua, no rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: sem informações.</p>	
14		<p>Descrição: “machado” Composição: “diorito” Medidas: sem informações Procedência: “Itaituba, Itapéua, Piracaná, no rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação</p>	

		Observação: encontrou muitos desses machados com estas “fórmula e dimensões” e de diorito nos referidos lugares.
15		Descrição: “machado” Composição: “diorito” Medidas: “pequeno” Procedência: “praia de Itaituba, rio Tapajós”, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “empregado no preparo de utensilios domesticos”
16		Descrição: “machado” Composição: “diorito” Medidas: sem informações Procedência: rio Piracaná, afluente do Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “mostra uma grande antiguidade” “se usava, preso no cerol, no cabo”; para demonstrar como se uni esse machado ao cabo, o naturalista indicou a figura de um outro machado que estava preso pelo “cerol” (fig. 6).
17		Descrição: “machado” Composição: “diorito” Medidas: sem informações Procedência: Itaituba e rio Piracaná, afluente do Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “fórmula e dimensão deste machado é comum á Itaituba e ao rio Piracaná”.
18		Descrição: “machado” Composição: “trapp polido” basalto (ígnea vulcânica) Medidas: sem informações Procedência: base da Serra da Taperinha, Santarém, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “mais bem feito e polido” encontrado pelo naturalista na referida Serra perto da “mina de <i>Sernamby</i> ”, pertenceu aos indígenas que ali habitaram, no mesmo local encontrou lascas dessa rocha.
19		Descrição: “machado” Composição: sem informações Medidas: sem informações Procedência: Itaituba, no rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “Com esta fórmula encontram-se muitos, medindo maiores dimensões. É a fórmula mais vulgar”.
20		Descrição: “machado” Composição: “diorito polido” Medidas: sem informações Procedência: praia de Uixituba, no rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “unico com esta fórmula”.
20		Descrição: “machado” Composição: “trapp polido” Medidas: sem informações Procedência: sem informações. Forma de obtenção: escavação Observação: “Representa um machado, empregado com o cabo (fig. 1) com um furo, feito com o berbequim representado na (fig. 9) da mesma estampa. O furo, como se vê do córte vertical, é feito de um e depois do outro lado”.

21		<p>Descrição: “berbequim” Composição: “argilla queimada, corda e p” Medidas: sem informações Procedência: alto da Serra do Piquiatuba, Santarém, Pará. Forma de obtenção: escavações Utilidades: “furar a rocha de que faziam os machados”. Observação1: “a peça por onde passa a corda é de argilla queimada e a púa de madeira. Está em posição de trabalho [...] julgo que empregavam verticalmente, calcando com a mão algum objecto próprio sobre a ponta superior da púa, porque o uso de trabalhar assentado não permittia outra posição”.</p>
		<p>Observação2: “ornada por gravura feita com pontas de espinhos, formando o <i>tamuatá-pirera</i> ou escama de tamotá” Tamuatá (<i>Hoplosternum littorale</i> Hancock) Observação3: “um furo a trespassa de lado a lado, por onde passava a pua que furava o machado. O bojo offerece uma concavidade propria para nella passar-se a corda do arco de berbequim, para fazer girar a pua”. Observação4: encontrada “entre outros fragmentos de louça”</p>
22		<p>Descrição: “uma provável pedra de amolar” Composição: xisto Medidas: sem informações Procedência: terra preta de Itapéua, rio Tapajós. Forma de obtenção: escavação Observação: Para ele, era “um dos que nos mostra o gráo de perfeição da arte de então. É tão bem polido, as linhas são tão rectas, as curvas tão bem feitas, que qualquer artista de nossos dias não se envergonharia de ser o ser autor. Desenterrei-o com alguns fragmentos de louça e machados”.</p>
23		<p>Descrição: “machado” Composição: “diorito perfeitamente polido” Medidas: “compacto” Procedência: Serra do Piquiatuba, perto de Santarém, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: sem informações.</p>
24		<p>Descrição: “fragmento de machado” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: sem informações.</p>
25		<p>Descrição: “fragmento de machado” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: sem informações.</p>
26		<p>Descrição: “fragmento de machado” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: Itaituba, rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: estava “um pouco gasto pela acção do tempo”.</p>

27		<p>Descrição: “fragmento de machado” Composição: “diorito muito bem polido” Medidas: “grande” Procedência: Itaituba, rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: estava “um pouco gasto pela acção do tempo”.</p>
28		<p>Descrição: “fragmento de machado” Composição: “diorito” Medidas: “grande e compacto” Procedência: “rio Piracaná”, afluente do rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: sem informações.</p>
29		<p>Descrição: “machado” Composição: “diorito” Medidas: sem informações. Procedência: “rio Piracaná”, afluente do rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: sem informações.</p>
30		<p>Descrição: “cunha” Composição: “sienito” Medidas: sem informações. Procedência: rio Tapajós, Pará. Forma de obtenção: escavação Observação: “cunha das empregadas com cabo”.</p>

ANEXO H – AS ALDEIAS MUNDURUCÚ E MAUHÉ DO RIO TAPAJÓS

As aldeias Mundurucú e Mauhé em ordem geográfica a partir da primeira cachoeira do rio Tapajós			
Aldeias	Mundurucú	Mauhé	Observações
1. Cury	X		Semicivilizados
2. Santa Cruz	X		<i>Idem.</i>
3. Uxituba	X		<i>Idem.</i>
4. Boburé	X		Sem informações
5. Cachoeira da Montanha	X		1 aldeia
6. Cachoeira da Montanha	X		1 aldeia
7. Igapó	X		Sem informações
8. Cabeceira da Mangabal	X		<i>Idem.</i>
9. Baccabal	X		A mais populosa das aldeias
10. Boa-Vista	X		Abaixo do rio Pacú
11. Chacorão	X		Sem informações
12. Capoeiras	X		<i>Idem.</i>
13. Iri	X		<i>Idem.</i>
14. Boia-açú		X	<i>Idem.</i>
15. Urubutu		X	<i>Idem.</i>
16. Acará		X	<i>Idem.</i>

Adaptado de: RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 124.

ANEXO I – ILUSTRAÇÃO DO “TORÉ” DOS PARINTINTINS

Fonte: VERGARA, Nicolao Huascar de. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira.** Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 13.

ANEXO J – UM MUNDURUCÚ OU “CARA-PRETA”

Um Mundurucú ou “cara-preta” com sua pintura facial e corporal no furo Tucunaré no rio Tapajós



No detalhe, o Mundurucú foi retrato pelo próprio Barbosa Rodrigues, é possível perceber as pinturas corporal (linhas no tórax, pescoço, braços, ventre e pernas) e facial (a tradicional faixa preta, que lhes renderam o apelido de “caras pretas”), ele está segurando seu arco e sua flecha. Vale destacar que na composição geral da ilustração, o botânico fez questão de colocá-lo ao lado da *Astrocaryum jauari* Mart. Este local, segundo o naturalista ficava no furo Tucunaré, no Alto Tapajós, província do Pará.



Fonte: RODRIGUES, João Barbosa. *Sertum Palmarum Brasiliensium*, vol. 2, Bruxelas: Typographique Veuve Monnon, 1903, prancha tab. 1, s/n.

ANEXO K – UMA ILUSTRAÇÃO DO “UFUÁ” DOS MUNDURUCÚS



Esta ilustração foi feita tendo como base um dos esboços do álbum de viagens do naturalista.
Fonte: VERGARA, Nicolao Huascar de. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**.
Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 46.

ANEXO L – A MUMIFICAÇÃO DA CABEÇA FEITA PELOS MUNDURUCÚ

Ilustrações e descrições do processo de mumificação de uma cabeça degolada dos inimigos dos Mundurucú



Explicação da ilustração

Esse desenho foi feito a partir de uma fotografia que pertencia ao fotógrafo português Joaquim Insley Pacheco (1830-1912).

Representava a cabeça de um jovem de aproximadamente 20 anos de idade. Havia sido reduzida ao tamanho de uma cabeça de um “macaco vulga”. Barbosa Rodrigues chamou atenção do leitor ao fato de como os Mundurucús reduziam a cabeça do inimigo.

Segundo ele, esses cabelos longos (no desenho) em um indígena vivo chegavam no máximo aos ombros, os cabelos (no desenho) curtos que caíam na testa refletiam o tamanho natural. Por isso, “pela comparação dos cabelos com o que devia ter a cabeça vê-se quanto foi reduzida”.

Medidas

- 50 cm, de uma orelha a outra (acima do nariz);
- 9,5 cm, do osso occipital a boca;
- 6 cm de comprimento.



Explicação da ilustração

Outro exemplo de “*pariua-á*”

Fontes:

VERGARA, Nicolao Huascar de. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 39, 80.

RODRIGUES, João Barbosa. Tribu dos Mundurucus – a cabeça mumificada. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 39-40.

ANEXO M – O “PARIUÁ-Á” E O “PARIUÁ-Á-RENAPE” DOS MUNDURUCÚ



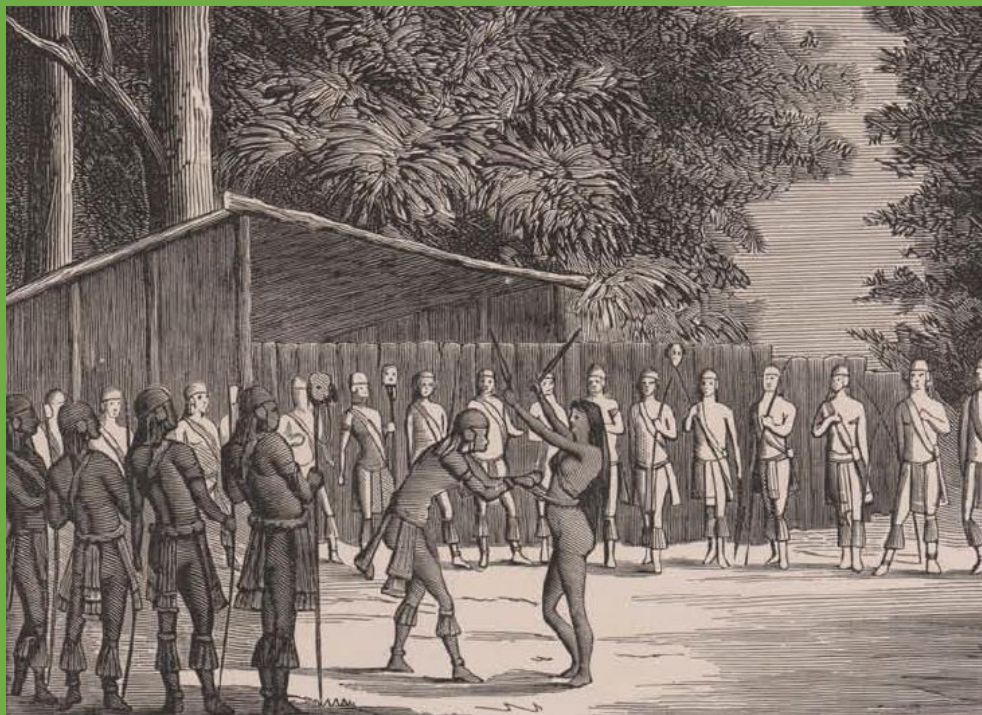
“pariuá-á”



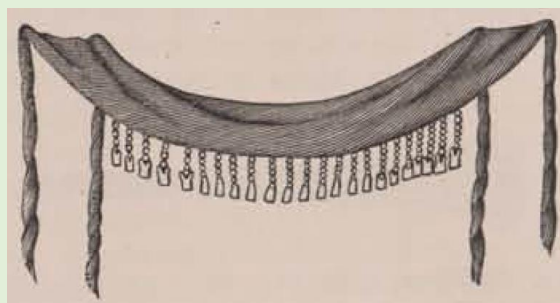
“pariuá-á-renape”

Fonte: VERGARA, Nicolao Huascar de. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 28.

ANEXO N – A “FESTA DO PARIUÁTE-RAN” E O “PARIUÁTE-RAN”



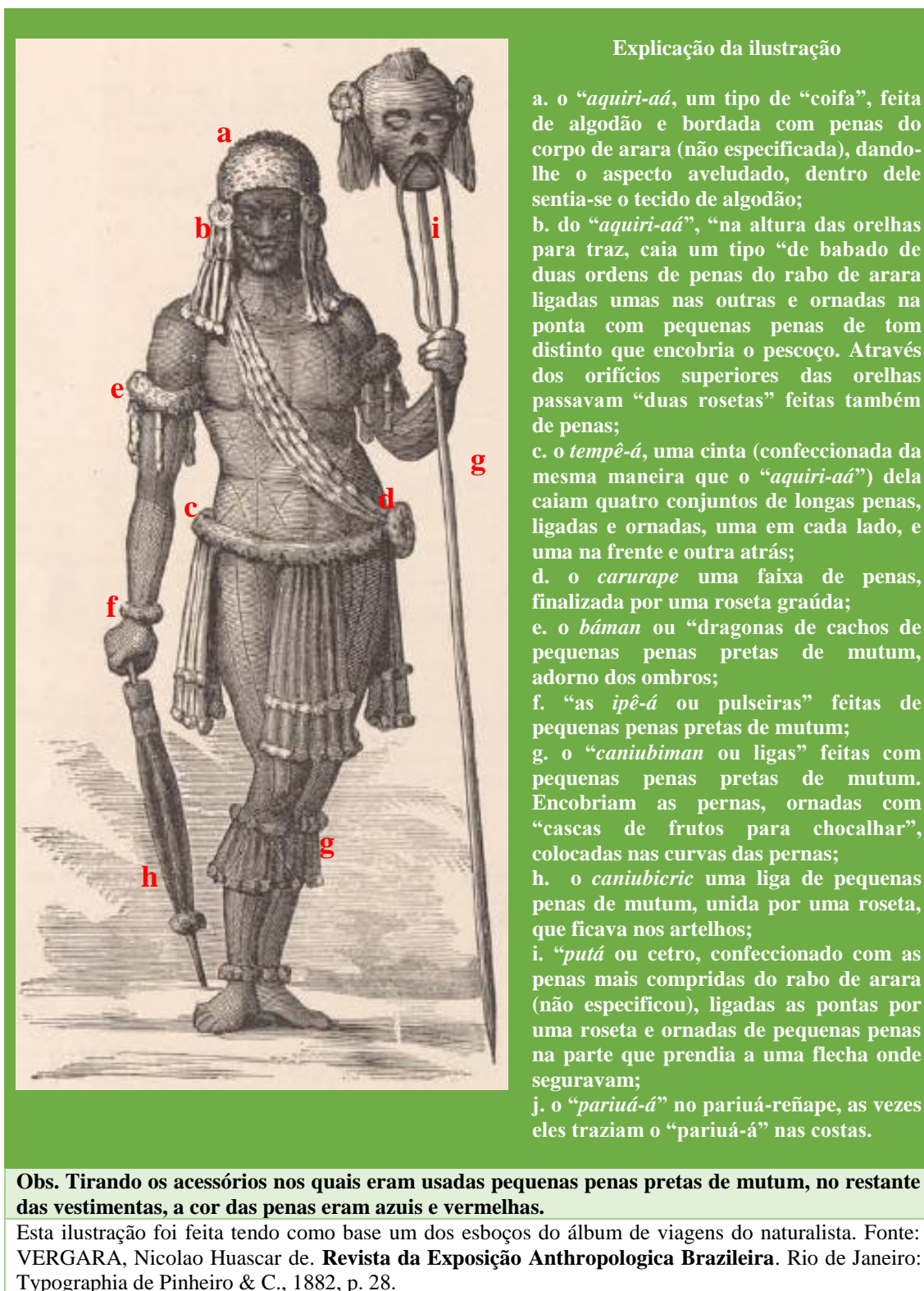
festa do “pariuáte-ran”



“pariuáte-ran” do guerreiro Mundurucú

Esta ilustração foi feita tendo como base um dos esboços do álbum de viagens do naturalista. Fonte: VERGARA, Nicolao Huascar de. Revista da Exposição Antropológica Brasileira. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 45.

ANEXO O– O “TRAJE DA FESTA DA PARIUÁTE-RAN” DOS MUNDURUCÚ



Explicação da ilustração

a. o “*aquiri-aá*”, um tipo de “coifa”, feita de algodão e bordada com penas do corpo de arara (não especificada), dando-lhe o aspecto aveludado, dentro dele sentia-se o tecido de algodão;

b. do “*aquiri-aá*”, “na altura das orelhas para traz, caia um tipo “de babado de duas ordens de penas do rabo de arara ligadas umas nas outras e ornadas na ponta com pequenas penas de tom distinto que encobria o pescoço. Através dos orifícios superiores das orelhas passavam “duas rosetas” feitas também de penas;

c. o *tempê-á*, uma cinta (confeccionada da mesma maneira que o “*aquiri-aá*”) dela caíam quatro conjuntos de longas penas, ligadas e ornadas, uma em cada lado, e uma na frente e outra atrás;

d. o *carurape* uma faixa de penas, finalizada por uma roseta graúda;

e. o *báman* ou “dragões de cachos de pequenas penas pretas de mutum, adorno dos ombros;

f. “as *ipê-á* ou pulseiras” feitas de pequenas penas pretas de mutum;

g. o “*caniubiman* ou ligas” feitas com pequenas penas pretas de mutum. Encobriam as pernas, ornadas com “casca de frutos para chocalhar”, colocadas nas curvas das pernas;

h. o *caniubicric* uma liga de pequenas penas de mutum, unida por uma roseta, que ficava nos artelhos;

i. “*putá* ou cetro, confeccionado com as penas mais compridas do rabo de arara (não especificou), ligadas as pontas por uma roseta e ornadas de pequenas penas na parte que prendia a uma flecha onde seguravam;

j. o “*pariuá-á*” no *pariuá-reñape*, as vezes eles traziam o “*pariuá-á*” nas costas.

Obs. Tirando os acessórios nos quais eram usadas pequenas penas pretas de mutum, no restante das vestimentas, a cor das penas eram azuis e vermelhas.

Esta ilustração foi feita tendo como base um dos esboços do álbum de viagens do naturalista. Fonte: VERGARA, Nicolao Huascar de. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 28.

**ANEXO P – RELAÇÃO DOS ENSAIOS PUBLICADOS “REVISTA ENSAIOS DE
SCIENCIA”**

Relação dos ensaios publicados por Baptista Caetano, Barbosa Rodrigues e Guilherme de Capanema na “Revista Ensaios de Sciencias” (1876, 1880)		
Autores	Ensaio (Artigos)	Fascículos.
Baptista Caetano	Apontamentos sobre o Abaãeênga	1 (1876)
	Apontamentos sobre o Abaãeênga	2 (1876)
	Apontamentos sobre o Abaãeênga	3 (1880)
Barbosa Rodrigues	Antiguidades do Amazonas – armas e instrumentos de pedra	1 (1876)
	Antiguidades do Amazonas – arte ceramica	2 (1876)
	Antiguidades do Amazonas – aterros sepulchraes, sernambys, inscripções	3 (1880)
Guilherme de Capanema	Os sambaquis	1 (1876)
	Estudos Botanicos - o genero <i>Hortia</i> Vand	2 (1876)

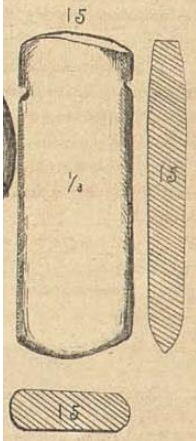
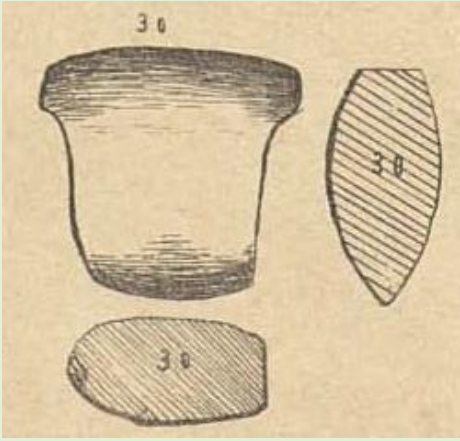
Fonte: RODRIGUES, João Barbosa; CAPANEMA, Guilherme Schüch de; NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. *Op. Cit.*, 1876 e 1880.

ANEXO Q – ILUSTRAÇÕES DAS INSCRIÇÕES RUPESTRES FEITAS POR BARBOSA RODRIGUES

Dois exemplos de ilustrações das inscrições rupestres feitas por Barbosa Rodrigues encontradas no final dos seus textos com as suas respectivas explicações na “Ensaio de Sciencia”

Ilustrações	Explicações das ilustrações das estampas
	<p style="text-align: center;">Estampa V</p> <p>“Estas inscrições muito reduzidas encontram-se no alto da serra da Escama, em Obidos, abertas em diferentes rochas todas esparsas, julgo, porém, que estavam sobre uma só rocha, que a alavanca e o marrão do cavoqueiro despedaçou, não só para o calçamento das ruas como para a construção dos alicerces das casas da cidade. As que aqui represento são as unicas que existem.”</p>
	<p style="text-align: center;">Estampa VI</p> <p>“Representam as inscrições, que se encontram na parte norte das serras do Ererê e Aruchy, espalhadas em diferentes alturas das rochas. As figs. <i>a</i> e <i>b</i>, representam o sol e a lua, de que falla a tradição, tendo o primeiro 0m,21 de diametro [21 cm] e a segunda 0m,20 [20 cm]. As figs. <i>c</i> <i>d</i> e estão unidas quasi ao solo. Em geral todas as figuras não tem menos de dez centimetros.”</p>

ANEXO R – ARMAS DE GUERRA DESENHADAS POR BARBOSA RODRIGUES

Ilustrações de armas de guerra feitas por Barbosa Rodrigues encontradas no final dos seus textos com as suas respectivas explicações na “Ensaio de Sciencia”	
Artefatos	Explicações das ilustrações das estampas
	<p style="text-align: center;">Estampa III</p> <p>“FIG. 15. Representa um machado de diorito polido, encontrado no Rio Yamundá.”</p>
	<p>Estampa V</p> <p>“FIG. 30. Nas excavações que se faziam em Manáos para o aterro, foi encontrado este machado por um trabalhador, que o entregou ao director das obras publicas, o meu amigo Dr. Leovigildo de S. Coelho, que me ofereceu. É de diorito polido, e muito bem feito.”</p>

ANEXO S – RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE BARBOSA RODRIGUES

Relação dos trabalhos de Barbosa Rodrigues que versam a respeito do vale do Amazonas publicados em ordem cronológica						
Artigos/Obras	Anos	Temas				
		Botânica	Zoologia	Etnogr.	Arqueol.	Geografia
1. <i>La valléedes Amazonas</i>	1872-75	x	x	x	x	x
2. <i>Enumeratio Palmarum novarum</i>	1875	x				
3. Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Tapajós	<i>Idem.</i>	x	x	x	x	x
4. Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Urubu e Jatapu	<i>Idem.</i>	x	x	x	x	x
5. Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Trombetas	<i>Idem.</i>	x	x	x	x	x
6. Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Yamundá	<i>Idem.</i>	x	x	x	x	x
7. Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Capim	<i>Idem.</i>	x	x	x	x	x
8. Idolo Amazonico	<i>Idem.</i>			x	x	
9. Antiguidades do Amazonas – armas e instrumentos de pedra	1876				x	
10. Antiguidades do Amazonas – arte ceramica	<i>Idem.</i>				x	
11. <i>Genera et specie orchidearum novarum</i> , v. 1	1877	x				
12. Protesto-Appendice ao <i>Enumeratio Palmarum novarum</i>	<i>Idem.</i>	x				
13. Palmeiras do Amazonas	<i>Idem.</i>	x				
14. Antiguidades do Amazonas – aterros sepulcraes, sernambys e inscrições	1880				x	
15. O canto e a dança selvicola	1881			x		
16. Lendas, crenças e superstições	<i>Idem.</i>			x		
17. Notas a Luccok sobre a flora e a fauna do Brazil	1882	x	x			
18. O <i>Muirakitan</i> , poderoso coevo do homem anti-colombiano	<i>Idem.</i>				x	
19. <i>Lespalmiers, observations sur la monographie de cette famille dans la Flora Brasiliensis</i>	<i>Idem.</i>	x				
20. <i>Genera et specie orchidearum novarum</i> , v. 2	<i>Idem.</i>	x				
Artigos na Revista da Exposição Anthropologica Brasileira				x	x	
21. Idolo Amazonico	<i>Idem.</i>					
22. Fabrico de uma montaria						
23. Extracto de um livro inédito – parte I						
24. Extracto de um livro inédito – parte II						
25. A emancipação dos Mauhes						
26. A tribu dos Mundurucús – trages						
27. A tribu dos Mundurucús – cabeça mumificada						
28. A tribu dos Mundurucús – festa da Pariuate-ran						
29. Vocabulario Mundurucus Amazonas						
31. A tribu dos Tembés – vestuario						
32. A tribu dos Tembés – festa da Tucanayra						
33. A tribu dos Tembés, indole, casamento e morte						
34. A tribu dos Aruaquis e Pariquis – Coroconô, festa dos Mortos						
35. A tribu dos Uasahys						
36. A tribu dos Ticunas						
37. A tribu dos Uaupés						
38. A tribu dos Cauixanas						
39. Indios Conibos						
40. India Arara						
41. Os Miranhas						
42. Extracto de um livro inedito.						

Fonte: GUIMARÃES, Adir. *Op. Cit.*, 1942, p. 194-195.

ANEXO T – LISTA DE ARTEFATOS INDÍGENAS DO VALE DO AMAZONAS

Indígenas/Locais	Artefatos
Conibos, rio Ucayaba	1 arco
Catauichis, rio Paués	1 panela
Ipurinas, rio Paués	1 <i>murucu</i> ; 1 <i>poré</i>
Janaperis, rio Negro	1 flecha de guerra
Maués, rios Tapajós e Negro	1 flecha de pesca (rio Tapajós); 1 flecha de caça e pesca (rio Tapajós); 1 <i>potuipe</i> , penacho dos pagés (rio Negro); 1 <i>urú</i> (local não especificado); 3 luvas de teste a que são submetidos (local incerto)
Mugar, rio Urubú	1 flecha de caça
Mundurucus, rio Tapajós	1 flecha de caça
Pariatintins, rio Madeira	1 flecha de guerra
Pariquis, rio Jataperi	1 arco; 1 <i>cacyú</i> ; 1 <i>chicutá</i>
Uapés, rio Negro	1 arco; 1 pente
Ticunas, rio Solimões	1 <i>sarabatana</i>
Indígenas e locais não especificado	1 <i>inguá</i> , amofariz onde seca-se o paricá; 1 <i>amurú</i> , com preparos para tomar o paricá; 1 <i>surican</i> , peça para absorver o paricá; 1 <i>aimbi-tocape</i> , mão com que socão o paricá; 1 <i>sararaca</i> de pescar tartarugas
De acordo com a fonte estes artefatos indígenas do vale do Amazonas foram doados por Barbosa Rodrigues ao Museu de São Paulo em 1877.	
Adaptado: JORNAL DO COMMERCIO , Rio de Janeiro, 12 dez 1877, anno 56, n. 344, p. 2.	

ANEXO U – ESPÉCIES DO HERBÁRIO FREIRE ALLEMÃO NO MUSEU NACIONAL

Espécies encontradas no Herbário Freire Allemão por Barbosa Rodrigues, as quais não estavam determinadas (nomeadas), por isso o botânico tomou a liberdade em nomeá-las			
Espécies	Freire Allemão Herbário		Local
	Nº	Depositado	
<i>Epidendrum cearense</i> Barb. Rodr.	1484	Museu Nacional	Ceará
<i>E. fractiflexum</i> Barb. Rodr.	1482	<i>Idem.</i>	<i>Idem.</i>
<i>E. gonçalvii</i> Fr. All. et Barb. Rodr.	1483	<i>Idem.</i>	<i>Idem.</i>
<i>Cyclopogon cearensis</i> Barb. Rodr.	1485	<i>Idem.</i>	<i>Idem.</i>
<i>Habenaria allemanii</i> Barb. Rodr.	1500	<i>Idem.</i>	Tauapé-Ceará
<i>Lepanthes secunda</i> Barb. Rodr.	1490	<i>Idem.</i>	Ceará, e nas serras perto de Rodeio-MG
<i>Oncidium allemanii</i> Barb. Rodr.	1481	<i>Idem.</i>	Ceará
<i>O. suscephalum</i> Barb. Rodr.	1480	<i>Idem.</i>	nas florestas da serra do Aratanha-Ceará
<i>Physurus aratanhensis</i> Barb. Rodr.	1486	<i>Idem.</i>	nas serras do Aratanha perto de Fortaleza-Ceará.
<i>Spiranthes allemanii</i> (Barb. Rodr.) Cogn.	1487	<i>Idem.</i>	Ceará

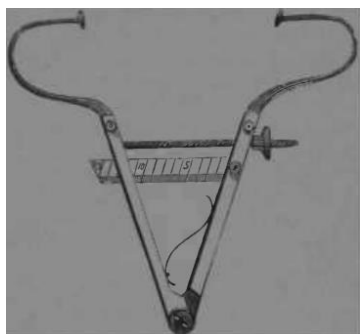
Obs1: a espécie em negrito foi descrita por Barbosa Rodrigues e seu nome continua até hoje válida, ou seja, um nome correto e aceito.

Obs2: algumas espécies receberam epítetos referentes ao descobridor ou ao local onde as espécies foram encontradas. Vejamos: *Epidendrum cearense* (referência à Província do Ceará); *E. gonçalvii* (referência ao escritor maranhense Gonçalves Dias, um dos membros da Comissão de Exploração do Império); *Habenaria allemanii*, *Oncidium allemanii* e *Spiranthes allemanii* (referências ao botânico Freire Allemão, líder da Seção de Botânica da referida Comissão) e *Physurus aratanhensis* (referência a Serra do Aratanha, local onde a espécie foi encontrada).

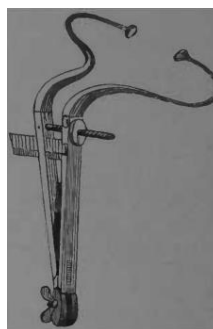
Fonte: RODRIGUES, João Barbosa. *Genera et species orchidearum novarum*, v. 2, 1882.

**ANEXO V – ILUSTRAÇÃO DO COMPASSO IDEALIZADO POR BARBOSA
RODRIGUES**

*Compasso idealizado por Barbosa Rodrigues e construído por um artesão em
Belém do Pará*



vista frontal



vista de perfil

Esse instrumento foi idealizado pelo próprio Barbosa Rodrigues, que encomendou a um artesão em Belém, para que este pudesse fabricá-lo para o naturalista (data não determinada)

Adaptado de RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 152.

**ANEXO W - MEDIDAS MÉDIAS (CENTÍMETROS E METROS) CORPORAIS DOS
MAUHÉ E MUNDURUCÚ**

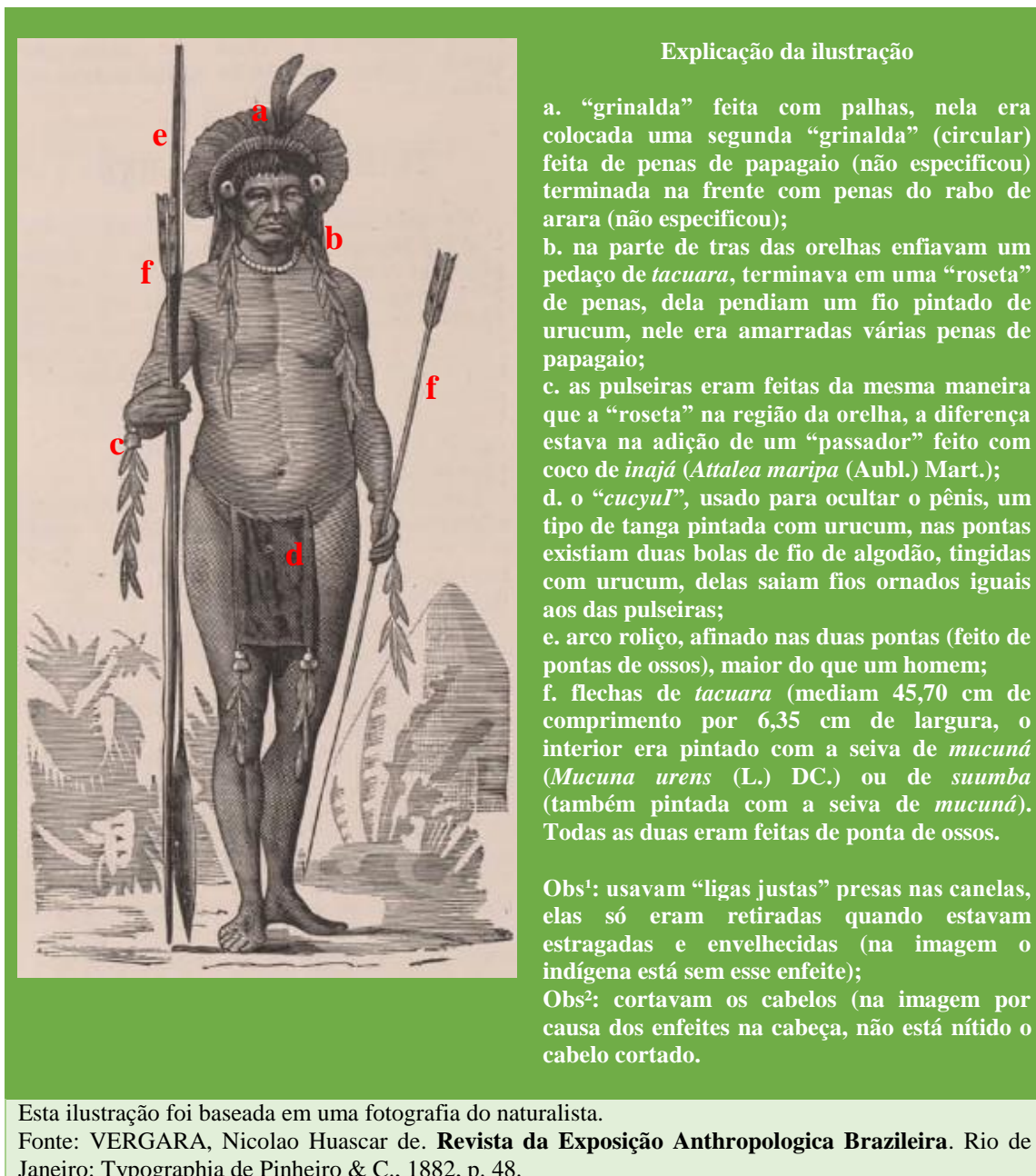
Relação das medidas médias (centímetros e metros) corporais dos Mauhés e Mundurucús tiradas no vale amazônica em sujeitos de 20 a 40 anos de idades por Barbosa Rodrigues entre 1872 a 1874

Povos indígenas	Rios na província do Pará	Diâmetros bizigomáticos	Distâncias entre os <i>acromiuns</i>	Medidas do solo...						Sexos	Nº de indivíduos
				ao alto da cabeça	ao bico dos seios	a fúrcula esternal	ao queixo	ao umbigo	ao <i>pubis</i>		
Mauhé	Mauhe-açú	12cm	39cm	1,58m	---	1,28m	1,33m	---	---	M	30
Mauhé	Mauhe-açú	9cm	38cm	1,55m	*	1,25m	1,29m	---	---	F	30
Mundurucú	Tapajós	10cm	38cm	1,60m	1,14m	1,33m	1,39m	93cm	78cm	M	20
Mundurucú	Mauhe-açú	10cm	38cm	1,58m	*	---	---	---	---	F	20

* o naturalista optou por não tirar essas medidas das mulheres Mauhé e Mundurucú por estas possuírem seios muito descidos, isto é, caídos.

Adaptado de RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 152.

ANEXO X – YAUAPERY OU UASSAHY COM SEUS ENFEITES TRADICIONAIS



Explicação da ilustração

- a. “grinalda” feita com palhas, nela era colocada uma segunda “grinalda” (circular) feita de penas de papagaio (não especificou) terminada na frente com penas do rabo de arara (não especificou);
- b. na parte de tras das orelhas enfiavam um pedaço de *tacuara*, terminava em uma “roseta” de penas, dela pendiam um fio pintado de urucum, nele era amarradas várias penas de papagaio;
- c. as pulseiras eram feitas da mesma maneira que a “roseta” na região da orelha, a diferença estava na adição de um “passador” feito com coco de *inajá* (*Attalea maripa* (Aubl.) Mart.);
- d. o “*cucyuI*”, usado para ocultar o pênis, um tipo de tanga pintada com urucum, nas pontas existiam duas bolas de fio de algodão, tingidas com urucum, delas saiam fios ornados iguais aos das pulseiras;
- e. arco roliço, afinado nas duas pontas (feito de pontas de ossos), maior do que um homem;
- f. flechas de *tacuara* (mediam 45,70 cm de comprimento por 6,35 cm de largura, o interior era pintado com a seiva de *mucuná* (*Mucuna urens* (L.) DC.) ou de *sumba* (também pintada com a seiva de *mucuná*). Todas as duas eram feitas de ponta de ossos.

Obs¹: usavam “ligas justas” presas nas canelas, elas só eram retiradas quando estavam estragadas e envelhecidas (na imagem o indígena está sem esse enfeite);

Obs²: cortavam os cabelos (na imagem por causa dos enfeites na cabeça, não está nítido o cabelo cortado).

Esta ilustração foi baseada em uma fotografia do naturalista.

Fonte: VERGARA, Nicolao Huascar de. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882, p. 48.

**ANEXO Y – FOTOGRAFIAS DE ERMANO STRADELLI FOTÓGRAFO DA
EXPEDIÇÃO AO JAUAPERY**



Rio Jauapery - Cuacunama

Esta fotografia pertence a coleção fotográfica “Stradelli, Ermano” sob o número 228/20 e pode ser acessada no site da Sociedade Italiana de Geografia. Società Geografica Italiana Onlus. Disponível em: http://www.archiviofotografico.societageografica.it/cache/cache_194d8721736f745d388d69d112de08bc_7873872edfc72954aba296738b0015a3.jpg. Disponível em: 07 mar. 2020.



Rio Jauapery – Urubiana

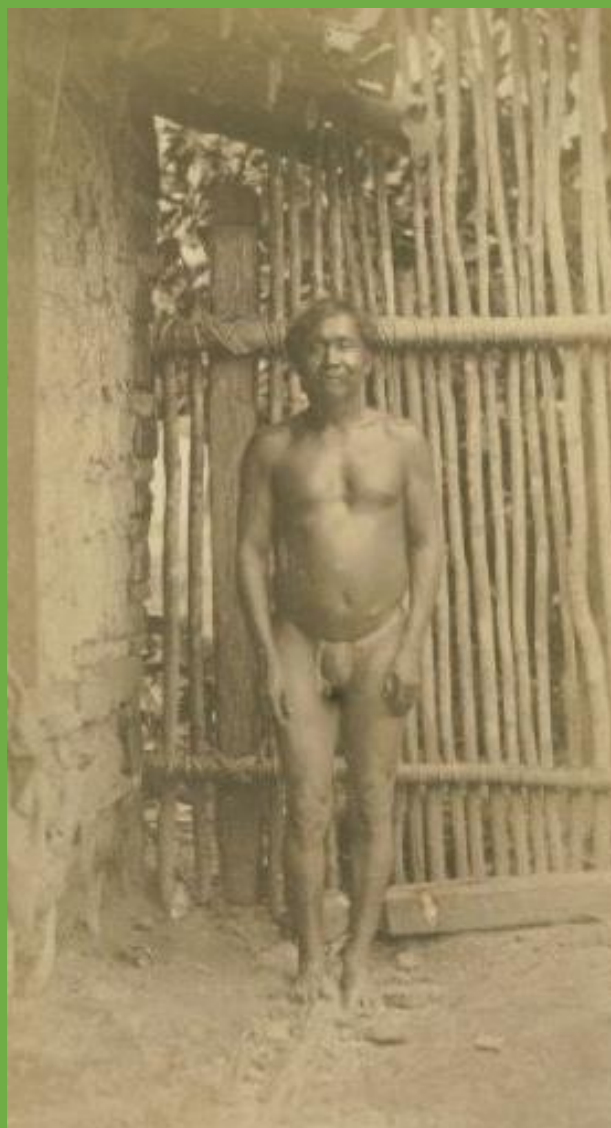
Esta fotografia pertence a coleção fotográfica “Stradelli, Ermano” sob o número 228/21 e pode ser acessada no site da Sociedade Italiana de Geografia. Società Geografica Italiana Onlus. Disponível em: http://www.archiviofotografico.societageografica.it/cache/cache_194d8721736f745d388d69d112de08bc_bcefe17a6710ca77d7f4d276b40e4064.jpg. Disponível em: 07 mar. 2020.

ANEXO Z – LOCAL DO PRIMEIRO CONTATO ENTRE BARBOSA RODRIGUES E OS CRICHANÁS



Fotografia do local onde ocorreu o primeiro contato entre Barbosa Rodrigues e os Crichanás, feita por Ermano Stradelli fotógrafo da expedição ao Jauapery.

Esta fotografia pertence a coleção fotográfica “Stradelli, Ermano” sob o número 228/24 e pode ser acessada no site da Sociedade Italiana de Geografia. Società Geografica Italiana Onlus. Disponível em: http://www.archiviofotografico.societageografica.it/cache/cache_194d8721736f745d388d69d112de08bc_275b6ced67b85cbcab1fb7e80b88f27.jpg. Disponível em: 07 mar. 2020.

ANEXO AA – O INDÍGENA PEDRO, INTÉRPRETE DE BARBOSA RODRIGUES**Vista frontal**

Fotografia do indígena Pedro, intérprete entre Barbosa Rodrigues e os Crichanás, feita por Ermano Stradelli fotógrafo da expedição ao Jauapery.

Esta fotografia pertence a coleção fotográfica “Stradelli, Ermano” sob o número 228/29 e pode ser acessada no site da Sociedade Italiana de Geografia. Società Geografica Italiana Onlus. Disponível em: http://www.archiviofotografico.societageografica.it/cache/cache_194d8721736f745d388d69d112de08bc_6f0a9f58cee38655d8827c7086159b56.jpg. Disponível em: 07 mar. 2020

ANEXO BB – DISTRIBUIÇÃO DE “BRINDES” AOS CRICHANÁS



Fotografia da distribuição de “brindes” realizada por Barbosa Rodrigues entre os Crichanás, feita por Ermano Stradelli fotógrafo da expedição ao Jauapery.

Esta fotografia pertence a coleção fotográfica “Stradelli, Ermano” sob o número 228/26 e pode ser acessada no site da Sociedade Italiana de Geografia. Società Geografica Italiana Onlus. Disponível em: http://www.archiviofotografico.societageografica.it/cache/cache_194d8721736f745d388d69d112de08bc_8eeaccb5cfdcd6604a39425b72df2328.jpg. Disponível em: 07 mar. 2020.